



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



v. 9 n. 1 jan./jun. 2008



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Afonso de Castro

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitor Acadêmico: Pe. Gildásio Mendes dos Santos

Pró-Reitor Administrativo: Ir. Raffaele Lochi

Editora UCDB

Av. Tamandaré, 6.000 - Jardim Seminário

79117-900 Campo Grande-MS

Fone/Fax: (67) 3312-3373

e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Maria Augusta de Castilho

Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima Souza

Revisão de Texto e Traduções:

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Marcelo Gil da Silva / Disponível em:

<http://www.bonito-ms.com.br>

Cachoeira em meio a vegetação. Queda d'água do Rio Mimoso, Bonito, Mato

Grosso do Sul, Brasil.

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (Universidade de São Paulo)

Alberto Palombo (Florida Atlantic University - USA)

Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)

André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Canadá)

Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana de Chile-UBC)

Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)

Cezar Augusto Benevides (Universidade Federal de MS)

Christian Krajewski (Institut für Geographie - Un.Münster -

Munique - Alemanha)

Denis Maillat (IRER- Université de Neuchâtel - Suisse)

Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)

Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS)

João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais - Lisboa - Portugal)

Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Portugal)

José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - UCU)

José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)

Leila Christina Dias (Universidade Federal de SC)

Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - França)

Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília)

Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)

Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)

Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília)

Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos)

Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Univ. Católica de Goiás)

Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)

Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)

Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)

Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Cuba - UAH)

Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)

Rosa Esther Rossini (USP)

Sérgio Boisier (Santiago de Chile - Chile)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)

Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,

n. 1 (jan./jun. 2008). Campo Grande: UCDB, 2008.

120 p. v. 9

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna

Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online (www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal (www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá (www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya (www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades (www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano (<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London (www.ibss.ac.uk)

Editorial

A Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, a partir deste número, sente-se honrada em comunicar aos leitores sua indexação na SciELO-Brasil. O esforço coletivo para que esse sonho se tornasse realidade se deve aos autores, ao Conselho Editorial, ao apoio institucional da Pró-reitoria Acadêmica na pessoa do Pe. Gildásio Mendes e, principalmente, ao incansável trabalho das funcionárias da Editora UCDB: Ereni dos Santos Benvenuti e Glauciene Silva Lima Souza. A todos, nossos agradecimentos sinceros.

Assim, nossa caminhada para a melhoria e atualização deste periódico revela mais uma vez nosso compromisso com o desenvolvimento local, já que procuramos levar à sociedade em geral informações teóricas e práticas para soluções sustentáveis dos problemas, necessidades e aspirações coletivas que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Este número contempla artigos selecionados pelo Conselho de Redação e analisados pelo Conselho Editorial que, com seu trabalho voluntário, possibilitam que a revista alcance seu objetivo: resgatar e divulgar informações sistematizadas e de experiências construtivas em torno da idéia de Desenvolvimento Local.

A revista, nesta edição, mostra artigos nacionais e internacionais voltados para o meio ambiente, capital social, empreendedorismo, aquicultura, patrimônio e desenvolvimento local endógeno em subsolo teológico.

O artigo de Antônio A. R. Ioris – *Águas que não correm mais pro mar* – enfatiza a circulação das águas abundantes na Região Amazônica, como as construções de barragens

têm comprometido os recursos hídricos do local e como a melhoria da gestão dos recursos hídricos está relacionada a novas bases de produção econômica, padrões tecnológicos e redistribuição de oportunidades sociais. Em outro aporte, Francisco Diniz e Teresa Sequeira escrevem sobre *Uma possível hierarquização através de um índice de desenvolvimento econômico e social dos Concelhos de Portugal Continental*, inserindo a contrução de *clusters*, cujo resultado aponta para uma dicotomia litoral/interior e significativa assimetria entre os conselhos que integram o país, o que sugere a necessidade de uma especial precaução na delimitação espacial da aplicabilidade de políticas de desenvolvimento regional, em nome da sua eficácia real. O artigo de Christian Luiz da Silva e Willian Michon Júnior destaca o *Desenvolvimento socioeconômico local e reestruturação produtiva paranaense na década de 1990*, dimensionando que os investimentos foram concentrados na indústria automobilística e na região metropolitana, não propiciando a redução da desigualdade regional. No artigo intitulado *Desenvolvimento local, empreendedorismo e capital social: o caso de terra roxa no Estado do Paraná*, dos autores Ednilse Maria Willers, Jandir Ferrera de Lima Jefferson e Andronio Ramundo Staduto, há uma dinamização de vários fatores que levaram ao surgimento e ampliação de uma atividade completamente diferenciada à “vocação” territorial, na qual estão imersas empresas de confecção. Helena Carvalho De Lorenzo e Sérgio de Azevedo Fonseca escrevem sobre *A promoção do desenvolvimento local apoiada em redes de municípios: a experiência do consórcio intermunicipal central paulista* e discutem a viabilidade

de implementação de políticas públicas de âmbito local e regional na região. Felipe Eduardo Araújo de Carvalho e Angelo Brás Fernandes Callou, no artigo *A extensão pesqueira e desenvolvimento local*, destacam a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, no Estado de Pernambuco (2003-2006), onde a SEAP/PR, ao soerguer o serviço público de Extensão Pesqueira nacional, incorporou o desenvolvimento local como condição fundamental à emancipação dos contextos sociais pesqueiros. Pierre-M. Le Bel, Felipe de Alba e Luzma Fabiola Nava identificaram na cidade de Havana, em Cuba, *uma metropolização por meio do patrimônio*, procurando demonstrar que é também possível ver este fenômeno em uma ci-

dade cubana, mesmo sendo num regime socialista. Vicente Fideles de Ávila, em seu artigo *“Paciência”, capitalismo, socialismo e desenvolvimento local endógeno*, afirma que o DL *pode* evoluir para real *contraponto* e *contrapé* à avalanche exploratória do capitalismo turbinado pela moderna globalização. O artigo de autoria de Josemar de Campos Maciel, *Exame de ressonância sobre paciência e desenvolvimento local endógeno em subsolo teológico*, chama a atenção para o mundo metafórico oriundo da linguagem teológica, uma das primeiras articuladoras históricas do imaginário do desenvolvimento, para uma reflexão sobre o desenvolvimento local endógeno.

Maria Augusta Castilho
Editora

Sumário

Artigos

Águas que não correm mais pro mar	9
Waters that no longer flow to the sea	9
<i>Les Eaux qui ne Coulent plus Vers la Mer</i>	9
<i>Aguas que ya no Fluyen al Mar</i>	9

IORIS, A.A.R.

Uma possível hierarquização através de um índice de desenvolvimento económico e social dos Concelhos de Portugal Continental	19
Un índice del desarrollo social y económico – una clasificación posible de NUTS IV en Portugal	19
<i>A social and economic development index - NUTS ranking in Portugal</i>	19
<i>Une hiérarchisation possible par un indice de Développement Economique et Social des Conseils de Portugal Continental</i>	19

DINIZ, F.

SEQUEIRA, T.

Desenvolvimento socioeconômico local e reestruturação produtiva paranaense na década de 1990 . 29	
Socioeconomic development and production restructuring in Paraná in the 1990s decada	29
<i>Développement socioéconomique et restructuration productive du Paraná pedant la décennie 1990</i>	29
<i>Desarrollo socioeconómico y restructuración productiva del Paraná en la década de 1990</i>	29

SILVA, C.L.da

MICHON JÚNIOR, W.

Desenvolvimento local, empreendedorismo e capital social: o caso de Terra Roxa no estado do Paraná	45
Local development, entrepreneurship and social capital: the case of Terra Roxa city at Paraná state in Brazil	45
<i>Développement local, entrepreneurship et capital social: un étude sur la village de Terra Roxa dans la province du Paraná au Brésil</i>	45
<i>Desarrollo local, espíritu emprendedor y capital social: un estudio sobre la ciudad de Terra Roxa en la provincia del Paraná en Brasil</i>	45

WILLERS, E.M.

LIMA, J.F.de

STADUTO, J.A.R.

A promoção do desenvolvimento local apoiada em redes de municípios: a experiência do Consórcio Intermunicipal Central Paulista	55
The promotion of local development supported by municipality networks: the experience of Paulista Centre Intermunicipal Partnership	55
<i>La promoción de desarrollo local en redes de ciudades: la experiencia del Consorcio Intermunicipal Centro Paulista</i>	55
<i>Developpment local en une groupement des municipalités: l'expérience du Association Paulista Centre Intermunicipal</i>	55

DE LORENZO, H.C.

FONSECA, S.de A.

Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Estado de Pernambuco, 2003-2006	65
Fishing extension and local development: the experience of the Republic Presidency's Special Department of Aquiculture and Fishing in Pernambuco State, 2003-2006	65
<i>La extensión pesquera e lo desarrollo local: la experiencia de la Sección Especial de la Aquicultura e el da de Pesca del Estado de Pernambuco, 2003-2006.</i>	65
<i>Extension de pêche et développement local: l'expérience de Secretaria Spéciale de d'Aquicultura et Pesca dans l'État de Pernambuco, 2003-2006</i>	65
CARVALHO, F.E.A.de	
CALLOU, A.B.F.	
La Havane et la Ville de Mexico: une métropolisation par le patrimoine	77
Havana e a Cidade do México: uma metropolização através do patrimônio	77
<i>La Habana and Mexico City: metropolization through heritage</i>	77
<i>La Habana y la Ciudad de Mexico: una metropolizacion por medio del patrimonio</i>	77
LE BEL, P.-M.	
DE ALBA, F.	
NAVA, L.F.	
"Paciência", capitalismo, socialismo e desenvolvimento local endógeno	85
"Patience", capitalism, socialism and endogenous local development	85
<i>"Patience", capitalisme, socialisme et développement local endogène</i>	85
<i>"Paciencia", capitalismo, socialismo y desarrollo local endogeno</i>	85
ÁVILA, V.F.de	
Exame de ressonância sobre "paciência" e desenvolvimento local endógeno em subsolo teológico	99
Considerations about "patience" and endogenous local development and some theological underground	99
<i>Quelques considerations regardant la "patience" et la resonance théologique sur le développement local endogène</i>	99
<i>Resonancias sobre la "paciencia" y el desarrollo local endogeno en subsolo teologico</i>	99
MACIEL, J.de C.	
Entrevista	
Entrevista concedida a Maria Augusta de Castilho, por Francisco Ther Ríos, no II Colóquio Internacional em Desenvolvimento Local	111

Artigos

Águas que não correm mais pro mar
Waters that no longer flow to the sea
Les Eaux qui ne Coulent plus Vers la Mer
Aguas que ya no Fluyen al Mar

Antônio A. R. Ioris*

Recebido em 20/11/2007; revisado e aprovado em 25/1/2008; aceito em 20/2/2008.

Resumo: As características da Amazônia dependem, em grande medida, da extraordinária abundância e circulação de água. Ainda assim, pressões exercidas pelo desenvolvimento econômico têm comprometido seriamente os recursos hídricos regionais, através da expansão agrícola, da construção de barragens e da mercantilização do meio ambiente. A melhoria da gestão de recursos hídricos está fundamentalmente relacionada a novas bases de produção econômica, padrões tecnológicos e redistribuição de oportunidades sociais.

Palavras-chave: Amazônia. Recursos hídricos. Ecologia política.

Abstract: The characteristics of the Amazon region depend, to large extent, on the extraordinary availability and flow of water. Even so, economic development pressures have seriously impacted compromised regional water resources due to agriculture expansion, dam construction and environmental commodification. Improvements in water management are directly related to new basis of economic production, technological standards and redistribution of social opportunities.

Key words: Amazon. Water resources. Political ecology.

Résumé: Les caractéristiques de l'Amazonie dépendent, en grande mesure, de l'extraordinaire volume et circulation d'eau. Cependant, les pressions exercées par le développement économique mettent en risque les ressources hydriques de la région, en vertu de l'expansion agricole, de la construction de digues et de la mercantilisation de l'environnement. L'amélioration de la gestion des ressources hydriques est fondamentalement associée à de nouvelles bases de production économique, de nouveaux standards technologiques et à la redistribution d'opportunités sociales.

Mots-clé: Amazonie. Ressources hydriques. Écologie politique.

Resumen: En gran medida, las características naturales de la región Amazónica dependen de la extraordinaria disponibilidad y del caudal de agua. Aun así, las presiones del desarrollo económico han afectado seriamente los recursos hídricos de la región debido a la expansión agrícola, la construcción de presas y mercantilización del medio ambiente. Mejoras en la gestión del agua están relacionadas con nuevos modos de producción económica, estándares tecnológicos y redistribución de oportunidades sociales.

Palabras clave: Amazonía. Recursos hídricos. Ecología política.

Rios escondidos sem filiação certa
vão de muda nadando nadando
Entram resmungando mata a dentro
Nacos de terra caída
vão fixar residência mais adiante
numa geografia em construção
(Raul Bopp, em 'Cobra Norato')

A socionatureza das águas

A imensidão dos rios e as características hidrológicas da Bacia Amazônica são uma fonte inigualável de vida e de história. Os indígenas chegam a ter uma reverência transcendental pelas águas, a exemplo dos Tucanos, que entendem a água dos rios como o sangue que circula pelo corpo humano (DOWDESWELL, 1998). Do mesmo modo, gerações de colonizadores e viajantes se

impressionaram com a abundância de água e imponência da natureza. Em 1542, Francisco de Orellana, o primeiro explorador europeu que se aventurou das nascentes à foz, batizou o rio principal com a mitologia de suas mulheres guerreiras: Rio Grande das Amazonas. Desde então, quanto mais se sabe sobre as águas, maior é o deslumbramento. Com mais de mil afluentes irrompendo dos dois hemisférios da Terra¹, o grande rio lança ao mar 15,5% de toda a vazão do planeta. A média anual chega a 209.000 m³/s, sendo que 64% dessa vazão tem origem dentro das fronteiras brasileiras (BRAGA et al., 1999). Os afluentes descem das serras e dos planaltos para invadir uma imensa planície com altitudes que não ultrapassam 200 metros acima do nível do mar. Já as baixas latitudes garantem um fluxo constante de energia solar ao longo de todo

* Professor (lecturer) do Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Universidade de Aberdeen, Elphinstone Road, Aberdeen, AB24 3UF, Reino Unido; tel.: 0044 1224 273703; E-mail: a.ioris@abdn.ac.uk.

o ano, o que alimenta um poderoso ciclo hidrológico. Altas taxas de energia e umidade oferecem condições incomparáveis para o desenvolvimento de ecossistemas exuberantes. A principal formação vegetal, chamada de floresta ombrófila densa, cobre solos geralmente intemperizados e pobres em minerais, valendo-se da reciclagem de nutrientes e da circulação de água para sua sobrevivência.

A interação entre regime hidrológico e comunidades biológicas é tão estreita que, ao longo do tempo, o desenvolvimento da floresta passou a influenciar o clima. Estima-se que a média de precipitação seja de 2.400 mm/ano, mas, desse total, 1.382 mm/ano voltem para a atmosfera na forma de evapotranspiração (SALATI, 1985)². A floresta, portanto, não é somente consequência do clima, mas as condições climáticas dependem, em grande medida, da cobertura florestal. Isso significa que, apesar das grandes quantidades, não existe sobra de água na Amazônia, uma vez que a própria continuidade dos ecossistemas depende da água disponível. Da mesma forma, a evolução da natureza amazônica contou também com a ação de grupos sociais que, criativa e gradativamente, alteraram a composição das florestas, campos e várzeas. O universo que resulta desse metabolismo permanente entre sociedade e natureza tem características híbridas sionaturais (SWYNDGEDOUW, 2004). Assim é a Amazônia, uma imensa realidade sionatural, onde a água tem uma função vital e integradora. A hibridização entre sociedade e natureza vai muito além de formulações neodarwinistas, as quais sustentam que os atributos morfológicos e o comportamento dos indivíduos são definidos e transmitidos aos descendentes de forma anterior à sua relação com o ambiente (INGOLD, 2000). Pelo contrário, é justamente esse metabolismo sionatural que leva os seres humanos a desenvolverem qualidades e capacidades que são ao mesmo tempo individuais e sociais. Do mesmo modo, a paisagem sionatural não é externa à atividade social, mas foi intensamente vivenciada pelos ancestrais e deixada às atuais gerações como a encarnação de sua experiência temporal, com um verdadeiro monumento da continuidade da vida (INGOLD, 2000).

Apesar de ser a “Pátria das Águas” (conforme denominação precisa do poeta Thiago de Melo), pressões econômicas vêm comprometendo a base ecológica e social da Amazônia. Na verdade, os problemas de uso e conservação das águas são parte de uma destruição programada que atende a interesses políticos e econômicos de curto prazo. A característica básica do modelo de ‘desenvolvimento’ imposto à Amazônia é a expulsão da floresta para ceder lugar à agricultura, à exploração hidrelétrica e à mineração (discutidas a seguir). A remoção da floresta invariavelmente leva à degradação dos cursos de água, ao mesmo tempo que a construção de barragens ao longo dos rios tem impactos negativos sobre a natureza as populações locais (WAICHMAN et al., 2003). A ‘investida’ contra a Amazônia é apenas a etapa avançada de um sistema econômico anti-humano e anti-ambiental, enfim, anti-ecológico, o qual, no restante do país, consolidou e ampliou desigualdades sociais profundas, cruamente demonstradas pela crescente miséria das periferias urbanas e pela crônica pobreza do campo. A diferença entre a destruição da Amazônia e o que acontece nas outras regiões é a velocidade com que os ecossistemas são convertidos em lucros transitórios e a enormidade das mudanças sionaturais deixadas pelo ‘progresso’.

A Amazônia pulsa e sangra pelas suas águas

Se as Américas foram o grande laboratório da humanidade nos últimos cinco séculos, a Amazônia tem sido o grande experimento da tecnocracia brasileira nas últimas cinco décadas. Ainda nos primeiros anos da ditadura militar, uma região que compreende 54,4% do território brasileiro e encerra 78% da reserva de água doce nacional foi julgada culpada pela sua geografia e condenada a passar por um processo de domesticação chamado ‘desenvolvimento’. Atuando através de planejamento centralizado e corrupção sistêmica, os militares liberaram forças que, logo em seguida, fugiram ao seu controle... e “a Amazônia começou seu apocalipse” (HECHT e COCKBURN, 1989, p. 122). A incorporação da região ao modelo econômico hegemônico foi um processo

profundamente ideológico, formulado pelo governo brasileiro e estimulado por organizações financeiras internacionais (BARBOSA, 1996). Entre as várias atividades que passaram a receber incentivos, a agricultura predatória de curto prazo (chamada de 'agricultura moderna') é a que conta com o maior poder de devastação. A expansão agrícola na Amazônia produziu um dos maiores processos de privatização de terra da história da humanidade, o que não é apenas uma tragédia social pela perda de recursos de uso comum e proletarianização das populações locais, mas se configura também em uma tragédia ecológica de proporções planetárias (MARTINEZ-ALIER, 1991). Novas fazendas começaram a ser abertas a partir de 1966, especialmente ao longo das rodovias Belém-Brasília, da malfadada Transamazônica, da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho, que atraiu 160.000 agricultores por ano na década de 1980) e da BR-163 (Cuiabá-Santarém, agora em processo de pavimentação). A abertura de fazendas foi estimulada por benesses fiscais e por uma legislação que equivocadamente considera a remoção da vegetação um 'melhoramento' da propriedade. A partir da década de 1990, contando com novas tecnologias agrônomicas, os fazendeiros passam a depender menos de incentivos diretos do governo para expandir a produção de grãos e de carne³. Uma melhor infra-estrutura de transporte, o que inclui a navegação fluvial, especialmente a partir do porto de Santarém, passou também a viabilizar a exploração de áreas ainda mais remotas.

Enquanto que as populações ribeirinhas conviviam inteligentemente com a dinâmica das águas, fazendo uso intensivo de várzeas no período da vazante e se deslocando para as terras altas durante a época de cheias (BUNKER, 1985), a maioria dos proprietários que chegaram nas últimas décadas não desenvolveram o mesmo nível de entendimento e compromisso com a região. Como o objetivo é obter lucro o mais rápido possível, a expansão agrícola se dá através do corte brutal da floresta e do uso do fogo para 'limpeza' das glebas. Árvores centenárias, que serviam de habitat para uma inumerável quantidade de plantas, insetos, aves e outros animais, são desprezadas como se fossem palitos de fósforo. Em poucos anos,

a fertilidade natural se esgota, porque dependia da presença da floresta para a reciclagem de nutrientes. O desmatamento também produz alterações marcantes no ciclo hidrológico, já que a floresta servia como proteção do solo durante a estação chuvosa e reserva de água para a estação seca. Sem a floresta, as vazões aumentam durante o período chuvoso e se reduzem durante o período seco. Ao longo dos anos, com menores concentrações de vapor na atmosfera, há a tendência de uma diminuição progressiva da precipitação anual⁴. É importante reconhecer que o cálculo do balanço hídrico da Amazônia não é um exercício trivial para os modelos hidrológicos hoje disponíveis, sendo particularmente difícil de se demonstrar a correlação entre o desmatamento e variações na precipitação e vazão dos rios. A Bacia Amazônica tem uma hidrologia particularmente complexa em razão de um relevo extenso, muito plano e com um mosaico de coberturas vegetais. A perturbação hidrológica está ligada à extensão e distribuição espacial das áreas desmatadas (D'ALMEIDA et al., 2006). Apesar das limitações dos métodos científicos, existem indícios claros de alterações hidrológicas em bacias hidrográficas severamente afetadas pelo desmatamento na parte sul da Amazônia.

Até o ano de 2003, o desmatamento chegou a 16,2% da área da Amazônia Legal (eliminação de aproximadamente 650.000 km², mais que o território da França). A maior parte se concentra nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, onde grandes e médias fazendas respondem por aproximadamente 70% da floresta removida (FEARNSIDE, 2005). O restante do desmatamento é causado pelos pequenos produtores que chegam à Amazônia, geralmente expulsos do sertão nordestino ou dos latifúndios do centro-sul. Os pequenos fazendeiros são capturados pelo sistema político-social dominante e têm dificuldade para responder criativamente ao novo contexto e às novas experiências (NORGAARD, 1994, p. 106). A perversidade do modelo macroeconômico brasileiro faz com que exista uma relação estreita entre aceleração da economia e desmatamento na Amazônia. Entre os anos 1989 e 1994 houve um declínio no desmatamento em razão basicamente da crise

pós-Plano Cruzado, mas a estabilidade monetária oferecida pelo Plano Real permitiu que em 1995 se atingisse a maior taxa da história (FEARNSIDE, 2005). Em agosto de 2007, o Ministério do Meio Ambiente anunciou uma desaceleração do desmatamento de 25% entre 2005 e 2006, o que infelizmente indica que a agressão continua, apenas a taxas um pouco menores.

O segundo processo de apropriação e degradação das águas amazônicas a serviço do 'desenvolvimento' é a construção de barragens para geração de energia hidrelétrica. Tendo em conta as particularidades da Amazônia, em especial as extensas planícies, construir barragens já seria temerário. Mas quando se soma a isso um processo político autoritário, conhecimento científico limitado, interesses financeiros e corrupção generalizada, tem-se uma receita de desastre. Assim tem sido a experiência de geração de energia hidrelétrica na Amazônia. Os primeiros projetos foram Coaracy Nunes, no Amapá, e Curuá-Una, no Pará, mas o pior exemplo de má gestão foi Balbina, uma usina que abastece Manaus com baixíssima eficiência de geração em relação à área alagada (0,11 MW/km²). Já os maiores impactos ocorreram em Tucuruí, onde 2.160 km² de floresta foram alagados e mais de 15.000 pessoas tiveram que ser reassentadas. Entre os grupos indígenas, os Caiapós perderam suas terras ancestrais e passaram a sentir na pele a arrogância e o descaso das políticas de 'desenvolvimento'. O lago artificial de Tucuruí levou à extinção de diversas espécies biológicas e à proliferação de doenças de veiculação hídrica. Nos primeiros anos, o lago apresentou péssima qualidade da água em razão da decomposição anaeróbica da vegetação e do uso criminoso de herbicidas, somadas à estratificação térmica e química da água. Muitos desses problemas continuam.

Apesar dos erros do passado, a ameaça de exploração hidrelétrica da Amazônia nunca esteve tão em pauta como agora, já que a região alegadamente detém cerca de 50% do potencial elétrico nacional. O Plano 2010 da Eletrobrás prevê 297 locais para a instalação de novas usinas no país, sendo que 79 das obras se localizam na Amazônia. As duas principais áreas de expansão estão localizadas no Rio Madeira e formadores do Ta-

pajós, e nos Rios Xingu e Tocantins. Na Bacia do Madeira, depois de uma longa disputa política, as usinas de Jirau e Santo Antônio receberam licença prévia de instalação em julho de 2007, aceitando o alagamento de 529 km² (ver abaixo). Na Bacia do Xingu, apesar de ter sido aprovado pelo Congresso Nacional em 2005, continua a polêmica em relação à Barragem de Belo Monte. Desde 1989, a população de Altamira e os indígenas mantêm uma resistência organizada e bastante influenciada pela traumática experiência com Tucuruí. Em razão dos protestos, o desenho inicial foi alterado e a área a ser alagada diminuiu de 6.000 km² para 400 km². Contudo, persiste a grande desconfiança de que o projeto total envolveria outras barragens a montante de Belo Monte. Existe a suspeita que esse projeto megalomaniaco, terceiro maior do planeta, teria o objetivo de não somente gerar energia elétrica, mas também facilitar a atração de mais agricultores para a Amazônia Oriental. Outras atividades estariam sendo planejadas em função de Belo Monte, como um acordo com investidores chineses para instalar uma usina de alumínio na região de Barcarena (Pará). Assim, o aproveitamento das águas da Amazônia torna-se cada vez mais integrado às dinâmicas da globalização econômica.

Além da agricultura e das hidrelétricas, a mineração e o garimpo são intervenções que também têm causado impactos consideráveis sobre as águas da Amazônia. O maior projeto de mineração, Carajás, consumiu US\$ 62 bilhões para permitir a extração de ferro, ouro, níquel, cobre, manganês e bauxita, mas as repercussões ambientais incluem também a exploração florestal e agrícola, fazendo com que as repercussões de Carajás se estendam por mais de 10% do território nacional. Da mesma forma, a mineração de bauxita no Rio Trombetas tem sido também responsável pela deterioração da qualidade da água em função da lavagem de efluentes tóxicos. Há denúncias de que a exploração de petróleo em Urucu e Juruá vem lançando rejeitos oleosos nos rios e causando poluição pelo rompimento de tubulações. O garimpo, que existe na Amazônia desde o século 17, aumentou exponencialmente a partir da década de 1970. Tanto o garimpo de fundo de rio, quanto o garim-

po nos barrancos dos igarapés causam intensa sedimentação e, conseqüentemente, aumento da turbidez da água. Além de sedimentos, entre 100 e 130 toneladas de mercúrio metálico são anualmente utilizadas para extração artesanal de ouro e depois lançadas no ar e nos rios da Amazônia. A contaminação causada pelo garimpo provavelmente se soma ao mercúrio do solo liberado pelo desmatamento (WASSERMAN et al., 2003). No ambiente, mercúrio metálico torna-se metilmercúrio, uma substância extremamente tóxica e que se acumula na cadeia alimentar. Como o consumo de peixes é a principal fonte de proteína para a população regional, existem indícios preocupantes de contaminação humana por mercúrio, especialmente pelo consumo de espécies carnívoras, como piranha e tucunaré.

Outro problema cada vez mais agudo é a crescente urbanização da região Amazônica sem as mínimas condições de saneamento ambiental. Em termos comparativos, a região tem uma densidade demográfica baixa (5 habitantes/km²), mas isso não diminui o impacto das concentrações urbanas sobre os ecossistemas locais. Segundo dados oficiais, o abastecimento de água serve 63% da população amazônica, mas o esgotamento sanitário está disponível a apenas 9% dos habitantes. Isso significa que quase todo o esgoto é lançado sem tratamento e diretamente no meio ambiente. O caso mais grave é Manaus, uma cidade que em poucos anos cresceu 15 vezes e hoje comporta 1,5 milhão de habitantes, muito em razão dos subsídios que movimentam a Zona Franca. O ritmo desenfreado de crescimento, somado à ausência de planejamento urbano, tem levado a uma ocupação crescente de margens de igarapés. Os moradores não têm alternativa senão o lançamento de esgoto nas águas próximas de suas residências, que ficam cada vez mais contaminadas por metais e coliformes fecais. Por outro lado, são inúmeros os bairros da cidade de Manaus que não têm água encanada ou onde a água chega aos domicílios de forma irregular e com péssima qualidade. Não pode haver prova mais contundente da patologia do crescimento econômico do que haver escassez de água no coração da Amazônia... À qualidade precária do serviço público, somam-se interes-

ses políticos e financeiros que jogaram a cidade na aventura da privatização em 2000. Trata-se do mesmo processo de privatização da água que, como em outras partes do país, trouxe aumento de tarifas e atingiu primeiro e mais fortemente as populações de menor renda.

Como se não bastassem os impactos negativos da agricultura, navegação, barragens, mineração, garimpo e explosão urbana, existe uma ameaça ainda maior e mais devastadora sobre as águas da Amazônia: as mudanças climáticas globais. Hoje quase não restam mais dúvidas que o planeta vem se aquecendo devido ao acúmulo de 'gases de efeito estufa' na atmosfera. A principal fonte desses gases é a economia perdulária dos países industrializados, ao que se somam contribuições do desmatamento, das queimadas e dos reservatórios hidrelétricos. Os cientistas prevêm que as mudanças climáticas produzirão menor precipitação e diminuição da vazão dos rios da Amazônia (GASH et al. 2004). O aquecimento planetário deve também intensificar os efeitos do El Niño, fenômeno que é periodicamente responsável por secas na Amazônia. O ano de 2005 serviu como prenúncio desse futuro incerto e arriscado, quando uma grave seca afetou 914 comunidades e produziu cenas grotescas de gado morrendo de sede e barcos encalhados no leito dos rios. O mais sombrio é que, com o aquecimento crescente da Terra, a floresta passa a liberar mais e acumular menos carbono. Isso potencializa o efeito estufa e acelera ainda mais o aquecimento. Se o processo continuar no atual ritmo, no meio do Século 21 a floresta estará irremediavelmente perdida e será substituída por uma vegetação semelhante ao cerrado. Outra conseqüência será a redução de chuvas em outras partes da América do Sul, em particular no sudeste brasileiro, o que obviamente levará à substancial diminuição de todo o potencial agrícola e hidrelétrico nacional. Há, portanto, uma interligação complexa e assustadora entre a degradação ambiental da Amazônia e a produção de sérios impactos sobre a vida e a economia de toda o continente.

Os novos (mesmos) erros da ação governamental

O avanço da economia brasileira sobre as águas e os outros recursos ecológicos da Amazônia dependeu da ação autoritária do Estado, necessária para a subordinação de populações e ecossistemas à lógica da acumulação rápida e fácil de capital. Segundo a doutrina oficial, as novas atividades 'produtivas' precisam atuar sem barreiras ambientais ou sociais que tragam dificuldades para a viabilidade dos negócios. Contudo, o projeto de 'integração nacional' das últimas décadas nada mais fez do que deslocar a região Amazônica de uma condição periférica para outra igualmente dependente, tendo em conta que, apesar de toda a degradação causada pelo 'desenvolvimento', a economia regional corresponde a apenas 3,7% do PIB brasileiro (dados de 2003). O baixo percentual se explica pela sub-valorização e super exploração da natureza. O ganho de curto prazo e a aniquilação da natureza são justificados pelos economistas em função de taxas de desconto e outros artifícios analíticos. Contudo, a realidade nua e crua escapa aos modelos econômicos e aos escritórios de planejamento. Na verdade, o crescimento econômico regional reproduz sistemas de controle político e discriminação social estabelecidos na país ainda no período colonial (BRYANT, 1998). O processo avassalador de destruição da Amazônia somente se explica pelo binômio de insustentabilidade e injustiça ambiental, uma vez que a mesma degradação que permite o enriquecimento de alguns poucos remove direitos da maioria da população. É fácil perceber que as questões de acesso e uso dos recursos ecológicos da Amazônia têm relação com disputas por terra e água nas outras regiões do país ao forçarem a imigração em massa para a região. Mas, ao invés de resolver a pobreza dos que lá chegam, a economia perversamente se alimenta dos baixos salários e da manipulação das populações locais. O resultado final do 'desenvolvimento' é a inscrição dessas profundas desigualdades sociais na paisagem socionatural da Amazônia.

Quando se constata a grandeza da destruição e das ameaças futuras sobre as águas da Amazônia, cabe perguntar qual tem sido

a resposta oficial e quais as medidas adotadas para resolver os problemas e reduzir os conflitos criados pelo 'desenvolvimento'. O setor de recursos hídricos no Brasil é aclamado por muitos por contar, há mais de uma década, com uma legislação dita avançada – a Lei 9.433 de janeiro de 1997 – que estabeleceu novos procedimentos de gerenciamento por bacia hidrográfica. Em razão da nova lei, existe hoje com uma extensa estrutura administrativa voltada a políticas públicas de recursos hídricos, incluindo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a Agência Nacional de Águas (ANA) e órgãos equivalentes nos estados. Entre os novos instrumentos de gestão de recursos hídricos estão a emissão de outorga (licença) e a cobrança pelo uso da água, porém sua implementação nos rios da Bacia Amazônica é praticamente nula. O próprio governo reconhece que os órgãos oficiais têm tido uma atuação incipiente na Amazônia e que, provavelmente, a região precisaria de uma configuração institucional específica para atender às suas características hidrológicas (MMA, 2006, p. 130). Além de ser um modelo que não oferece respostas efetivas à degradação e aos conflitos pelos recursos hídricos na região, o novo sistema de regulação reproduz a tradicional concentração de poder decisório nas regiões sul e sudeste.

O mais grave é que, apesar de identificar os graves problemas da região, o novo modelo oficial de gestão permite que a água continue sendo motivo de divisão, lucro, e incertezas. A implantação da nova Lei dos Recursos Hídricos tem produzido pouco mais do que uma mera mudança de estilo, uma vez que substituiu as medidas claramente autoritárias dos militares por um autoritarismo 'moderno' e dissimulado. Isso se demonstra pelo fato de que as instâncias de representação criadas por lei (conselhos e comitês de bacia) formalmente significam um espaço de debate democrático e a resolução de conflitos. Na prática, apesar da aparência de descentralização e preocupação ecológica, a estrutura continua sendo controlada pelos mesmos setores oligárquicos que sempre comandaram o 'desenvolvimento' (burocracia estatal, grandes proprietários, industriais e políticos tradicionais). Um exemplo da reprodução das antigas ideologias

desenvolvimentistas é o fato de o sistema oficial ter recentemente reafirmado que a universalização do acesso à água no país somente poderá ser atingida com um crescimento econômico acelerado e que não poupe as reservas da Amazônia (GEO Brasil, 2007, p. 209). Em termos concretos, isso significa a perpetuação da mesma lógica de exploração dos recursos naturais e acumulação de capital que há décadas vem produzindo impactos sociais e ambientais severos. A mesma posição ideológica é facilmente identificada no Plano Amazônia Sustentável (PAS), publicado em 2006 e que tem o aval do Ministério do Meio Ambiente. O plano corretamente reconhece os erros cometidos pelo governo no passado, mas se limita a oferecer uma longa lista de investimentos em usinas hidrelétricas, estradas e exploração mineral. Atrás de um discurso de sustentabilidade, o PAS demonstra ser apenas uma versão requeitada do velho modelo de crescimento econômico excludente. Outra prova da manutenção dos vícios do passado é a implantação de 97 'projetos de desenvolvimento sustentável' (PDS) a partir de 2006, os quais teoricamente promoveriam um uso racional da floresta por pequenos produtores. Contudo, os assentados pelo INCRA rapidamente venderam seus direitos de exploração madeireira às grandes empresas do setor. A pressão política para que os recursos da região continuem sendo explorados faz com que a Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA), assinado em 1978 por todos os países da Bacia, até hoje praticamente não tenha saído do papel.

A prova mais cabal da manutenção da racionalidade econômica e do desprezo pelo futuro do Amazônia brasileira foi recentemente dada pela coação dos órgãos ambientais a aprovarem as duas hidrelétricas no Rio Madeira mencionadas acima (Jirau e Santo Antônio). O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pelos empreendedores (Fornas Centrais Elétricas e Odebrecht) fez uma avaliação tendenciosa dos prováveis impactos, buscando encobrir a degradação ambiental causada pelo projeto com os benefícios econômicos indiretos. Trata-se do velho argumento de que a natureza pode ser livremente substituída pela

criação de (alguns) empregos e geração de (algum) imposto. O análise do IBAMA, assinado por uma equipe de oito técnicos, competentemente identificou os impactos ambientais que foram minimizados ou ignorados na preparação do EIA, especialmente problemas de assoreamento dos rios, alteração da dinâmica de sedimentos e extinção de espécies de peixes, fauna e flora (Parecer Técnico n. 014/2007 - COHID/ CGENE/ DILIC/ IBAMA, de 21/3/2007). Apesar de o parecer claramente condenar o projeto, a pressão dentro e fora do governo pela sua aprovação revelou a face mais atrasada das lideranças políticas e econômicas nacionais. O desprezo pelos órgãos de fiscalização deixou a nítida impressão que toda a estrutura de proteção do meio ambiente, incluindo o IBAMA, o CNRH e a ANA, tem uma função meramente decorativa frente aos interesses econômicos e à política patrimonialista do governo.

Existe ainda uma nova e mais dissimulada ameaça sobre a natureza e as populações da Amazônia: o pagamento por serviços ambientais, o que inclui ações como a manutenção da biodiversidade, o seqüestro de carbono e a preservação do ciclo hidrológico. A idéia é converter esses serviços em valores monetários, que seriam pagos pelos beneficiários ou por empresas que queiram compensar seus impactos ambientais com a compra de tais serviços na Amazônia. Dois projetos de lei foram recentemente apresentados no Congresso Nacional (PL 792/2007 e PLS 142/2007), buscando incorporar os serviços ambientais ao texto da Lei 9.433. O pagamento por serviços ambientais é uma solução engenhosa, que atrai ambientalistas e acadêmicos, mas na verdade significa uma alternativa conservadora e enganosa. Em primeiro lugar, a implantação de pagamento por serviços ambientais requer uma complexa estrutura de certificação, o que evidentemente estaria muito aquém de grande parte das populações locais. Além disso, há o problema ético de colocar preço e realizar transações comerciais envolvendo seres vivos e processos ecológicos. Delegar ao mercado as respostas para problemas fundamentalmente produzidos pelo hipertrofia do próprio mercado é acreditar que o veneno, em maior dose, pode salvar o moribundo. Em terceiro

lugar, traz risco aos outros 'serviços' ambientais que ficarem fora do sistema de pagamentos, ficando sujeitos a uma degradação ainda maior. A proposta de pagamento por serviços ambientais simplesmente ignora que a conservação dos recursos ecológicos envolve questões normativas e decisões políticas externas à quantificação monetária e ao raciocínio puramente econômico.

O caminho inverso

Cada vez mais, a exploração inconsequente da Amazônia faz com que 'menos água corra para o mar', tanto em sentido figurado, quanto também literal. O pior é que a degradação por que passa a região Amazônica é grave, mas infelizmente não é exclusiva. Pelo contrário, o processo de 'desenvolvimento' das últimas décadas reproduziu o mesmo modelo econômico e político que devastou os ecossistemas litorâneos, o cerrado e a caatinga. Assim, a Amazônia apenas reflete os velhos fundamentos da crise brasileira: desigualdade social e depredação da base ecológica (COSTA, 2001). O sistema econômico imposto à Amazônia depende diretamente da miséria e opressão da maioria da população e da degradação ambiental generalizada. Sua continuidade significa sentenciar a região a ficar sem qualquer perspectiva de encontrar o caminho de um verdadeiro desenvolvimento. Portanto, soluções efetivas aos problemas sionaturais da Amazônia passam pela democratização do Estado e pela inversão das prioridades políticas e econômicas. A conservação das águas da Bacia Amazônica precisa ser coordenada em uma hierarquia de escalas que se estenda de respostas no âmbito local a medidas de abrangência nacional e internacional. O caso mais premente é a energia elétrica, onde a demanda no centro-sul representa cada vez mais um pesado fardo sobre os rios da Amazônia. Ao mesmo tempo, os latifúndios do desmatamento deveriam ser abolidos em favor, por exemplo, de sistemas de produção agroflorestal nas planícies Amazônicas, as quais são um dos sistemas ecológicos mais produtivos do mundo (KERR et al., 2002). A boa notícia é que existem milhares de organizações da sociedade civil que já perceberam a estreita interrelação entre

questões sociais e ambientais da Amazônia (SCHOLZ, 2005). O mais importante é compreender que a reação política pela manutenção dos estoques superficiais e subterrâneos de água fazem parte da mesma luta por melhores condições de vida no campo e nas cidades. Essa luta equivale a trazer Orellana de volta ao Rio Amazonas para encontrar, agora, o caminho da foz às nascentes... Somente o caminho inverso do 'desenvolvimento' poderá garantir a continuidade da vida e das boas histórias da Amazônia.

Notas:

- ¹ O território da Bacia Amazônica é compartilhada por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.
- ² Pesquisas mais recentes indicam que a reciclagem da precipitação parece ser menor (entre 20-30%). Mesmo assim, é um percentual ainda significativo e capaz de influenciar o clima de grande parte da América do Sul.
- ³ Até 1991 o governo brasileiro oferecia diversas formas de incentivo e subsídio direto para interessados em 'produzir' na Amazônia. Desde então, os incentivos se transformaram em apoio indireto. Provavelmente, a maior forma de incentivo hoje seja a tolerância do Estado com práticas de desmatamento e destruição ambiental ilegais, expressa na incapacidade dos órgãos de fiscalização.
- ⁴ A relação entre desmatamento e diminuição da precipitação, chamada de dissecação, foi descrita por Teofrasto ao redor do ano 300 AC (cf. GROVE, 1995).

Referências

- BARBOSA, Luiz C. The People of the Forest against International Capitalism: Systemic and Anti-Systemic Forces in the Battle for the Preservation of the Brazilian Amazon Rainforest. In: *Sociological Perspectives* (39), p. 317-331, 1996.
- BRAGA, Benedito; SALATI, Eneas; MATTOS DE LEMOS, Haroldo. Sustainable Water-resources Development of the Amazon Basin. In: *Management of Latin American River Basins: Amazon, Plata and São Francisco*. Tokyo: United Nations University Press, 1999. p. 3-47.
- BRYANT, Raymond L. Power, knowledge and political ecology in the Third World: A review. In: *Progress in Physical Geography* (22), p.79-94, 1998.
- BUNKER, Stephen G. *Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange and the Failure of the Modern State*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1985.
- COSTA, Francisco A. Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: O Papel Estratégico do Campesinato. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 289-313.

- D'ALMEIDA, Cassiano; VÖRÖSMARTY, Charles J.; MARENGO, José A.; HURTT, George C.; DINGMAN, S. Lawrence; KEIM, Barry D. A Water Balance Model to Study the Hydrological Response to Different Scenarios of Deforestation in Amazonia. In: *Journal of Hydrology* (331), p. 125-136, 2006.
- DOWDESWELL, Elizabeth. Were Peaceful Waters Flow. In: *Water International* (23), p. 13-16, 1998.
- FEARNSIDE, Philip M. Deforestation in Brazilian Amazonia: History, Rates and Consequences. In: *Conservation Biology* (19), p. 680-689, 2005.
- GASH, J.H.C.; HUNTINGFORD, C.; MARENGO, J.A.; BETTS, R.A.; COX, P.M.; FISCH, G.; FU, R.; GUANDU, A.W.; HARRIS, P.P.; MACHADO, L.A.T.; VON RANDOW, C.; SILVA DIAS, M. A. Amazonian Climate: Results and Future Research. In: *Theoretical and Applied Climatology* (78), p. 187-193, 2004.
- GEO Brasil. *Recursos Hídricos*. Brasília: MMA, ANA e PNUMA, 2007.
- GROVE, Richard H. *Green Imperialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HECHT, Susanna; COCKBURN, Alexander. *The Fate of the Forest. Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon*. London and New York: Verso, 1989.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London and New York: Routledge, 2000.
- KERR, Jürgen; KREIBICH, Heidi; DARWICH, Assad. Nitrogen Dynamics on the Amazon Flood Plain in Relation to the Flood Pulse of the Solimões River. In: *The Ecohydrology of South American Rivers and Wetlands. IAHS Special Publication* (6), 2002, p. 35-47.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. Ecological Perception, Environmental Policy and Distributional Conflicts: Some Lessons from History. In: *Ecological Economics: The Science and Management of Sustainability*. Constanza, R. (ed.). New York: Columbia University Press, p. 118-136, 1991.
- MMA. *Plano Nacional de Recursos Hídricos*. Brasília: MMA, 2006.
- NORGAARD, Richard B. *Development Betrayed: The End of Progress and a Co-Evolutionary Revisioning of the Future*. Florence, KY: Routledge, 1994.
- SALATI, Eneas. The Climatology and Hydrology of Amazon. In: *Amazonia. Key Environments*. New York: Pergamon Press, 1985, p. 18-48.
- SCHOLZ, Imme. Environmental Policy Cooperation among Organised Civil Society, National Public Actors and International Actors in the Brazilian Amazon. In: *European Journal of Development Research* (17), p. 681-705, 2005.
- SWYNDGEDOUW, Erik. *Social Power and Urbanization of Water: Flows of Power*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- WAICHMAN, Andrea V.; SILVA, Maria S.R.; PINTO, Antônia G.N.; SILVA, Márcio L. Influência das Ações Antrópicas nas Águas da Amazônia. In: *O Estado das Águas no Brasil, 2001-2002*. Brasília: ANA, 2003. p. 275-283.
- WASSERMAN, Júlio C.; HACON, Sandra; WASSERMAN, Maria A. Biogeochemistry of Mercury in the Amazonian Environment. In: *Ambio* (32), p. 336-342, 2003.

Uma possível hierarquização através de um índice de desenvolvimento económico e social dos Concelhos de Portugal Continental

Un índice del desarrollo social y económico –
una clasificación posible de NUTS IV en Portugal
A social and economic development index - NUTS ranking in Portugal
*Une hiérarchisation possible par un indice de Développement Economique
et Social des Conseils de Portugal Continental*

Francisco Diniz*
Teresa Sequeira*

Recebido em 31/8/2007; revisado e aprovado em 10/12/2007; aceito em 18/2/2008.

Resumo: O objectivo inicial deste trabalho é o cálculo um Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES) ao nível de cada concelho (NUT IV) de Portugal e de seguida procede-se à construção de *clusters*. Os resultados apontam a dicotomia litoral/interior e significativas assimetrias entre os concelhos que integram o país, o que sugere a necessidade de uma especial precaução na delimitação espacial da aplicabilidade de políticas de desenvolvimento regional, em nome da sua eficácia real.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento Económico e Social. Desenvolvimento Local. Análise de *Clusters*.

Resumen: El objetivo inicial de este trabajo es el cálculo un índice del desarrollo económico y social (IDES) al nivel de cada *concelho* (NUTS IV) de Portugal, seguido de la construcción de *clusters*. Los resultados señalan la dicotomía área costera/ interior y asimetrías entre los *concelhos* que integran el país, qué sugiere la necesidad de una precaución especial en la delimitación del espacio de la aplicabilidad de la política del desarrollo regional, a nombre de su eficacia verdadera.

Palabras clave: Índice del desarrollo económico y social. Desarrollo local. Análisis de *clusters*.

Abstract: The aim of this study is to calculate a Social and Economic Development Index (SEDI), regarding each concelho (NUTS IV) of Portugal. From there it will move forward to seeking for clusters. Results point to coastal areas/hinterland dichotomies as well as the significant asymmetries between each concelho, which suggests the need for a special care in setting up the spatial boundaries prior to its application to regional development policies on behalf of its true effectiveness.

Key words: Social and Economic Development Index. Local development. Cluster Analysis.

Resumo: L'objectif initial de ce travail est le calcul d'un Indice de Développement Economique et Social (IDES) au niveau de chaque conseil (NUT IV) du Portugal et ensuite à la construction de *clusters*. Les résultats indiquent la dichotomie côte/province intérieure et les asymétries significatives entre les conseils qui intègrent le pays, ce qui démontre le besoin d'une préoccupation spéciale dans la délimitation spatiale de l'applicabilité des politiques de développement régional, au nom de son efficacité réelle.

Palavras-chave: Indice de Développement Economique et Social. Développement Local. Analyse de *Clusters*.

1 Introdução

Se o desenvolvimento é o futuro este, seguramente, não pode existir sem um claro conhecimento do passado. Ao processo de desenvolvimento está associada, em primeiro lugar, a ideia de observação de uma determinada situação de partida. Ao ser sujeita a uma reflexão aprofundada, torna-se objecto da implementação de um modelo de crescimento indissociável à sua transformação e mudança para um estado não só quantitativamente, mas também, qualitativamente superior.

Apesar do PIB real *per capita* ser um dos indicadores a que se recorre de forma mais frequente para medir e comparar processos de crescimento/desenvolvimento económico ocorridos em diferentes espaços, o facto de este apenas abranger uma das facetas do desenvolvimento regional, suscita inúmeras críticas por parte dos investigadores que expõem o seu carácter redutor. Na sua exclusiva aplicação, este indicador acaba por negligenciar, por um lado, a vertente social (acesso à educação, saúde, e outras condições de vida) e, por outro, por menosprezar outras variáveis igualmente importantes

* Francisco Diniz (fdiniz@utad.pt) e Teresa Sequeira (tsequeir@utad.pt) são investigadores doutorados do CETRAD e docentes do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Av. Almeida Lucena, 1. 5000-660 Vila Real - Portugal. Tel: 00 351 259 302 200. Este artigo foi apresentado ao XIII Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, nos Açores, em julho de 2007.

para medir a *performance* económica de um determinado território (BASTER, 1972).

O objectivo deste trabalho consiste, em primeiro lugar, em apresentar uma forma de hierarquizar unidades territoriais de Portugal Continental, ao nível do concelho, tendo-se em consideração as considerações acerca do seu posicionamento em termos de um indicador de desenvolvimento económico e social que contemple variáveis susceptíveis de cobrirem inúmeros aspectos para além dos estritamente ligados à economia. Posteriormente, procura-se detectar a presença de relações de homogeneidade entre os diversos concelhos, partindo de um método estatístico multivariado – os *clusters*. De forma a elucidar os vários passos levados a cabo para cumprir as tarefas acima referidas, será descrita, no ponto 2, a estrutura metodológica utilizada.

No Ponto 3, procede-se à apresentação e consequente análise dos resultados obtidos, que são aprofundados no ponto 4, numa tentativa de obtenção de obtenção de *clusters*.

Este trabalho termina com algumas reflexões e considerações finais, apresentando as limitações do estudo e algumas pistas para investigação futura.

2 Aspectos metodológicos

Desde de 1990, o PNUD analisa a história recente (a partir de 1960) da evolução do desenvolvimento humano, um fenómeno que se revela, antes de mais, como um processo que conduz ao alargamento das possibilidades oferecidas a cada indivíduo através da realização de três condições essenciais: uma longa vida, uma boa saúde e a aquisição de um saber que permita o acesso aos recursos necessários para auferir um nível de vida conveniente.

No entanto, o conceito de desenvolvimento humano não se esgota com o atingir destes pressupostos, englobando outras dimensões, igualmente importantes (embora de difícil execução), que se prendem com a liberdade política, económica e social; a criatividade; a produtividade; e o respeito pela garantia dos direitos humanos fundamentais. Revela, por isso, dois aspectos indissociáveis, nomeadamente, a criação de capa-

cidadeis pessoais por um lado, e o uso que os indivíduos dão a essas mesmas capacidades, quer para fins produtivos ou lazer, quer para outros fins políticos, culturais e sociais, por outro. A inexistência de um equilíbrio entre estes dois aspectos do desenvolvimento humano conduz a uma enorme frustração (SEERS, 1972).

Neste sentido foi introduzido, em 1995, o tema do género, passando-se a analisar em que medida a consideração das diferenças de oportunidades entre os géneros poderia alterar a hierarquização dos países face ao seu nível de desenvolvimento. De igual forma, foi dada relevância ao grau de participação das mulheres na vida política e económica da sociedade. A partir de 1997, uma atenção especial à situação da pobreza humana foi materializada através de uma medida da situação dos países, tendo em conta a diferenciação do estatuto da pobreza quando o nível de desenvolvimento é elevado ou ainda está numa fase mais recuada. Por fim, em 1999, foi calculado um índice de realização tecnológica com o fim de definir países líderes, líderes potenciais e seguidores dinâmicos das novas tecnologias (PNUD, 2007).

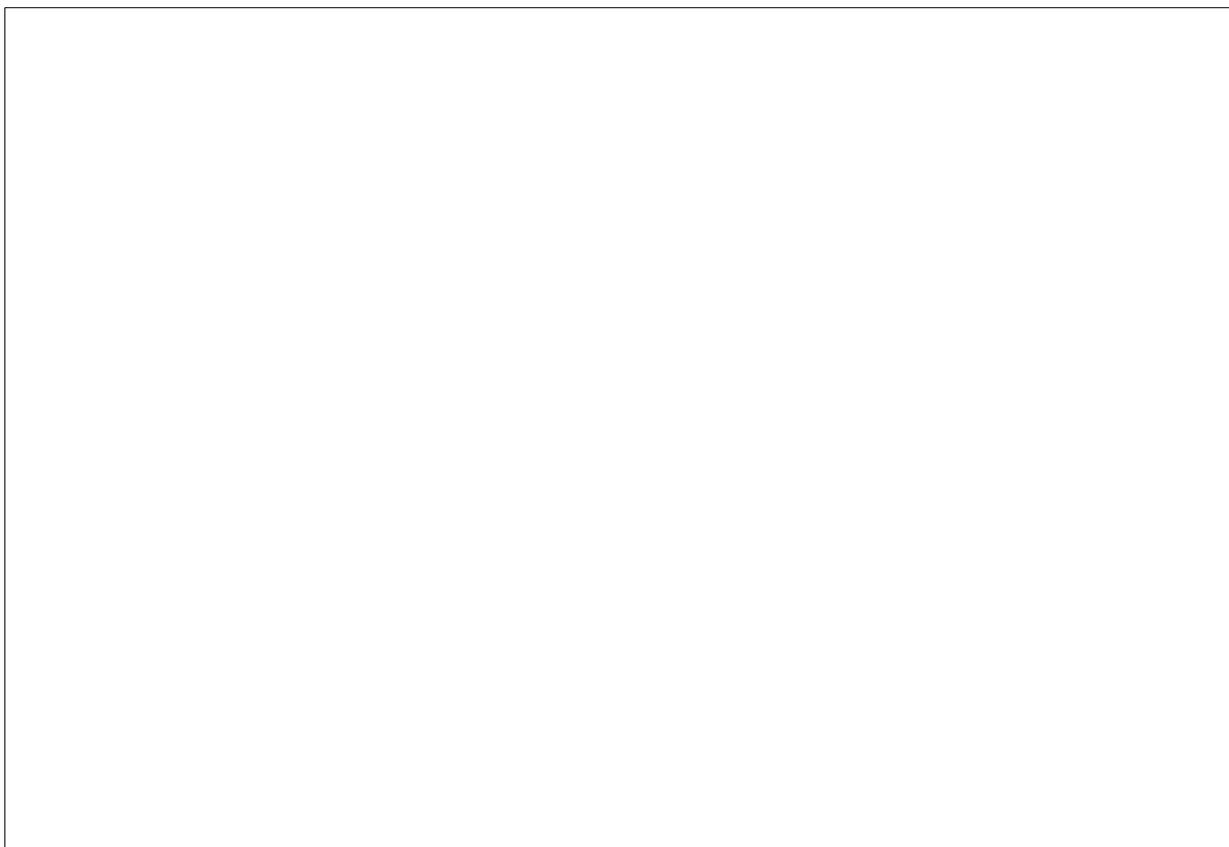
O presente estudo propõe uma metodologia que segue de perto a que foi adoptada pelo PNUD nos Relatórios anuais sobre o desenvolvimento humano, para quantificar o desenvolvimento económico e social, ao nível local, tomando em consideração a integração de diferentes dimensões (demográfica, económica, social e ambiental), com vista a dar resposta a uma visão conceptual integrada de desenvolvimento.

Relativamente ao modelo de sistematização dos indicadores, optou-se pela utilização de indicadores de *status quo*. Com efeito, e apesar de se considerar que a realidade do desenvolvimento é representada de uma forma mais adequada quando se analisam as diferentes formas dos indicadores (pressão, *status quo* e resposta)¹, bem como as interacções existentes entre estas - dado a análise em apreço se reportar ao *status quo* das dinâmicas de desenvolvimento do território que integra a totalidade dos 278 concelhos correspondentes a Portugal Continental - opta-se por levar apenas em consideração a primeira forma enunciada.

Tendo em conta os aspectos metodológicos já referidos, bem como a disponibilidade de dados estatísticos à escala concelhia, o IDES ora elaborado resulta de 15 indicadores representativos de diferentes domínios de abordagem do desenvolvimento (Quadro 1). Assim, ao nível demográfico consideram-se quatro indicadores que procuram levar em consideração não só a vitalidade, como a dinâmica da evolução dos recursos humanos de cada território, ao nível do crescimento demográfico, incluindo o natural e o migratório, e da taxa de fecundidade. No plano da educação, pretende-se medir o grau de ensino atingido pela população, recorrendo para tal, à análise das taxas de analfabetismo, assim como à mensuração da dimensão da população que tem como habilitações o ensino superior. Em seguida, retratam-se as questões do emprego, economia, e sector empresarial, a partir de sete indicadores que nos aportam um importante contributo para o conhecimento mais aprofundado das con-

dições de vida da população, em termos de trabalho e rendimento, traçando igualmente um perfil da estrutura empresarial dos territórios em causa, e de todo um conjunto de questões fundamentais para o assegurar da própria sobrevivência, e para garantir o sentido de pertença e a coesão social. Por fim, os níveis da saúde e da habitação reforçam a componente social retratada neste índice, procurando avaliar não só a dotação em equipamentos como, também, os respectivos graus de acessibilidade, o que traduz, em certa medida, o impacto social das condicionantes demográficas e económicas locais. De resto, no indicador condições de habitabilidade, encontra-se também presente a vertente ambiental, ao serem incluídas três medidas desta variável no indicador composto, no sentido de se medirem diferentes aspectos da vida económico-social com influência na qualidade ambiental dos recursos e do território, como seja o caso da água e dos resíduos.

Quadro 1. Componentes do IDES



Outro aspecto metodológico definido diz respeito ao tratamento da informação. Neste caso, a opção foi por uma análise tipo *benchmarking*, recorrendo para o efeito, a valores de referência: a situação mais favorável (L_s) e a mais desfavorável (L_i). Desta forma, o valor de cada indicador para cada concelho é transformado tendo por referência quer o valor mais favorável, quer o mais desfavorável para o caso do conjunto dos concelhos analisados, do qual resulta um intervalo de variação entre zero e um. A leitura dos valores obtidos permite averiguar do posicionamento relativo de cada concelho em relação aquele que detém um resultado mais favorável, sendo ainda igualmente possível averiguar os respectivos níveis de coesão inter e intra territoriais.

A etapa metodológica seguinte consistiu na agregação de todos os índices. Para tal, foi dada igual ponderação⁵ a cada um dos 15 indicadores, procurando, assim, embora de forma subjectiva, reflectir no índice final a percepção dos autores quanto ao peso relativo que cada indicador tem ao nível do desenvolvimento. Assim, num primeiro momento cada valor de cada indicador é transformado do seguinte modo:

onde,

I_i = índice do indicador do concelho

X = indicador do concelho

L_i = valor mais desfavorável para o indicador

L_s = valor mais favorável para o indicador

Num segundo momento, os diferentes indicadores transformados são agregados do

modo seguinte: $SEDI = \sum_{i=1}^{15} I_i$

Para a construção de *clusters*, procurámos, numa primeira fase, obter *clusters* hierárquicos, com base em técnicas aglomerativas e divisivas, métodos que recorrem a passos sucessivos, onde os indivíduos, neste caso os concelhos, são considerados, à partida, individualmente, um *cluster* e, depois, agrupados de acordo com as suas proximidades ou, ao contrário, inseridos num único

cluster, e, posteriormente divididos em sub-grupos, em função da distância (MAROCO, 2003).

Foram testados diversos métodos de ligação entre os *clusters*, com o *software SPSS*, no sentido de verificar se estes produzem resultados similares, tal como sugerem Pestana e Gajeiro (2003) e Maroco (*op. cit.*). Deste modo, constatámos que obtivemos resultados de agregação bastante semelhantes para os métodos *Complete* e *Average Linkage* (Within groups). Ao utilizar um método não hierárquico, o método *K-means*⁶, os resultados que mais se assemelham entre este último, não hierárquico, e os métodos hierárquicos referidos anteriormente foram os obtidos pelo método *Complete Linkage*⁷, pelo que será este método que iremos eleger para fazer a comparação entre os dois tipos de métodos.

3 Análise dos resultados

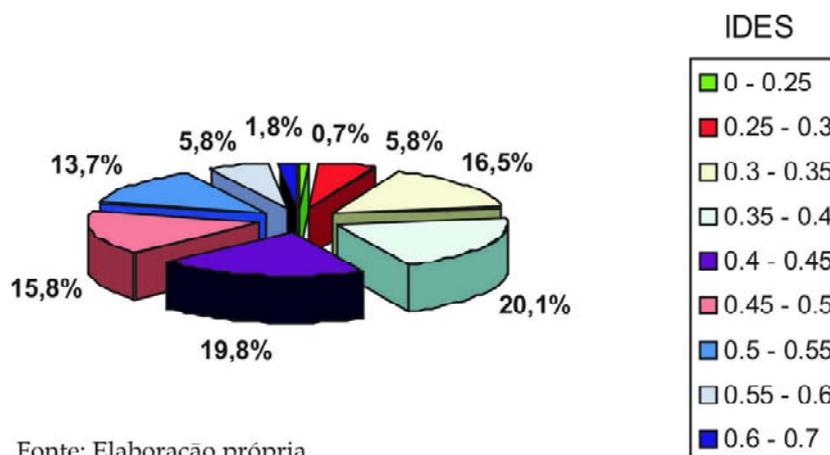
Uma vez descritos os procedimentos metodológicos utilizados para o tratamento dos dados inerentes às variáveis escolhidas para retratar os vários níveis abordados, foi possível calcular, para cada um dos 278 concelhos de Portugal Continental, um índice de desenvolvimento económico e social - IDES. Tendo por base a construção deste índice e os valores atingidos ao nível concelhio, começar-se-á por analisar a posição hierárquica ocupada por cada concelho, justificando o seu estado de desenvolvimento pelo ranking ocupado em cada um dos 15 indicadores que compõem o índice final.

O IDES apresenta um valor que oscila entre um pouco menos de $\frac{1}{4}$ e um máximo de aproximadamente $\frac{2}{3}$. O valor do coeficiente de variação é pouco significativo, uma vez que o desvio padrão é cerca de 20% do valor da média. O concelho de Vinhais assume o valor mais baixo do índice (0.2364), o que significa que só está cerca de 24 pontos percentuais acima de ter a pior realização de todos os indicadores. Por seu turno, Lisboa assume o primeiro lugar do ranking, ao atingir um patamar de desenvolvimento de 0.6609, valor que coloca, no entanto, este concelho a 34 pontos de atingir a situação óptima. A concentração do IDES faz-se em 40 pontos, afastando-se menos da pior posição do que da melhor.

Os dois concelhos (cerca de 1%) - Vinhais e Mértola - com um IDES inferior a 0.25, são ambos do interior e da fronteira com Espanha. Esta situação de interioridade continua a ser uma constante para o total dos 16 concelhos que têm um IDES compre-

endido entre 0.25 e 0.3, e mesmo quando o índice sobe até 0.35, dos 46 concelhos inseridos nesse intervalo (aproximadamente 17% do total analisado), apenas Odemira pertence ao litoral, mais concretamente ao litoral alentejano (Figura 1).

Figura 1. Distribuição percentual dos Concelhos, segundo os escalões do IDES



Abrangendo o maior número de concelhos (56 dos 278 concelhos analisados), o escalão de desenvolvimento compreendido entre 0.35 e 0.4, acaba por englobar unicamente Alcácer do Sal, Grândola, Aljezur e Castro Marim, todos referentes ao sul do país, nomeadamente ao litoral do Alentejo e à costa do Algarve. Os restantes 52 concelhos estão, a exemplo do que se verificou anteriormente, situados no interior.

Concluída a análise desta primeira metade do intervalo entre os valores máximos e mínimos do IDES, resulta pertinente voltar a vincar a característica mais evidente até ao momento, nomeadamente, a condição de interioridade dos espaços.

À medida que se sobe no ranking do IDES em mais 0.05, o litoral começa a insinuar-se, embora de forma tímida. O sul participa apenas com Tavira e Vila do Bispo, no Algarve, e Santiago do Cacém, no Alentejo, sendo que no centro do país se encontra a maioria dos concelhos do litoral deste intervalo (Lourinhã, Peniche, Óbidos, Nazaré, Pombal, Cantanhede, Mira e, Murtoza). O norte faz-se representar por Caminha. Os restantes 43 concelhos são todos do interior, que continua a ser, por conseguinte, o espaço maioritário deste nível de desenvolvimento.

Para um IDES entre 0.45 e 0.5, o litoral continua a estar mais representado por concelhos a norte do Tejo, cabendo ao Algarve apenas os casos de Olhão, Silves e Vila Real de Santo António. Apesar de neste escalão de desenvolvimento se verificar uma distribuição percentual relativamente idêntica ao anterior, no que respeita aos concelhos pertencentes ao litoral (cerca de 20%), a grande diferença reside na localização dos concelhos do interior, dado que para este patamar de desenvolvimento, começa a haver uma maior proximidade destes face ao litoral.

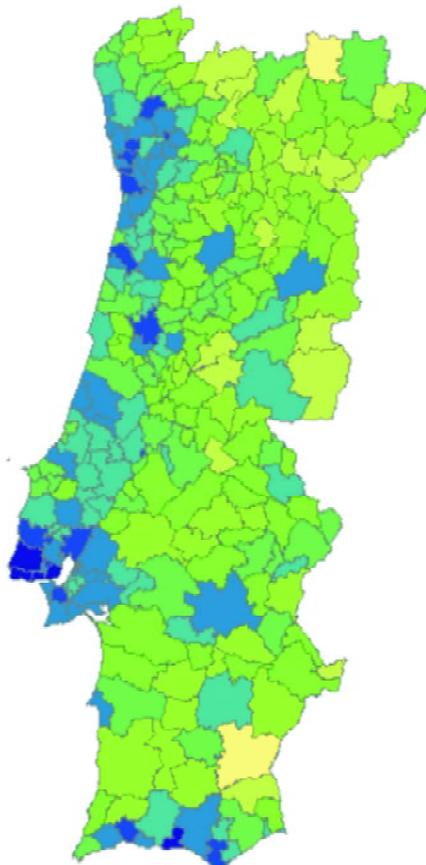
Tal facto acaba por se tornar ainda mais evidente quando se avança mais 5 pontos percentuais no IDES, dado que, pela primeira vez, acabam por dominar os concelhos pertencentes ao litoral ou os situados em áreas que lhe são contíguos. Não obstante essa realidade, no mesmo degrau de desenvolvimento surgem Viseu, Guarda e Évora, concelhos com uma forte concentração urbana e que se apresentam consideravelmente afastados da zona costeira. Se a este eixo juntarmos outras cidades do interior com IDES um pouco inferior, pode-se inferir que estes territórios desempenham um papel importante no desenvolvimento policêntrico que foi definido como política de desenvol-

vimento regional pela União Europeia (COMISSÃO DAS COMUNIDADES, 1999).

Por fim, nos dois últimos níveis do IDES encontram-se os principais centros urbanos do país. Com um índice compreendido entre 0.55 e 0.6 encontram-se os concelhos com as cidades de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro e Porto, assim como várias

unidades territoriais que pertencem às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto tais como Odivelas, Seixal e Vila Franca de Xira, no primeiro caso, e Maia e Vila Nova de Gaia para o segundo. No escalão máximo do IDES, dominam os concelhos da área metropolitana de Lisboa, com uma única exceção: Albufeira, no Algarve (Mapa 1).

IDES



Fonte: Elaboração própria

De forma a complementar uma primeira análise da situação dos concelhos face ao IDES, interessa abordar pormenorizadamente cada um dos 15 indicadores que estão na base da construção do índice composto. Tendo sido já referidos anteriormente, estes têm a ver com variáveis que se agrupam em vários níveis: Demografia; Educação; Emprego; Economia; Sector Empresarial; Saúde; Habitação.

Começando pela demografia, um pouco mais de metade dos concelhos de Portugal Continental apresentam um crescimento demográfico negativo, reportando-se os

piores casos às unidades territoriais do interior próximas ou juntas da fronteira. Por sua vez, as zonas que registam os maiores aumentos populacionais dizem respeito ao litoral, em especial às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, assim como a alguns concelhos algarvios. Em contraponto com a ideia já referida de despovoamento do interior, os concelhos de Vila Real, Viseu e Guarda verificam taxas de crescimento demográfico positivas, o que vem reforçar a ideia de policentrismo, atrás mencionada.

O crescimento natural é um fenómeno que se verifica mais a norte do que a sul,

muito devido ao contributo positivo da metade da região norte mais próxima do litoral. As regiões de fronteira, a par do que se verifica para o crescimento demográfico, continuam a ser aquelas onde as taxas são menores. Este facto encontra também uma causa nas taxas de fecundidade que apesar de serem, de uma maneira geral, baixas são significativamente menores no interior.

O saldo migratório indica-nos um maior poder de atracção por parte das duas grandes áreas metropolitanas, com excepção dos seus pontos centrais, as cidades de Lisboa e do Porto. De igual forma, a região do Algarve e alguns concelhos do centro litoral português também evidenciam valores bastante positivos nesta matéria.

Sobre a educação, em relação aos dois descritores escolhidos, analfabetismo e educação superior, pode-se dizer que o primeiro tem uma distribuição mais homogénea pelo país, apesar de ainda se verificarem algumas situações preocupantes, como é o caso do Baixo Alentejo a sul. Por outro lado, os maiores contributos para o IDES, no que respeita ao indicador - População com Ensino Superior - pertencem, claramente, aos concelhos onde estão a funcionar estabelecimentos de ensino superior politécnico e universitário.

A taxa de emprego total tem um contributo positivo para o IDES em quase toda a faixa litoral, com as excepções de alguns concelhos localizados na zona mais a norte do país, como Mira, Figueira da Foz, Cantanhede, Murtosa e Pombal, na região centro e de alguns concelhos do litoral alentejano e algarvio. A região do Alentejo Central acaba por verificar igualmente valores bastante positivos. Pelo lado contrário, é no interior norte que o contributo deste indicador é mais negativo. A taxa de desemprego é particularmente, preocupante no Alentejo. Esta situação é confirmada pelo peso dos pensionistas em todo o interior, de norte a sul do país, e em todo o Alentejo. O emprego no sector não primário é um fenómeno de todo litoral, com excepção do Alentejo e dos concelhos menos urbanizados do interior.

Um olhar sobre o indicador PIB per capita legitima uma concentração da economia nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Há, no entanto, alguns casos dignos de registo. Miranda do Douro e Castro Verde,

no interior, estão entre os concelhos com melhor performance neste indicador. Para tal contribuem a produção de energia eléctrica das barragens situadas no primeiro e a presença da indústria de extracção mineira no segundo. Cabe igualmente salientar o facto de a indústria petroquímica estar sedeadada no concelho de Sines no litoral alentejano, o que torna este indicador interessante contribuindo, por conseguinte, de forma positiva para o respectivo IDES. Mais uma vez, quase todo o interior, nomeadamente o fronteiriço apresenta níveis baixos para este indicador. O poder de compra é, igualmente, muito mais forte nas áreas metropolitanas acima referidas, assim como também no Algarve. Bragança, Portalegre, Évora e Beja no interior, têm um nível de vida interessante pela terciarização das respectivas economias, a que não é alheia a presença de estabelecimentos de ensino superior nestes concelhos

O índice concelhio empresarial acaba por traduzir novamente a maior concentração da actividade económica nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Para além destas, a região de Leiria, o litoral algarvio e, mais uma vez, alguns centros urbanos do interior fazem do resto do país um deserto em matéria de empresarialismo.

A saúde revela algumas situações interessantes. Os concelhos das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa que são adjacentes a estas cidades apresentam muitas debilidades. Este facto também se verifica no Algarve e nas proximidades de Coimbra. A fronteira apresenta carências consideráveis ao nível de infra-estruturas, equipamentos e capital humano, com as excepções de Vimioso a norte, de Castelo Branco no centro e dos concelhos de fronteira do Alto Alentejo a sul.

Por fim, da análise das condições de habitabilidade constata-se que os concelhos do interior norte não muito afastados do litoral apresentam uma maior fraqueza face aos que estão no interior mais profundo, com a devida exclusão dos concelhos de Mértola e Alcoutim pertencentes ao Baixo Alentejo e Algarve respectivamente, que revelam igualmente fortes debilidades nesta matéria. Apesar de se viver muito melhor em ambas as áreas metropolitanas, alguns concelhos do interior conseguem já oferecer condições muito dignas em termos de conforto.

4 Análise por recurso a *clusters*

Para uma análise da relação entre as diversas componentes do IDES procurámos agrupar os concelhos, através da construção de *clusters*, que como López (2005, p. 441) descreve, trata-se do recurso a um método estatístico multivariado, cuja finalidade essencial é "... revelar concentraciones en los datos para su agrupamiento eficiente en *clusters* (o conglomerados) según su homogeneidad".

Conforme referido no ponto 2, procurámos, inicialmente, obter *clusters* hierárquicos, constatando-se que se obtiveram resultados de agregação bastante semelhantes para os métodos *Complete* e *Average Linkage (Within groups)*.

Como a utilização do método não hierárquico *K-means* exige o estabelecimento, à partida, do número de *clusters* desejado, desenvolvemos, previamente, a análise com o método hierárquico *Complete Linkage* com vis-

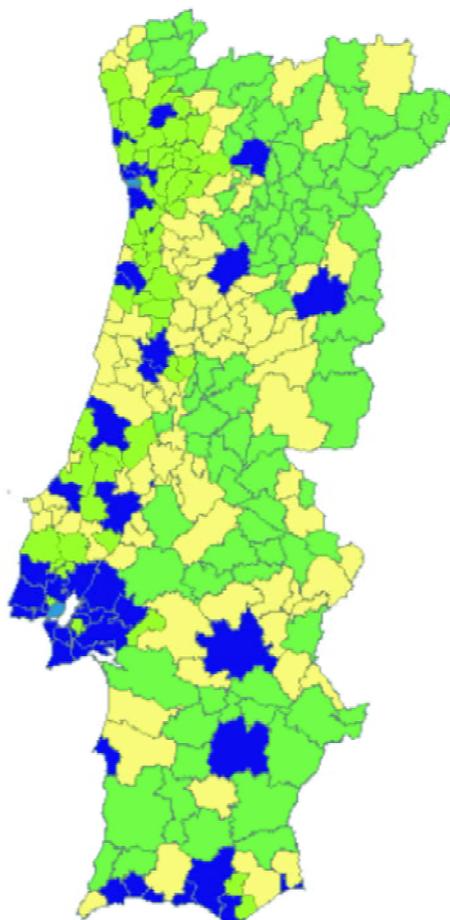
ta ao apuramento desse mesmo número, através da aplicação do critério da distância entre *clusters* e do critério do R- quadrado. O critério da distância mostrou que poderíamos reter 5 ou 10 *clusters*, pois é onde se verifica que o declive da recta que une a distância entre dois *clusters* é relativamente menor. Complementada esta análise com o critério R- quadrado, observámos que a solução de 5 *clusters* retém 75,9 % da variabilidade total. Adaptando estes resultados ao objectivo da obtenção de um número mínimo de *clusters*, cremos que a solução de 5 deveria ser a escolhida, uma vez que retém, desde logo, uma percentagem significativa da variabilidade total.

A partir dos resultados obtidos pelo método não hierárquico *K-means*, no qual nos iremos basear para prosseguir a análise, pois, em geral, a classificação dos sujeitos é mais rigorosa nos métodos não hierárquicos, foram apurados os *clusters* que daremos conta no Mapa 2.

Mapa 2. Os concelhos agrupados em *clusters* (*K-means*)

Clusters by Cluster Number of Case

	1 (89)
	2 (50)
	3 (92)
	4 (2)
	5 (45)



Fonte: Elaboração própria

A análise da variância permite-nos identificar quais as variáveis que levam à divisão por *clusters*, assim como a sua importância relativa⁸. Deste modo, constatamos que a variável que mais concorre para a diferenciação dos *clusters* é I12 (Poder de Compra), seguido por I3 (Crescimento Demográfico Migratório) e depois por I13 (Estrutura Empresarial), I5 (Analfabetismo), I1 (Crescimento Demográfico), I2 (Crescimento Demográfico Natural), I6 (Ensino Superior) e I9 (Emprego no Sector não Primário); e, ainda por I7 (Emprego Total), I4 (Taxa de Fecundidade), I14 (Saúde) e I11 (PIB *per capita*); por fim, I15 (Condições de Habitabilidade), I8 (Desemprego Total) e I10 (Empregados e Pensionistas).

Cruzando esta informação com as estatísticas descritivas das variáveis por *clusters*, os testes estatísticos às médias⁹ e o mapa anteriormente produzido, poderemos constatar o seguinte:

O *Cluster 4*, composto pelas cidades de Lisboa e Porto, assume uma posição de domínio em matéria de indicadores de poder de compra (I12), dinamismo da estrutura empresarial (I13) população com ensino superior (I6), indicadores de saúde (I14) e PIB *per capita* (I11). No tocante a estas mesmas variáveis, este *cluster* é imediatamente secundado pelo *cluster 5*, que inclui, entre outros, os principais núcleos urbanos.

O *cluster 4* salienta-se ainda relativamente aos restantes *clusters* pelo mais baixo crescimento demográfico migratório (I3), assim como o *cluster 5* se diferencia pelo mais elevado crescimento demográfico (I1).

O *cluster 3*, representativo da maioria dos concelhos do interior do país, destaca-se pela pelo baixo nível de emprego e elevada taxa de analfabetismo os quais se reflectem na contribuição de I7 e de I5; e pelo mais pequeno nível de população com ensino superior (I6) e de poder de compra (I12).

O *cluster 2*, que abarca um conjunto de concelhos situados perto do litoral, distingue-se, entre outros factores, pelo comportamento positivo em matéria de nível de desemprego e de crescimento demográfico que se repercutem no I8 e I1, um relativo dinamismo empresarial (I13) apenas superado pelo *clusters 4* e *5*, e por um muito favorável rácio população empregada por pensionista (I10).

Finalmente o *cluster 1*, abarcando 89 concelhos que se distribuem pelo território com uma concentração relativa no centro, acaba por assumir uma posição intermédia na maioria dos indicadores.

5 Considerações finais

A análise dos diversos indicadores concelhios constituintes do IDES através da técnica de *clusters* permitiu reforçar a ideia das características diferenciadoras dos concelhos do litoral e do interior, com uma zona intermédia central, assim como o grupo dos concelhos capital de distrito e limítrofes e o das grandes comunidades Lisboa e Porto.

O simples exercício de sobreposição do mapa das regiões NUT (Nomenclatura de Unidade Territorial) de nível III sobre o mapa concelhio produzido permitiria relevar as grandes assimetrias de desenvolvimento dentro de cada NUT III, naturalmente ainda mais profundas caso a sobreposição fosse efectuada com o mapa do território a nível NUT II. E estas considerações são particularmente importantes em matéria de definição de políticas e instrumentos de desenvolvimento, tradicionalmente formatadas e dirigidas a um nível de agregação territorial demasiado lato para que possam atender às debilidades e especificidades de cada unidade territorial, comprometendo-se assim a sua eficiência e eficácia.

É importante ressaltar que este trabalho foi produzido com cálculo de indicadores com referência ao total do continente. Recalcular estes valores, tendo por base não o país, mas uma unidade territorial inferior, nomeadamente a NUT II e a NUT III, constituirá, certamente, um dos assuntos a desenvolver a em trabalhos posteriores.

Notas:

¹ Partindo de um trabalho de Friend e Rapport (1979), a OCDE desenvolveu um modelo designado por Presença - *status quo* - Resposta (PSR) baseado num conceito de causalidade.

² O Índice Concelhio Empresarial é a agregação, com igual ponderação, de quatro indicadores, nomeadamente: a) Empresas com sede na região; b) Sociedades com sede na região; c) Pessoal ao serviço nas sociedades com sede na região; d) Volume de vendas das sociedades com sede na região.

- ³ O Índice Concelhio de Saúde é a agregação, com igual ponderação, de quatro indicadores, nomeadamente: a) n. de médicos/1.000 habitantes; b) n. de farmácias/10.000 habitantes; c) pessoal de Enfermagem/1.000 habitantes; d) n. de camas/1.000 habitantes.
- ⁴ O Índice Concelhio de Condições de Habitabilidade é a agregação, com igual ponderação de onze indicadores em oito domínios, nomeadamente: a) Acessibilidade; b) Déficit Habitacional; c) Condições Abriço; d) Estado de Conservação; e) Instalações Existentes; f) Rede de Esgotos; g) Abastecimento de Água; h) Alojamentos Vagos.
- ⁵ A este propósito foi seguido o mesmo critério que o usado na construção do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD.
- ⁶ O *K-means* é um método não hierárquico que começa por uma partição inicial dos indivíduos por um número de *clusters* previamente definido, consistindo na transferência de um indivíduo para o *cluster* cujo centróide se encontra a menor distância (REIS, 1993).
- ⁷ O critério *Complete Linkage* é um processo onde a distância entre dois grupos é definida como a distância entre os seus elementos mais afastados ou menos semelhantes. Então, cada grupo passa a ser definido como um conjunto de elementos onde cada um é mais semelhante a todos os elementos do grupo do que a qualquer dos elementos dos restantes grupos (REIS, 1993).
- ⁸ Partindo do princípio que se uma variável discriminar bastante entre os *clusters*, então a variabilidade desta (dada pelo *Cluster Mean Square*) entre os *clusters* há-de ser elevada, e dentro do próprio *cluster* há-de ser diminuta (dada pelo *Error Mean Square*). Deste modo, as variáveis que mais contribuem para a definição dos *clusters* são aquelas com maior *Cluster Mean Square* e menor *Error Mean Square*, isto é, as que apresentam um maior valor de F (MAROCO, 2003).
- ⁹ Pretendeu-se efectuar comparações múltiplas de médias, testando-se, à posteriori, quais os pares de médias diferentes. Para tal, utilizaram-se os testes Post-Hoc de Tukey e Bonferroni.

Referências

- BASTER, N. *Measuring Development: the Role and Adequacy of Development Indicators*. London: Frank Cass and Company Limited, 1972.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES. *EDEC- 1999: para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do territorial da União Europeia*. Postdam, 1999.
- INE. *Recenseamento da População e da Habitação – Censos 2001, 2001*.
 _____. *Anuário Estatístico 2001, 2002*.
 _____. *Anuário Estatístico 2002, 2003*.
- LOPEZ, César P. *Métodos estadísticos avanzados com SPSS*. Madrid: Thomson, 2005.
- LÜCHTERS, G.; MENKHOFF, L. Human Development as Statistical Artifact. In: *World Development*, 24 (8), p. 1385-1392, 1996.
- MAROCO, João. *Análise estatística com utilização do SPSS*. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.
- OECD. *OECD core set of indicators for environmental performance reviews*. OEDC Environment Monographs (83). Paris: OCDE, 1993.
- PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes. *Análise de dados para as Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS*. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.
- PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1990 – 1993*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1990/93.
- PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994 – 1996*. Lisboa: Tricontinental Editora, 1994/96.
- PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997 – 2003*. Lisboa: Trinova Editora, 1997/06.
- RAMOS, P. Estimativas do PIB *per capita* para os Concelhos do Continente Português. In: *Revista de Estatística*, p. 29-49, 3º Quadrimestre de 1998 (3), 1998.
- REIS, Elisabeth. *Análise de Clusters: Um Método de Classificação sem Preconceitos*. Temas em Métodos Quantitativos para a Gestão, (6). Lisboa: GIESTA, ISCTE, 1993.
- SEERS, D. Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? In: *Análise Social* (XV), 19, Lisboa, 1972.

**Desenvolvimento socioeconômico local
e reestruturação produtiva paranaense na década de 1990**
Socioeconomic development and production restructuring
in Paraná in the 1990s decade
*Développement socioéconomique et restructuration productive
du Paraná pendant la décennie 1990*

Desarrollo socioeconómico y reestructuración productiva del Paraná en la década de 1990

Christian Luiz da Silva*
Wilian Michon Júnior**

Recebido em 9/1/2008; revisado e aprovado em 28/2/2008; aceito em 29/2/2008.

Resumo: A abertura de mercado, aliada a atração de investimento por políticas industriais e guerras fiscais dos Estados, como o Paraná, promoveram uma reestruturação produtiva na década da 1990. O objetivo deste artigo foi avaliar as mudanças socioeconômicas e territoriais a partir das transformações produtivas do Paraná e das suas Mesorregiões na década de 1990. A pesquisa foi descritiva, aplicada e quantitativa, com análise dos dados de 1991 a 2000. Concluiu-se que os investimentos foram concentrados na indústria automobilística e na região metropolitana, não propiciando a redução da desigualdade regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Paraná. Reestruturação produtiva.

Abstract: In the 1990s decade, market opening plus investments attracted by industrial policies and fiscal war in the Brazilian states, such as Paraná, fostered production restructuring. The present article aims at assessing Paraná socioeconomic and territorial changes based on the production and territorial changes experienced by this state and its meso-regions in the 1990s decade. The article research was descriptive, applied and quantitative and analyzed data from 1991 to 2000. The research inferred that investments were mainly concentrated in the Curitiba metropolitan area car industries, what did not reduce the existing regional unbalance.

Key words: Local development. Paraná. Production restructuring.

Résumé: L'ouverture du marché, associée à l'attraction des investissements due aux politiques industrielles et aux guerres fiscales entre les unités de la Fédération brésilienne, telles que le Parana, ont promu une restructuration productive pendant la décennie 1990. L'objectif de cet article a été celui d'évaluer les changements socioéconomiques et territoriaux à partir des transformations productives du Parana et de ses mésorégions pendant la décennie 1990. La recherche a été descriptive, appliquée et quantitative, avec l'analyse de données de 1991 à 2000. On a conclu que les investissements ont été concentrés sur l'industrie automobile et sur la région métropolitaine, et que cela n'a pas favorisé une réduction de l'inégalité régionale.

Mots-clé: Développement local. Paraná. Restructuration productive.

Resumen: La apertura de mercado, en conjunto con la atracción de nuevas inversiones por políticas industriales y guerra fiscal entre los Estados, como Paraná, promoverán una reestructuración productiva en la década de 1990. El objetivo de este artículo fuera evaluar los cambios socioeconómicos y territoriales a partir de las transformaciones productivas del Paraná y de sus regiones en la década de 1990. La pesquisa fuera descriptiva, aplicada y cuantitativa, con análisis de los datos de 1991 hasta 2000. La conclusión es que las inversiones fueran concentradas en la industria automovilística y en la región metropolitana de Curitiba, no habiendo la reducción de la desigualdad regional.

Palabras clave: Desarrollo local. Paraná. Reestructuración productiva.

1 Introdução

O Paraná passou pela transformação de sua estrutura produtiva seguindo a nova realidade internacional (LOURENÇO, 2003; LOURENÇO, 2000; IPARDES, 2002a; IPARDES, 2002; CASTOR e LEÃO, 2005; VASCONCELOS e CASTRO, 1999). Visando a ampliação quantitativa e qualitativa, as empresas iniciaram uma busca por maior eficiência e escala produtiva para poder com-

petir no ambiente globalizado, conforme exposto pelo Consenso de Washington (BAUMANN, 1996; REGO e MARQUES, 2003; SILVA, 2005a)

A reforma da estrutura produtiva foi influenciada expressivamente pela indústria automobilística instalada na Região Metropolitana de Curitiba, por razões de infra-estrutura, incentivos fiscais e mão de obra (FIRKOWSKI, 2002; SAMPAIO, 2005). Contudo, a atração destas indústrias só foi possí-

* Pesquisador - CNPq - Desenvolve o projeto de pesquisa intitulado: Modelo dinâmico de desenvolvimento local para o apoio ao Planejamento Público (processo 40085/2006-3).

** Co-autor do artigo. Economista e pesquisador - CNPq - auxiliar de pesquisa do projeto: Modelo dinâmico de desenvolvimento local para o apoio ao Planejamento Público (processo 40085/2006-3).

vel a partir de pesados incentivos fiscais durante a guerra fiscal entre os estados que visavam ampliar suas estruturas produtivas com indústrias vindas de outras regiões do globo.

A expansão dos investimentos ampliou a taxa de crescimento potencial da oferta industrial, a partir de incrementos na produtividade do setor mais dinâmicos e concorrências, além da redução das margens de lucro da indústria visando se adequar aos preços internacionais competitivos impostos pelos novos *players* entrantes no mercado (IPARDES, 2002a).

Esta reestruturação produtiva ocorrida durante os anos 1990 possibilitou o crescimento econômico moderado a partir do ano do segundo quinquênio desta década. Embora as teorias clássicas de desenvolvimento preconizassem que o crescimento econômico gera automaticamente o desenvolvimento da sociedade, através da geração da renda, novas teorias apresentam que o desenvolvimento possui um conceito mais amplo que o crescimento (BELLEN, 2004; CAMARGO, 2003; CLAYTON e RADCLIFFE, 1996; DRESNER, 2002; FOLADORI, 2002; GRAFF et al., 1996; HAQUE, 2000; SACHS, 1986; SACHS, 1993; SILVA, 2005b; SOUZA, 1999). Deste modo, é necessário questionar como as transformações produtivas impactaram no processo de desenvolvimento local da sociedade paranaense. A importância do conceito local se desenvolve, principalmente, ao se tratar a dinâmica territorial (VAZ, 1995), como pressuposto neste artigo.

Essa pesquisa busca compreender a dinâmica das mesorregiões paranaenses a partir das mudanças no padrão industrial na década de 1990, que também serão fruto de avaliação neste trabalho. O objetivo do artigo é avaliar as mudanças socioeconômicas e territoriais a partir das transformações produtivas do Paraná e das suas mesorregiões na década de 1990. A principal limitação é tratar o processo de desenvolvimento local somente pela ótica socioeconômica, a partir da sua delimitação e dinâmica espacial ou territorial.

Esse artigo está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresentará a fundamentação teórica baseada em teorias de desenvolvimento econômico, mostrando evolução de conceitos

até a discussão do desenvolvimento sustentável e suas dimensões. A terceira seção apresentará a metodologia de pesquisa e a quarta seção contextualizará o período analisado com a evolução de alguns indicadores representativos da macroeconomia paranaense na década de 1990. A quinta seção tratará da comparação das transformações entre as mesorregiões do Paraná separadas entre as dimensões do desenvolvimento sustentável, visando discutir o problema em questão neste artigo. A sexta seção trará as conclusões e proposta de novos trabalhos.

2 Desenvolvimento local: controvérsias a partir da estrutura produtiva

Soto Torres e Fernandez Lechón (2006) não discutem a influência do Estado no processo de desenvolvimento local, mas revisam os estudos sobre crescimento econômico e ressaltam que novos elementos têm sido avaliados, como a influência específica dos fatores do crescimento contínuo. Os autores citam, contudo, que “there are models constructed only by using statistical methods and econometric techniques and in other cases, the researches use particular insights in order to capture aspects of a complex reality” (SOTO TORRES e FERNANDEZ LECHÓN, 2006, p. 2). Como contraponto os autores citam Sterman para explicar que alguns estudos desses modelos mostram que um número significativo de variáveis é interconectado pela influência causal que gera um processo de *feedback*, o que explica o processo de acumulação inerente a qualquer crescimento.

Essa contribuição ressalta que o desenvolvimento local é um processo dependente dos recursos pertencentes, das decisões tomadas e dos acontecimentos passados. As ações presentes pertencem a história e implicam no futuro. Ao considerar o processo de desenvolvimento local somente como resultado dos recursos disponíveis e na sua perfeita combinação, como ressaltado por Soto Torres e Fernandez Lechón nos modelos estatísticos e econométricos tradicionais, perde-se a componente histórica e de retroalimentação da ação presente sobre o futuro.

Os modelos de planejamento e desenvolvimento local surgem com o objetivo de mostrar que a história pode ser diferente da

tendência, quando ações são executadas para mudá-las. O processo de planejamento e implementação de modelos de desenvolvimento local é antagônico e controverso pela estrutura da sociedade. Mercado e Córdova (2005) recontam a história controversa entre o desenvolvimento sustentável e a indústria e mostram diversos dilemas e diferenças entre o discurso e a prática do desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, sobre a ecologia global:

... durante los noventa, ... se presenciaron procesos político-económicos suficientemente antagónicos como para frenar el proceso de conformación de la nueva cultura ambiental industrial que comenzaba a avizorarse. De una parte, digamos positiva, podría destacarse la considerable ampliación de la preocupación ambiental en la sociedad (y) ... hacían posibles o sólo la disminución del impacto ambiental de la actividad industrial sino también proponer nuevas formas de producción y hasta de consumo... Por la otra, digamos negativo, estarían el decaimiento significativo del ímpetu de dicha participación debido a que muchas de las oportunidades fueron cerradas a inicios del nuevo siglo, fundamentada por presiones del 'mercado' y disminución de respaldo por parte del Estado (MERCADO e CÓRDOVA, 2005, p. 37).

Silva (2005b, p. 15) avança sobre esta controvérsia e argumenta que "a diferença entre o discurso e a prática ainda continua gerando conflito porque, em ambas óticas (capitalista e ambientalistas), ao refletir sobre o longo prazo, a zona de negociação é menos árida do que no curto prazo. Por exemplo, negociar que a geração futura tem de preservar para sobreviver é muito mais simples do que acordar que essa geração preservará o meio ambiente e não utilizará formas degradantes para os recursos". Essa diferença entre o discurso e a prática do desenvolvimento sustentável é minimizada no âmbito da discussão, segundo Vivien (2005), pela sua retórica dominante. O autor menciona que "Il est courant de présenter le développement soutenable comme la solution aux problèmes rencontrés par les sociétés contemporaines. (...). Il cache (...) une volonté grandissante de nier les conflits, de passer outre les divergences et d'aligner les arguments contradictoires" (VIVIEN, 2005,

p. 4). Os autores retomam tal controvérsia para relativizar os dogmas criados em torno de um conceito, que ressalta mais a existência de um problema do que uma solução.

A despeito desse dilema em discussão, o processo de desenvolvimento das regiões deve considerar ambas óticas (econômica e ambiental), valendo-se da presente retórica do desenvolvimento sustentável, cuja complexidade é incontestável e inerente as suas implicações geopolíticas (AJARA, 2003, p. 9). Neste sentido, deve-se limitar o processo de desenvolvimento ao local que está sendo analisado. Para Froehlich (1998, p. 95)

o **espaço** passa hoje a desempenhar um **papel crucial para se pensar o desenvolvimento**, pois a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço. Espaço agora multifacetado, porque se considera que, só pensado enquanto multidimensional, pode ser autêntico o desenvolvimento. (...) É neste âmbito argumentativo que se pode considerar válido atribuir um sentido 'localista' ao desenvolvimento, podendo-se falar em algo como 'desenvolvimento local'. (grifo nosso)

Blakely (1994) explica que o desenvolvimento econômico desse local tem ênfase no "desenvolvimento endógeno", utilizando-se do potencial humano local, institucional e recursos físicos. O autor ocupa-se apenas da dimensão econômica do desenvolvimento e diz que o desenvolvimento econômico local é um processo-orientado. "That is, it is a process involving the formation of new institutions, the development alternative industries, the improvement of the capacity of existing employers to produce better products, the identification of new markets, the transfer of knowledge, and the nurturing of new firms and enterprises" (BLAKELY, 1994, p. 50). Esse autor torna o processo de desenvolvimento algo inerente ao próprio local e específica o papel da intervenção pública para o provimento das necessidades para o estabelecimento da indústria privada, que, a partir da orientação e dinâmica dos agentes e instituições locais, seriam os responsáveis pelo processo de desenvolvimento.

Souza (1997, p. 19) também entende esta noção de desenvolvimento como "um **movimento** (sem fim - ou seja, sem 'estágio final' ou mesmo direção concreta predeterminados ou previsíveis e que não poderá ja-

mais ser declarado como 'acabado' - e sujeito a retrocessos) em cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros" (grifo nosso).

A posição de ambos autores, Blakely e Souza, enfatizam o papel dos agentes locais em detrimento a participação do Estado, colocando o tema no estágio de discussão proposto por Mattos, citado em Froehlich (1998), sobre a descentralização do poder. Neste artigo considera-se que o processo de desenvolvimento local é endógeno e orientado, como citado por Blakely, em movimento, como exemplificado por Souza, mas influenciado pela intervenção do Estado. A participação deste agente pode ser ativa, como agente e investidor, ou institucional, como regulador, mas é interveniente no processo de desenvolvimento local, como o foi na década de 1990 com a política industrial adotada (SILVA e FARAH Jr, 2004).

Contudo, esse desenvolvimento endógeno, apesar de estar relacionado ao processo de interveniência do Estado, pode ser alterado e em virtude dos objetivos nacionais estabelecidos no planejamento público para a região. A década de 1990 teve reflexos da política industrial do Estado que foi determinante para o processo de reestruturação produtiva do Paraná. Esta reestruturação, contudo, ocorre a partir de uma lógica histórica e seu impacto não se desprende do passado para formar um novo futuro, como salienta Lencioni.

Isso significa que a compreensão da reestruturação produtiva e da extensão territorial do processo de metropolização não pode ter como referência uma totalidade fechada; até porque há uma lógica histórica em sua constituição que precisa ser apreendida. A compreensão dessa lógica histórica é fundamental para se entender o processo de reestruturação produtiva e, não, a apreensão de todos os elementos dessa totalidade. (...) Em suma, e parodiando, o termo reestruturação produtiva tem que se colocar em seus devidos termos; ou seja, entendido como uma estruturação nova que se impõe à antiga e, ao mesmo tempo contém germes de um futuro. Pensado, portanto como uma totalidade dialética e não sistêmica, em processo e não acabada. (LENCIONI, 2003, p. 1).

A intensa modernização da base produtiva do Estado e a sua concentração

em alguns pólos regionais definiu historicamente os contornos dessas disparidades, segundo Iparde (2004). Apesar do novo ciclo de investimento, a questão é como ocorreu este processo de reestruturação produtiva e, principalmente, se houveram mudanças socioeconômicas para os municípios paranaenses a partir desta base produtiva. A próxima seção apresenta a metodologia para avaliação destas mudanças, para na seção posterior contextualizar o ambiente competitivo no Estado no período analisado e em seguida avaliar os impactos socioeconômicos por mesorregião.

3 Metodologia de pesquisa

A pesquisa foi principalmente descritiva, aplicada e quantitativa. A hipótese deste artigo é que embora os dados agregados do Paraná tenham mostrado melhorias em 2000 em relação a 1991 a mudança ficou concentrada na região metropolitana de Curitiba e nas grandes cidades. A validação da hipótese ocorrerá pela avaliação comparativa de indicadores socioeconômicos selecionados por mesorregião.

No tocante aos seus objetivos, foi descritiva quando relatou as principais transformações produtivas na década de 1990 e as mudanças ocorridas em indicadores socioeconômicos selecionados para esta década por mesorregião (MARKONI e LAKATOS, 1996)¹.

A técnica quantitativa foi utilizada para estruturar os dados coletados para o período analisado com intuito de compreender as transformações ocorridas por mesorregião (GIL, 1999). Os dados utilizados são agregados socioeconômicos e indicadores de desenvolvimento humano para as delimitações territoriais trabalhadas, como: Índice de Gini, Theil, IDH-M, taxas de mortalidade e natalidade, níveis de educação, taxa de analfabetismo, densidade demográfica, grau de urbanização, taxa de crescimento populacional, cobertura de vacinação, despesas municipais, empregos por indústrias, número de estabelecimentos, consumo de energia, produção da silvicultura, abastecimento de água, atendimento de esgoto, dentre outros.

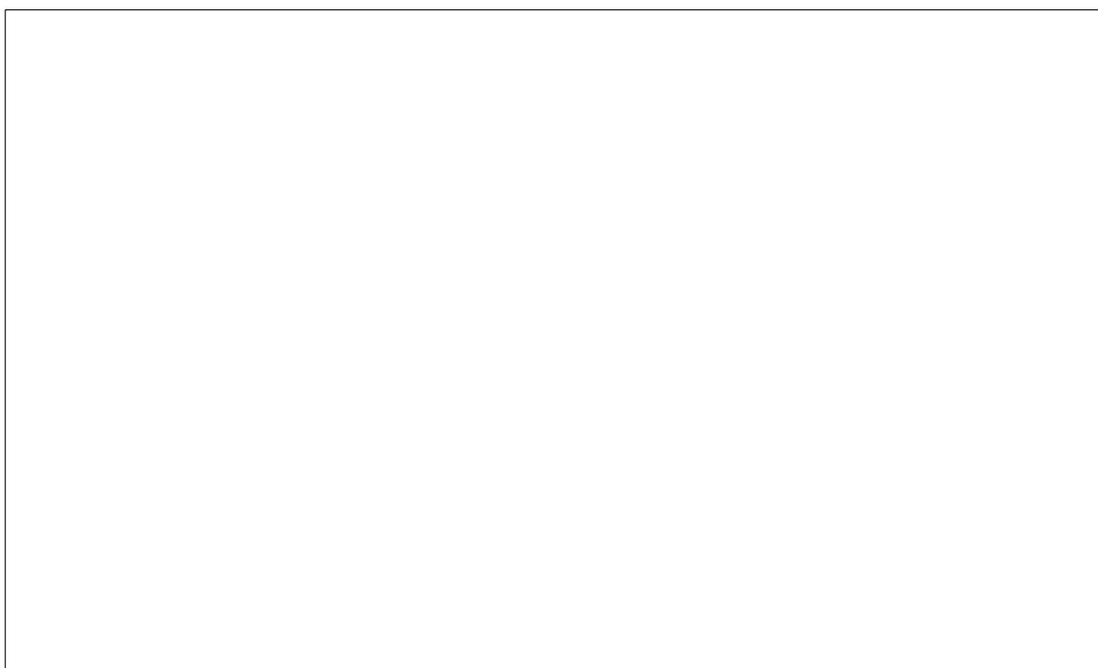
A coleta de dados ocorreu por levantamento nos sítios da Internet do IBGE, IPARDES, IPEA, PNUD e Ministério das Cidades. O período dos dados coletados se limita a década de 1990 nos seus extremos (1991 e 2000), vinculando ao momento anterior dos novos investimentos (1991) e após a sua consolidação (2000). Utilizou-se a técnica univariada (gráficos e tabelas com frequência simples). Testou-se também a técnica bivariada (correlações simples), mas não resultou em informações incrementais que justificassem a sua apresentação e análise.

4 Evolução socioeconômica e espacial do Paraná na década de 1990

Ao longo dos anos 1990, a economia e a indústria paranaense, impulsionadas pela retomada e transformações da economia brasileira, demonstrou uma ampliação quali-

tativa e quantitativa nas suas bases de operação. Esta expansão da base industrial, iniciada nos anos 1970, foi liderada pela indústria automobilística, e associou-se a fortes incrementos de produtividade, decorrentes de inversões para reposição dos bens de capitais mais intensamente depreciados, uma vez que a produtividade e preços internacionais passaram a determinar a viabilidade econômica de um empreendimento no novo ambiente concorrencial (LOURENÇO, 2003; IPARDES, 2002a; FIRKOWSKI, 2002).

Os ganhos de eficiência possibilitaram a racionalização dos recursos humanos e a desverticalização das unidades produtivas, para que a empresa esteja focada no *core business*, com ganhos de competitividade, advindo da redução expressiva da alíquota de importação e da estabilidade de preços, que resultaram no aumento da competição e na redução das margens de lucro, conforme ilustra o gráfico 1 (IPARDES, 2002a).



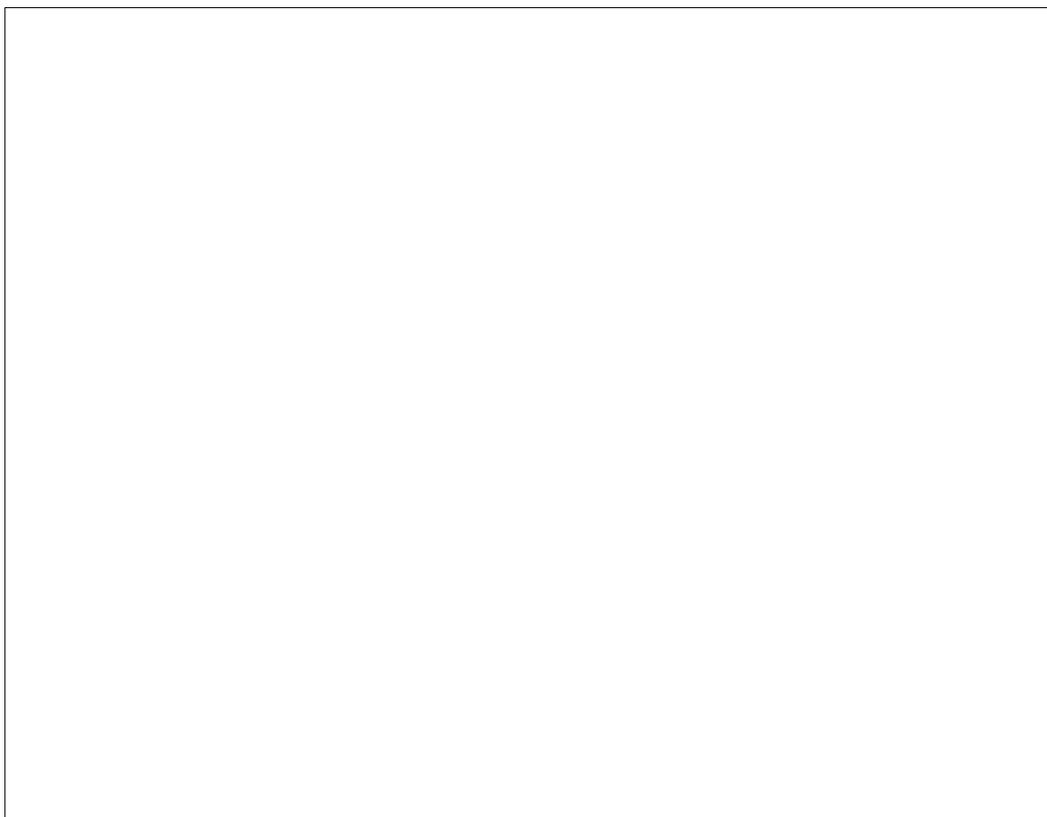
Silva e Farah Jr. (2004, p. 19) discutem a política industrial do Paraná na década de 1990 para atração de novos investimentos a partir do retardamento do recolhimento do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) para quem realizasse investimentos fixos no Estado. Tal política foi caracterizada pelos autores como

(...) ações de política industrial horizontal e vertical. A principal ação horizontal é a busca pela desconcentração industrial e regional, além da modernização tecnológica. Já a política vertical está relacionada aos setores privilegiados (mecânico, material elétrico e de comunicações, material de transporte e química). O programa, entretanto, não deixa claro as regras para beneficiamento, nem

a definição de indicadores de acompanhamento, nem a transparência da concessão dos benefícios.

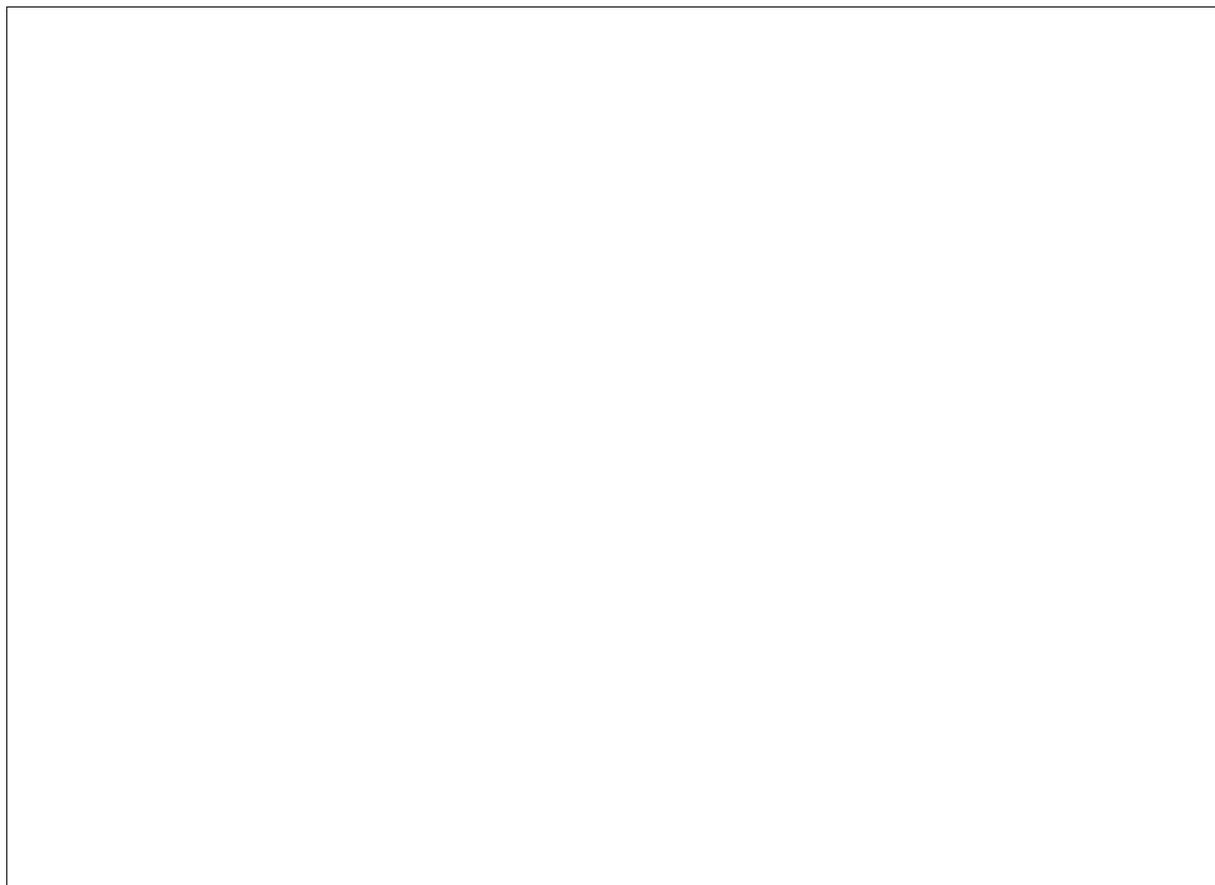
Segundo a classificação utilizada por Castro (2002) pode-se verificar o crescimento na participação do grupo tecnológico, o que caracterizou um dos benefícios e resultados trazidos pela reconfiguração produtiva paranaense da década de 1990. Essa reconfiguração foi, impulsionada principalmente pelo crescimento da indústria automotiva, que

cresceu 9,4 pontos percentuais na participação do valor adicionado paranaense. O grupo fornecedor apresentou crescimento mais moderado de 3,9 pontos percentuais na participação do valor adicionado, com destaque para a indústria petroquímica que saltou de 10,3% para 24,3% e a redução da agroindústria de 17,7% para 4,5% entre 1985 e 2000. O grupo tradicional perdeu participação no valor adicionado estadual, caindo 12,1 pontos percentuais puxados pela indústria de alimentos (tabela 1).



A maior participação do grupo tecnológico foi direcionado pela estratégia de participação da cadeia global, que trouxe investimentos para exportação. A pauta de exportações paranaenses evidencia estas transformações competitivas do sistema produtivo

do Paraná, em especial o grupo tecnológico direcionado pela indústria automobilística, que incrementou a sua participação de 4,1% para 18,7% em 2000, em detrimento, principalmente, do grupo fornecedor, representada pela indústria petroquímica (tabela 2).

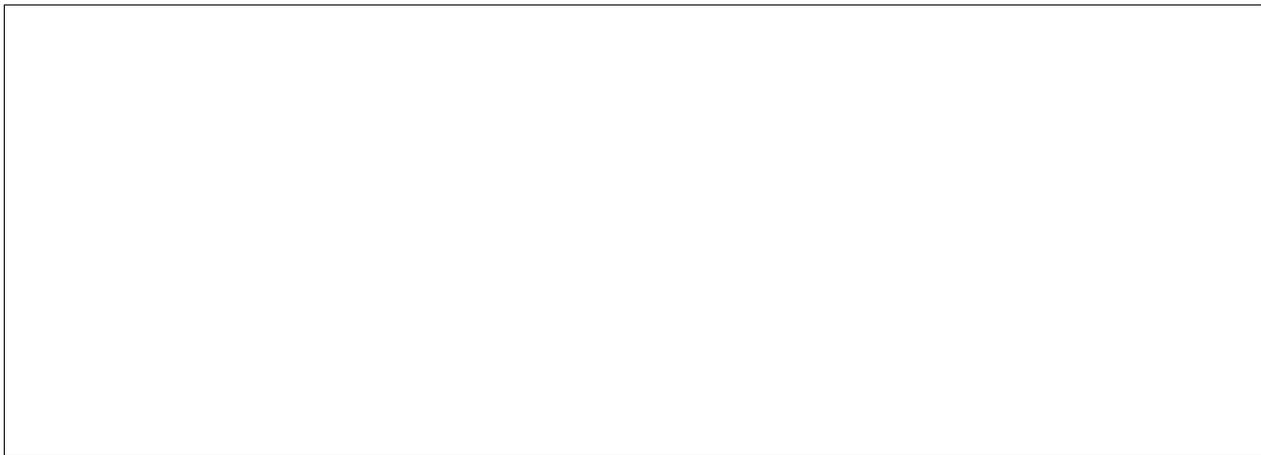


Essas transformações resultaram em um processo de reestruturação produtiva, nos moldes expostos por Lencioni (2003), ou seja, uma estruturação nova que se impõe à antiga, pensado com uma totalidade dialética da dinâmica territorial e em processo inacabado. Esse crescimento ocorreu na região metropolitana de Curitiba, principalmente, onde já havia uma base metalmeccânica estabelecida desde 1970 (FARAH, 2002). A próxima seção tratará das mudanças locais, próprias da dinâmica territorial paranaense, a partir das alterações produtivas paranaenses na década de 1990.

4 Avaliação comparativa das mesorregiões paranaenses nos anos 1990

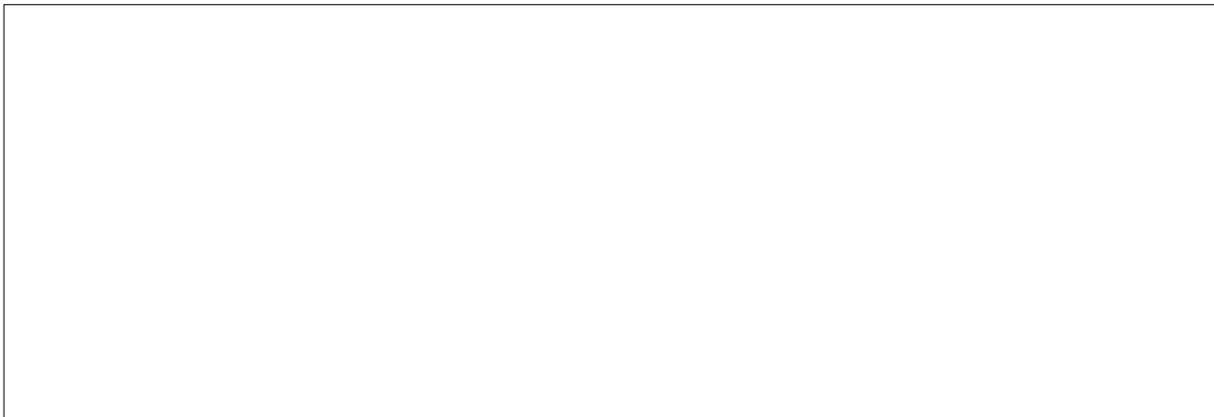
As diferenças das mesorregiões geográficas do Paraná são oriundas da estrutu-

ra heterogênea em relação a sua própria formação, ou seja, a composição municipal, populacional, grau de urbanização, crescimento populacional, participação na renda da economia do Estado e empregabilidade (tabela 3). A região centro-ocidental, por exemplo, é composta de apenas 25 municípios, com taxa de crescimento populacional negativa, moderado grau de urbanização (73%) e participação de apenas 2,2% do valor adicional. Em contrapartida a região norte central tem 79 municípios, a população cresce a uma taxa de 1,2%, com alta taxa de urbanização (88%) e representa 14% do valor adicionado do Estado. Assim, como menciona Lencioni (2003) a divergências das mesorregiões são frutos de um processo histórico e já estavam presentes no início da década de 1990, antes do novo ciclo de investimentos produtivos no Estado.



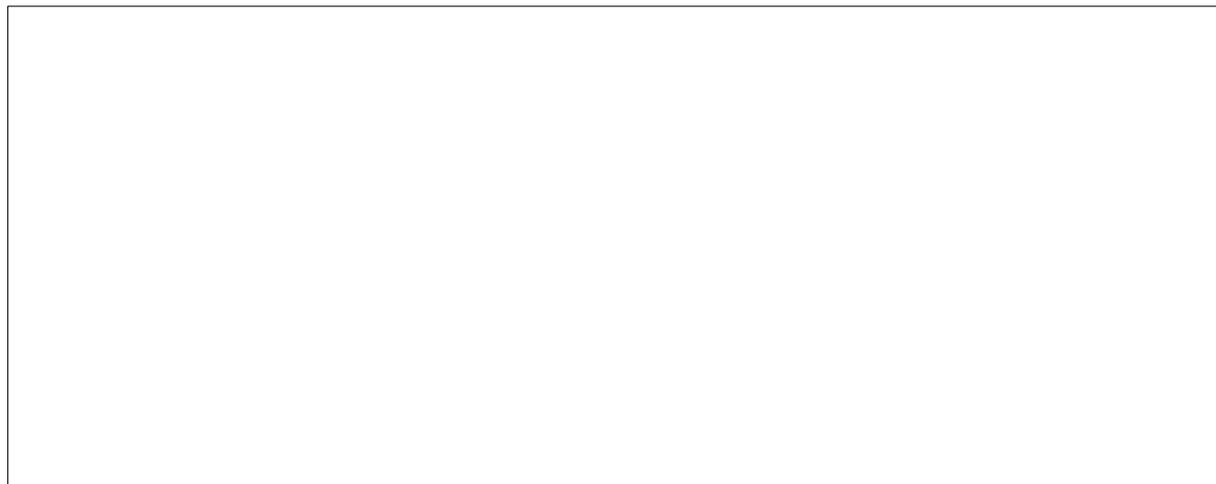
A distribuição das mesorregiões no Paraná auxilia a compreensão da dinâmica populacional e suas principais atividades econômicas. O Paraná possui 199,88 mil quilômetros quadrados, sendo que 11,6% desta área situam-se na região metropolitana de Curitiba, responsável por quase um

terço da população do estado. O processo de urbanização comentado anteriormente está presente em todas as mesorregiões do estado, principalmente na região sul do estado, onde a população apresenta menor grau de urbanização do estado (tabela 4).



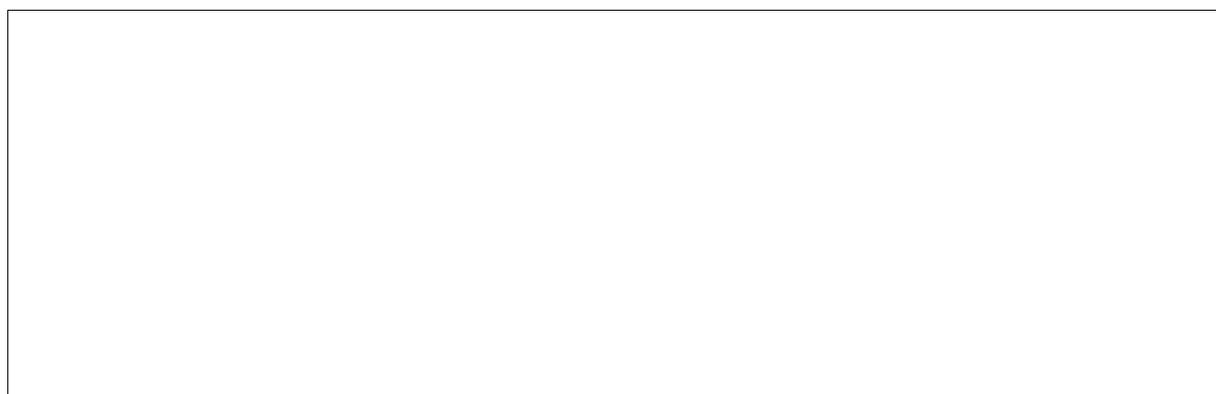
O crescimento da população entre 1991 e 2000 foi muito acentuado na mesorregião metropolitana de Curitiba, e em menor escala nas mesorregiões onde há grandes cidades, como Londrina e Maringá no Norte Central do Paraná. Isto se deve em parte pelo processo migratório entre

mesorregiões e interestadual, em que muitas pessoas que moravam no interior paranaense migraram para as cidades, principalmente Curitiba e poucos para Londrina e Maringá. A tabela 5 apresenta o fluxo migratório intermesorregional e interestadual no Paraná entre 1995 e 2000.



Com relação à infra-estrutura urbana, houve melhorias significativas em todas as mesorregiões do estado, principalmente nas mesorregiões que apresentavam as condições mais precárias em 1991, como na região sul do estado. Com exceção ao sul paranaense, todas as mesorregiões apresentam 90% ou mais dos domicílios com água encanada. A mesma dinâmica ocorre na energia elétrica, embora somente a mesorregião central-sul do Paraná, que ficou abaixo dos 90% dos domicílios atendidos (tabela 6).

O consumo de energia cresceu em média 67% nas mesorregiões paranaenses, e novamente as regiões sul do estado apresentaram maior crescimento em função da base ser muito baixas nestas mesorregiões. Enquanto o sul cresceu a taxas 89,8%, as demais mesorregiões cresceram a 65%. O consumo de energia do setor secundário (indústria) cresceu a valores superiores ao total consumido, com média de 70%, com crescimento mais expressivo na região sul do estado, crescendo o dobro das demais regiões do estado.



O tamanho da economia das mesorregiões, medido através do Produto Interno Bruto, mostra que 40,7% do PIB do estado é gerado na região metropolitana de Curitiba, 16,9% no Norte Central (principalmente Londrina e Maringá) e 14,5% no Oeste (Foz do Iguaçu e Cascavel são os expoentes). A produtividade, medida através da razão PIB por PEA, se mostrou maior nas regiões onde o PIB industrial é elevado. Nas regiões onde o PIB agropecuário é maior, a

produtividade se mostrou inferior em relação ao demais. A região metropolitana possui a maior produtividade pelo fator trabalho do estado, seguido pela centro oriental.

O desemprego cresceu entre 1991 e 2000 em todas as mesorregiões do estado, ultrapassando dois dígitos em todas as mesorregiões, com exceção ao Sudeste e Sudoeste paranaense. As maiores taxas estão na mesorregião metropolitana de Curitiba, Centro Oriental e Centro Ocidental (tabela 7).

TABELA 7 – PIB EM MILHARES DE R\$ (ANO 2000), DESEMPREGO E RENDA.

MESORREGIÃO	PRODUTO INTERNO BRUTO			PRODUTIVIDADE	DESEMPREGO		RENDA	
	Agronegócio	Industrial	Serviços	2000	1991	2000	1991	2000
Centro Ocidental Paranaense	542.283	317.576	727.684	10.055,70	2,0%	13,7%	390,16	522,35
Centro Oriental Paranaense	741.487	1.822.307	1.488.139	15.293,43	4,7%	14,1%	551,38	733,53
Centro-Sul Paranaense	686.060	940.645	1.000.747	11.051,04	3,3%	11,5%	397,24	522,96
Metropolitana de Curitiba	629.376	12.340.205	11.929.072	16.501,87	5,3%	14,7%	821,29	1.044,89
Noroeste Paranaense	788.205	673.629	1.264.142	8.660,55	2,5%	10,7%	394,79	540,07
Norte Central Paranaense	1.320.704	3.996.917	4.992.789	11.172,15	2,6%	12,4%	530,13	731,76
Norte Pioneiro Paranaense	624.251	544.836	1.031.721	8.547,33	2,4%	11,9%	391,84	521,30
Oeste Paranaense	1.585.867	3.707.818	3.542.403	15.568,66	3,6%	12,8%	533,60	678,57
Sudeste Paranaense	528.496	368.001	603.786	8.492,20	2,3%	8,9%	300,87	445,58
Sudoeste Paranaense	907.104	520.149	974.724	9.881,30	1,9%	8,4%	333,34	518,76

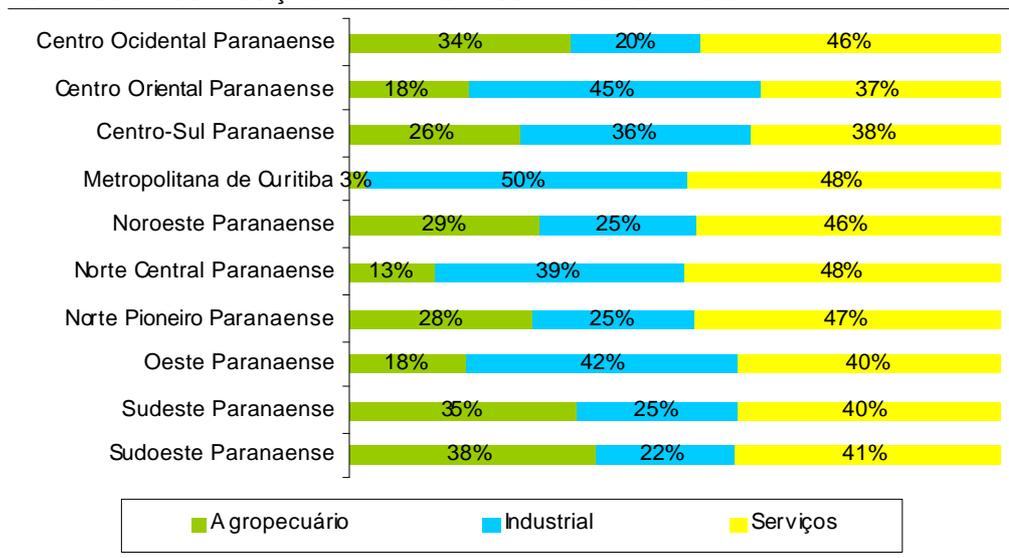
FONTE: IPARDES, IBGE.

As regiões com maior participação do PIB industrial (metropolitana de Curitiba, Centro Oriental, Norte Central e Oeste Paranaense) possuem as maiores rendas. As mesorregião Sudoeste e Sudeste do estado apresentaram os maiores crescimentos na renda, 55,6% e 48,1% de crescimento respectivamente.

A composição do PIB no estado é 45,1% de Serviços, 41,3% de Indústria e

13,7% de Agropecuária. O PIB de serviços é superior a um terço em todas as mesorregiões, porém é no PIB Industrial e Agropecuária que há as maiores diferenças. A região Sul, com exceção do Centro-sul apresenta maior dinâmica agropecuária, juntamente com a Centro Ocidental. A mesorregião metropolitana de Curitiba, a Centro Oriental e o Oeste Paranaense apresentam maior grau industrial do estado (gráfico 2).

GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DO PIB DAS MESORREGIÕES EM 2000.



FONTE: IPARDES.

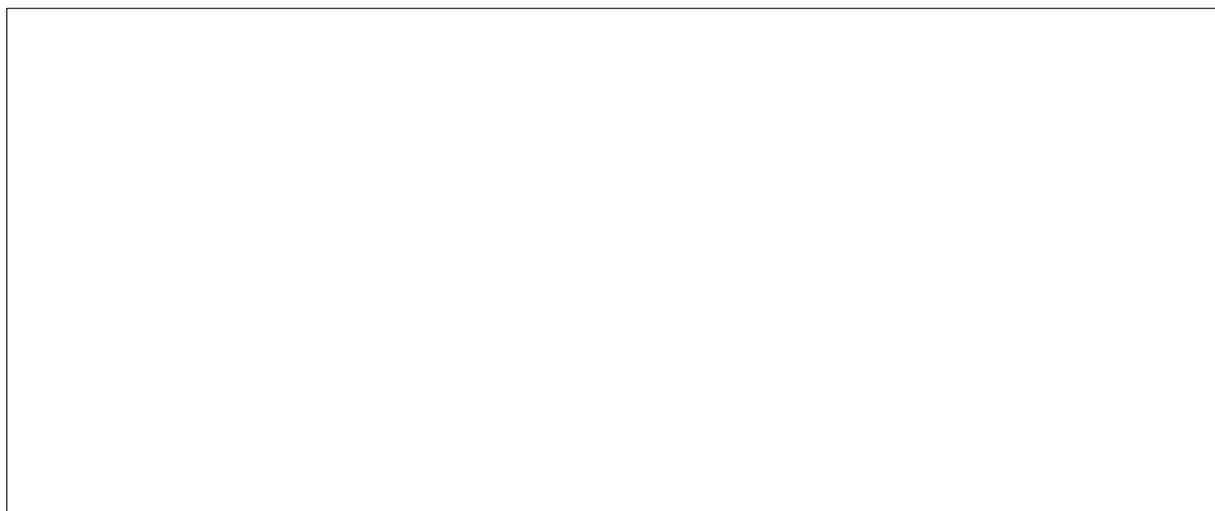
NOTA: Dados Trabalhados pelo Autor.

O número de estabelecimentos industriais da mesorregião noroeste cresceu 95,4% no período 1990 a 2000, sendo a mesorregião que mais aumentou o número de estabelecimentos em termos relativos. Em termos absolutos, o Norte Central instalou 1.738 estabelecimentos industriais, seguido pela metropolitana de Curitiba 1.318 novos estabelecimentos.

O Noroeste, Norte Central e Oeste Paranaense aumentaram suas participações no emprego do estado ao longo da década de 1990, com a mesorregião metropolitana perdendo 710 pontos básicos na participação do emprego do estado. Contudo, a participação da mesorregião metropolitana no valor adicionado cresceu 451 pontos básicos,

seguido pelo centro oriental com 443 pontos básicos, enquanto as regiões que aumentaram a participação no emprego, apresenta-

ram perda de 161 pontos básicos em média na participação do valor adicionado do estado (tabela 8).

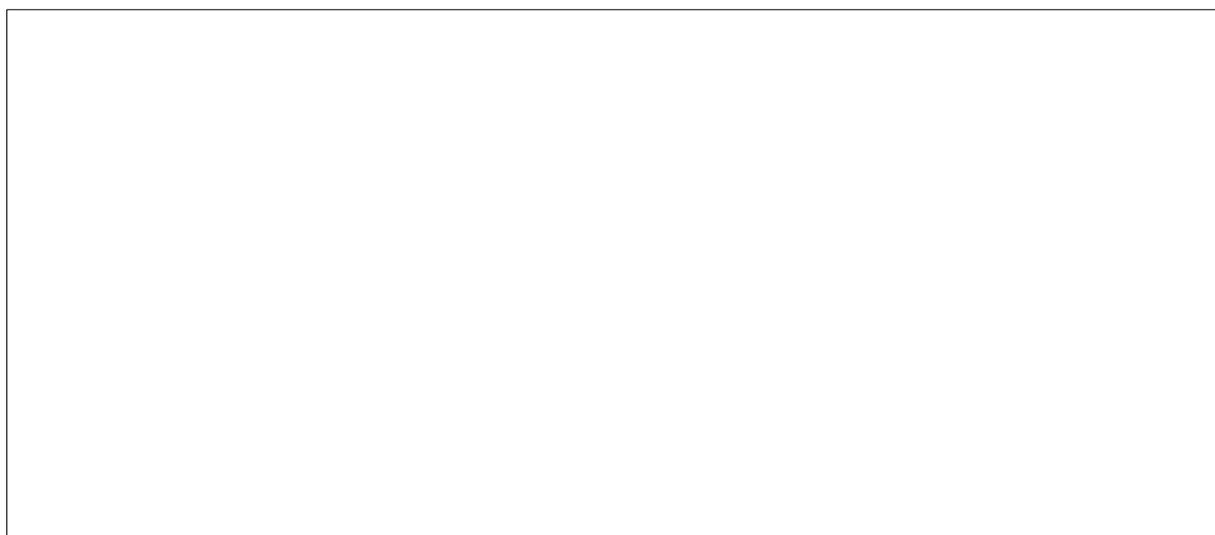


A mesorregião metropolitana de Curitiba possui a maior média de anos de estudos do Paraná, distando 1,2 anos de estudos em relação à segunda mesorregião neste ranking, Norte Central que aumentou a média de anos de estudo em 1,3 junto com Oeste Paranaense. As mesorregiões com maior média de anos de estudo são as mesmas que apresentam a maior dinâmica industrial e grau de urbanização.

Os professores de ensino fundamental com ensino superior representavam, em média, 25,1% dos professores no Paraná em 1991 e passou para 31,8% em 2000. As mesorregiões Centro-Sul (que apresentou

decréscimo desta proporção), Oeste e Sudeste paranaense apresentam os menores índices de professores com ensino superior, cuja média foi 25,7%. A região norte (Norte Pioneiro e Norte Central) possui os maiores índices do estado, onde a média é de 38,8% dos professores do ensino fundamental.

As mesorregiões Norte Central e Noroeste paranaense possuem os maiores índices de médicos por mil habitantes, com 25,4 e 21,6 médicos a cada mil habitantes. O Sudeste, Centro Oriental e Centro Sul, que apresentou uma redução no índice de médicos por mil habitantes, são as mesorregiões com menor índice do Estado (tabela 9).

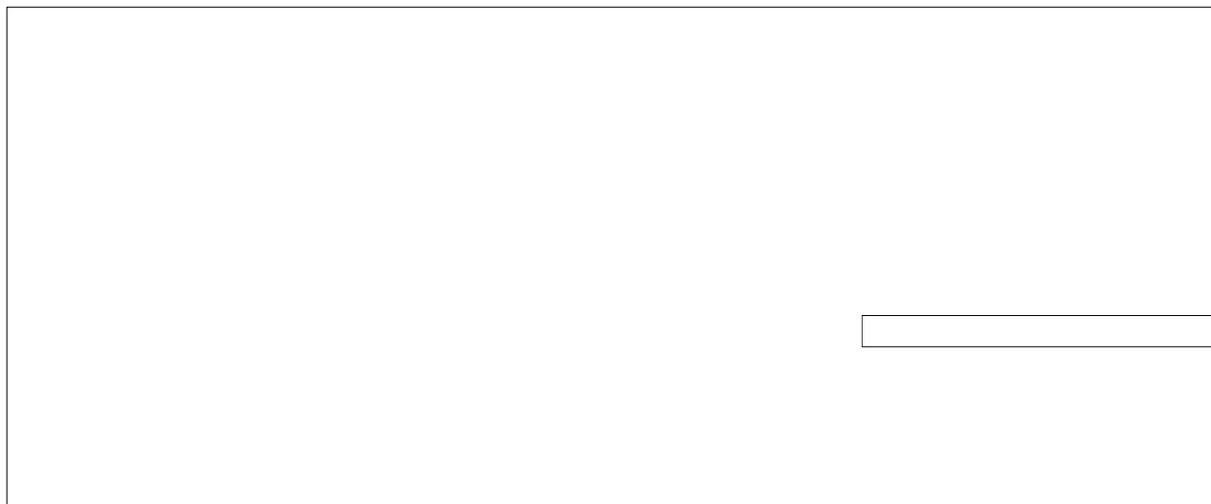


A esperança de vida paranaense cresceu quatro anos entre 1991 a 2000, passando de 65,9 anos para 69,9 anos. As mesorregiões apresentaram esperança de vida próxima de 70 anos para as mesorregiões que possuem um índice de médicos por mil habitantes superiores a 10, embora o Centro Ocidental e o Norte Pioneiro não possuam a mesma característica.

A desigualdade no Paraná permaneceu nos mesmos patamares de 1991, embora algumas mesorregiões tenham crescido, como a metropolitana de Curitiba e algumas tenham decrescido, como Sudoeste. Porém, todas as mesorregiões apresentaram redução das pessoas pobres², com algumas

mesorregiões reduzindo significativamente este índice, como Noroeste, Norte Pioneiro, Sudeste e Sudoeste Paranaense (tabela 10).

Com relação à violência, mensurada através da taxa de homicídio a cada cem mil pessoas, apresentou comportamentos distintos em sua maioria, embora que em três grandes mesorregiões em termos de tamanho da economia, apresentaram crescimento das taxas de homicídios, além de serem as regiões com maior índice de homicídio. São elas: Metropolitana de Curitiba (24,3), Oeste (30,1) e Norte Central (11,4). A mesorregião Centro Sul possui o segundo maior índice de violência do Paraná, apesar da redução entre 1991 e 2000.



Os indicadores selecionados na tabela 11 mostram a melhora em todas elas, que poderiam ser alocadas em algumas outras dimensões. A região sul do estado apresentou as maiores melhorias nos indicadores de qualidade de vida, como Água Encanada e Banheiro, Energia e Geladeira, Coleta de lixo e redução dos domicílios subnormais. Os indicadores de riqueza, Energia e Televisão, três bens duráveis ou mais e telefone, apresentaram as maiores melhorias na mesorregião Oeste, seguida pelo Norte Central e Metropolitana de Curitiba. Somente

Energia e Televisão que a região sul do estado apresentou as maiores médias de crescimento.

As mesorregiões com maior dinâmica industrial possuem mais domicílios com indicadores positivos, excetuando domicílios subnormais nas mesorregião metropolitana de Curitiba, Centro Oriental e Oeste Paranaense. Apenas o Norte Central, que possui elevada dinâmica industrial reduziu os domicílios subnormais para aproximadamente zero, e a mesorregião oeste com redução para 0,4% de domicílios subnormais.

Desta forma, ao longo da década de 1990 as transformações produtivas no Paraná impactaram em diversas áreas da sociedade. A dinâmica industrial contribuiu para melhorar alguns indicadores socioeconômicos, porém também houve alguns impactos negativos, como desemprego e concentração populacional em grandes centros.

Conclusões

O propósito do artigo era discutir as diferenças constituídas no processo de reestruturação produtiva do Paraná na década de 1990 para as diversas mesorregiões. Os resultados trouxeram contribuição para a academia, para o Estado e para as organizações que refletem e interferem no processo de desenvolvimento paranaense, como Federações da Indústria Paranaenses (FIEP-PR). Para academia, por explorar o controverso debate sobre desenvolvimento local e a importância de intervenção do Estado para busca de melhoria nas condições socioeconômicas para diferentes regiões, com histórias

e necessidades específicas. Para o Estado e organizações envolvidas com o processo de desenvolvimento paranaense por refletir os reais impactos dos investimentos nas diferentes regiões do Paraná, em que se mostrou a necessidade de avaliar e atrair investimentos para incentivar o crescimento associado a redução da desigualdade regional, o que não aconteceu.

O objetivo era avaliar as mudanças socioeconômicas e territoriais a partir das transformações produtivas do Paraná e das suas mesorregiões na década de 1990 e mostrou-se que o aporte de investimentos foi direcionado para indústria automobilística. Esse novo capital transformou tanto a pauta de produção quanto a de exportação industrial e se localizou na região metropolitana de Curitiba pela infra-estrutura favorável e pela existência de uma base metal-mecânica. Esta base não foi aproveitada o suficiente (FARAH, 2002), para otimizar os ganhos dos produtores locais, mas que incentivou a atração de investimento para região.

As reflexões sobre os indicadores socioeconômicos, contudo, mostraram que esses ganhos foram concentrados na região metropolitana, mas foi uma década com forte melhora em vários indicadores, apesar de não ter uma mudança significativa no índice de Gini, que mede a desigualdade de renda. A elevação da desigualdade, devido ao desemprego e a maior concentração de renda pelos mais ricos, mantiveram o crescimento da violência analisada a partir da taxa de homicídio. Contudo, o maior grau de urbanização e a demanda por mão de obra qualificada melhoraram a educação da população, além da criação de novas universidades no estado e da alteração do sistema educacional do ensino fundamental, reduzindo a evasão escolar e aumentando a quantidade média de anos de estudos da população adulta, ou seja, houve uma melhora quantitativa na educação.

Apesar da tendência do estado mostrar melhoria nos indicadores, os resultados entre as mesorregiões diferem. É possível notar que houve concentração de renda nas grandes cidades onde a participação industrial é maior, como a região metropolitana, Norte Central e Centro Oriental. Com isso, se valida a hipótese que o Paraná tenham mostrado melhorias econômicas em 2000 em relação a 1991, mas a mudança ficou concentrada na região metropolitana de Curitiba e nas grandes cidades. Isso decorreu de uma política de incentivo ao processo de modernização produtiva e novos investimentos, sem a preocupação de desconcentração regional, já historicamente existente entre as mesorregiões do Estado.

A partir dos resultados alcançados, torna-se importante destacar duas limitações desse trabalho. A primeira foi tratar o desenvolvimento local sob a ótica das mesorregiões, desconsiderando que mesmo cada município tem a sua própria dinâmica e o impacto do processo de reestruturação produtiva pode ter sido, obviamente, diferente nestes em cada município de uma mesma mesorregião. Contudo, esta limitação se torna necessária por avaliar uma intervenção em nível estadual e os resultados apresentam um delineamento para estudos mais específicos. A segunda limitação foi tratar o processo de desenvolvimento a partir da esfera territorial (espacial), econômica e social, sem abordar questões

como mudança institucional, cultural e ambiental. Importantes temas mas que ficaram com proposta para novos estudos.

Assim sendo, como proposta de continuidade deste trabalho, cabe ainda avaliar e desenvolver políticas destinadas a redução das disparidades entre as cidades do Paraná com maior disseminação das ações públicas para o estímulo do processo de desenvolvimento local. Outro estudo interessante seria a efetividade destas políticas públicas com intuito de estabelecer de forma objetiva qual a intervenção pretendida e que se resultados se alcançou. Outro projeto importante seria de integração dos planos estratégicos municipais e do Estado com os estabelecidos legalmente (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual) com intuito de avaliar a efetividade dos resultados alcançados a partir do investimento público. Estes estudos teriam um enfoque local, em busca do amadurecimento do processo de desenvolvimento local dos municípios a partir de uma intervenção pública efetiva para redução das desigualdades e criação de oportunidades para descentralização econômica do Estado, com impactos sociais positivos. Por isso, sugerem-se também avaliações na esfera municipal, com estudos de caso, para aumentar a profundidade da análise e observar as diferentes dinâmicas em cada local.

Notas:

¹ As mesorregiões são as estabelecidas pelo IBGE e tratadas por Ipardes (2004).

² Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

Referências

- AJARA, César. *As Difíceis vias para o desenvolvimento sustentável: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico-econômico*. Textos para discussão 8. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.
- BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1996.
- BELLEN, Hans Michael van. Desenvolvimento Sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação. In: *Ambiente e Sociedade* (7), Campinas, p. 67-87, n. 1, 2004.
- BLACKELY, Edward J. *Planning Local Economic Development: theory and practice*. 2 ed. USA: Sage Publications, 1994.

- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios*. Campinas: Papirus, 2003.
- CASTRO, Demian. *Mudança, Permanência e Crise no Setor Público Paranaense: Um Balanço da Trajetória Estadual na Segunda Metade do Século XX*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Economia - Instituto de Economia, Universidade de Campinas)
- CASTRO, Demian; LEÃO, Igor Z. C. C. Uma Análise da Economia Paranaense nas últimas décadas. In: IPARDES. *Boletim da Conjuntura & Tecnologia* (10). Curitiba, mai./jun. 2005.
- CLAYTON, Antony M.H.; RADCLIFFE, Nicolas J. *Sustainability: A System Approach*. Cambridge, MA: Westview, 1996.
- DRESNER, Simon. *The Principles of Sustainability*. London: Earthscan, 2002.
- FARAH Jr., Moisés Francisco. *Uma proposta de estruturação da capacidade competitiva das pequenas e médias empresas metal mecânicas da região de Curitiba através da formação de um cluster*. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Setor Ciências Exatas, Universidade Federal de Santa Catarina).
- FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. A Nova Lógica de Localização Industrial no Aglomerado Metropolitano de Curitiba. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (103), Curitiba, p. 79-100, jul./dez. 2002.
- FOLADORI, Guillermo. Avanços e Limites da Sustentabilidade Social. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (102), Curitiba, p. 103-113, jan./jun. 2002.
- FROELICH, José Marcos. O "Local" na Atribuição de Sentido ao Desenvolvimento. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (94), Curitiba, p. 87-96, maio/dez. 1998.
- GRAAF, H.J.; KUERS, W.J.; MUSTERS, C.J.M. *Sustainable Development: Looking for New Strategies*. Ecological Economics, 1996.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HAQUE, M. Shamsul. *Environment Discourse and Sustainable Development: Linkages and Limitations*. Ethics and Environment, vol. 5 n° 1, 2000.
- IPARDES. *Crescimento, Reestruturação e Competitividade Industrial no Paraná - 1985 - 2000*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2002.
- _____. *A Integração Comercial da Indústria Paranaense nos Anos Noventa*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2002.
- _____. *Leituras Regionais: Mesorregiões Geográficas Paranaenses: Sumário Executivo*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2004.
- _____. *Tipologia dos Municípios Paranaenses Segundo Indicadores Socioeconômicos e Demográficos*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2003.
- LENCIONI, Sandra. Re-configurações territoriais: reestruturações econômicas e sócio-espaciais. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2003, p. 1-13.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. *A Economia Paranaense em Tempos de Globalização*. Curitiba: Ed. do Autor, 2003.
- _____. *A Economia Paranaense nos Anos 90: Um Modelo de Interpretação*. Curitiba, PR: Ed. do Autor, 2000
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MERCADO, Aléxis; CORDOVA, Karenia. Desarrollo Sustentable - Industria: más controversias menos respuestas. In: *Ambiente & Sociedad* (8), Campinas, p. 27-50, jan.-jun. 2005.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). *Economia Brasileira*. São Paulo, SP: Saraiva, 2003.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 1986.
- _____. *Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Nobel, 1993.
- SAMPAIO, Armando Vaz. *O Mercado de Trabalho no Estado do Paraná entre 1992 e 2003*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2005.
- SILVA, Christian Luiz da. *Investimento Estrangeiro Direto: da dependência à globalização*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.
- _____. *Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar*. In: SILVA, CL; MENDES, JTG (Org.). *Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar*. 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 11-40, 2005.
- SILVA, Christian Luiz da; FARAH Jr, Moisés Francisco. Economia e Política Industrial Paranaense: uma avaliação crítica da década de 1990. *Revista de Desenvolvimento Econômico* (9). Salvador, p. 17-26, jan. 2004.
- SOTO TORRES, M. Dolores; FERNÁNDEZ LECHÓN, Ramón. Feedback Process in Economic Growth: relations between hours worked and labour productivity. *Proceeding...* Conference System Dynamics, p. 1-20. Disponível em: www.systemdynamics.org/conferences/2006/proceed/papers/soto-170.pdf. Acesso em: dez. 2006.
- SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p.14-35, 1997.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, SP: Ed. Atlas, 1999.
- VASCONCELOS, José Romeu de (coord.); CASTRO, Demian. *Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 1999.
- VAZ, Maria Teresa de Noronha Vaz. Desenvolvimento regional e inovação empresarial: o impacto do desenvolvimento local nas determinantes de inovação das pequenas empresas. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (108), Curitiba, p.7-24, jan./jun. 2005.
- VIVIEN, Franck-Dominique. *Le développement soutenable*. Paris: Ed La Découverte, 2005.

**Desenvolvimento local, empreendedorismo e capital social:
o caso de Terra Roxa no estado do Paraná***

Local development, entrepreneurship and social capital:
the case of Terra Roxa city at Paraná state in Brazil

*Développement local, entrepreneurship et capital social:
un étude sur la village de Terra Roxa dans la province du Paraná au Brésil*

*Desarrollo local, espíritu emprendedor y capital social:
un estudio sobre la ciudad de Terra Roxa en la provincia del Paraná en Brasil*

Ednilse Maria Willers**

Jandir Ferrera de Lima***

Jefferson Andronio Ramundo Staduto****

Recebido em 27/9/2007; revisado e aprovado em 20/12/2007; aceito em 20/2/2008.

Resumo: Este artigo analisa a experiência de desenvolvimento local no município de Terra Roxa, localizado no Oeste do Estado do Paraná – Brasil. O empreendimento que está sendo realizado é o de confecção moda bebê. Essa atividade coletiva está, fortemente, associado ao desenvolvimento local, motivado por fatores endógenos. Nesse caso, a dinamização de vários fatores levou ao surgimento e ampliação de uma atividade completamente diferenciada à “vocação” territorial, no qual estão imersas essas empresas de confec o.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Capital social. Economia urbana.

Abstract: This article analyzes the experience of local development in the Terra Roxa city at Paraná State in Brazil. The enterprise that is being carried through is of confection the fashion baby. This collective activity is, strong, associated to the local development, motivated for endogenous factors. In this case, the growth of some factors led to the sprouting and magnifying of an activity completely differentiated to the “territorial vocation”, in which these companies of confection are immersed.

Key words: Local development. Social capital. Urban economy.

Résumé: L’objectif de cette article est d’analyser l’experience de développement local dans la village de Terra Roxa au Paraná – Brésil. L’exploitation des entreprises de mode pour les enfants est associée au développement local et des facteurs endogènes. Ces facteurs ont stimulé la démarrage des activités complementaires au profil territorial de la communauté.

Mots-clés: Développement local. Capital social.  conomie urbaine.

Resumen: Este artículo analiza la experiencia del desarrollo local en la ciudad de Terra Roxa en la Provincia de Paraná en el Brasil. Esta actividad colectiva es asociada al desarrollo de las empresas de confección para los niños, motivada para los factores endógenos. Estos factores estimularon el comienzo de actividades complementares al perfil territorial de la comunidad.

Palabras claves: Desarrollo local. Capital social. Economía urbana.

1 Introdu o

Apesar dos problemas macroecon micos que afetam a economia brasileira, alguns fen menos de desenvolvimento econ mico local se espraiam pelo Brasil, sendo que

muitos com características marcantes, como a aglomera o de médias, pequenas e microempresas em uma mesma localidade, ligadas à produ o de um ramo de atividade específico – industrial ou de serviço.

No Paraná, mais precisamente na re-

* Uma versão preliminar dessa temática foi apresentada no II Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional, em outubro de 2006, em Santa Cruz do Sul-RS.

** Bacharel em Secretariado Executivo Bilíngue e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Professora pesquisadora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Toledo). E-mail: ednilse@unioeste.br

*** Ph.D. em desenvolvimento regional pela Universit  du Québec (UQAC). Professor adjunto do Colegiado de Economia e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE/Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). E-mail: jandir@unioeste.br ou jandirbr@yahoo.ca

**** Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor adjunto do Colegiado de Economia e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste/Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). E-mail: staduto@unioeste.br.

gião Oeste do Estado, no município de Terra Roxa é um exemplo desses fenômenos sócio-econômicos. O município de Terra Roxa está situado na parte norte da região Oeste do Paraná. Em 1970, o município ingressa numa fase produtiva de produção agrícola centrada quase exclusivamente na produção cafeeira, altamente tecnificada, mecanizada e com largo uso de insumos. Apesar dos altos investimentos nos cafezais, problemas climáticos levaram a decadência dos cafezais de toda a região no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Isto resultou na perda de quase três quartos da população do município entre 1970 e 1990. A agricultura, que fora o grande catalisador do surgimento da cidade, já não parecia tão benevolente e a baixa rentabilidade estimulou muitos a deixarem suas terras para buscar o sustento da família em outros locais.

Contudo, apesar da crise econômica do município, eis que a partir de 1994 surgiu um número expressivo de indústrias de confecções de roupas infantis. O *hobby* de uma das moradoras da cidade, que poderia ser apenas uma renda extra, frutificou e liderou uma nova configuração econômica para o município de Terra Roxa, cujos resultados atualmente impactam positivamente na estrutura econômico-social local.

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar a experiência de desenvolvimento local no município de Terra Roxa, localizado no Oeste do Estado do Paraná – Brasil. Para tanto, ele está dividido em três partes: o quadro teórico que se subdivide na conceituação de capital social, empreendedorismo e territorialidade. Na sequência é analisado o processo de transformação econômica do Município de Terra Roxa, destacando a nova configuração produtiva que surgiu a partir do ano de 2000 e que foi responsável pela alteração da estrutura urbano-rural para a urbano-industrial. Nessa seção também são analisadas compilações de dados obtidos em pesquisas realizadas nos anos de 2004 e 2005. E para finalizar a conclusão.

2 Quadro teórico

Na nova concepção de desenvolvimento econômico, o espaço deixa de ser contemplado simplesmente como suporte físico

das atividades e dos processos econômicos. Ele passa a valorizar os territórios, as relações entre seus atores sociais, suas organizações concretas, as técnicas produtivas, o meio ambiente e a mobilização social e cultural (MARTINELLI e JOYAL, 2004). Neste contexto termos como capital social, empreendedorismo e territorialidade passam a centralizar as discussões acadêmicas enquanto promissoras vertentes de desenvolvimento econômico local.

O capital social, no atual contexto de desenvolvimento econômico, é visto como um ativo que oferece a possibilidade de consolidar metas de desenvolvimento econômico por meio das próprias potencialidades e capacidades da sociedade local. É o que Amâncio et al. (2005) chama de recurso que pode ser mobilizado com a finalidade de permitir aos grupos e/ou indivíduos formas mútuas de ajuda e de cooperação. O capital social pode ser tanto um estoque quanto a base de um processo de acumulação, que permite à determinada sociedade ter maiores chances de competitividade e de sobrevivência no mercado. Neste formato, o capital social compreende a capacidade de organização de uma sociedade, a qual, associada à vida econômica, à confiança e a cooperação transformam-se em potencialidades reais de intervenção econômico-social, facilitando ações coordenadas que podem se tornar base do desenvolvimento econômico local. Este processo se torna viável porque o capital social tem a função de criar e de gerar oportunidades, capacidades e potencialidades nos diversos atores de uma determinada sociedade. Putnam (1996) mostrou isso em suas pesquisas quando descobriu que onde existe capital social, é ele o ponto fundamental para o desenvolvimento econômico.

Para Putnam (1996) capital social diz respeito a determinadas características de uma organização social, como confiança, normas e sistemas, as quais contribuem para o aumento da eficiência desta sociedade, pois facilita ações coordenadas em prol de um objetivo comum. É uma resposta que contrapõe o mito de que a sociedade é composta apenas por grupos de indivíduos independentes, na qual cada um age para atingir objetivos pessoais. Segundo Abramovay (2000), o capital social vem contrapor este

mito, pois demonstra que os indivíduos não agem isoladamente e que seus objetivos também não são definidos de forma individualizada. É diante desta constatação que as estruturas sociais contemporâneas devem ser vistas como recursos, como um ativo, pois o capital social é produtivo e através dele se torna possível o alcance de objetivos que não seriam atingidos de forma individualizada.

O capital social é um ativo coletivo de grupos inseridos numa estrutura social. Trata-se de valores e crenças que os cidadãos compartilham, expressando socialização e consenso normativo. Esta postura favorece o espírito cívico e a vida cooperativa, gerando espaços e estruturas de trabalho em equipe, instigando a inovação e a aprendizagem coletiva, fatores importantes para o dinamismo econômico recente. A partir da década de 1990, se percebeu a existência de forte relação entre capital social e a formação de aglomerações produtivas localizadas. Estudos teóricos e empíricos demonstram que em aglomerações produtivas, especialmente aquelas reconhecidas como arranjos produtivos locais, as empresas (de micro, pequeno e médio porte) têm mais condições de sobreviver de modo competitivo e sustentado. Em conjunto com a sociedade local tem alcançado índices de crescimento econômico que viabilizam a retomada do desenvolvimento econômico-social local (ALBAGLI e MACIEL, 2003).

Esta retomada é viabilizada pela existência de indivíduos conhecidos como empreendedores, tidos como os principais agentes de condução do processo de criação de unidades produtivas. Os empreendedores através de sua ação inovam e desenvolvem o universo empresarial permitindo, que o fluxo e o desenvolvimento da economia sejam catalisados. Para Gerber (1996) a personalidade empreendedora transforma a condição mais insignificante numa excepcional oportunidade. Neste contexto o empreendedor é um inovador, um estrategista, um criador de novos métodos de acesso ao mercado já existente ou de criação de novos.

É importante que os empreendedores tenham consciência que o sucesso de seus empreendimentos é consequência de um conjunto de habilidades, tais como identificar, agarrar e buscar os recursos para trans-

formar sua idéia inovadora em um negócio lucrativo, demonstrando o valor econômico dessa idéia e que tem condições de torná-lo realidade.

Se o capital social é tido como um ativo que possibilita a convergência de interesses coletivos na direção de determinado objetivo, neste caso para o desenvolvimento econômico de uma localidade e o empreendedorismo, a ação que efetiva este ativo, então se faz necessário entendermos também o significado que se está delineando para o espaço de ação deste capital social, ou como se tem denominado na literatura recente, do espaço territorial do desenvolvimento.

Com base nesta conceituação, percebe-se que o desenvolvimento econômico está diretamente ligado à emergência do potencial do capital social local, bem como com as iniciativas de seus atores em inovar e em definir planos de ação coletivos que os levem a agir em direção a projetos comuns que busquem desencadear o desenvolvimento econômico local. Neste contexto, o território é visto como um meio inovador, até porque, as empresas por si só não se transformam em agentes inovadores. Elas são partes de um meio onde a história, a organização, os comportamentos coletivos e o consenso que os estrutura é que são seus verdadeiros componentes de inovação. Sendo assim, os comportamentos inovadores de um território dependem, diretamente, das variáveis definidas no plano local e na densidade de seu tecido institucional e capital de relações (MAILLAT, 2002).

Assim, é preciso instigar o potencial competitivo do território, pois é através deste que se dinamiza a organização e a participação dos agentes sociais nos processos de desenvolvimento econômico local (MORAES, 2005). São as ações coletivas preconizadas por Schmitz (1997) tida como a tônica que dinamiza as mudanças necessárias à construção de planos locais que possam levar ao desenvolvimento econômico. E são essas mesmas ações coletivas que alteraram e estão movimentando a economia de Terra Roxa, tendo nas indústrias de confecções infantis o desencadeador de superação da estagnação econômica que se apoderou do município desde a década de 1970. Mas, para que se possa compreender o processo

de desenvolvimento econômico do Município de Terra Roxa, se faz necessário resgatar, mesmo que em breves palavras, seu contexto histórico, ampliando essa análise a partir da realidade econômica do país e do próprio Estado do Paraná.

3 O desenvolvimento econômico no oeste do Paraná

No Estado do Paraná, nas décadas de 1950 e 1960 a produção preponderante era o café e a extração da madeira. Nesse período, o Oeste do Paraná sofreu um processo migratório inverso ao que ocorreu no Brasil. No setor rural brasileiro ocorria um forte processo de esvaziamento, atraído pelo crescimento do setor urbano-industrial da região Sudeste, e principalmente no Estado de São Paulo. A produção agropecuária de modo geral não tinha praticamente nenhuma incorporação tecnológica. A estrutura fundiária concentrada era apontada como uma das causas, pois com exceção do Sul do país havia grande predomínio dos latifúndios. A forma preponderante de expandir a produção era por meio da incorporação de terra. Com efeito, as fronteiras agrícolas tinham que ser agregadas ao processo produtivo nacional.

É a partir dos anos 1960, que a região teve sua grande explosão populacional. Entre 1960 e 1970, a região recebeu 374.082 pessoas, e a taxa decenal de migração de 0,82% a.a.. Neste período apenas o Distrito Federal, considerada área de fortíssima atração populacional, recebeu mais migrantes que o Extremo Oeste Paranaense. Em 1970 a população rural do Oeste do Paraná estava na ordem de 80%, já em 1980, a população rural e urbana igualavam-se em 50%, iniciando a década de 1990 com uma população urbana de aproximadamente 71%. A alteração na composição da população dos municípios na região Oeste do Paraná bem como no Estado tornaram ambos mais urbanizadas. Esta situação está associada à necessidade de geração de emprego nas cidades (RIPPEL, 2004).

A partir da década de 1970, teve início na região uma nova fase de produção agrícola. A modernização da agricultura

brasileira que se alastrou fundamentalmente pelas regiões Sul e Sudeste encontrou condições sócio-econômicas para ser implantada no Oeste do Paraná. O crédito rural oficial e subsidiado era atrelado a um pacote tecnológico. As lavouras temporárias, como as culturas de soja e trigo, foram as principais responsáveis pelo crescimento da produção agrícola e desenvolvimento da região. A produção não resultava mais da policultura de subsistência, mas da especialização na produção de soja e trigo destinados ao mercado interno e exportador (PIFFER, 1997).

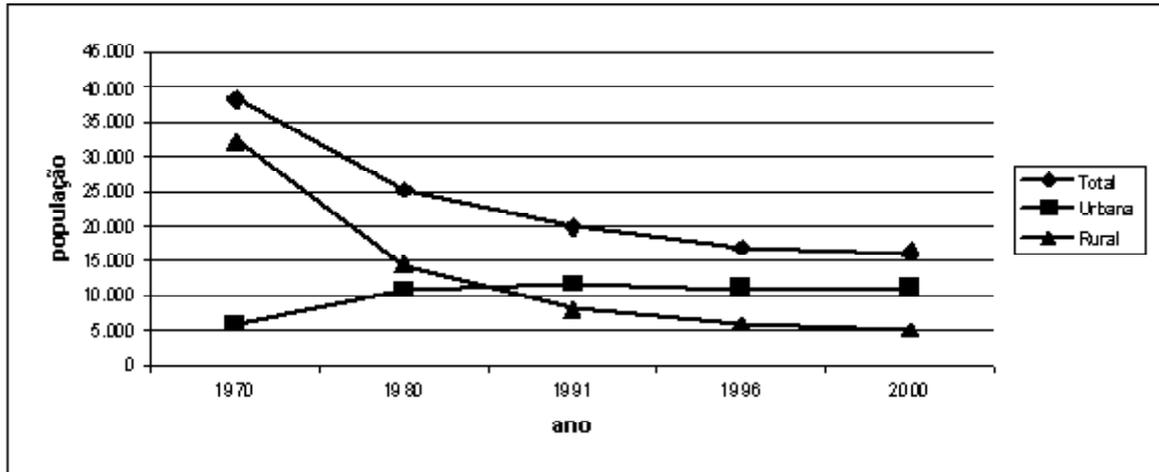
A partir da década de 1990, a produção agroindustrial nas regiões produtoras de grãos e outras matérias-primas agropecuárias cresceram verticalmente e começam a ter grande visibilidade para a sociedade e os segmentos políticos, o que contribuiu para que essas regiões caminhassem para a viabilização do desenvolvimento regional e, particularmente, alguns municípios se tornassem pólos com grande área de influência, atraindo novos investimentos e, fundamentalmente, a população dos municípios vizinhos. Também se tornaram receptores de antigos produtores rurais que hoje não tem mais a sua propriedade agrícola.

Mais recentemente, a região Oeste do Paraná teve um grande processo de agroindustrialização concentrada em alguns municípios em razão de vários vetores derivados de vantagens locacionais. Do ponto de vista institucional também há vantagens por meio do recebimento de *royalties* pelos municípios lindeiros que fazem margem com o lago do Itaipu.

3.1 O município de Terra Roxa: perfil econômico

Em Terra Roxa o processo de emigração foi dramático. Entre 1970 a 1980, considerando-se a migração interestadual, intra-estadual e intra-regional a população decresce de 37.452 habitantes para 25.535, e entre 1980 a 1990 para 19.820 habitantes e, ainda, entre 1990 a 2000 o decréscimo deixa um saldo populacional de apenas 16.293 habitantes no município, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução da população de Terra Roxa de 1970-2000.



Fonte: IBGE (2005).

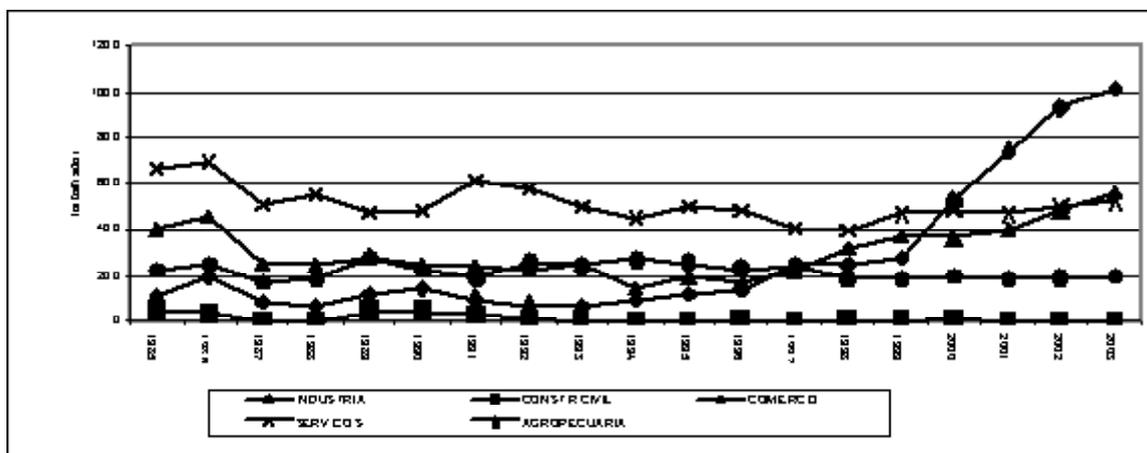
Conforme mencionado na introdução, o decréscimo populacional de Terra Roxa é explicado pela transformação no modelo de produção agrícola que afetou todo o Oeste do Paraná. Terra Roxa não escapou da tendência geral dos movimentos demográficos que ocorreu no Brasil, de redução de tamanho das pequenas cidades. Excluído os aspectos políticos, religiosos, raciais ou mesmo de risco de integridade física, a evasão populacional dos pequenos municípios é reflexo do baixo dinamismo econômico.

Mesmo sendo a agricultura a grande geradora de renda para o município, a mesma não dava conta de atender a abundante oferta de mão-de-obra existente, até porque na situação de pequeno proprietário não havia muita demanda de serviços. Outro agravante foi o fato de Terra Roxa estar cer-

cada por várias cidades mais dinâmicas e polarizadoras regionalmente, como: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, e em segundo plano as cidades de Palotina e Guairá.

No entanto, a situação começa a mudar com o surgimento das primeiras indústrias de confecções infantis. As quais, a partir segunda metade da década de 1990, registram um rápido crescimento de absorção de mão-de-obra local. O Gráfico 2 demonstra a mudança do perfil produtivo do município, nos quais o expressivo aumento do emprego da mão-de-obra no setor industrial, sobrepõe o ramo tradicional local (agricultura) e inclusive o de serviços. Verifica-se que a partir de 1999 ocorreu um crescimento abrupto da ocupação industrial e, por sua vez, cresce também os setores de serviço e comércio.

Gráfico 2 - Evolução da ocupação de trabalho, por setores da economia em Terra Roxa de 1985-2003.



Fonte: MTE (2005).

4 Evidências empíricas da emergência do capital social, do empreendedorismo e do desenvolvimento local em Terra Roxa-PR

Em Terra Roxa, em 1994, inicia-se um fenômeno que refletia a necessidade de mudar. A primeira indústria de confecção infantil surgiu a partir do ideal de uma das moradoras em contribuir no orçamento familiar. Inicialmente, Dona Celma bordou o enxoval de seus filhos, que por sua vez, expandiu a atividade de forma restrita para aumentar a renda do grupo familiar. No entanto, esta atividade complementar tomou rumos maiores, primeiro tornando-se atividade principal da família, com a adesão do esposo, isto ainda na primeira metade da década de 1990. Vários fatores contribuíram para o êxito dessa atividade no âmbito familiar, mas o impacto positivo ocorre quando a produção artesanal passa para a produção de escala industrial e se alastra pela cidade ávida como um modelo de sucesso. Desta forma, estava-se levantando uma bandeira de resistência ao declínio econômico.

Em menos de cinco anos, a idéia de investir em confecções para bebês contagiou parcela expressiva dos empresários locais, estimulando novos empreendedores, os quais passaram a investir neste segmento, iniciando uma nova fase na história econômica de Terra Roxa. No ano de 2005 existiam cerca de 47 indústrias regularmente abertas e ativas. Estas indústrias detinham 84% do emprego forma industrial do município e representam, junto ao setor de serviços, 30% do PIB municipal (WILLERS, 2006).

Os elementos que conduziram para o crescimento dessas empresas e ao desenvolvimento local, as quais estão assentados sobre um território que foi construído fundamentalmente por um processo de resistência dos seus moradores frente a um declínio econômico persistente.

A história dos empresários das indústrias de confecções infantis de Terra Roxa está diretamente vinculada à história do Oeste do Paraná, de uma maneira geral, e

da história do município de um modo mais específico. A maioria absoluta dos empresários nasceu ou veio a residir ainda criança no município, acompanhando o itinerário de seus pais. Segundo o LIS (2004), 67% dos empresários de confecções são nascidos em Terra Roxa ou residente desde a infância e 33% mudaram para Terra Roxa depois da infância.

O vínculo entre estes empresários e a história regional municipal é a origem rural da grande maioria dos empresários. Entre 27 empresários pesquisados, 21 deles (77,8%) são filhos de agricultores e sete ainda têm a agricultura como seu meio de vida. Este dado remete diretamente ao índice de esgotamento de postos de mão-de-obra no setor rural como demonstrado anteriormente.

Com respeito às atividades realizadas anteriormente por esses empresários, em boa parte dos casos, os mesmos já operavam em alguma atividade relacionada com a área em que atualmente estão empreendendo. Entre os 27 entrevistados nove atuavam em áreas diretamente relacionadas ao setor de confecções, outros 5 atuavam como empresários e os demais eram autônomos ou funcionários assalariados. A origem das empresas é proveniente de capital autóctone, ou seja, as empresas nasceram com capitais oriundos da economia pessoal de cada um dos empresários. Indagados diretamente sobre esta questão mais 50% dos empresários indicaram esse expediente como a fonte de recursos do seu empreendimento (LIS, 2004).

As fontes de inspiração para a tomada de decisão de ingresso no ramo foram diversas, entre elas destacam-se principalmente o conhecimento de atividades do ramo, opinião de amigos ou familiares do ramo, bem como o aproveitamento de mão-de-obra local (LIS, 2004). A maior parte das indústrias de confecções infantis Terra Roxa foram criadas a partir de 2000. Essas empresas na grande maioria são de micro e pequeno portes sendo que cerca de 96% tem menos de 100 empregados, e 71%, destas, tem até 20 empregados, como ilustra a Tabela 4.

Tabela 4 - Empresas de confecção de roupas infantis segundo o número de empregados em 2003.

Tamanho da empresa	%
Até 4 vínculos ativos	29
De 5 a 9 vínculos ativos	23
De 10 a 19 vínculos ativos	19
De 20 a 49 vínculos ativos	23
De 50 a 99 vínculos ativos	2
De 100 a 249 vínculos ativos	4
Total	100

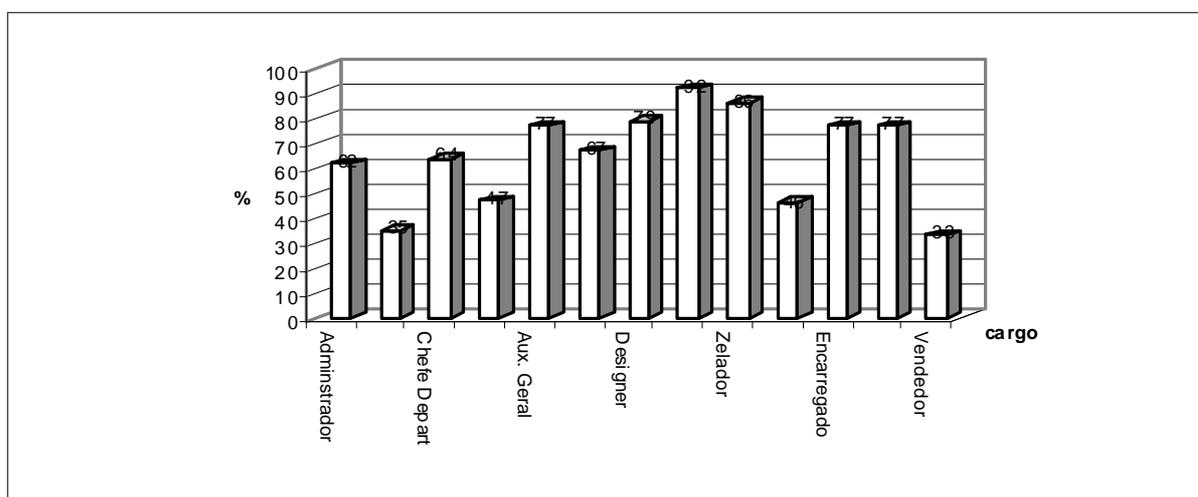
Fonte: MTE, 2005.

As indústrias do ramo de confecções infantis são na maior parte fabricantes de vestuário. Há outras empresas atuando como prestadoras de serviços, principalmente fazendo as costuras das roupas e aplicando os bordados. É provável que a expansão da produção nos próximos anos e a participação das empresas prestadoras de serviços se ampliem como um processo de fortalecimento da estrutura produtiva. Segundo o Censo Empresarial (2005) 96% das empresas

são de industriais de confecção infantil e 4% são de prestadoras de serviços.

A mão-de-obra empregada nestes estabelecimentos é preponderantemente formal e os treinamentos ocorrem na maioria, no âmbito interno das empresas (Gráfico 3). O processo de aprendizagem é extremamente endógeno, desta forma, espera-se haja fortes respostas dos agentes com a introdução organizada de treinamento da mão-de-obra, e que ocorra um aprendizado coletivo.

Gráfico 3 - Qualificação nas próprias empresas confecção infantil de Terra Roxa por ocupação



Fonte: STADUTO, 2005.

O ramo de confecção infantil de Terra Roxa desde seu surgimento cresceu significativamente e a abrangência de seu mercado cresceu com ele. Hoje seus produtos não

se limitam mais ao mercado regional, passando a ser exportado e a competir com os produtos de outros estados brasileiros, a Tabela 5 ilustra esta expansão.

Tabela 5 - Destino das vendas das empresas de confecção infantil de Terra Roxa em 2004.

ESTADO	%
Paraná	13,7
Santa Catarina	11,5
São Paulo	12,7
Rio de Janeiro	9,3
Rio Grande do Sul	8,0
Bahia	8,4
Minas Gerais	6,4
Goiás	4,1
Mato Grosso	3,9
Demais	22,0
Total	100

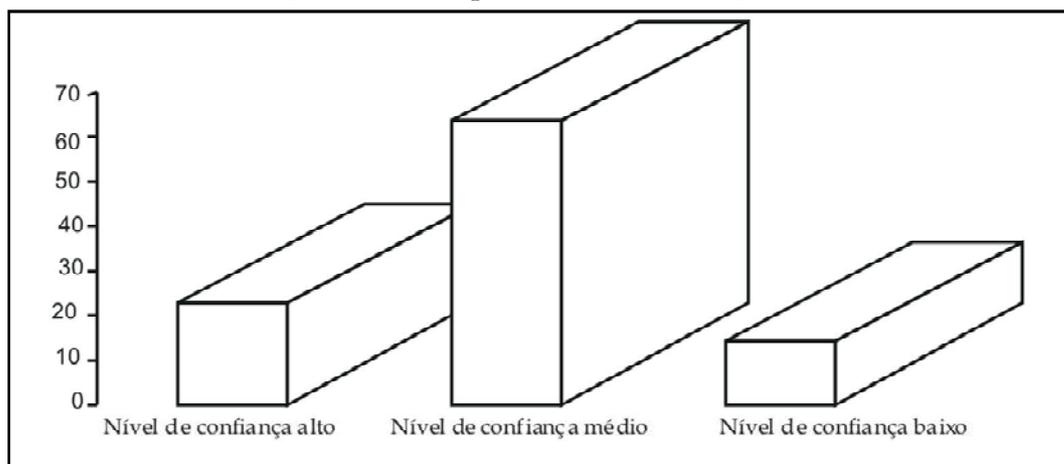
Fonte: STADUTO et al. (2005).

Segundo os dados da Tabela, constatou-se que 82% das empresas têm marca própria. Esse resultado é extremamente positivo, pois configura a autonomia em termos de *designer* e de produção das peças produzidas pelas indústrias, aumentando expressivamente as chances de fixação das marcas no mercado. Desta forma, estas indústrias diferenciam-se das chamadas empresas de facção. As empresas respondem por boa parte da criação de suas roupas, 75% das empresas têm até 100% de criação própria, 17% e 8% têm até 90% e 80%, respectivamente, de criação própria. Esta constatação eviden-

cia e valoriza o potencial artístico local.

Outro indicador que representa um traço de capital social é as relações sociais constituídas entre os empresários, uma vez que, o círculo social de convivência dos empresários é formado em sua grande maioria por pessoas do mesmo ramo. O Gráfico 4 mostra que parcela pequena dos empresários pesquisados apresentava baixo nível de confiança nos seus colegas de atividade. Estes dados evidenciam uma forte propensão à coesão social, pois existe uma confiabilidade média tendendo para o crescimento entre os empresários.

Gráfico 4 - Nível de confiança entre os empresários das confecções moda bebê de Terra Roxa.



Fonte: LIS (2004).

Com a implantação da associação dos empresários de confecções infantis, intitulada "APL de Moda Bebê de Terra Roxa", em 2004, foi possível constatar a existência de co-

laboração entre as indústrias. Tanto que cerca 93% dos empresários já receberam algum tipo de benefício advindo desta associação. No Quadro 1 são listados esses benefícios.

Quadro 1 - Exemplos de benefícios citados pelos empresários das confecções infantis de Terra Roxa

BENEFÍCIOS	%
Cursos	20,6
Cooperação	12,7
Conhecimento	9,5
Viagens	9,5
Relacionamento	7,9
Reuniões	6,3
Troca de experiências	4,8
Compra de Máquinas	4,8
Compras em Conjunto	3,2
Consultorias	3,2
Cooperação do SEBRAE/PR	3,2
Parceria na troca de matéria-prima entre os empresários	3,2
Maior privilégio com instituições financeiras	3,2
Aproximação e conquistas no setor político	3,2
Redução da concorrência entre si	1,6
Melhor cooperação da ACIATRA	1,6
Respeito dos fornecedores	1,6
Total	100,00

Fonte: LIS (2004).

5 Conclusão

O município de Terra Roxa tinha uma base econômica apoiada na produção agropecuária, e, atualmente, esta mais diversificada e tende a uma complexidade nas relações intersetoriais pelo efeito desencadeador gerado pelas indústrias de confecções infantis. Com a modernização da agropecuária uma enorme quantidade de mão-de-obra foi liberada e, não tendo um suporte industrial urbano próximo que pudesse representar alguma alternativa, a solução foi à migração para outras fronteiras agrícolas, ou mesmo para centros urbanos mais próximos. Foi o que ocorreu em Terra Roxa entre 1970 a 1980, quando 15 mil pessoas deixaram o município.

Embora o processo migratório tenha diminuído, foi expressivo ainda nas duas décadas seguintes (1980-1990). Isto tudo era de se esperar a partir da implantação de um modelo agrário altamente tecnificado frente à ausência de uma estrutura urbana que absorvesse a mão-de-obra rural dispensada. A incapacidade de absorção urbana se refletiu nos índices estacionários do emprego no setor da indústria e de serviços até, pelo menos, no final da década de 1990. É neste

período (final de década de 1990 e início de 2000) que começam a proliferar as indústrias de confecções infantis.

As mudanças ocorridas na estrutura econômica de Terra Roxa foram oriundas do capital social local e do “espírito” empreendedor, cujo reflexo foi o rápido posicionamento do município no mercado de moda bebê brasileiro. No caso deste município, o capital social parece ter maiores proporções, por ter uma parcela expressiva de empresários nascidos no município. Este fato “criou” um vínculo maior com a idéia de crescer e morar no município natal. Um outro elemento importante para caracterizar a origem comum dos empresários é a origem rural dos mesmos, pois 78% deles afirmaram que entre as profissões exercidas pelos pais estava a de agricultor (STADUTO et al., 2005).

A origem familiar agrícola da maior parte dos empresários do ramo de confecções infantis indica o esgotamento ocupacional do setor e a necessidade de buscar outros caminhos. Isso contribuiu na perspicácia de alguns empresários de perceber um mercado promissor, como foi o caso das primeiras indústrias de confecções infantis, ainda na década de 1990. Num segundo momento, foi o aprendizado e a percepção do setor, ainda

em crescimento, que levou alguns empregados a tentarem o empreendimento próprio. O que aparece, sempre em comum, é que esses empresários são em sua grande maioria moradores de longo tempo no município e, ainda, que são os geradores dos recursos financeiros utilizados para iniciar seu próprio negócio.

Os empresários de confecção infantis perceberam que não resolveriam as dificuldades de gerar renda e bem estar para suas famílias mudando para outras regiões. A estratégia encontrada pelas pessoas que decidiram ficar em Terra Roxa foi em apostar na idéia das indústrias de confecções infantis. Esta ação evidencia os principais agentes de mudança de Terra Roxa, sua população. É o que se chama de capital social, e é esta particularidade que atribui as indústrias de confecções infantis uma territorialidade específica e única, se comparado aos demais municípios de seu entorno.

A constituição da associação “APL de Moda Bebê de Terra Roxa” parece ser um ato consciente neste sentido, e os empresários do setor parecem estar convencidos de que sua empresa depende desta “matéria prima”, que se configurou por uma “gente” que vive e trabalha em Terra Roxa. Desta forma, uma empresa que treina funcionários não pode ser vista apenas como sua concorrente, mas sim uma colaboradora.

Para tanto, é necessário ter claro que a expansão econômica de hoje só aconteceu em função da existência das pessoas que vivem em Terra Roxa, apesar delas terem uma composição heterogênea, pois foram formadas por imigrantes de vários estados do Brasil e se trata de um município jovem, no entanto, foi se condensando um processo de resistência do lugar em que vivem, o qual foi sendo rapidamente depauperado pelos reversos da história desse município. As indústrias de confecção infantil por mais que sejam de capital privado, têm um grande componente de construção coletiva, cuja organização se configura na atual constituição do APL de moda bebê de Terra.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *Economia Aplicada*, Departamento de Economia FEA/USP/FIPE, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. (Orgs.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 423-440.
- AMÂNCIO, C.O.G. et al. Capital social, educação e liberdade: a necessidade de focar as condições para o surgimento deste recurso. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Ribeirão Preto, 2005. *Anais...* Ribeirão Preto: SOBER, 2005. (CD-ROM).
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censosdemográficos>. Acesso em: 24 mar. 2006.
- LIS - Laboratório de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 2004.
- MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 4, p. 9-16, mar. 2002.
- MARTINELLI, D.P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2004.
- MORAES, J.L.A. Reestruturação produtiva, sistemas produtivos locais (SPLs) e desenvolvimento territorial. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Ribeirão Preto, 2005. *Anais...* Ribeirão Preto: SOBER, 2005. (CD-ROM).
- MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Acesso on line às bases estatísticas da RAIS*. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/rais/default.asp>. Acesso em: 20 mar. 2005.
- PIFFER, M. *A dinâmica do oeste paranaense: sua inserção na economia regional*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- PUTNAM, R.D. *Comunidade e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RIPPEL, R. *Migração e desenvolvimento no oeste do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. Toledo: UNIOESTE/Campus de Toledo, 2004. (Relatório anual de pesquisa).
- SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p-164-200, 1997.
- STADUTO, J.A.R.; WILLERS, E.; AZEVEDO, P.R. *APL Moda Bebê de Terra de Roxa: censo empresarial, histórico e diagnóstico*. Toledo: UNIOESTE/Sebrae-PR, 2005.
- WILLERS, E.M. *Estratégia de desenvolvimento econômico local: o caso do município de Terra Roxa-PR*. 200 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2006.

**A promoção do desenvolvimento local apoiada em redes de municípios:
a experiência do Consórcio Intermunicipal Central Paulista**
The promotion of local development supported by municipality networks:
the experience of Paulista Centre Intermunicipal Partnership
*La promoción de desarrollo local en redes de ciudades:
la experiencia del Consorcio Intermunicipal Centro Paulista*
*Development local en un groupement des municipalités:
l'expérience du Association Paulista Centre Intermunicipal*

Helena Carvalho De Lorenzo*
Sergio de Azevedo Fonseca**

Recebido em 25/9/2007; revisado e aprovado em 20/12/2007; aceito em 29/2/2008.

Resumo: O artigo discute a formação do **Consórcio Intermunicipal Central Paulista Brasil - Itália**, constituído pelos municípios de Araraquara, Ibaté, Gavião Peixoto, Ribeirão Bonito e São Carlos. Discute a viabilidade de implementação de políticas públicas de âmbito local e regional na região, as dificuldades da utilização de modelos pré-concebidos, bem como potencialidades e limites para a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Local. Consórcios intermunicipais. Políticas Públicas locais e regionais.

Abstract: The paper presents the construction of the **Paulista Centre Intermunicipal Partnership Brasil-Itália**, formed by the municipality of Araraquara, Ibaté, Gavião Peixoto, Ribeirão Bonito and São Carlos. It discusses the possibility of local public policies implementation in the region, the difficulties in using preconceived models, and the potential and limit of regional development public policy.

Key words: Local development. Intermunicipal partnership. Local and regional public politics.

Resumen: Este artículo aborda el proceso de implementación de un Consorcio Intermunicipal em la región central de la Provincia de São Paulo - Brasil, como parte de un acuerdo de cooperación Brasil-Italia. Integran el consorcio las ciudades de Araraquara, Ibaté, Gavião Peixoto, Ribeirão Bonito e São Carlos. En el artículo se discuten las limitaciones, así como las posibilidades, para la gestión de políticas públicas en la región, teniendo el Consorcio como institución gestora de las políticas y el desarrollo local sostenible como objetivo.

Palabras clave: Desarrollo local. Consorcios intermunicipales. Políticas públicas de desarrollo.

Résumé: En ce travail nous discutons les limitation et les possibilites de développement qui résultent du process d'implantation d'une Association Intermunicipalee de la région centrale du Estado São Paulo - Brasil. C est une initiative locale, sous les règles de la coopération Brasil-Italia. Les participants des cette association sont les villes du Araraquara, Ibaté, Gavião Peixoto, Ribeirão Bonito e São Carlos. En l'article ce sont apportè les limitation y les possibilitees de la gestion publique en la region. L association est proposeè comme un instrument du gestiòn de la politique locale.

Mots-clé : Developpement local. Association intermunicipalles. Politique públic du developpement.

Introdução

Este texto aborda a experiência que reuniu agentes públicos, privados e acadêmicos na região formada pelos municípios de Araraquara, Ibaté, Gavião Peixoto, Ribeirão Bonito e São Carlos, localizados no estado de São Paulo, em torno da constituição do **Consórcio Intermunicipal Central Paulista**. O Consórcio foi concebido no âmbito do **"Acordo de Cooperação entre as regiões italianas do Marche, da Toscana, da Úmbria, da Emilia Romagna e o Governo da**

República Federativa do Brasil"¹ e do projeto **"Percurso de Colaboração para a Implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Local Integrado entre Regiões"**. O olhar sobre essa trajetória, ocorrida entre 2004 e 2007, desperta a curiosidade intelectual de retomar a reflexão em torno discussão daquilo que ficou conhecido como "a experiência de desenvolvimento da Terceira Itália". A abordagem que se propõe vai um pouco mais além da simples revisão da experiência italiana. Para que se possa avançar é necessário recuperar os aspectos da-

* Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. UNIARA-Araraquara-SP. hclorenzo@uniara.com.br.

** Docente do Departamento de Administração Pública. FCL/UNESP/Araraquara-SP.

quela visão de desenvolvimento capazes de serem aproveitados em contextos brasileiros, notadamente no caso da região enfocada.

O Consórcio objeto desta investigação possui um comitê gestor local constituído por representantes das prefeituras, das universidades e de organizações sociais e empresariais, com destaque para FIESP, CIESP e SEBRAE-SP. Na sua concepção está o propósito de formular políticas públicas capazes de serem implementadas coletivamente, com vistas à promoção de um padrão de desenvolvimento mais harmonioso na região. A participação e o apoio de técnicos italianos das regiões participantes do projeto propiciam a oportunidade para o rico intercâmbio de experiências e conhecimentos.

O que se pretende neste texto é discutir as dificuldades enfrentadas pelo projeto e as oportunidades que se apresentam, a partir de uma compreensão mais ampla do desenvolvimento territorial e do próprio desenvolvimento da Terceira Itália. Na realidade, a perspectiva simplista da reprodução do modelo italiano – a partir das semelhanças e diferenças presentes no exemplo original e não desenvolvidas em outras regiões – não auxilia a compreensão das especificidades locais e regionais. Em sentido contrário, o estudo sugere que as alternativas de desenvolvimento para a região sejam buscadas nas próprias especificidades locais e pensadas no âmbito das possibilidades e das condições de desenvolvimento de cada região.

Para o caso do Brasil, assim como para a maior parte das economias periféricas, ainda é um desafio pensar alternativas concretas de desenvolvimento local, que incorporem, além da promoção da atividade econômica, as dimensões ambiental e social. Algo mais próximo do conceito de desenvolvimento sustentável. São estratégias que trazem implícita a idéia de estarem apoiadas na formulação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento. No entanto, como se procurará mostrar neste texto, a perspectiva da efetivação de políticas públicas de desenvolvimento local – notadamente em escala microterritorial – encontra grandes desafios.

Este texto foi organizado em três partes. Nesta primeira são abordadas questões mais gerais e a reflexão proposta. Na segunda parte, a título de referência teórica e a partir da literatura sobre o assunto, apresentam-

se sucintamente alguns estudos relativos à aplicabilidade da experiência italiana de desenvolvimento, buscando discutir limites e as dificuldades de sua aplicação para o caso brasileiro. Na terceira parte está relatada a experiência de constituição do **Consórcio Intermunicipal Central Paulista Brasil – Itália**, as características da região, as propostas de políticas públicas sugeridas e as dificuldades enfrentadas para a sua implementação.

1 Em busca de bases teóricas para a compreensão do desenvolvimento territorial

A reflexão teórica para subsidiar a avaliação das possibilidades e as dificuldades para a construção de relações de cooperação e parceria na região analisada está apoiada em estudos considerados clássicos para a compreensão das condições que asseguraram o êxito da experiência da Terceira Itália, por uma dupla razão. Em primeiro lugar, pela presença de técnicos italianos na região, provenientes da Sveluppo Úmbria. Esse fato cria expectativas junto aos agentes sociais regionais quanto à replicação de seus conhecimentos e experiências, especialmente para a concretização de projetos de fortalecimento das micro e pequenas empresas.

O sucesso do que ficou conhecido como “modelo italiano de desenvolvimento” ocorrido a partir da década de 1960, embora não tenha sido o único caso de desenvolvimento territorial, chamaram a atenção pelos elevados resultados sociais alcançados. Contribuíram fortemente para esse êxito as redes de pequenas empresas e de aglomerações setoriais de empresas com fortes ligações com o meio sócio territorial.

O segundo motivo para a escolha desse referencial está na própria literatura, particularmente nas suas possibilidades de reprodução das experiências em regiões ou países menos desenvolvidos. Esses estudos, como se verá, mostram que a historicidade dos processos é um dado fundamental para o estudo de cada caso.

2.1 A experiência histórica de desenvolvimento da Terceira Itália

Os estudos mais conhecidos sobre a experiência da Terceira Itália defendem a visão de uma nova forma de organização da

produção, bastante diversa daquela que prevalecera até então, conhecida como “modelo fordista”. O modelo comportou características bastante singulares, tais como: a substituição da produção em massa pela presença de formas mais específicas, flexíveis e limitadas de produção; a desverticalização das atividades produtivas; o surgimento de novos padrões de divisão do trabalho, tanto na indústria como nos outros setores da economia e da sociedade; a grande capacidade de adaptação a mercados cada vez imprevisíveis e competitivos; a rapidez das respostas às exigências e alterações da demanda oriunda da configuração flexível das redes de empresas nos distritos industriais².

Por outro lado, a presença e a consolidação das capacitações tecnológicas endógenas e próprias de cada região asseguravam uma efetiva participação de pequenos e médios empreendimentos, promovendo uma ligação intensa entre as empresas e o local, gerando expansão da capacidade competitiva (GURISSATTI, 1999).

O desenvolvimento dos distritos industriais italianos, fundados em redes de pequenas e médias empresas, foi tão intenso a partir de 1970 que ganharam o status de “modelo”. Desde aquela época já se questionava se a bem sucedida experiência italiana poderia ser transplantada ou reproduzida para outras localidades, principalmente para países menos desenvolvidos. A oportunidade da pergunta era reforçada, na época, sobretudo pelo desenvolvimento também bem sucedido de outras formações de aglomerados de empresas maiores e redes de pequenas empresas, muitos deles de cunho altamente tecnológico, como foi o caso do Vale do Silício, nos EUA.

A pergunta básica que se colocava era a possibilidade de aspectos presentes nos exemplos italianos de redes de empresas ou de distritos industriais serem ponto de referência ou apoio para políticas públicas de cunho local ou regional, buscando sua reprodução. Desde então, uma farta literatura³ buscou, e vem buscando até o presente, tanto a compreensão da dinâmica do crescimento dos casos italianos e dos EUA e europeus, quanto de alguns outros exemplos que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, vêm se configurando em diversos países em desenvolvimento.

Na realidade, sem pretender abranger todos os estudos a respeito do assunto, as respostas sobre o potencial de utilização do modelo observadas em boa parte dos trabalhos, voltados especificamente ao tema, já deixaram claro que a questão não passa pela adoção de um modelo singular, nem da sua mera importação ou cópia (COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A.P., 1999).

Esses mesmos autores defendem, ainda, que o que deve ser compreendido sobre os limites e as possibilidades de apropriação do modelo são os aspectos mais paradigmáticos presentes, ou seja, as iniciativas para a superação do fordismo e o entendimento das principais mudanças sócio-econômicas ocorridas, que trouxeram profundas modificações para a produção e o território. Esses aspectos tiveram reflexos na cidadania e na emergência de novos atores sociais com fortes vínculos com a região e a produção. Ainda na visão de Cocco et al. (1999), a condição de pensar e propor políticas públicas industriais e de desenvolvimento territorial reside, pois, na adequada forma de compreender as mudanças em curso no âmbito de cada região, principalmente no mundo do trabalho e da produção. Foi, pois, no curso das transformações do mundo fordista que se pôde compreender o processo desenvolvimento ocorrido na Terceira Itália a partir dos anos 70.

2.2 Algumas características do crescimento dinâmico da Terceira Itália

Uma primeira característica própria do modelo italiano ficou conhecida como “especialização flexível”. As mudanças internas ao processo produtivo, ressurgimento de pequenas unidades de produção, a difusão da subcontratação, a reorganização geográfica, novas relações entre a fábrica e o território, entre as forças de trabalho e a sociedade, entre os serviços e os usuários, entre a produção e o consumo, indicavam uma nova forma de organização da produção bem distinta da anterior.

Outra característica é o forte papel das inovações, do meio inovador e das suas relações com o território. Assim, com muita ênfase aparece a questão da afirmação do território, no qual as redes inovadoras se

desenvolveram por aprendizagem multilateral (realizadas por diversos agentes) gerando externalidades específicas à inovação (SCOTT e STORPER, 1988).

A distribuição espacial das atividades de ciência, tecnologia e inovação refletem, segundo Becattini (1994), que a distribuição regional do conhecimento foram as bases de capacitações técnicas, científicas e tecnológicas. Essas capacitações induziram à localização de atividades produtivas e à formação de aglomerações de empresas que, em muitos casos, formaram clusters, redes de empresas ou sistemas geograficamente circunscritos de produção e inovação. A concentração espacial também foi fator chave para a transmissão de conhecimento.

Outra característica peculiar do modelo de desenvolvimento da Terceira Itália foi o caráter espontâneo dos aglomerados produtivos e as suas fortes relações com bases locais.

A grande importância do “lugar” na produção, no caso italiano, foi o fato de que o espaço de produção deixou de estar referenciando exclusivamente na fábrica e passou a referenciar-se na cidade (no território), ganhando uma conotação pública até então inexistente. Por esta razão, como mostraram Cocco et al. (1999), a relação dos indivíduos com a produção tendeu a se alterar, trazendo importantes desdobramentos para o plano da cidadania. Mostram também que a forma histórica como foi se implantando esse novo “modelo” consolidou um tecido sócio cultural que favoreceu a construção de uma rede material e cognitiva capaz de internalizar as inovações nos processos locais de aprendizagem produtiva. Segundo os autores mencionados, este mesmo tecido e a teia de relações tornaram possível o desenvolvimento de formas de cooperação e de ligações entre a economia e sociedade.

Esses novos vínculos entre os indivíduos foram promovendo modificações no próprio processo cooperativo e abrindo espaços para o surgimento de uma importante figura que Cocco (1999a) chamou de “empresários políticos”. A ação empreendedora dessa figura, considerada também como uma característica do caso italiano, é responsável pela criação de novas condições de pro-

dução, acrescido do fato de sempre possibilitar a expansão do processo cooperativo. E, na medida em que a cooperação se amplia em um dado território, esse território toma o lugar da produção.

A figura do empresário político foi fundamental no caso italiano. Quando os empresários assumiram posições de agenciar o processo produtivo no âmbito do território, buscando cada vez mais valorizar as cadeias produtivas territoriais, foram incluindo outros aspectos, até então pouco considerados, tais como design, marketing, compras coletivas e exportação. Assim, organizar a produção e governar os territórios foi se tornando questão fundamental para o sucesso da economia italiana.

Nesse quadro, pensar a utilização do modelo de desenvolvimento italiano para o caso brasileiro significa, antes de tudo, pensar a construção do território e da cidadania como meio de produzir, em seus desdobramentos mínimos, direitos essenciais do cidadão, do ponto de vista produtivo, tais como a educação profissionalizante, o acesso ao micro crédito, a promoção de redes de empresas e de aglomerados produtivos de pequenas e micro empresas, entre outros. Conhecer o perfil dos segmentos econômicos regionais com potencial de configuração em redes de empresas (mesmo que incipientes) constitui-se, ademais, em alternativa às atividades desarticuladas entre si.

Neste contexto sobressai, por fim, a importância da presença dos agentes difusores do conhecimento, tais como universidades, institutos de pesquisa e escolas técnicas.

2 As políticas de desenvolvimento na região de Araraquara - São Carlos

O território abrangido pelos municípios objeto de intervenção, doravante denominado micro-região, está situado na região central do Estado de São Paulo, compondo parte da Região Administrativa Central. Abrange uma superfície igual a 11.018 km², com uma população total de 446.617 habitantes em 2004. O valor da produção da microrregião corresponde a 2,11% do PIB do Estado de São Paulo.

Tabela 1 - Evolução da população e taxa de urbanização (1980-2004).

Dados Demográficos	1980	Taxa Urb.	1991	Taxa Urb.	2000	Taxa Urb.	2004*	Taxa Urb.*	Evolução 2004-1980 (%)
Araraquara	127.573	92,72	158.934	95,58	182.240	95,12	191.299	95,69	49,95
São Carlos	119.012	92,21	157.549	93,78	192.639	95,04	209.009	95,77	75,62
Ibaté	11.365	74,44	18.712	86,94	26.378	94,90	29.902	95,83	163,11
Ribeirão Bonito	8.330	69,29	10.287	79,18	11.237	88,56	11.691	89,8	40,35
Gavião Peixoto	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	4.123	66,63	4.342	70,61	n.d.
Total (Região)	266.280	n.d.	345.482	n.d.	416.617	n.d.	446.243	n.d.	67,58
Total estado de São Paulo	24.953.238	88,64	31.436.273	92,77	36.974.378	93,41	39.326.776	93,69	57,60
Percentual da região em relação do estado	1,07		1,10		1,13		1,13		

Fonte: NPDI - Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Local (UNIARA)

Os dois municípios mais importantes, São Carlos e Araraquara, estão integrados às principais redes rodoviárias do interior do estado: Anhanguera (SP050), Bandeirantes e Washington Luís (SP310). Além disso, possuem aeroportos dimensionados para pequenas e médias aeronaves com conexões regulares para a capital do Estado e outras regiões do país. A região tem uma antiga tradição ferroviária em função da EFA – Estrada de Ferro Araraquarense – inaugurada em 1901, possuindo uma importante malha intermodal de carga de cerca de 10.200 toneladas de gasolina, diesel, álcool, soja e cereais.

Do ponto de vista econômico, a região é considerada como bastante desenvolvida, quando comparada com outras áreas do estado. Destacam-se dois importantes segmentos agroindustriais, de processamento de cítricos e de açúcar e álcool. Na indústria, sobressai a indústria metal-mecânica, muitas vezes atrelada ao segmento agroindustrial e, mais recentemente, a indústria aeronáutica.

Além dessas atividades, despontam outros segmentos com fortes potencialidades para expansão e integração. Dedicados à pecuária (tais como leite, ovinos e caprinos), à fruticultura (como a manga, o limão e a laranja), à indústria de transformação (fármacos, produtos médico-odontológicos e metal-mecânica), ou ao comércio e serviços avançados, estão constituídos por micro e pequenas empresas com significativa representatividade no mercado formal e informal de trabalho. Desse conjunto, alguns segmentos apresentam também grande potencial para o desenvolvimento tecnológico, com fortes ligações com as universidades e instituições de pesquisa locais.

No tocante à infra-estrutura, a região apresenta as seguintes vantagens locais: posição geográfica estratégica no Mercosul; malha industrial desenvolvida; sistema de transportes e comunicação desenvolvido (rodoviário, aéreo, ferroviário, de telecomunicações); redes digitais abrangentes; sólida base de pesquisa, notadamente em três universidades públicas e em institutos de pesquisa como a EMPRAPA Instrumentação Agropecuária e a EMBRAPA Pecuária Sudeste; serviços de apoio às micro e pequenas empresas com destaque para o SEBRAE-SP; incubadoras de empresas.

Os pontos frágeis seriam: existência de segmentos econômicos não integrados em redes, seja com sistemas de fornecimento ou com cadeias produtivas; forte presença de latifúndios, que não deixam espaço para a pequena propriedade familiar; dificuldade de comercialização dos produtos por parte dos pequenos proprietários; acesso limitado e utilização insuficiente das novas tecnologias por parte dos pequenos empreendedores; escassa cultura empreendedora e de gestão; escasso percentual do turismo como instrumento de desenvolvimento sustentável do território; escassa colaboração entre universidade e universo empreendedor, também para a geração de “spin offs”; escassa cultura cooperativa seja entre municípios ou entre empresários e empreendedores.

O diagnóstico da estrutura econômica regional aponta também para uma grande disparidade entre os municípios quanto à renda, emprego e condições sócio-econômicas e ambientais. Embora esteja presente na região uma base institucional capaz de

apoiar a incorporação dos processos inovadores pelas empresas, prevalece o distanciamento entre os dois campos. O propósito do projeto do Consórcio é exatamente contribuir para a quebra dessas barreiras e a redução dessas distâncias.

3.1 A debilidade das políticas de desenvolvimento de âmbito regional

Desde os anos 70, as políticas de desenvolvimento local e regional empreendidas na região, ao contrário das proposições de políticas públicas mais ao estilo italiano, têm se caracterizado pela preocupação com a atração de grandes empresas e unidades fabris por meio da renúncia fiscal e tributária por parte dos estados e municípios. Esses procedimentos se acentuaram principalmente após 1988, com a promulgação da nova Constituição, quando a maior parte dos municípios foi levada a encontrar, no plano local, tanto os meios para financiar os investimentos públicos e assegurar o funcionamento dos serviços coletivos, como as condições para estimular o desenvolvimento local, por meio da criação e/ou fixação das atividades empresariais. Uma das consequências desses novos desafios foi o acirramento da disputa entre municípios e mesmo entre estados, na busca de empreendimentos e de atividades que pudessem ser motores do crescimento econômico. A guerra fiscal tem sido uma das manifestações desse quadro. Com isso vivenciou-se tanto o aumento da concorrência de territórios receptadores dos investimentos, quanto o do individualismo dos municípios.

Esse individualismo refletiu-se, na maior parte das vezes, na insensibilidade política para a acomodação das unidades econômicas de menor porte já presentes nas regiões, principalmente quando não inseridas em cadeias globais. Ficou também para um segundo plano a criação de mecanismos de apoio ao desenvolvimento, diversificação e revitalização das economias locais, assim como a busca de interfaces para o enfrentamento coletivo de problemas, especialmente com municípios do entorno.

4 A identificação de projetos capazes de impulsionar a integração regional

O Consórcio teve como objetivo inicial a identificação e implementação de políticas públicas de âmbito local e regional, afinadas com a experiência da Terceira Itália e voltadas para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

A partir de 2004, com a participação da região no **“Acordo de Cooperação entre as regiões italianas do Marche, da Toscana, da Úmbria, da Emilia Romagna e o Governo da República Federativa do Brasil”**, e o início do desenvolvimento do projeto **“Percurso de Colaboração para a Implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Local Integrado entre Regiões”**, pelo qual deveriam ser propostos projetos de desenvolvimento regional integrado para os cinco municípios, a região começa a despertar suas atenções para a necessidade da formulação de políticas conjuntas. Aflorou, então, a oportunidade do enfrentamento de questões que envolvessem o conjunto dos municípios, capazes de romper com históricas posturas individualistas das políticas municipais.

Essas expectativas começaram gerar esforços das administrações locais. Na realidade, a adequação entre a lógica privada (própria dos novos investimentos em implantação) e as prioridades das administrações públicas têm sido uma das preocupações das instituições locais, que até então se caracterizavam por políticas municipais individualistas e pouco integradoras.

Os esforços e as dificuldades enfrentadas para a elaboração de um projeto de desenvolvimento microrregional, com foco na identificação de ações de políticas públicas de interesses coletivos, expressam bem os desafios em pensar a questão do território e do desenvolvimento conjunto como estratégias possíveis de consolidação no longo prazo. Para tanto é imprescindível a coordenação entre diferentes agentes, construindo agendas comuns que contemplem interesses coletivos.

O primeiro passo percorrido no projeto foi a realização de um diagnóstico. Foram coletadas informações de caráter socioeconômico, demográfico, cultural e ambiental.

Foram contempladas as especificidades e as condições de cada um dos municípios, identificando, sobretudo, processos recentes com potencialidades de atuação na dinâmica de cada um deles e em sua inserção na região. Para além de caracterizar as atividades de maior relevância em cada município, buscou-se identificar os segmentos com predominância de empresas de pequeno porte e com potencial de integração regional. Também foram investigadas as entidades, organizações públicas e privadas e agentes da sociedade civil atuantes em cada um dos municípios. Para avaliar o potencial da oferta de conhecimentos e de suporte tecnológico, buscou-se identificar, junto às universidades e institutos de pesquisa da região, os laboratórios e grupos de pesquisa capazes de atender às demandas tecnológicas.

O segundo passo foi o estabelecimento de prioridades a partir dos resultados do diagnóstico. Entre os referenciais utilizados para as escolhas destacaram-se a constatação das grandes disparidades entre os municípios e a importância significativa das micro e pequenas empresas, principalmente nos segmentos metal mecânico e de produtos para usos médicos, hospitalares e odontológicos.

No plano econômico, foi confirmada a importância da agricultura e dos agonegócios de pequeno porte, tais como leite, outras frutas cítricas (além da laranja), manga, uva e outros.

No mercado de trabalho, a oferta de postos de trabalho pelos empreendimentos de pequeno porte ganha destaque especial em virtude da acentuada tendência à mecanização da agricultura e à expansão dos agonegócios voltados ao mercado internacional. Em contraposição, as médias e grandes empresas vêm enfrentando dificuldades para o desenvolvimento de sistemas de subfornecimento de âmbito regional. Esse fato, aliado à expansão territorial das grandes propriedades agrícolas e dos latifúndios, representa um fator de estrangulamento ao desenvolvimento das pequenas empresas.

Outros fatores, identificados pelo diagnóstico, que vêm limitando o potencial de fortalecimento das micro e pequenas empresas foram: as dificuldades de acesso ao crédito; a debilidade dos canais de comerciali-

zação dos produtos; o acesso limitado às novas tecnologias e a escassa cultura empreendedora. Compromete ainda mais esse acesso aos conhecimentos tecnológicos a escassa colaboração entre a universidade e o meio produtivo, tanto para o apoio ao empreendedorismo, quanto para favorecer os processos de spin-off empresariais.

A insistência na importância desse universo empresarial apoia-se em constatações da literatura de que as micro e pequenas empresas podem constituir trajetórias econômicas dinâmicas e bem sucedidas desde que dispostas em redes e em um ambiente propício à consolidação de externalidades positivas (CASAROTTO e PIRES, 2001).

O diagnóstico, cujos resultados foram acima sintetizados, ofereceu elementos para a elaboração do projeto composto por um conjunto de metas de políticas públicas de integração territorial.

O foco inicial foi o apoio à inovação, visando a geração e a difusão de tecnologias, notadamente para micro e pequenas empresas industriais e agro-indústrias em setores tradicionais da estrutura produtiva regional, com potencial para a articulação em redes.

Na prática, como o projeto exigia a identificação de segmentos sobre os quais se atuaria, decidiu-se por apoiar dois segmentos produtivos presentes em todos os municípios da região. O primeiro foi o *segmento metal mecânico*. O segundo foi o da *produção do leite em pequenas propriedades*.

A expectativa era investir no aumento da diversificação produtiva e no apoio aos capitais endógenos, como contraponto aos processos mais tradicionais na região, que historicamente favoreceram a concentração e a atração de grandes investimentos. Tudo isso no contexto institucional do **Consórcio Intermunicipal Central Paulista Brasil - Itália**.

Considerações finais

Apesar a intensa participação dos municípios participantes do Consórcio e da atuação dos técnicos italianos os objetivos propugnados não foram alcançados, por vários motivos. Tanto no caso das agroindústrias de pequeno porte, como no caso da indústria metal mecânico, incluído

aí o segmento de produtos médicos e odontológicos, não foi possível, sequer, detalhar os projetos.

Na realidade, os dois segmentos inicialmente propostos para serem objeto de políticas de apoio e de incentivos regionais não apresentavam margens para intervenção dos poderes públicos por serem atividades difusas, embora não marginais. Havia um número significativo de empresas, porém não havia agrupamentos setoriais minimamente consolidados. Também não havia sinais de configuração de redes que permitissem o incentivo à motivação e à geração de uma identidade para os atores envolvidos. Concluiu-se, pois, que ambos os casos exigiriam um grande trabalho prévio de incubação setorial, além da identificação de alguns empresários que pudessem participar do projeto como os membros do comitê gestor do Consórcio.

Outra constatação de caráter geral foi que, embora a região seja considerada como desenvolvida, com elevados padrões de integração mercado internacional, na realidade apresenta fraca articulação entre os agentes produtivos. A proposta final voltou-se, assim, para outros eixos de intervenção de caráter mais geral e menos setorializados. Buscou-se estimular um início de articulação entre empresas, empresários, universidades, centros de pesquisa e instituições públicas e privadas.

Como primeira proposição, o projeto voltou-se para a construção de uma *rede virtual cognitiva*, capaz de internalizar as inovações tecnológicas nos processos locais e valorizar a aprendizagem coletiva. Para tanto, seria necessária uma articulação mais intensa com as universidades e centros de pesquisa da região que, embora importantes e qualificados, estão longe de assumirem institucionalmente a cooperação com o setor produtivo regional. Como forma de viabilizar esse esforço foi proposta a constituição de um *portal web* com todas as informações e os contatos com os participantes locais (Embrapa, Universidades, Sebrae,...) de difusão, orientação, financiamento e assistência às micro e pequenas empresas, sustentado pelos municípios envolvidos no projeto. No horizonte estava a possibilidade de integrar o portal com as regiões italianas.

A segunda proposta foi a criação de um *observatório econômico* sobre a região, com foco nas pequenas empresas e nos setores produtivos do território, tendo como objetivo aumentar o conhecimento e as relações entre a produção e o território. A necessidade de um observatório surgiu da necessidade detectada de acompanhar o comportamento e a evolução do meio empresarial local. Tecnicamente, a idéia do observatório permanente sustenta-se sobre os seguintes pilares: a criação de um banco de dados do tecido empresarial regional; a realização de estudos e pesquisas por demanda dos agentes públicos e privados regionais.

O portal e o observatório, juntos, configuram uma forte base institucional, cognitiva e operacional, capaz de ampliar a visibilidade das possibilidades regionais para o investimento, contribuir para um marketing regional, democratizar o acesso a informações e criar efeitos sinérgicos intermunicipais.

A criação desses efeitos sinérgicos tem esbarrado, contudo na histórica e arraigada cultura do individualismo municipal. A superação desse vício tem se mostrado como um dos maiores desafios para a promoção de políticas locais de desenvolvimento. O Consórcio pode vir a se tornar em fator institucional aglutinador, capaz de quebrar as barreiras do individualismo.

Enquanto mecanismo institucional, responsável operacional por políticas e ações, o Consórcio constitui-se em agente capaz de mobilizar as forças econômicas locais, articulando-as em redes regionalmente enraizadas e oferecendo as bases para o aprimoramento contínuo de suas atividades.

Possibilita, também, a identificação de arranjos institucionais capazes de promover o surgimento de novas atividades empresariais em segmentos produtivos com base territorial e fazer com que as redes de pequenas empresas tornem-se efetivas.

Desse modo, pensar o modelo italiano não significa extrair deler alternativas concretas que possam subsidiar as ações dos poderes públicos locais. Significa, como se procurou mostrar, fortalecer o território e a cidadania, promover potenciais redes de empresas e setores existentes em regiões e seu entorno, enfim, de incentivar potenciais agentes locais capacitados para participar desses novos processos.

Não se trata de incentivar apenas as atividades econômicas que já são relevantes em seus territórios específicos, mas de promover outras atividades integradoras. Promover a cultura empreendedora local mediante ações de assistência técnica e formativa significa auxiliar a superação de formas pretéritas de produção. Assim, talvez, se esteja contribuindo para a criação das condições necessárias à emergência de atividades ancoradas no território, ou seja, a criação do “território produtivo” e o favorecimento do surgimento de novas figuras empresariais. Com as políticas transversais e intermunicipais, ou seja, a universalização dos serviços, acesso às redes poderá contribuir para melhoria nos processos produtivos e, também, para o surgimento de novos terrenos por conquistas sociais.

Conhecer as especificidades de cada localidade, pensá-las em seu contexto e conhecer as condições históricas de produção de cada experiência é, talvez, uma das maiores lições que se pode tirar dos diversos outros “modelos” de desenvolvimento do capitalismo, inclusive do que ficou conhecido como o “modelo italiano”.

Muito embora o Consórcio Intermunicipal Central Paulista Brasil-Itália seja um primeiro passo nesta direção, é preciso reconhecer que ainda são muitas as dificuldades relativas, sobretudo, aos acordos entre entidades e processos locais com objetivos e finalidades diferentes. De toda forma, se está diante de uma forte iniciativa de rupturas de padrões muito arraigados e de políticas públicas individualistas e que buscam alguns espaços para atuação coletiva.

Notas:

¹ O Acordo de cooperação Brasil Itália foi assinado em Roma, em julho de 2004, depois de várias visitas técnicas. O acordo envolve cooperação técnica científica e empresarial entre as regiões italianas do Marche, da Toscana, da Úmbria, da Emilia Romagna e o Governo da República Federativa do Brasil. O acordo desenvolve experiências de desenvolvimento local em cinco estados brasileiros: Amazonas, Piauí (Serra das Confusões), Minas Gerais (Juiz de Fora), Rio Grande do Sul (Bagé-Santa Maria), São Paulo (São Carlos-Araraquara).

² Por Distritos Industriais entende-se uma aglomeração setorializada de empresas. Este conceito é bastante distinto daquele usualmente utilizado no Brasil que se refere a um espaço para abrigar empresas de cará ter e segmentos diversos.

Referências

- BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras - Portugal: Celta, 1994.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras - Portugal: Celta, 1994.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CASAROTTO, N.F.; PIRES, L.H. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local*. São Paulo: Atlas, 1999.
- COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A.P. *Empresários e empregos: novos territórios produtivos - o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DPA, 1999.
- CORÒ, G. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição. In: COCCO et al. (orgs.). *Novos territórios produtivos e políticas públicas: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DPA, 1999.
- GURISATTI, P. O Nordeste Italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: COCCO et al. (orgs.). *Novos territórios produtivos e políticas públicas: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DPA, 1999.
- LORENZO, H.C.; FONSECA, S.A. Relatório da pesquisa: “Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional: identificação e avaliação de impactos socioeconômicos e ambientais resultantes das principais transformações na estrutura produtiva da região “Araraquara - São Carlos”. Programa de Políticas Públicas, FAPESP, 2004.
- NEGRI, T. A. Empresário político. In: COCCO et al. (orgs.). *Novos territórios produtivos e políticas públicas: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DPA, 1999.
- PIORE, M.; SABEL, C. *The Second Industrial Divide: possibilities for prosperit*. New York: Basic Books, 1984.
- SCHMITZ, H. *Collective Efficiency: growth path for small-scale industry*. Brighton: IDS, University of Sussex, sp, 1994.
- SCOTT, A.I.; STORPER, M. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: reconstrução teórica. *Espaço e debates*, São Paulo, 1988.
- STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L. (orgs.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Estado de Pernambuco, 2003-2006*

Fishing extension and local development: the experience of the Republic Presidency's Special Department of Aquiculture and Fishing in Pernambuco State, 2003-2006

La extensión pesquera e lo desarrollo local: la experiencia de la Sección Especial de la Aquicultura e el da de Pesca del Estado de Pernambuco, 2003-2006.

Extension de pêche et développement local: l'expérience de Secretaria Spéciale de d'Aquicultura et Pesca dans l'État de Pernambuco, 2003-2006

Felipe Eduardo Araújo de Carvalho**
Angelo Brás Fernandes Callou***

Recebido em 10/8/2007/; revisado e aprovado em 30/11/2007; aceito em 12/12/2007.

Resumo: O estudo analisa os projetos de Extensão Pesqueira da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR, entre 2003-2006, no Estado de Pernambuco na perspectiva do desenvolvimento local. Verificamos que a SEAP/PR, ao soerguer o serviço público de Extensão Pesqueira nacional, incorporou o desenvolvimento local como condição fundamental à emancipação dos contextos sociais pesqueiros.

Palavras-chave: Extensão pesqueira. Desenvolvimento local. SEAP/PR.

Abstract: This study analyzes projects of Fishing Extension from the Republic Presidency's Special Department of Aquiculture and Fishing (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR), between 2003 and 2006, in Pernambuco State in the perspective of local development. We have checked that SEAP/PR, when it raised the public service of National Fishing Extension, added the local development as a fundamental condition to emancipate fishing social contexts.

Key words: Fishing extension. Local development. SEAP/PR.

Résumé: L'étude analyse les projets d'Extension De pêche de Secretaria Spéciale de d'Aquicultura et Pesca de la Présidence de la République - SEAP/PR, entre 2003-2006, dans l'État de Pernambuco dans la perspective du développement local. Nous vérifions que la SEAP/PR, à soerguer le service public d'Extension De pêche nationale, a incorporé le développement local mange de la condition fondamentale à l'émancipation des contextes sociaux chalutiers.

Mots-clé: Extension de pêche. Développement local. SEAP/PR.

Resumen: Este estudio analiza proyectos de Extensión Pesqueira de la Sección Especial de la Aquicultura e el da Pesca el da Presidência República - SEAP/PR, entre 2003 y 2006, del Estado de Pernambuco en la perspectiva de desarrollo local. Nosotros hemos verificado que la SEAP/PR, cuando levantó el servicio público de Extensión de la Pesca Nacional, agregó la perspectiva de desarrollo local como una condición fundamental para la emancipación de los contextos sociales.

Palabras clave: La extensión pesqueira. El desarrollo local. SEAP/PR.

Introdução

O principal objetivo deste artigo é analisar os projetos de Extensão Pesqueira da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), entre 2003-2006, no Estado de Pernambuco. Especificamente, pretendemos analisar as contribuições desses projetos na construção do desenvolvimento local.

As discussões acadêmicas em torno da Extensão Pesqueira no Brasil, estagnada desde a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1989, são retomadas com a realização do *I Seminário Brasileiro de Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos*, realizado em dezembro de 2001. Esse evento, promovido pelo Proreitoria Rural-GTZ e da Universidade Federal Rural de Pernambuco, teve por objetivo analisar

* Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da UFRPE, vinculado ao Projeto Casadinho, CNPq.

** Engenheiro de Pesca, professor substituto do Departamento de Educação da UFRPE e mestrando em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Email: feacarvalho@yahoo.com.br.

*** Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, coordenador do mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da UFRPE. Email: peixes@elogica.com.br.

os aspectos teórico-metodológicos, que dão suporte às práticas da Extensão Pesqueira na perspectiva do desenvolvimento local (PRORENDA RURAL, 2003).

Durante as discussões no Seminário, percebemos que vários problemas identificados em décadas passadas encontravam-se ainda presentes no cotidiano da pesca e do pescador artesanal. Esses problemas foram visualizados como empecilhos ao desenvolvimento da pesca pela via do desenvolvimento local. Entre eles, podemos pontuar: o alto índice de analfabetismo nas comunidades pesqueiras; os impactos ambientais relacionados à expansão imobiliária, os quais têm se agravado nas regiões litorâneas de todo o país; o aceleramento dos aterros de mangues; a pesca predatória; a sobrepesca; as desigualdades sociais entre homens e mulheres pescadoras; a precariedade das linhas de crédito específicas para o setor pesqueiro e aquícola; e a incipiente assistência técnica e Extensão Pesqueira públicas, oferecida às comunidades de pesca (PRORENDA RURAL, 2003).

Diante desse quadro, percebemos que as políticas públicas de desenvolvimento da pesca nacional, levadas a cabo, principalmente, pela Extensão Pesqueira, a partir de 1968 (ano de criação dessa atividade no Brasil), não lograram os objetivos pretendidos. Objetivos esses majoritariamente voltados à modernização do setor pesqueiro, cuja perspectiva era a difusão de tecnologias nas comunidades pesqueiras para aumentar a produção de pescado e, conseqüentemente, os lucros dos envolvidos na atividade. A melhoria das condições de vida dos pescadores dependia, portanto, dessa adoção tecnológica.

O que se observou no serviço de Extensão Pesqueira, particularmente aquele vinculado à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), foi a repetição da "filosofia educativa" da Extensão Rural norte-americana que se desenvolveu no Brasil a partir da década de 40 (CALLOU, 1983), isto é, uma Extensão Rural, diz Fonseca (1984), voltada a um "projeto educativo para o capital".

Para consolidar esse projeto, as estratégias "educativas" levadas tanto pela Extensão Rural quanto pela Extensão Pesqueira estavam pautadas em modelos persuasivos de comunicação. A participação das comunidades rurais e pesqueiras nas atividades

de extensão se configurava como passiva, cabendo a elas, apenas, adotarem os pacotes tecnológicos difundidos pelos extensionistas (CALLOU & TAUKE-SANTOS, 2003).

A lógica do desenvolvimento do setor pesqueiro nacional mediante a implantação de novas tecnologias de pesca já estava contemplada desde o início do século XX, quando a Marinha de Guerra criou as colônias de pescadores por meio da Missão do Cruzador "José Bonifácio" (1919-1924). A estratégia principal dessa Missão foi a de viabilizar a proteção militar da costa nacional e o desenvolvimento das indústrias da pesca no Brasil (CALLOU, 1994).

A literatura nos informa que a forma vertical e autoritária como as colônias de pesca foram institucionalizadas ao longo do litoral brasileiro trouxe repercussões históricas negativas na vida das comunidades pesqueiras. Os pescadores enfrentaram, e ainda enfrentam, no âmbito da participação social e política, problemas não apenas dentro das colônias, com representações alheias à categoria dos pescadores, mas, sobretudo, nos processos decisórios das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal (CALLOU, 1994).

Com a fundação SUDEPE, em 1962, a perspectiva de melhoria das condições de vida dos pescadores pela via do difusionismo permanece e se amplia por todo o país com a institucionalização da Extensão Pesqueira, em 1968. Essa forma de conceber o extensionismo na pesca sobreviveu até o desaparecimento da SUDEPE. A partir daí, os pescadores e suas famílias ficaram praticamente sem serviços públicos de apoio ao desenvolvimento do setor pesqueiro.

Assim, a partir da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), em 2003, as políticas de desenvolvimento da pesca voltam à ordem do dia e, com elas, o serviço de Extensão Pesqueira. É importante salientar que o cenário de onde essas políticas emergem não é mais o mesmo das décadas de 1960 e 1970, auge do desenvolvimento da economia nacional, particularmente no "milagre brasileiro", muito menos do período da Missão do Cruzador "José Bonifácio", marcado pelas idéias de "ordem e progresso", do início do século XX.

O cenário, agora, é caracterizado por grandes transformações globais, principalmente pela expansão das novas tecnologias eletrônicas e informacionais, pelos processos antagônicos de mundialização dos mercados e da cultura e pela descentralização dos processos decisórios na vida pública. Essas transformações têm impulsionado alguns países a se adaptarem às novas exigências dos mercados globalizados. Ao mesmo tempo, têm forçado os governos a ações públicas diferentes daquelas promovidas em décadas anteriores.

Nesse sentido, se, no passado, o Estado tomava para si toda a responsabilidade e o controle das políticas públicas para o desenvolvimento, na atualidade ele divide essa responsabilidade com as organizações não-governamentais, privadas, e mesmo com organizações públicas, estaduais e municipais. A participação dos atores sociais organizados é condição fundamental nesse processo. A essa nova postura do Estado, Kliksberg chama de “Estado social inteligente”: Diz ele:

Um Estado social inteligente implica reformas profundas do Estado no mundo em desenvolvimento nestas direções e em outras que podem ser acrescentadas. Orientação clara a serviços públicos básicos para todos, criação de uma institucionalidade social forte e eficiente, montagem de um sistema de informação para o plano e monitoramento das políticas sociais, articulação interorganizacional, descentralização, participação comunitária ampla, redes inter-sociais, transparência, um enfoque de gerência social (KLIKSBERG, 2003, p. 98).

Dessa forma, a SEAP/PR dá sinais que o papel de “Estado social inteligente”, ao propor saldar a “dívida social” que o país tem com a pesca artesanal (BRASIL, 2003a, p. 5), pois induz o desenvolvimento do setor pesqueiro mediante estímulos à realização de parcerias institucionais, ao associativismo e cooperativismo e à modernização da aqüicultura e da pesca. Assim se refere o *Projeto Político-Estrutural da SEAP/PR* em relação ao Estado nas questões de pesca:

O papel do Estado, por meio da SEAP, será indutor. Ele deverá investir na modernização da cadeia produtiva da aqüicultura e pesca, estimulando parcerias com os estados e municípios, o associativismo e o cooperativismo (...) (BRASIL, 2003a, p. 6).

É a partir dessa concepção de Estado mínimo que surge a noção de desenvolvimento local como alternativa para apoiar os contextos sociais desfavorecidos. As políticas públicas que daí decorrem perdem a dimensão nacional para se vincular à dimensão territorial local, privilegiando as potencialidades econômicas e capacidades endógenas das comunidades (JARA, 1998).

Nessa perspectiva, a SEAP/PR contempla o desenvolvimento local ao afirmar que as políticas públicas para a pesca estão articuladas à noção do Estado indutor. Essas políticas se diferenciam, portanto, daquelas implantadas no passado no âmbito do setor pesqueiro. Esse aspecto não passou despercebido a Callou, Tauk-Santos e outros (2006), quando confrontam as *Diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentado da Aqüicultura e Pesca* com os vetores principais do Desenvolvimento Local, ao analisarem *O Cooperativismo Pesqueiro no Brasil e as Linhas de Financiamento*.

É dentro desse cenário que os serviços públicos de Extensão Pesqueira ressurgem no Brasil, vinculados à noção de desenvolvimento local. Não é à toa que, para viabilizar as políticas de desenvolvimento da pesca, a SEAP/PR faz a seguinte orientação no campo da Extensão Pesqueira:

Criar políticas de assistência técnica e extensão pesqueira, em parceria com estados, municípios e outras entidades, que promovam iniciativas de desenvolvimento local sustentável considerando a família do pescador e do aqüicultor e suas organizações, visando a inclusão social e à qualidade de vida, adotando princípios de conservação, gestão ambiental e de pesca responsável (BRASIL, 2003b, p. 45).

Essa realidade nos fez refletir sobre a criação da SEAP/PR no cenário do Estado indutor do desenvolvimento e da nova proposta de Extensão Pesqueira na perspectiva do desenvolvimento local. A questão principal que resultou dessas reflexões é: como viabilizar projetos de Extensão Pesqueira para o desenvolvimento local em comunidades de pesca marcadas historicamente por políticas verticais de desenvolvimento, que impediram a participação social e política dos pescadores nos processos decisórios?

Na perspectiva de contribuir para o esclarecimento dessa questão é que optamos

por analisar, do ponto de vista do desenvolvimento local, os projetos de Extensão Pesqueira da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, atualmente em curso. O motivo principal de escolher o estado de Pernambuco como foco de análise parte do princípio de que esse Estado possui tradição nas atividades de aqüicultura e pesca e desenvolve projetos de Extensão Pesqueira da SEAP/PR desde a criação dessa instituição em 2003.

Como unidade de análise desse estudo, foram escolhidos nove projetos considerados, no âmbito da Extensão Pesqueira, à medida que envolve contextos populares da pesca com o objetivo de promover o desenvolvimento da pesca com inclusão social. Para complementar as informações coletadas nos documentos desses projetos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com doze pescadores (dos municípios de Jatobá, Goiana, Recife, Olinda, Itapissuma), oito técnicos que atuam em comunidades pesqueiras, um técnico da SEAP/PR e dois técnicos da SEAP/PE.

A escolha dos entrevistados para este estudo se deu em função da participação que esses profissionais tinham sobre os projetos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa. As entrevistas foram realizadas entre junho e agosto de 2006. Para salvaguardar os depoentes, omitimos os nomes dos entrevistados, revelando apenas se são pescadores ou técnicos e a instituição ou município onde trabalham.

Consideramos esta pesquisa de caráter qualitativo, dada a insipiência, ainda, de estudos que relacionem Extensão Pesqueira ao desenvolvimento local.

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República: a nova face da Extensão Pesqueira nacional

A Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) foi criada pela Medida Provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, e referendada pela Lei n. 10.683, de maio de 2003 (BRASIL, 2003a).

Para viabilizar as políticas da SEAP/PR, tornou-se estratégica a reestruturação dos serviços de Extensão Pesqueira no Brasil. Assim, em outubro de 2003, em Brasília,

foi realizado o *Seminário para Elaboração das Diretrizes Nacionais da Extensão Pesqueira*, com a finalidade de atender às orientações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), no que se refere à criação de atividades específicas de Extensão aos diferentes públicos do meio rural. O objetivo norteador à elaboração dessas diretrizes no Seminário, do qual participaram técnicos de organizações governamentais e não-governamentais, foi o de

Promover e apoiar iniciativas de desenvolvimento local sustentável, que envolvam atividades pesqueiras ou a elas relacionadas, considerando a família do pescador artesanal e suas organizações, visando a inclusão social e a qualidade de vida das comunidades pesqueiras, adotando os princípios da conservação, gestão ambiental e da pesca responsável (BRASIL, 2003c, p. 5).

Essas atividades são, atualmente, coordenadas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e seus desdobramentos na Extensão Pesqueira pretende se diferenciar das políticas de Extensão Rural do passado, à medida que abandona a noção de desenvolvimento pela via do difusionismo modernizador.

Assim, o desenvolvimento de projetos de Extensão Pesqueira propriamente ditos surge a partir da Portaria n. 182, de 23 de junho de 2005, que aprova o termo de cooperação técnica entre a SEAP/PR e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa portaria tem por finalidade implementar o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola, pautada na contratação de organizações governamentais e não-governamentais, que desenvolvam atividades de assistência técnica e extensão pesqueira (BRASIL, 24/6/2005a, p. 1). O que o governo pretende, segundo o ministro da SEAP/PR, José Fritsch, é

acelerar o desenvolvimento do setor, estimulando o associativismo e o cooperativismo e facilitando o acesso às linhas de crédito oferecidas pelos bancos oficiais. Pescadores artesanais e pequenos aqüicultores serão os principais beneficiados. (BRASIL, 2005b, p. 1).

Nesse sentido, podemos inferir que o Programa Nacional de Extensão Pesqueira da SEAP/PR segue os ditames do Estado indutor dos processos de desenvolvimento. Aspecto, aliás, já observado nas diretrizes de Extensão Pesqueira, nos primeiros momentos da reestruturação dessa atividade no Brasil.

Operacionalização da política de Extensão Pesqueira da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca em Pernambuco: da teoria à prática

Com a publicação do edital de *Chamada para Projetos de Extensão Pesqueira e Aqüícola*, em junho 2005, com recursos da ordem de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para todo o Brasil (BRASIL, 2005a, p. 1). Foram aprovados 44 projetos, dos quais três estão ligados ao estado de Pernambuco no âmbito do “Fomento à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira”. Esses projetos começaram a ser implementados em julho de 2006 e terão duração de um ano. São eles:

- *Projeto de Assistência Técnica Através de Agentes de Desenvolvimento Local (ADL) para Comunidades de Pescadores e Piscicultores de Ibitimir*, do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) que objetiva treinar 25 jovens para agentes de desenvolvimento local, prestando assistência técnica a 125 famílias, (...) (BRASIL, 2005a);
- *Projeto para Fomento à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira*, da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA), o qual visa a atender 60 pescadores no município de Águas Belas e 200 pescadores de Serra Talhada, (...) (BRASIL, 2005a); e
- *Projeto Peixe para Comer*, do Centro Josué de Castro, com desenvolvimento no município de Catende, o qual está direcionado a prestar assistência técnica a 20 famílias de aqüicultores (...) (BRASIL, 2005a).

Considerando o Estado de Pernambuco temos que, do ponto de vista da assistência técnica, a política de Extensão Pesqueira da SEAP/PE se diferencia das políticas passadas da SUDEPE, cuja participação estatal nas questões de desenvolvimento do setor pesqueiro eram mais abrangentes. Esse aspecto denota o quanto a SEAP/PR está, de fato, voltada às estratégias de um estado indutor do desenvolvimento.

Analisando o objetivo geral desses projetos de Extensão Pesqueira, podemos observar que a perspectiva do desenvolvimento local permeia o foco das ações, no caso dos projetos do IPA e do Serta. Portanto, estão em sintonia com as diretrizes da Extensão Pesqueira da SEAP/PR. No caso do projeto apresentado pelo Centro Josué de Castro, a noção de desenvolvimento local não aparece de maneira explícita nos objetivos, mas a metodologia proposta para implantação das ações do Projeto contraria essa ressalva, na medida em que utiliza, segundo depoimento a seguir, o Reflect-ação para “construção de processos coletivos auto-organizados de identidade e de protagonismo social (empoderamento), estruturados a partir da análise permanente das relações de poder, de gênero e interculturais existentes nos grupos.” (Técnico do Centro Josué de Castro, 2006).

Dentro dessa perspectiva, os referenciais metodológicos dos projetos apresentados pelas instituições selecionadas pela SEAP/PR para ações de Extensão Pesqueira em Pernambuco caminham na perspectiva das diretrizes do *Programa Nacional de Extensão Pesqueira e Aqüícola* promovida pela SEAP/PR. Esse aspecto possibilita um maior engajamento e empoderamento das populações nessas atividades de Extensão Pesqueira. Portanto, podemos dizer que esses projetos sinalizam para o desenvolvimento local, preconizado, principalmente, por autores como Carlos Jara, Augusto de Franco e Sergio Buarque.

Projetos de Extensão Pesqueira da SEAP/PE Articulados a Outras Instâncias de Governo

a) Programa Pescando Letras

A I Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, em 2003, referenda a alfabetização de Jovens e adultos, como prioritária para o setor pesqueiro pelos mais de mil delegados vindos das diferentes regiões do país (BRASIL, 2003b). E o governo federal, em 2003, cria o *Programa Pescando Letras*, direcionado à alfabetização de jovens e adultos pescadores e aqüicultores.

No mesmo ano, foi realizado, no Rio de Janeiro, um *Curso de Formação de Forma-*

dores, que reuniu técnicos de diferentes áreas do conhecimento e com experiências na área de pesca e educação. Esses técnicos, após o treinamento, teriam a responsabilidade de articular a proposta pedagógica do *Programa Pescando Letras* em seus Estados de origem. O sucesso desse treinamento repercutiu positivamente, ao ponto de resultar em uma publicação em formato de revista, denominada de “*Redes dos Saberes*”, tendo por objetivo sistematizar as experiências de formação e de aprofundamento em torno da metodologia de alfabetização de jovens e adultos pescadores (BENÍCIO & COSTA, 2006, p. 89).

Capacitados os técnicos, a proposta agora toma corpo e, em meados de 2004, é realizada uma parceria entre a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidades (Secad) e a SEAP/PR, com o objetivo de integrar as comunidades pesqueiras como uma das áreas de atuação do *Programa Brasil Alfabetizado*, do Ministério da Educação. O resultado dessa parceria resultou em um projeto de cooperação mútua, visando a implementar o Programa de Alfabetização de Pescadores e Aqüicultores – *Programa Pescando Letras* no âmbito do *Programa Brasil Alfabetizado* (BENÍCIO & COSTA, 2006, p. 89-90).

Diante dessa realidade, a proposta do *Pescando Letras* não poderia caminhar voltando-se ao ensino tradicional, mas teria que levar em consideração o cenário sociocultural dos pescadores e aqüicultores. Nessa perspectiva, a SEAP/PR considera a cultura local e o ambiente do pescador e aqüicultor como elementos essenciais para o processo ensino-aprendizagem. Assim, “ao se propor um Programa de Alfabetização para os pescadores artesanais e aqüicultores familiares é preciso considerar tanto as enormes dificuldades que enfrentam, quanto a riqueza de sua cultura, em seu estreito vínculo com o ambiente” (PROGRAMA PESCANDO LETRAS, 2005, p. 6).

As estratégias que envolvem essa nova proposta de alfabetização de pescadores e aqüicultores procuram corrigir os erros já apontados, em épocas passadas, por diversos autores, quando falam das particularidades da pesca e do pescador. Dentro dessa perspectiva, podemos inferir que o *Programa Pescando Letras*, como ação extensionista em comunida-

des pesqueiras, mantém estreita relação com o desenvolvimento local, à medida que a formação de capital humano, adquirido, como vimos, por meio da educação, entre outros vetores, representa um dos aspectos importantes dessa nova vertente de desenvolvimento.

O *Programa Pescando Letras* no estado de Pernambuco se desenvolve, segundo a SEAP/PE, por meio de uma ação articulada entre a SEAP/PE e a Secretaria de Educação de Pernambuco, em parceria com nove prefeituras municipais.

Não se sabe, ao certo, a quantidade de alunos pescadores e aqüicultores matriculados nesse Programa nos municípios. Isso se prende ao fato, possivelmente, da falta de acompanhamento do Programa pela SEAP/PE.

Essa fragilidade no acompanhamento do Programa impossibilita obter informações detalhadas sobre o número de pescadores e aqüicultores matriculados. Muitas vezes, esses profissionais fazem parte de uma mesma turma de alfabetização junto com outras categorias de trabalhadores.

O fato de o *Pescando Letras* estar ligado ao *Programa Brasil Alfabetizado* leva alguns pescadores a não distinguir ou privilegiar a especificidade da proposta de alfabetização na pesca. O que determina a escolha entre um programa e outro, ao que parece, é o querer-ser-alfabetizado, independentemente da categoria social a que pertence.

É de se perguntar, entretanto, se esse estímulo à alfabetização dos pescadores em programas não específicos à pesca, não intimida, muitos deles, a participar da escola.

Dentro desse contexto, a proposta pedagógica do *Pescando Letras* perde sentido metodológico quanto a sua especificidade na pesca. Assim, a junção de pescadores com categorias produtivas diversas mostra que a proposta educacional parece seguir o dilema das tentativas de inserção do pescador em campanhas de alfabetização de jovens e adultos, desenvolvidas em épocas passadas. O resultado de tal junção só colabora com a não inclusão educacional proposta pelo *Pescando Letras*, já que o cumprimento das exigências formais não é levado em consideração.

Por outro lado, no que diz respeito ao alcance da meta de 50% de pescadores alfabetizados, pretendido pelo Programa, é im-

portante salientar que há indícios consideráveis de evasão escolar.

Assim, a SEAP/PE tem a sua frente o desafio de mergulhar no acompanhamento da aplicação prática da proposta pedagógica para alfabetização de pescadores e aquícultores do Programa nos municípios conveniados, no sentido de não permitir a reedição dos erros cometidos em épocas passadas.

Acreditamos que a proposta pedagógica do Programa, ao se desenvolver em grupos específicos de pescadores e atingir as metas estabelecidas pela SEAP/PR, contribuirá para o fortalecimento do capital humano das comunidades pescadoras. Esse fortalecimento poderá desaguar na renovação das lideranças das Colônias (muitas delas ainda são representadas por pessoas alheias à categoria dos pescadores), já que os elementos da cultura do pescador e sua relação com o papel do Estado tende a fortalecer a participação desses profissionais como cidadãos e como agentes de mudança. Por isso, a estrutura técnica de monitoramento da SEAP/PE torna-se imprescindível para o bom andamento e alcance do *Pescando Letras* e sua repercussão no desenvolvimento local.

b) Projeto Maré - o Telecentro da Pesca

A SEAP/PR criou o projeto *Maré - o Telecentro da Pesca*, que tem por objetivo "capacitar comunidades pesqueiras no uso das tecnologias de informação e comunicação com vistas a potencializar a organização de colônias e associações e sua inserção no mundo digital, democratizando o acesso à informação com a utilização de software livre." (MARÉ - O TELECENTRO DA PESCA, 2003, p. 1).

O projeto faz parte do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal e é viabilizado por meio de parcerias entre o Banco do Brasil, que cede os computadores, e a equipe técnica para a instalação dos equipamentos; o Ministério das Comunicações realiza a conexão à Internet e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão oferece suporte técnico e administrativo ao Conselho Executivo do Governo Eletrônico (BRASIL, 2004, p. 4-5).

A SEAP/PR tem papel fundamental nessa parceria, a ela cabe coordenar, mediante a Gerência de Extensão, o controle do

funcionamento dos telecentros, em contato direto com as gerências regionais, escritórios estaduais e Conselho Gestor da SEAP/PR (BRASIL, 2004).

A proposta de inserção do pescador no universo da informática caminha na perspectiva do desenvolvimento local, por meio do fortalecimento do capital humano, como diz Franco, "é preciso aumentar os graus de acesso das pessoas não apenas à renda, mas também à riqueza, ao conhecimento e ao poder ou à capacidade e à possibilidade de influir nas decisões públicas." (FRANCO, 2001, p.36-37).

Na perspectiva das exigências do mercado global, o *Maré - o Telecentro da Pesca* busca inserir o pescador no mundo digital. Para isso, a SEAP/PR tem por meta a implantação de vinte telecentros em comunidades pesqueiras artesanais do Brasil, e assim democratizar o acesso à comunicação e à informação (BRASIL, 2004).

Dentro dessa meta, encontra-se contemplado o estado de Pernambuco, mais precisamente a Colônia de Pescadores Z-13, do município de Jatobá, próximo ao Lago de Itaparica. A ação aqui conveniada partiu de um acordo com a SEAP/PE, mediante solicitação da Colônia Z-13, e a Prefeitura de Jatobá. Esta reformou a sede da Colônia para a execução do Projeto. Mas, até o presente momento, o Telecentro ainda não se encontra em funcionamento.

Apesar de o lançamento do Projeto ter contado com a presença do Ministro da Pesca, na época, o Telecentro parece que se esvaiu na burocracia. A Colônia e a Prefeitura não compreendem o porquê de o Telecentro não estar funcionando. De acordo com as informações prestadas por técnicos da SEAP-PE, apesar de as entidades terem cumprido as exigências legais do convênio, há problemas de natureza técnica e operacional por parte da SEAP-PE que impedem o andamento do Projeto. Isso pode ser observado pelo depoimento abaixo:

Eles (os parceiros) preparam todas as bancadas para colocar os computadores (...) já vai completar dois anos e até agora eu não consegui levar esses computadores para pôr em funcionamento o projeto (Técnico, SEAP/PE).

Os motivos que dificultam a realização do projeto *Maré - o Telecentro da Pesca*

estão envolvidos, possivelmente, nos mesmos dilemas de estruturas precariamente definidas e engessadas pela burocracia pública e o mau planejamento. Somado a essa realidade, a SEAP-PE, apesar do empenho dos seus técnicos, conta com a insuficiência operacional e pessoal para promover um bom andamento das ações dessa Secretaria.

O resultado desse descompasso só contribui para a perpetuação de projetos tipo “virtuais”, aqueles que ninguém vê concretizados, mas encontram-se estampados nas páginas do *site* da instituição.

Assim, quando comparamos as ações de inclusão digital promovidas pelo Governo Federal com o *Maré - o Telecentro da Pesca* observamos o quanto esse Projeto está atrasado em suas ações nas comunidades pesqueiras no estado de Pernambuco. Essa situação, somada à deficiência de infra-estrutura e de pessoal tem mostrado que a SEAP/PE ainda precisa aperfeiçoar internamente ações operacionais de sua organização. No sentido de viabilizar o andamento do Telecentro da Pesca nas comunidades parceiras.

c) Programa Feira do Peixe

Facilitar o acesso aos produtos oriundos da atividade pesqueira e aquícola é uma estratégia que a SEAP/PR vem desenvolvendo na perspectiva de melhorar a comercialização direta dos produtos da pesca artesanal. O Programa também busca diminuir a atuação dos intermediários na cadeia produtiva, permitindo o barateamento do pescado ao consumidor final e, conseqüentemente, possibilitar uma maior rentabilidade para os pescadores artesanais (BRASIL, 2005c).

O público-alvo do *Programa Feira do Peixe* são os pescadores artesanais e aquícultores familiares, enquadrados nos grupos A ao D do Pronaf, como também as comunidades extrativistas, que residem em barragens, quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra, entre outros.

O Programa foi lançado em maio de 2005, e inclui, conforme interesse dos beneficiários, o Kit Peixe Vivo e Kit Peixe Fresco, assim denominados: *Kit Peixe Vivo* é formado por estrutura metálica desmontável, puçá, tanque desmontável de mil litros, soprador, balcão para manuseio, caixas

isotérmicas, bombonas com tampa para degelo e resíduos, balança eletrônica, avental, luvas e facas, e o *Kit Peixe Fresco* é formado por estrutura metálica desmontável, balcão para exposição e manuseio, caixas isotérmicas, bombonas com tampa para degelo e resíduos, balança eletrônica, avental, luvas e facas. Serão distribuídos 1.200 kits, divididos em três etapas, para organizações dos pescadores e aquícultores familiares (CONAPE, 2005, p. 2).

A proposta desenvolvida pelo Programa Feira do Peixe, como vimos acima, é uma estratégia de Extensão Pesqueira, que visa a aproximar os produtos da pesca da mesa do consumidor. A facilidade de locomoção do *Kit* permite aos pescadores identificar os melhores pontos de venda e melhorar a comercialização dos seus produtos, conseqüentemente a renda familiar.

Assim como todos os outros projetos e programas da SEAP/PR, o acesso ao Feira do Peixe se dá mediante encaminhamento de proposta para os escritórios estaduais da SEAP/PR ou para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Essas organizações vão apreciar e julgar as referidas propostas (BRASIL, 2005d).

A partir dessa seleção, o estado de Pernambuco foi beneficiado com três *Kits* Feira. Foram selecionadas, de acordo com informação prestada pela SEAP/PR a Colônia de Pescadores Z-16 do município de Ibirimir; Colônia de Pescadores Z-19 do município de Santa Maria da Boa Vista; e a Associação dos Pescadores da Barragem de Tapacurá, do município de Moreno (BRASIL, 2005c, p. 1).

É importante destacar que, durante o levantamento de dados desta pesquisa, identificamos que apenas as duas primeiras Colônias, acima citadas, receberam os seus *Kits*. Portanto, não foi possível, neste estudo, analisar o desempenho do Programa tendo em vista o curto espaço de tempo de sua implantação.

Nesse sentido, o *Programa Feira do Peixe* incentiva o trabalho em grupo, agrega valor aos produtos da pesca, minimiza a ação de atravessadores, tende a fortalecer cada vez mais o associativismo para enfrentar os entraves da comercialização. Portanto, é por meio de ações como essa que se empoderam os grupos organizados na perspectiva do

combate à pobreza das comunidades pesqueiras no âmbito do desenvolvimento local.

Pensando assim, a SEAP/PR promoveu a abertura de novas inscrições para o *Programa Feira do Peixe*. No estado de Pernambuco, inscreveram-se sete organizações de pescadores, aguardando serem contempladas em 2007.

É nessa perspectiva que a articulação mediada pela SEAP-PE, por meio da Extensão Pesqueira, busca identificar os programas nacionais a fim de se articular com as demandas dos pescadores e dos demais parceiros. Assim, a SEAP/PR demonstra claramente que abandona o caráter de um Estado provedor e passa a promover ações de Extensão Pesqueira dentro de uma perspectiva de um Estado indutor do desenvolvimento.

d) Programa Peixe nos Mercados

Na mesma perspectiva do *Programa Feira do Peixe*, a SEAP/PR promoveu o *Programa Peixe nos Mercados*. De acordo com a SEAP/PR, o Programa visa a oferecer uma melhor estrutura de trabalho para o comerciante, mediante a recuperação dos pontos de comercialização, no sentido de melhorar o aproveitamento do produto, diminuindo o custo e possibilitando uma boa oferta de preço ao consumidor final (BRASIL, 2005c).

O *Programa Peixe nos Mercados* foi introduzido no estado de Pernambuco em convênio com a Prefeitura do Recife e teve por objetivo recuperar o ambiente de comercialização de pescado dos Mercados de São José, da Encruzilhada e de Afogados. Para cada uma das 30 bancas do Mercado São José, a SEAP/PE disponibilizou um *freezer*, uma balança eletrônica, serra elétrica e lâmpadas mata-moscas. A rede elétrica e o piso foram recuperados, e realizou-se programa de capacitação dos comerciantes e atendentes para a manipulação e conservação do pescado (BRASIL, 2005c).

Como os demais projetos da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, o *Programa Peixe nos Mercados* é resultado de articulações com instituições governamentais e não-governamentais, via escritórios estaduais da SEAP/PR. É dessa forma que a SEAP/PR busca o estabelecimento de parcerias para

viabilizar a comercialização do pescado, na perspectiva do fortalecimento do escoamento da produção pesqueira artesanal.

Entretanto, o andamento do *Programa Peixe nos Mercados*, em Pernambuco, possui algumas ações que ainda estão caminhando num ritmo lento, em virtude das incipientes condições de apoio da SEAP/PE.

As dificuldades dos beneficiários do *Programa Peixe nos Mercados* quanto à articulação com as empresas responsáveis pelos equipamentos é uma grande inquietação. Esse fato sugere a preocupação da SEAP/PE e dos parceiros envolvidos com o lançamento do Programa, mas não com a sua operacionalização e monitoramento.

Em visita realizada aos Mercados de São José, da Encruzilhada e de Afogados, constatamos que as obras conveniadas não foram ainda concluídas. O piso, a rede elétrica e a qualificação dos comerciantes e atendentes para a manipulação e conservação do pescado ainda não foram realizadas. As condições de higiene desses mercados não compactuam com a proposta do Programa em “oferecer uma melhor estrutura de trabalho e permitir que os comerciantes possam oferecer à população um produto de qualidade.” (BRASIL, 2005c, p. 1).

Assim, como estratégia de Extensão Pesqueira, o *Programa Peixe nos Mercados* atinge um universo de comerciantes bastante limitado em Pernambuco, o que remete à SEAP/PE planejar estrategicamente seus investimentos, mediante ações distribuídas ao longo de toda a região pernambucana.

Por isso, no momento em que há recursos para se realizar uma ação substancial em nível do Estado, dentro de uma perspectiva do desenvolvimento local, a Extensão Pesqueira da SEAP/PE precisa compreender que o não-cumprimento desses convênios já firmados e não concluídos desmobiliza e enfraquece os movimentos populares, que se organizam em torno dos projetos e programas dessa Secretaria. Assim, não se pode, nem se deve conveniar um projeto para uma organização e deixar que a mesma fique, toda a gestão do governo, aguardando a conclusão dos convênios que nunca chegam. É preciso monitorar e potencializar as intervenções de Extensão Pesqueira focando, as regiões do estado de Pernambuco, possibilitando o for-

talecimento estratégico da pesca para o desenvolvimento das potencialidades locais.

e) Projeto Valorização e Recadastramento do Pescador Profissional

De acordo com a SEAP/PR, esse projeto tem por objetivo recadastrar todos os pescadores já inscritos no Registro Geral da Pesca (RGP), com vistas a inserir esses profissionais nos benefícios sociais conquistados pela categoria (BRASIL, 2005d).

Para desenvolver o projeto de recadastramento, a SEAP/PR utilizou critérios de identificação já utilizados por instituições públicas e representativas da categoria, ou seja: “todo pescador profissional (aquele que faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida) que já foi inscrito junto ao Registro Geral da Pesca, seja junto à SEAP/PR ou aos órgãos anteriormente responsáveis SUDEPE, IBAMA e MAPA” (BRASIL, 2005d, p. 1).

A importância do recadastramento como iniciativa para fortalecer, valorizar os pescadores e balizar as políticas da SEAP/PR é uma ação bem-vinda pelo setor pesqueiro e uma atividade essencial para promover ações direcionadas à pesca. Sobre esse Projeto, vejamos o seguinte comentário:

É com isso (o recadastramento) que o governo pode ajudar a quem de direito. O pescador não pode mais deixar que gente que não é pescador possa ter direito do que não é (*pescador*) (Pescadora, Barra de Catuama, Goiana).

Conforme informações prestadas pelo técnico da SEAP-PE, a referida ação foi desenvolvida mediante a contratação de uma Empresa, tendo a mesma iniciado o contrato em 6 de maio de 2005, com prazo de conclusão até 31 de dezembro de 2005, mas, até a presente data (início de novembro de 2006) o mesmo não foi concluído.

O caminho para a realização do recadastramento, utilizado pela SEAP/PR, não foi a melhor alternativa dessa ação no Estado de Pernambuco. Entretanto, apesar da discordância sobre o modelo de recadastramento adotado, a SEAP-PE, seguiu os procedimentos determinados.

As opiniões formuladas por alguns pescadores quanto ao recadastramento realça-

ram a importância dessa ação, mas revelaram, por seu turno, um certo desapontamento em relação aos resultados. Isso se deveu, principalmente, às dificuldades enfrentadas para receber a documentação que permite o exercício das atividades pesqueiras. Dizem eles:

A gente depende da SEAP/PE daqui para fazer a documentação dos pescadores. Para tirar esse protocolo, para tirar carteira de pesca artesanal que é dada pela SEAP/PE. O que a SEAP representa pra gente é só isso. Mas, mesmo assim, até aqui, só fez o recadastramento e as carteiras, até agora, não chegaram. Inclusive, fui a SEAP/PE (...) (Pescador, Pina, Recife).

Assim, a centralização da SEAP/PE sobre a emissão do Registro Geral da Pesca tem diminuído, consideravelmente, o papel das representações da categoria de pescadores no que diz respeito à identificação dos pescadores nas comunidades pesqueiras. Dessa forma, se, por um lado, o recadastramento é um instrumento que fortalece a ação da Extensão Pesqueira como estratégia para o desenvolvimento local, por outro, tem inquietado alguns representantes de Colônias, do ponto de vista político.

Passados praticamente quase dois anos, para a conclusão dos resultados, a SEAP/PR não conseguiu divulgar informações substanciais que permitam caracterizar a pesca no estado de Pernambuco de maneira que oriente ações para o setor pesqueiro na perspectiva de desenvolvimento local.

f) Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar

O *Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar* (Pronaf) foi criado a partir da reformulação na política agrícola nacional, no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (MATTEI, 2001). De acordo com o Manual de Operações do Pronaf, segundo Mattei (2001, p. 3), o objetivo geral desse Programa é “propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.”

Com a criação da (SEAP/PR), em 2003, as ações do Pronaf procuram atender outros públicos e cria o Pronaf-Pesca para pescadores, aqüicultores e suas organiza-

ções. Esse programa financia projetos de infra-estrutura e produção, apetrechos de pesca, embarcações, motores, *freezers*, câmaras frigoríficas, balanças, caixas térmicas, entre outros, bem como a capacitação de pescadores artesanais e obedece aos grupos A, B, C e D (BRASIL, s.d., p. 3).

O enquadramento a essas linhas de financiamento não difere em nada dos procedimentos utilizados para financiamento do Pronaf, antes da criação da SEAP/PR. A intenção da SEAP/PR, quando direcionou a política de financiamento para a categoria de aquicultores e pescadores, era a de facilitar o acesso ao crédito, mediante a desburocratização desses financiamentos. Até o presente momento, não houve alterações nas exigências de acesso ao crédito. O que se realizou foi apenas a caracterização do referido financiamento ao possível beneficiário, pescador ou aquicultor, dando-lhe nome: Pronaf Pesca!

Esses depoimentos dão sinais de que os pescadores estão insatisfeitos com a política do Pronaf Pesca. A burocracia e o valor do recurso não permitem que se vislumbre uma melhoria qualitativa desse público na atividade pesqueira. As dificuldades em acessar as linhas do Pronaf Pesca, de maior valor financiado, são o maior empecilho encontrado pelo pescador ou aquicultor.

Assim, por mais que a SEAP/PR se preocupe em melhorar o acesso dos pescadores e aquicultores aos financiamentos por meio do Pronaf Pesca, na realidade, a julgar pelos depoimentos acima registrados, ainda é pequeno o número de beneficiários nos grupos C e D. Nesse sentido, parece necessário aprofundar a discussão sobre a dinâmica da atividade pesqueira e suas particularidades, para que o pescador vislumbre, realmente, o acesso adequado ao crédito de acordo com a sua realidade local. Acreditamos, por outro lado, que o acompanhamento dos beneficiários do crédito pela Extensão Pesqueira, promoverá entre eles discussões sobre o Pronaf e sua repercussão, negativa ou positiva, na pesca artesanal.

Considerações finais

Observamos que a política pública de Extensão Pesqueira da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) teve suas diretrizes básicas

construídas com vários atores sociais ligados ao setor pesqueiro. Isso ficou evidenciado com a participação democrática dos segmentos que compõem a pesca e aquicultura nos eventos realizados pela Secretaria. Entre eles, os encontros estaduais e as conferências e seminários de aquicultura e pesca.

Assim, pudemos inferir que a Extensão Pesqueira proposta pela SEAP/PR se diferencia das políticas levadas no passado pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Assinalamos, ainda, mediante literatura consultada, como, se desenvolveu historicamente a participação dos pescadores e pescadoras na construção das políticas de Extensão Pesqueira.

Por outro lado, verificamos que a SEAP/PR ao soerguer o serviço público de Extensão Pesqueira nacional, incorporou - ao seu discurso e às suas práticas - a perspectiva do desenvolvimento local como condição fundamental à emancipação dos contextos sociais pesqueiros. Inferimos que a SEAP/PR, ao optar pelo desenvolvimento local, como estratégia socioeconômica e política, revelou o quanto está comprometida com a concepção do Estado indutor do desenvolvimento. Esse aspecto é observado, principalmente, quando se abrem editais para "terceirizar" os seus serviços extensionistas, como observamos na maioria dos projetos analisados neste trabalho, ou seja, o Estado passa a dividir as responsabilidades das ações públicas, no caso de Extensão Pesqueira, com organizações governamentais, estaduais e municipais, e organizações de caráter não-governamental. Esse cenário extensionista atual tem no empoderamento dos pescadores e pescadoras, bem como no desenvolvimento do seu capital humano, o foco das suas atenções para instaurar processos de desenvolvimento local. Aspectos esses presentes nos programas e projetos analisados.

Portanto, a Extensão Pesqueira da SEAP/PR distingue-se do difusionismo tecnológico do passado, e procura cumprir as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

No que tange às abordagens metodológicas dos projetos de Extensão Pesqueira analisados, verificamos que todos eles caminham na perspectiva das diretrizes do Pro-

grama Nacional de Extensão Pesqueira e Aqüícola promovida pela SEAP/PR. Portanto, têm como foco das suas preocupações o desenvolvimento local. Entretanto, observamos que as ações desses projetos são por demais pontuais para dar conta da complexidade atual do setor pesqueiro pernambucano. Além disso, eles não contemplam a pesca artesanal litorânea do ponto de vista de assistência técnica especializada.

Assim, para operacionalizar a Extensão Pesqueira em Pernambuco, a SEAP-PR precisa visualizar o Estado como um todo, e não apenas privilegiar ações de Extensão Pesqueira para pescadores de águas interiores. Além disso, numa perspectiva de Extensão Pesqueira pela via do desenvolvimento local, há que se considerar as variadas possibilidades de articulação com outros projetos estruturadores locais, não apenas no campo da pesca, mas, também, com outros setores produtivos ou potencialmente produtivos.

Referências

- BENÍCIO, Maria Luiza Tavares; COSTA, Renato Pontes. "Vamos jogar a tarrafa..." a educação de jovens e adultos pescadores. In: *Rede de Saberes*. Alfabetização de pescadores artesanais: informações, reflexões e pistas metodológicas na formação de educadores. Brasília-DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/pescando/publicacoes.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2006.
- BRASIL. *Primeira conferência nacional de aqüicultura e pesca*: caderno de resoluções. Brasília-DF: [s.n.], 2003. (a)
- _____. *Relatório do seminário para elaboração das diretrizes da extensão pesqueira nacional*. Brasília-DF: [s.n.], 2003. (b)
- _____. *Regimento interno da SEAP/PR*. 2003. Disponível em: <http://209.85.165.104/searchq=cache:yDErUAA6YDcJ:200.198.202.145/seap/pdf/Regimento_Interno_SEAP.pdf+estrutura+organizacional+da+seap/pr&hl=ptR&gl=br&ct=clnk&cd=4&client=firefox-a>. Acesso em: 6 jul. 2006. (c)
- _____. *Projeto inclusão digital de pescadoras e pescadores artesanais*: maré telecentro da pesca. 2004. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/telecentro/projeto.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2006.
- _____. *Portaria n. 182, de 23 de junho de 2005*. 2005. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/url/ITEM/06E2719059808513E040A8C075027B00>>. Acesso em: 11 jan. 2007. (a)
- _____. *Lançamento do programa de extensão pesqueira e assistência técnica*. 2005. Disponível em: <http://72.14.209.104/search?q=cache:BdddCZSsqBsJ:www.Fundacentro.sc.gov.br/acquaforum/principal/ver_noticias.php%3Fnot%3D628+extens%C3%A3o+pesqueira+da+seap/pr&hl=en&ct=clnk&cd=8&client=firefox-a>. Acesso em: 11 jan. 2006. (b)
- _____. *Programa feira do peixe*. 2005. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/feiradopeixe/index.htm>>. Acesso em: 11 out. 2006. (c)
- _____. *Projeto valorização e recadastramento do pescador profissional*. 2005. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/recadastramento/index.htm>>. Acesso em: 24 dez. 2006. (d)
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira*. III Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, Manaus, 1983.
- _____. *A voz do mar, construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador "José Bonifácio" (1919-1924)*. 1994, 74f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE-SANTOS, Maria Salett. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL-PE. *Extensão pesqueira*: desafios contemporâneos. Recife: Bagaço, 2003. 223-236.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE-SANTOS, Maria Salett; MCINTYRE, Jimmy Peixe; BERGONSI, Sandra Suely Soares. O cooperativismo pesqueiro no Brasil e linhas de financiamento: uma estratégia de desenvolvimento local? In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes, TAUKE-SANTOS, Maria Salett (Orgs.). *Associativismo e desenvolvimento local*. Recife-PE: Bagaço, 2006.
- CONAPE. *Resoluções da 3ª Planária do CONAPE*: Comitê Temático Permanente n. 3 - comercialização e infraestrutura. 2005. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/pdf/conape/CTP32.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2006.
- FRANCO, Augusto de. *Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. 2 ed. Brasília: Instituto de Política, 2001.
- JARA, Carlos J. *A Sustentabilidade do desenvolvimento local: um processo em construção*. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA. Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998. 316p.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARÉ. *O telecentro da Pesca*. 2003. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/telecentro/>>. Acesso em: 25 ago. 2006.
- MATTEI, Lauro. *Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados*. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/trabalhosbsp3.pdf/view>>. Acesso em: 30 out. 2006.
- PROGRAMA PESCANDO LETRAS. *Proposta pedagógica para alfabetização de pescadores e pescadoras profissionais e aqüicultores e aqüicultoras familiares*. 2005. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/pescando/pdf/ProgramaPescandoLetras.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2006.
- PRORENDA RURAL-PE. *Extensão pesqueira*: desafios contemporâneos. Recife: Bagaço, 2003.

La Havane et la Ville de Mexico: une métropolisation par le patrimoine
Havana e a Cidade do México: uma metropolização através do patrimônio
La Habana and Mexico City: metropolization through heritage
La Habana y la Ciudad de Mexico: una metropolización por medio del patrimonio

Pierre-M. Le Bel*
Felipe De Alba**
Luzma Fabiola Nava***

Recebido em 20/3/2007; revisado e aprovado em 10/9/2007; aceito em 20/12/2007.

Résumé: Les études sur le phénomène de la métropolisation portent surtout sur les très grandes agglomérations urbaines des pays les plus « développés ». Cet article démontre qu'il est aussi possible de voir ce phénomène à l'œuvre dans une ville du « Sud », dans un « régime socialiste » de surcroît. En comparant les stratégies de développement et d'aménagement territorial basées sur des formes de *holding* des villes de Mexico et de La Havane, nous démontrons comment la réhabilitation patrimoniale joue un rôle dans la stratégie globale de la capitale mexicaine et comment elle est le moyen pour la ville cubaine de participer au réseau des villes mondiales.

Mots-clés: La Havane. Patrimoine. Métropolisation.

Resumo: Os estudos sobre o fenômeno de metropolização aplicam-se, sobretudo, às grandes aglomerações do norte. Este artigo demonstra que é também possível ver este fenômeno numa cidade do sul, mesmo sendo num "regime socialista". Comparando as estratégias de reabilitação patrimonial de Havana e da Cidade do México, demonstramos que o patrimônio é o principal meio pelo qual Havana participa na rede das cidades mundiais.

Palavras-chave: Havana. Patrimônio. Metropolização.

Abstract: The studies on the phenomenon of metropolisation relate especially to the very great urban centres of the more "developed" countries. This article shows that it is also possible to see this phenomenon at work in a city of the "South", which is in addition in a "socialist" context. By comparing the strategies of development and territorial management based on business holdings of the City of Mexico and Havana, we show how the patrimonial rehabilitation plays a part in the wider strategy of the Mexican capital and how it is the main way for the Cuban city to participate to the network of world cities.

Key words: Havana. Patrimony. Metropolization.

Resumen: Los estudios sobre el fenómeno de la metropolización se focalizan sobre todo en las grandes ciudades de países del Norte. Este artículo demuestra que es posible pensar este fenómeno en una ciudad del "Sur", en un régimen autollamado socialista. Comparando las estrategias de desarrollo y planificación territorial basadas sobre la idea de "centros de negocios" de la ciudad de México y la Habana, demostramos cómo la rehabilitación patrimonial juega un rol en la estrategia global de la capital mexicana y como elle es el medio para la ciudad cubana de integrarse a la red de ciudades mundiales.

Palabras clave: La Habana. Patrimonio. Metropolización.

Introduction¹

À la fois cause et effet de la mondialisation, le phénomène de la métropolisation à l'échelle planétaire constitue un processus de grande importance pour les sociétés contemporaines (DE ALBA et JOUVE, 2005). La métropolisation est liée au développement des nouvelles technologies de l'information et des transports qui a permis de re-territorialiser les pratiques quotidiennes des habitants des plus grandes agglomérations urbaines, des entreprises et des gouvernements. Le quartier perd ainsi du

terrain en matière d'unité de base de la quotidienneté en faveur de la région métropolitaine (ASHER, 1998). On assiste à une dilatation de la zone métropolitaine, à une fragmentation des zones de bâti et au développement d'agglomérations urbaines polycentriques. Dans ces centres multipliés au sein d'une même ville sont concentrées les populations les plus qualifiées. Ces phénomènes s'accompagnent d'une polarisation commerciale de la zone métropolisée. Les entreprises sont attirées par les centres parce qu'il est plus facile pour elles d'y trouver des gens qualifiés et des

* Univ. d'Ottawa. plebe031@uottawa.ca.

** Univ. de Montreal. fdj.de.alba.murrieta@umontreal.ca.

*** Univ. du Québec à Montréal. nava_jimenez.luzma_fabiola@courrier.uqam.ca

fournisseurs de services - sous-traitants (ASHER, 1995; VELTZ, 2000; SASSEN, 1996; 2002). Toute cette dynamique est d'abord possible grâce à la mise en réseau des villes. C'est le réseautage qui permet la re-territorialisation. Selon nous, la métropolisation est donc d'abord, au sens le plus fondamental, le phénomène par lequel une ville participe au réseau des villes. Cette participation s'inscrit plus à l'intérieur d'un continuum que par sa présence ou son absence. Une des conditions premières à l'atteinte du statut de ville métropolisée est son intégration aux flux globaux qui à la fois structurent et favorisent le capitalisme avancé - finances, activités économiques d'intermédiation, recherche et développement, etc.² (PIERRE et PETERS, 2000). Par la métropolisation, on assiste à une nouvelle polarisation du système mondial qui est de moins en moins régi par l'État, qui agissait auparavant comme le principal espace de régulation économique (TAYLOR, 1995).

Cette modification de nos références géopolitiques et l'éclosion des métropoles globales avaient fait l'objet d'importantes discussions principalement au sujet des villes de pays dits développés (SASSEN, 1996; DE ALBA et JOUVE, 2006). Jusqu'à il y a quelques années, l'insertion des villes des pays en développement dans les flux globaux de la nouvelle économie a été sous-estimée et son étude négligée. Nous constatons un oubli similaire des villes de pays qui ont été pendant des décennies sous l'égide de gouvernements d'orientations dites socialistes. La situation a aujourd'hui changé. Il s'est produit une libéralisation des villes de « l'Est » et une intégration des villes du « Sud » au phénomène connu comme mondialisation, processus qui a suscité un débat sur les relations d'interdépendance qui liaient ces villes, ou métropoles selon le cas, avec leur fondement qu'on croyait jusqu'à il n'y a pas si longtemps naturel : le territoire national (BELLEY, 2002 ; DE ALBA et JOUVE, 2006).

Dans cet article, nous analysons le cas de la ville de La Havane et montrons comment elle peut prétendre participer au réseau des villes métropolisées, pourvu que dans la mesure où l'on veut bien centrer l'analyse sur autres choses que des flux globaux d'investissements ou des recherches

en biotechnologie. Nous avons recours, pour ce faire, à une explication du processus de réhabilitation patrimoniale à La Havane et faisons une comparaison rapide et inédite entre la stratégie havanaise et celle de la ville de Mexico en la matière.

La Havane Métropolisée?³

À première vue, il peut sembler surprenant de parler de métropolisation pour qualifier le processus auquel participe la capitale cubaine. La Havane n'a pas l'envergure démographique de Mexico, ni sa puissance économique. Pourtant, la ville de deux millions d'habitants participe bel et bien au réseau des villes mondiales. Il importe cependant de bien faire ressortir les modalités de cette participation puisqu'on ne parlera évidemment pas dans ce cas de fonctions de commandes financières mondiales.

Sur le plan national, il ne fait aucun doute que l'agglomération urbaine constituée par les 15 municipalités rassemblées dans la province de La Havane constitue l'ensemble métropolitain le plus important du pays. Si Santiago fut d'abord le centre administratif et culturel de l'île, la localisation stratégique de La Havane en fit rapidement un site d'importance. Déjà en 1950, la primauté de la Havane à Cuba est indiscutable et celle-ci se compare aux autres métropoles latino-américaines. À cette époque, La Havane est six fois plus grosse que Santiago de Cuba. Plus d'importations et d'exportations transitent par son port, plus de gens y vivent et y migrent, elle participe davantage au PIB et concentre plus d'emplois (SCARPACCI et al. 2002). Le poids démographique de la métropole cubaine dans son territoire national, 21% en 1953, est comparable avec ceux de Buenos Aires (29,1%) ou Santiago de Chile (25,4%) alors que Mexico ne concentre à cette époque que 12,2% de la population nationale et que Lima n'en a que 10,4% (UNU, 2004). La Havane est à cette époque un centre culturel comparable à Mexico ou Buenos Aires. On y produit des radio-romans qui sont diffusés partout en Amérique latine, on exporte sa musique jusque dans les cabarets de New York. Déjà, la Vieille Havane est un lieu de rencontre pour les habitants et d'exploration pour les

touristes. Comme bien des capitales latino-américaines, La Havane a bénéficié des gouvernements fortement centralisés au détriment de la campagne.

La révolution a rapidement changé les choses. Le développement des capitales provinciales et des campagnes a pris le pas sur celui de la capitale nationale. Même si La Havane est restée le cœur économique du pays et son agglomération de loin la plus peuplée, son développement urbanistique et social fut pour le moins mitigé, notamment dans la municipalité de La Vieille Havane. Cette dernière devint un des lieux les plus socialement défavorisés de l'île, la mortalité infantile y était plus haute que partout ailleurs dans l'agglomération, ses infrastructures étaient fortement déficientes, voire dangereuse dans le cas du bâti résidentiel. En 1991, la fin du bloc soviétique, les pressions économiques vécues au niveau national se sont ajoutées à la détérioration de la municipalité. Le gouvernement cubain prit alors la décision d'axer ses efforts de développement autour du tourisme. La Vieille Havane avait non seulement besoin d'intervention urgente, elle était également un lieu patrimonial à la valeur reconnue puisqu'elle était entrée au patrimoine mondial de l'UNESCO en 1982. En restaurant le quartier, l'État attirerait des capitaux et la municipalité sortirait de son marasme.

En 1993, le Conseil d'État donne au Bureau de l'Historien de la Ville de La Havane⁴ le pouvoir de créer ses propres entreprises, de lever des impôts sur les entreprises qui tirent leur profit de son territoire et de conclure des accords avec des partenaires étrangers. Cet acteur aux pouvoirs considérablement augmentés prend alors place dans un espace autrefois occupé par d'autres instances politiques. D'une part, non seulement le gouvernement provincial qui est habituellement maître dans le secteur touristique perdait son pouvoir sur la capitale en ce domaine, mais il fut aussi bien vite devant un partenaire qui avait des moyens financiers plus importants que les siens (puisque, entre autres, le Bureau faisait affaires en dollars US et non en pesos cubains). D'autre part, la municipalité perdait le pouvoir effectif sur le construit à haute valeur patrimoniale, soit plusieurs centaines de

bâtiments et des places publiques. Enfin le ministère du tourisme, normalement seul habilité à établir des *joint ventures* dans ce secteur, avait dorénavant un compétiteur. Aujourd'hui, toutes ces instances sont réunies en un *Grupo de control*, une structure de concertation qui dirige le développement territorial de la Vieille Havane. À cette structure sont étroitement associés les Conseils Populaires (CP), des instances locales créées en 1976 qui sont composées de délégués municipaux et provinciaux, de membres d'organisations de masse ou de simples citoyens. Les CP servent « au contrôle des services et à la mobilisation des ressources dans des aires géographiques spécifiques » (DILLA et OXHORN, 2002). Les Conseils populaires semblent en être venus à tenir le rôle d'intermédiaires entre le Bureau de l'Historien, la municipalité et les citoyens.

L'Historien de la ville de la Havane, c'est aussi un individu en chair et en os. Il s'agit d'Eusebio Leal Spengler, entre autres connu pour avoir assumé publiquement sa confession catholique alors qu'il est délégué à l'Assemblée nationale. Il possède une renommée mondiale, mise à profit dans la restauration d'autres centres historiques comme celui de Mexico mais aussi de Quito, en Équateur. Ami personnel de Fidel Castro, la forte personnalité de l'historien et son projet de réhabilitation attirent les appuis de l'étranger autant qu'à Cuba.

Le travail accompli par le Bureau de l'Historien depuis plus de 13 ans est exceptionnel. Les profits tirés du tourisme et des impôts sont redistribués de la façon suivante : 45% sont réinvestis dans le patrimoine et les infrastructures touristiques, 35% sont destinés aux œuvres sociales et 20% sont versés au gouvernement central. Les changements sont perceptibles ailleurs que dans le domaine architectural, en lui-même spectaculaire. Des écoles, cliniques, sales sportives, programmes de sensibilisation en santé et en patrimoine ont été mis en place. La population de la municipalité est passée de 71 000 en 1995 à 66 000 en 2001 (OFICINA NACIONAL de ESTADISTICAS, 2002), ce qui reflète le travail du Bureau en matière de tertiarisation, essentielle à la stimulation économique et à la sécurité des infrastructures. Les conditions sanitaires des logements

s'améliorent également. Le Bureau de l'Historien, avec ses 10 000 employés, est l'employeur le plus important de la municipalité.

La réhabilitation patrimoniale, stimulée par cet acteur puissant, est également le cadre de nouveaux et nombreux liens avec des acteurs étrangers. D'abord l'UNESCO, qui dans un premier temps a attribué le label de Patrimoine de l'Humanité au centre historique, mais aussi l'Organisation des villes du patrimoine mondial. Le PNUD est l'instance onusienne la plus impliquée. Il gère la coopération décentralisée qui n'implique aucun gouvernements centraux mais plutôt des ONG, des universités ou des municipalités, surtout européennes. Plusieurs dizaines d'ONG et d'organismes gouvernementaux de développement font aussi affaire à la Vieille Havane indépendamment du PNUD.

La façon de faire le développement social en passant par le secteur touristique a pour conséquence qu'il faut d'abord restaurer les zones à haute valeur patrimoniale afin d'attirer les touristes et leurs dollars. En outre, l'acteur le plus puissant économiquement est le Bureau de l'Historien dont les pouvoirs ne s'appliquent qu'aux édifices patrimoniaux. Les ONG, entreprises étrangères, et gouvernements ont plus tendance à investir sur son territoire parce que ses pouvoirs économique et politique donnent plus de chances de réussite à leurs projets. Ainsi les secteurs les moins pourvus en patrimoine bénéficient le moins de la stratégie et ce, peu importe les divisions administratives. Ne peut-on pas y voir l'ébauche d'un morcellement de l'espace urbain calqué sur le modèle des villes métropolisées ?

La coopération décentralisée entre des localités européennes et le centre historique participe à l'affaiblissement du rôle de l'État dans le développement local. Cet affaiblissement existe à Cuba comme dans le monde capitaliste et, comme ailleurs, il n'est pas également réparti. Il existe d'autres Bureaux de l'Historien ailleurs à Cuba qui n'ont pas des pouvoirs aussi importants. À Cuba, La Havane est la seule agglomération urbaine pesant suffisamment lourd pour prétendre à un rôle métropolitain. C'est non seulement là que passe la majeure partie du tourisme,

mais c'est aussi dans la capitale que résident la plupart des citoyens ayant de la famille à l'étranger, qui peuvent donc participer au réseau des *remesas* (envois d'argent par la diaspora cubaine). Cette décentralisation devient plus révélatrice si l'on prend en considération que le tourisme, le patrimoine et l'aide internationale sont parmi les rares secteurs pour lesquels l'île des Caraïbes possède des relations avec l'étranger, particulièrement avec les pays du « Nord ». Même des échanges commerciaux tenus ne signifient pas une indépendance face à la mondialisation de l'économie. Le recul momentané du tourisme après le 11 septembre 2001, la fluctuation des travaux suivant les mesures humanitaires de la Communauté européenne tout comme le développement économique et social de la Vieille Havane sont des conséquences de la connectivité de cette dernière au reste du monde.

À la Havane comme à Mexico?

Dans le but d'élargir la réflexion sans prétendre l'épuiser, arrêtons-nous maintenant au cas du centre historique de la ville de Mexico. La capitale du Mexique participe pleinement au processus de mondialisation, processus qui conduit à une accélération et à une intensification de ses échanges avec certaines villes entre lesquelles il existe une hiérarchie claire (SASSEN, 2002). Quatrième mégapole du monde, avec 22 millions d'habitants, elle se présente comme un cas de « macrocéphalie urbaine » typique des pays latino-américains (SEMMOUD, 2001). Cette métropole dispose de plus du 20% de la population nationale et contribue à 30% du PIB national mexicain (DE ALBA, 2005). Tant par les ressources concentrées sur son territoire que par les dynamiques sociales et politiques qui y ont lieu, la métropole de Mexico a été le pôle stratégique du régime politique mexicain. Par ailleurs, la ville de Mexico a été le principal laboratoire de transformation de l'État mexicain durant les vingt dernières années. Cette période s'est caractérisée par l'application d'un agenda néo-libéral. Elle a aussi été le cadre de la manifestation de nouveaux acteurs politiques et sociaux qui ont substantiellement modifié la scène

politique nationale et locale. Mexico est à la fois le creuset et le laboratoire de ces transformations (DE ALBA, 2005).

La ville de Mexico et sa zone métropolitaine sont un exemple de l'explosion démographique qu'ont connue bon nombre de métropoles de l'Amérique latine depuis cinquante ans (RODRÍGUEZ *et al.* 1997; STREN, 2000; DE ALBA, 2005). Diverses variables historiques et structurelles ont été combinées pour conduire à cette dynamique comme l'arrivée massive d'une population rurale et indigène attirée par l'image du progrès et de justice sociale que le gouvernement fédéral a donnée à la ville (DAVIS, 1998). En effet, une des particularités du régime politique résidait dans le lien organique entre l'État fédéral, contrôlé par un parti politique dominant (le PRI) et la création, en 1928, du District fédéral. Jusqu'aux années soixante-dix, c'est Mexico qui a le plus profité des investissements massifs provenant de l'État fédéral (ICAZURIAGA 1992). Ces investissements ont permis à ses habitants de tirer bénéfice d'un niveau de vie stable et prospère, ainsi que d'une relative mobilité sociale. Progressivement, les investissements industriels de l'État mexicain ont été réorientés vers le nord-ouest de la métropole, dépassant les limites de la ville. Au même moment, les délégations du District fédéral et des communes de l'est et du sud-est de la métropole ont reçu l'essentiel de l'exode rural provenant du reste du pays. À partir des années soixante-dix, l'investissement politique industriel de l'État mexicain destiné à la capitale a diminué alors que sa population augmentait fortement. Ceci a conduit à une forte polarisation sociospatiale qui aura des conséquences très importantes dans l'organisation politique de la métropole. Si les décennies 1960-1970 ont été marquées par une explosion démographique à l'échelle de la métropole, les années 1980 se caractérisent par une diminution relative du poids démographique du District fédéral par rapport à la croissance des communes périphériques (FAUNDEZ *et al.* 1997). La crise économique de 1982 et le séisme dévastateur qui toucha la ville de Mexico en 1985 ont impulsé un renforcement des groupes communautaires et un virage néolibéral qui a affaibli le gouvernement central.

Le centre historique de la ville de Mexico (CHVM) a connu, au rythme de la croissance métropolitaine, de multiples phases, évolutions et bouleversements. Le CHVM, qui pendant des siècles avait représenté le pilier politique, économique et religieux du pays, a souffert d'une constante détérioration. La dévastation est arrivée à un point tel qu'un tiers de sa population l'a abandonné (OSAVA, 2005). Aujourd'hui, le CHVM comme la Vieille Havane partagent des problèmes propres aux grandes villes : détérioration des bâtiments historiques, marginalité des habitants, délinquance, croissance des réseaux de commerce informel de même que le manque de ressources budgétaires pour alléger de tels maux.

C'est dans le contexte d'une rencontre entre les gouvernements fédéral et municipal et d'acteurs privés que fut créé en 2001 le Conseil consultatif du Centre historique. Quelques personnes ont pris part à sa formation, dont l'entrepreneur Carlos Slim, considéré comme l'homme le plus riche de l'Amérique latine et président du Conseil. Selon lui, le Conseil consultatif a comme objectifs la réhabilitation du centre historique, la diminution de l'extraction excessive de l'eau, l'amélioration du niveau de vie des habitants de cette zone et la stimulation de l'économie (DE ALBA, 2005). À l'époque, la création de l'organisme a été vue comme une occasion d'attirer l'investissement privé dans le centre historique de la ville. La présence d'une telle personnalité du monde de la finance légitime en partie les actions du Conseil. Les deux paliers de gouvernement municipaux et fédéraux ont tous deux injecté des sommes totalisant près de 100M US, en partie sous forme d'incitatifs fiscaux (GRAJEDA et RUIZ, 2003).

Le gouvernement mexicain a également créé en 2003, la Société anonyme Centre historique qui, avec un capital initial qui était de 90,6 millions de dollars sur une période de 2 ans, possédait déjà 66 monuments historiques. Cette société a été formée par trois grands actionnaires : Immobilière Carso, Groupe Financier Inbursa et la *Controladora de Servicios de Telecomunicaciones*. La Société est entrée à la Bourse mexicaine des valeurs en 2003, ce qui illustre son orientation néolibérale. La fondation Telmex, propriété

de Carlos Slim, injecte massivement des fonds vers le développement social par l'intermédiaire de la Société anonyme Centre historique en mettant l'accent surtout sur l'assistance médicale, la promotion de l'emploi et l'appui aux handicapés. 10 000 emplois directs auraient été créés par la réhabilitation du centre historique. De plus, le projet dépasse ce qui pourrait être considéré comme une série de mesures à caractère local puisque le Slim est également l'instigateur du *Promoteur pour le développement économique de l'Amérique latine* (IDEAL), dont l'objectif est de financer des projets d'infrastructure ailleurs au sud du Rio Grande. Au-delà de cette vision conquérante de la réhabilitation patrimoniale, le Mexique reste un pays pionnier et clé dans le processus de récupération de monuments historiques en Amérique latine⁵. Une si grande activité de restaurations de monuments historiques a exigé l'assistance de spécialistes nationaux et internationaux, comme l'Historien de la ville de La Havane, Eusebio Leal Splenger. .

Mexico et La Havane ont leurs différences, soit, mais aussi de nombreux éléments comparables. Les deux sont des villes primatiales chez elles et sont aux prises avec les problèmes liés à cette primauté. Chacune a un centre historique important faisant partie du patrimoine mondial de l'UNESCO. Toutes deux y ont fait leur entrée quelques temps avant d'entreprendre leurs grands projets de restauration. Le label de patrimoine mondial a joué un rôle important dans les stratégies de marketing urbain des deux agglomérations et cela a fortement contribué à leur arrimage au réseau des villes mondiales. Les régimes politiques sont évidemment aux antipodes et les dimensions des villes, des nations sont sans commune mesure, mais ce que nous avons essayé de démontrer, c'est que les points communs sont suffisamment nombreux pour poursuivre une discussion sur leurs façons de participer à la métropolisation. Nous avons porté notre attention sur leurs manières d'intégrer la réhabilitation patrimoniale à leur stratégie métropolitaine et leur façon de la légitimer.

Les deux projets de réhabilitation de centre historique s'articulent autour de groupes d'acteurs où un personnage et son institution, non-étatique mais avec le souti-

en presque inconditionnel de l'État, occupe la place de leader. À Mexico, Carlos Slim et la *Sociedad del Centro Historico de la Ciudad de Mexico S.A. de C.V.* ont assis leur légitimité sur la sécurité financière et budgétaire qu'impliquait leur participation aux yeux de l'État et de la population. La variété et la vigueur des entreprises sous la bannière de Slim constituaient une assurance que le projet aboutirait à une réussite à la fois sociale, patrimoniale et financière. En amont du projet, ici comme à Cuba, des demandes sociales en matière de logement, d'emplois et de distribution d'eau, pour ne mentionner que celles-là, étaient mises de l'avant par les citoyens et furent reprises par les entités leader afin de légitimer leurs projets et, du coup, offrir une solution à des problèmes jusqu'alors aux mains de l'État.

À La Havane, Eusebio Leal Spengler et le *Bureau de l'Historien de la Ville de La Havane* légitiment leurs actions auprès de la population par la personnalité même de l'Historien, ses compétences patrimoniales et culturelles. Dans la hiérarchie politique, son leadership est facilité par ses rapports avec le Conseil d'État. Le Bureau dans son ensemble tire également une légitimité de la coopération internationale en matière de développement socio-économique qu'il réussit à attirer et de la participation d'organismes internationaux qui oeuvrent dans le patrimoine. Cette stratégie sort du cadre politique imposé à Cuba mais est facilitée par le volet social et identitaire de la réhabilitation patrimoniale.

Comme dans bien des cas de réhabilitation de centre historique, celui de Mexico a donné cours à un phénomène de gentrification qui est loin d'être aussi évident dans le cas de la Vieille Havane. Par contre, les habitants du centre historique de cette dernière y ont plus d'opportunités économiques puisque c'est là surtout que les touristes y laissent leurs dollars, le Bureau de l'Historien ses investissements en infrastructures et les organismes internationaux une bonne part de leur aide.

Le succès des deux entités leader de la restauration fait qu'elles ont pu profiter de leur avantage sur le gouvernement pour s'approprier un territoire, un champ d'action toujours plus grand. Carlos Slim souhaite

étendre les actions de son entreprise à des projets dans toute l'Amérique latine par l'entremise de la *Impulsora para el desarrollo economico en América Latina* (IDEAL). Les deux ont recours à l'œil bienveillant de l'échelle internationale afin de légitimer leurs projets. Mexico s'en est servi pour faire voir que le Mexique était prêt à laisser une bonne marge de manœuvre au secteur privé, et c'est aussi un peu le cas en ce qui concerne les entreprises touristiques étrangères. La *Sociedad del centro historico de la ciudad de Mexico S.A. de C.V.* est coté en bourse, ce qui montre bien son arrimage au libre marché et la rentabilité d'un projet patrimonial. De plus, il semble que Slim mette, à côté de ses valeurs mercantilistes, une idéologie tournée vers l'Amérique latine dans le but de faire contrepoids à l'hégémonie nord-américaine. On peut voir dans la collaboration entre Eusebio Leal et Carlos Slim la preuve de la construction graduelle de liens entre deux régimes complètement différents mais entièrement justifiés par leur contexte respectif. Dans le cas de La Havane, ces liens et l'entreprise patrimoniale ont une importance stratégique plus grande pour l'agglomération et la nation cubaine que dans le cas mexicain où elle s'insère dans une stratégie à plusieurs volets dans laquelle le patrimoine ne joue pas le même rôle d'avant-plan. Mais il aura peut-être un effet international de plus en plus important, comme ce fut le cas à La Havane, parce qu'il est porteur d'un sentiment identitaire fort et instrumentalisé par l'acteur économique principal.

En somme, il s'agit là de deux cas qui défient la comparaison sans que celle-ci ne soit impossible, loin de là. Cela démontre que la réflexion sur la métropolisation mérite d'être alimentée à partir des villes du « Sud » (DE ALBA et JOUVE, 2006). Parmi celles-ci, La Havane a choisi la voie patrimoniale et touristique comme vecteur de métropolisation, et Mexico l'a intégrée à sa stratégie globale. Nous avons vu que le patrimoine peut jouer un rôle significatif dans la légitimation des processus, des impacts économiques, politiques et sociaux de la métropolisation.

Il ne faut pas croire qu'il faille établir une relation de nécessité entre la métropolisation et l'économie de marché. Le régime politique et économique ne détermine

pas le fait qu'il y ait ou pas métropolisation. Il existe des stratégies alternatives pour s'intégrer au réseau des villes sur l'échiquier mondial. Nous croyons avoir démontré par nos exemples que c'est dans les structures unissant les différents acteurs et dans l'imbrication de leurs actions portées sur de multiples échelles qu'on peut trouver les conditions de la participation au réseau des villes globales (DE ALBA, 2005).

Notes:

- ¹ Nous voulons remercier Paulina Gomez Luévano (University College London, UK) pour la lecture d'une version initiale de ce texte.
- ² Pour des discussions sur les multiples définitions possibles du concept, voir LACOUR et PUISSANT, 1999; également BASSAND, 1997.
- ³ Les données sur le processus de réhabilitation de la Vieille Havane ont été rassemblées à La Havane au cours de 31 entretiens semi-dirigés auprès de multiples acteurs entre septembre 2003 et décembre 2003, d'une recherche documentaire approfondie ainsi que de 4 entretiens semi-dirigés menés à La Havane en juillet 2006. Voir aussi LE BEL, 2005.
- ⁴ Cette instance existait depuis 1938 avec des pouvoirs essentiellement consultatifs.
- ⁵ Le pays compte actuellement 25 emplacements inscrits dans la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO, dont 22 sont de caractère culturel, le reste étant de caractère naturel.

Références

- ASCHER, François. *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.
- _____. *La fin des quartiers?* In: Nicole Haumont (dir.) *L'urbain dans tous ses États. Faire vivre, dire la ville*. Paris et Montréal: L'Harmattan, 1998. p.183-201.
- BASSAND, Michel. *Métropolisation et inégalités sociales*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes. 1997.
- BELLEY, S. *Des communautés urbaines aux communautés métropolitaines: quelles innovations institutionnelles?* In: *Organisations et territoires* 11, p.51-57, 2002.
- BORJA, J.; DE ALBA Felipe; IRACHETA, A.X. *El desafío metropolitano*. Mexico-D.F.: PUEC-UNAM, 2004.
- DAVIS, D.E. *El Leviatán Urbano. La Ciudad de México en el siglo XX*. México: FCE, 1998.
- DE ALBA, Felipe. *Geopolítica metropolitana del Valle de México: crisis o reconfiguración institucional?* In: *El desafío metropolitano*. BORJA, Jordi; WARIO, H. Esteban; DE ALBA, Felipe; IRACHETA, Alfonso X. México: PUEC-UNAM-ALDF, 2004. p. 121-57.
- _____. *Geopolítica metropolitana, el manejo del conflicto y la "crisis permanente" en el entorno de cambios políticos de la metrópolis de México*. *Revista Anuarios Espacios Urbanos*, México, UAM, p. 57-78, junio/septiembre 2005.

- _____. La hidropolítica en la crisis decisional de la metrópoli de México: Coyuntura o síntomas de colapso?. *Revista Ciudades*, no. 66. 2005.
- _____. ¿Es manejable la megalópolis de México? Cuando la modernidad se transforma en disputa clientelar. Análisis de la 'crisis de Texcoco'. En revista *Territorios* Numero 12: 31-52. 2005.
- _____. Geopolítica metropolitana y gobernabilidad del conflicto en la metrópoli de México: seis hipótesis para discutirla. *Territorios*, n. 14: 119-42, 2005.
- DE ALBA, Felipe; NAVA, Luzma Fabiola; NOISEUX, Yanick. "Neoliberalism and Water Privatization in Mexico City, Institutional and Economic Actors, One Decade After the Reforms".
- DE ALBA, F.; HERNANDEZ, S.; GONZALEZ, M.; RAMOS, R.. *Agenda Metropolitana*, GDF, CGPDyM, 1999.
- DE ALBA, Felipe; JOUVE, Bernard. Mexico entre flux globaux, transformations politiques et recherche d'une « troisième voie ». In : DES FLUX ET DES TERRITOIRES, Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2006. p.47-70.
- DE ALBA, F.; KLOSTER, K. *Political Fragmentation and Social Conflicts Through the Water Divergence on the Metropolis of Mexico*, 2005
- DILLA, H.; OXHORN, P. The Virtues and Misfortunes of Civil Society in Cuba. In: *Latin American Perspectives*, 29(4), p.11-30, 2002.
- FAUNDEZ, M.A. et al. *Modernización institucional de las políticas sociales en América Latina: el caso de Chile, Brasil, Argentina y México*. Mexico: Proyecto Most-FLACSO, 1997.
- GRAJEDA, Ella; RUIZ, José Luis. Invierte la IP 4 mil mdp en rescate de Centro Histórico In: *El universal*, 30/05/2003 <http://www2.eluniversal.com.mx/>
- ICAZURIAGA, C. *La metropolización de la ciudad de México a través de la instalación industrial*. Tlalpan-México: Ediciones de la Casa Chata, CIESAS, 1992.
- JOUVE, Bernard; ROCHE, Yann. *Des flux et des territoires: vers un monde sans États?* Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2006.
- JOUVE, Bernard, LEFÈVRE, Christian. *Villes, métropoles: les nouveaux territoires du politique*. Paris: Anthropos, 1999.
- LACOURT, Claude; PUISSANT, Sylvette. *La Métropolisation: Croissance, Diversité, Fractures*. Paris: Anthropos, 1999.
- LE BEL, Pierre-Mathieu. *La réhabilitation de la Vieille Havane: le local dans le global en milieu socialiste*. Montréal: CRISES, 2005.
- MONNET, Jérôme. *Mexique, Amérique latine et Amériques face à la métropolisation et à la mondialisation. Réflexions sur la permanence des cadres de l'analyse géographique*. In: *Historiens et géographes*, 374, mai, p.369-378, 2001.
- NONJON, Alain; DALLENNE, Pierre. *La mondialisation: genèse, acteurs et enjeux*. Paris: Ellipses, 2004.
- Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana. *San Isidro, la nueva imagen*. La Havane: Éditions Boloña, 1998a.
- _____. *Plan de desarrollo integral. Avance*. La Havane: OHCH, 1998b.
- _____. *Desafío de una utopía*. La Havane : Éditions Boloña, 2001.
- Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana et al. *(Censo de población y viviendas, Centro Histórico, La Habana Vieja 1995*. La Havane : OHCH, 1995a.
- _____. *Censo de población y viviendas, Centro Histórico, La Habana Vieja 1995. Tablas preliminares seleccionadas*. La Havane : OHCH, 1995b.
- Oficina Nacional de Estadísticas. *Anuarios Estadístico de Cuba 2001*. La Havane : ONE, 2002.
- ORMINDO, P. *Formacion en Conservacion de monumentos y gestion integral del Patrimonio en América Latina y el Caribe*. In : *Proyecto Gestion Integral del Patrimonio Cultural*, Oficina Regional de Cultura para la América Latina y el Caribe, UNESCO, p.13-40, 2003.
- OSAVA, M. Megaciudades se vacían. Metrópolis brasileñas como Río de Janeiro y Sao Paulo pierden densidad poblacional y calidad de vida. Mexico: *IPS*, No2, 2005.
- PREVOT SCHAPIRA, Marie-France (coord.). *Dossier : métropoles d'Amérique latine, de l'espace public aux espaces privés*. In : *Cahiers des Amériques latines*, 35, p. 15-137, 2001.
- RODRIGUEZ ALOMA, Patricia. *El centro Histórico de La Habana : un modelo de gestion publica*. In : FLACSO (éd.) *Centros Históricos de América Latina*, Quito: Editorial FLACSO, p.217-236, 2002.
- _____. Un Nuevo Enfoque para el Manejo de Areas Antiguas, In : UNESCO (éd.) *Proyecto Gestion Integral del Patrimonio Cultural*, Oficina Regional de Cultura para la América Latina y el Caribe, UNESCO, p.41-73, 2003.
- RODRÍGUEZ, A, et L.WINCHESTER. (coord.) *Ciudades y gobernabilidad en America Latina*. Santiago de Chile : SUR, 1997.
- SASSEN, Saskia. *La ville globale. New York, Londres, Tokyo*. Paris: Descartes, 1996.
- _____. *Global networks, linked cities*. New York, Routledge, 2002.
- SCARPACI, Joseph L. et al. *Havana : Two Faces of the Antillean Metropolis*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.
- SEMMOUD, B. *Introduction à la géographie des très grandes villes*. Paris : Éditions du Temps, 2001.
- STREN, R.E. *New Approaches to Urban Governance in Latin America*. Toronto: Centre for Urban and Community Studies, University of Toronto, 2000.
- TAYLOR, PJ. *World cities and territorial states: the rise and fall of their mutuality*. In : P.L. Knox et P.J. Taylor (éds.) *World Cities in a World-System*, Cambridge: Cambridge University Press, p.48-62, 1995.
- UNU (Universidad de las naciones unidas), 2006, <http://whc.unesco.org/>
- VELTZ, Pierre. *Le développement local face à la mondialisation*. In : A. Ménéménis (éd.) *Comment améliorer la performance économique des territoires?* Paris : Société des acteurs publics, 2000.

"Paciência", capitalismo, socialismo e desenvolvimento local endógeno
"Patience", capitalism, socialism and endogenous local development
"Patience", capitalisme, socialisme et développement local endogène
"Paciencia", capitalismo, socialismo y desarrollo local endogeno

Vicente Fideles de Ávila*

Recebido em 18/12/2007; revisado e aprovado em 12/2/2008; aceito em 21/2/2008.

Resumo: O presente *ensaio* reforça aspectos gerais sobre teoria do Desenvolvimento Local (DL) e tece observações atinentes a dúvidas quanto a "paciência" em DL e à relação entre DL e capitalismo, também com ponderações a respeito de DL e socialismo. Destaca-se que "paciência" em DL significa *não-precipitacionismo, não-receitualismo* (ou sentidos similares) e que o DL Endógeno, mesmo não se constituindo substitutivo do socialismo histórico, evoluiu-se para real *contraponto* e *contrapé* à avalanche exploratória do capitalismo turbinado pela moderna globalização.

Palavras-chave: "Paciência" em desenvolvimento local endógeno. Desenvolvimento local e globalização capitalista. Desenvolvimento local não-substitutivo do socialismo histórico.

Abstract: This essay reinforces general aspects of Local Development Theory and reflects upon some issues about "patience" in Local Development, and about the relationship between Local Development and capitalism, making also some considerations on Local Development and socialism. It is strongly stresses that "patience" in Local Development means the renunciation to precipitation and to easy receipts (or similar meanings) and that Endogenous Local Development, even not being a substitutive to historical socialism, evolves towards being a critical counterpart to the binomium capitalism - globalisation.

Keywords: "Patience" in endogenous local development. Local development and capitalist globalisation. Local development non-substitutive of historical socialism.

Résumé: Cet étude renforce des aspects généraux sur la théorie du Développement Local (DL) et propose des observations aux doutes sur "patience" en DL et à la relation entre DL et le capitalisme, avec aussi des pondérations sur le DL par rapport aux capitalisme et socialisme. Il est mis en évidence que "patience" en DL ne signifie *pas agir ni sur précipitation, ni par recette*, et que le Développement Local Endogène, même n'étant pas constitué comme un substitutif du socialisme historique, c'est en évolution vers une réelle contre-partie à l'exploitation de l'actuel capitalisme poussé par la globalisation.

Mots-Clés: "Patience" en développement local endogène. Développement local et globalisation capitaliste. Développement local non-substitutif du socialisme historique.

Resumen: El presente ensayo refuerza aspectos generales sobre teoría del Desarrollo Local (DL) y tece observaciones acerca de dudas en cuanto a la "paciencia" en DL y acerca de la relación entre DL y capitalismo. Hace aún ponderaciones acerca de DL y el socialismo. Se puene en relieve que "paciencia" en DL significa *no se dar a la precipitación ni a soluciones fáciles* (o similares) y que el Desarrollo Local Endógeno, aún no siendo un sustituto del socialismo histórico, há evolucionado hasta ser un contrapunto a la tendencia capitalista turbinada por la moderna globalización.

Palabras-clave: "Paciencia" en desarrollo local endógeno. Desarrollo local y globalización capitalista. Desarrollo local no-sustitutivo del socialismo histórico.

Nota preliminar

No final de 2007, a versão provisória deste *ensaio* foi passada a todos os docentes do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB e ex-alunos da disciplina *Teoria do Desenvolvimento Local*, enquanto seus principais destinatários (como dito logo à frente, em OUTROS COMENTÁRIOS INICIAIS), na expectativa de retornos contributivos. Assim, o Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel (profundo conhecedor de amplos es-

pectros culturais como os filosófico, religioso e teológico) delineou alguns comentários contributivos, nessas largas amplitudes de abrangência, que me pareceram muito relevantes e realmente interessantes. Aliás, já começou pela seguinte contextualização histórica do *estilo* redacional do meu trabalho:

Professor, eu penso que o *estilo* do seu texto merece um comentário. Não é um relato de experiência puro, mas passa perto, enquanto discute aspectos de experiências que aconteceram durante atividades da disciplina

* Licenciado em *Pedagogia e Filosofia* (no Brasil). Bacharel e Mestre em Teologia pela Pontificia Università Gregoriana de Roma (Itália). Doutor em *Política e Programação do Desenvolvimento*/(ênfase em) *Educação e Emprego* pela Université de Paris-I/Panthéon-Sorbonne (França). Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS. Atual docente das disciplinas *Teoria do Desenvolvimento Local e Desenvolvimento-Local, Comunidade e Comunitarização* no Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB. E-mail: fideles@ucdb.br.

Teoria do Desenvolvimento Local. Não é um artigo científico do tipo *validação de hipótese*, porque a hipótese surge ao fim: isso funciona! Mas, na minha opinião, o seu texto é valioso se for lido lado a lado com um outro estilo consagrado na literatura “científica” - no sentido de ter sido literatura que ajudou a construir a auto-imagem do Ocidente sobre si mesmo, no Renascimento e um pouco além. São as famosas *Orationes*. Penso, por exemplo, na bela *Oratio super dignitatem*, de Pico della Mirandola, escrita como uma carta aos seus leitores/ouvintes. É uma meditação, espontânea e sem medo de errar. Dela nasceu, posteriormente, a versão moderna do gênero que hoje denominamos *ensaio*... Daí que, na minha opinião, o senhor escreveu uma carta, uma epístola (no sentido de um Sêneca, de um Cícero, ou seja, uma coisa séria e íntima ao mesmo tempo), e isso deve ser enfatizado, mesmo porque penso que o texto deve ser publicado, e já. Ele ajuda a “cercar” muito bem alguns temas da disciplina. Abaixo, vou escrevendo mais algumas sugestões, na medida em que a releitura do seu texto me sugere.

Consultado se poderia desenvolver tais comentários contributivos de modo mais sistemático (dado que à época se pensou acoplá-los à seqüência deste mesmo *ensaio*, como sua *ressonância* imediata), o Prof. Josemar não só os esmiuçou e aprimorou, em várias laudas, como também lhes conferiu configurações próprias de **outro ensaio**, ao qual atribuiu este expressivo título: EXAME DE RESSONÂNCIA SOBRE “PACIÊNCIA” E DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO EM SUBSOLO TEOLÓGICO.

Portanto, há intrínseca relação entre os dois *ensaios* acima referidos, razão pela qual se enfatiza a conveniência do encaminhamento-conjunto de ambos para publicação, se possível em contíguos espaços editoriais.

Outros comentários iniciais

Veja por outra, ao final do percurso semestral da disciplina Teoria do Desenvolvimento Local, no Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande-MS, entendo conveniente continuar dirigindo ponderações escritas aos/às ex-alunos/as. E as realizo, sobretudo pelos seguintes três motivos: a) convencimento de que na relação educandos-educadores nun-

ca deva haver desregradas dependências e nem abruptos desligamentos; b) permanência de penumbras e outros aspectos passíveis de destaque, ajuste ou reforço nos rastros e rescaldos das atividades formais da disciplina; c) persistência de desafio a mútuas e múltiplas interconectividades de saberes e experiências que nos estimulam e orientam a que, nós e as comunidades-localidades que influamos em termos de Desenvolvimento Local, nos tornemos -passo a passo- capazes, competentes e hábeis de sempre nos evoluirmos construindo nossos próprios rumos e caminhos de desenvolvimento, assumindo a lógica do poeta espanhol Antonio Machado de que “Caminhantes, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar” (apud KUJAWSKI, 1991, p. 203-204).

Antes de encerrar a disciplina, no 1º semestre de 2007, solicitei e recebi notas ponderativas, de cada aluno, sobre “Quê perdi e quê ganhei com a disciplina Teoria do Desenvolvimento Local”. E a leitura dessas notas me trouxe a sensação de que todos (embora de maneiras diferentes, mas sem exceção) entranharam a essência teórica do DL em suas trajetórias de vida profissional e pessoal, mesmo pipocando dúvidas aqui e acolá, o que é próprio de tudo que se encontra em contínuo processo de teorização e exercitação, como no caso bem próprio do DL.

Agora, rememoremos a esdrúxula figura do bonequinho Benjamim (o nome dele era esse no meu antigo primeiro computador), referida em aula e já comentada em textos anteriores, que, de repente, aparecia na tela do monitor perguntando “*quê você quer?*”. Pois, sem muito respeito, o fantasma que dele impregnamos pulará nos vídeos de suas mentes com aquelas duas insistentes perguntinhas, já bem conhecidas de vocês, sempre que estiverem pensando ou realizando seja lá o que for em nome do Desenvolvimento Local: “**de fato, quê isso tem a ver com Desenvolvimento Local?**”; e, ainda, “**quê isso tem a ver com-o-quê de Desenvolvimento Local?**”.

Sem ironia, sou levado a pensar que, para a maioria de vocês, essa figurinha do Benjamim já esteja se evoluindo de chata, até bem pouco, para aliada doravante. Se isto ainda não ocorreu, acabará acontecendo a qualquer momento. Aliás, posso lhes assegurar, inclusive, que o teimoso Benja-

minzinho terá a ousadia de se procriar em suas mentes, gerando rebentos que, também sem a menor cerimônia, abordarão a todos e cada um de vocês, já se sentido de alguma forma Agentes de DL, com questionamentos bem semelhantes a estes:

- Como contaminar as lógicas do DL em meus filhos, familiares, alunos, colegas de trabalho e outros de minha convivência pessoal e profissional?
- Quê fazer para reverter em DL esta situação ou cultura de *intervencionismo*, de *assistencialismo*, de *filantropismo*, de *colonialismo*, ou algo parecido?
- Por quais pontos estratégicos começar implementações irradiadoras de iniciativas de DL, especificamente nesta ou aquela comunidade-localidade?
- Por onde e quê fazer para INFILTRAR A FILOSOFIA E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DL nesta política, neste programa, neste projeto ou no andamento de tais ou quais investimentos não importando se de alçada federal, estadual, municipal, empresarial, de ONGs, ou similares?
- Quê iniciativa tomar para que forças sociais como igrejas, ONGs, entidades filantrópicas, e congêneres, se evoluam de promotoras de **Desenvolvimento PARA O Local (DpL)** ou **Desenvolvimento NO Local (DnL)** para autênticas agenciadoras de efetivo **DENVOLVIMENTO LOCAL (DL)** endógeno (ÁVILA¹, 2006, p. 69-100), inclusive no sentido de se tornarem fontes continuamente geradoras e multiplicadoras de Agentes de DL, sobretudo no que concerne a processo de FORMAÇÃO DA CULTURA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL TANTO NO SEIO DE COMUNIDADES-LOCALIDADES QUANTO NO DAS AGÊNCIAS PÚBLICAS E PRIVADAS que nelas pretendam investir apoio, orientação e recursos?
- Como intercomplementar tais ou quais macroestratégias de desenvolvimento (aquelas vindas *de cima* ou *do lado*, por exemplo, de grandes políticas federais, estaduais, municipais, empresariais etc., de investimento) com microestratégias endogeneizador-metabolizadoras de autocapacidades e autocompetências de desenvolvimento em cada comunidade-localidade concreta?
- Como envolver as entidades gestoras do setor educacional e as próprias redes esco-

lares (todas elas) em processo contínuo de formação para o DL?

- E assim por diante?

Diante de tais questionamentos, alguém já deve estar exclamando: *caramba, nos últimos dias de aulas cheguei até a pensar que o Prof. Fideles [assim mais comumente chamado pelos alunos] entendia e me ensinaria alguma coisa de DL!* - Em verdade, e na condição de perene-aprendiz, disse ainda sei pouco, mas o suficiente para a certeza de que, primeiro, eu não lhes ensinaria -como dito logo em nosso primeiro contato- porque apenas lhes ajudaria-a-aprender algo sobre DL (já que os respectivos arcabouços teórico-conceitual e teórico-metodológico se encontram em constante processo de construção e sistematização) e, segundo, os lembrados Benjaminzinhos fazem parte da própria metodologia do DL, aquela do alpinista caminhante (ÁVILA, 2006, p. 84-85), sempre alertado pelo mencionado poeta Antonio Machado de que “[...] O caminho se faz ao caminhar”.

Portanto, questões como as acima, e muitas outras, se formulam e formularão ao longo de toda a caminhada processual do DL, justamente pelo fato de elas ensejarem emersões de perspectivas operacionais típicas do DL, já que reiteradamente enfatizamos ser mesmo se exercitando -com perspicaz e criativa ajuda de agentes externos-, que as respectivas comunidades-localidades e os agentes externos nelas atuantes criam, recriam e aperfeiçoam constantemente suas capacidades, competências e habilidades de construir caminhos próprios de desenvolvimento.

E a lógica, do que acima se afirmou, é a de que não se constituindo algo que se ganhe, compre, empreste, grile ou roube, o DL faz parte dos fenômenos do universo que só existem enquanto resultantes de permanentes processos de conquistas, ou seja, se o respectivo processo de conquista se desativa ou cessa, desativa-se ou cessa-se também o DL como resultante. Assemelha-se a um prédio, uma torre, uma árvore ou até a cada um de nós: só ficamos de pé (prédio, torre, árvore e nós mesmos) enquanto temos sustentação continuamente implementada; e, quanto mais tanto melhor. Do contrário, cedo ou tarde desabamento será nosso destino.

Retornando às inicialmente mencionadas notas ponderativas, nelas um dos concluintes da disciplina Teoria do Desenvolvimento Local formulou questões, certamente na expectativa de posteriores esclarecimentos. Pedi-lhe e obtive permissão para citar e comentar as duas que me pareceram ao mesmo tempo mais importantes e abrangentes em relação a dimensões teóricas do DL. E começo, a seguir, pela mais diretamente ligada à observação –logo acima– do DL como resultância contínua de permanente processo de conquista.

1ª Questão: sobre “Paciência” em Desenvolvimento Local

“PARA COMPREENDERAS NECESSIDADES COLETIVAS É PRECISO GRANDE PACIÊNCIA E PODE DEMORAR GERAÇÕES ATÉ COMPREENDÊ-LAS. ESTA NOÇÃO DE IMPOTÊNCIA COMO AGENTE [de DL] ME É MUITO DESCONFORTÁVEL”.

Vendo a questão pelo ângulo de tudo o que se analisou durante a disciplina Teoria do Desenvolvimento Local, nela observo inapropriado acoplamento entre DIMENSÕES DE: GRANDEZA [“grande paciência”] + DURAÇÃO [“que pode demorar gerações”]. Então, vejamos.

Ao longo da disciplina, e fora dela, todas as vezes que menciono a palavra “*paciência*”, relacionada a DL e principalmente a Agente de DL, sempre o fiz e faço com as seguintes opções de significação: *não-precipitacionismo, não-imediatismo, não-achismo, não-receitualismo, não-modelismo, não-imposicionismo, não-intervencionismo, não-colonialismo, não-assistencialismo cultivador da “Cultura da Pobreza”*, e assim por diante.

Agir assim implica, de fato, grande “*paciência*” –ENORME, mesmo- mas tão-somente para se evitarem os ímpetus aplicativos de nossa cultura imediatista, sempre nos impelindo à rotineiríssima prática de ISMOS. No entanto, esse tipo de grande “*paciência*” NÃO QUER DIZER QUE NADA SE POSSA FAZER DE CONCRETO, EM TERMOS DE DL, ANTES QUE SE CONHEÇA TUDO DE DETERMINADA COMUNIDADE-LOCALIDADE. Aliás, quanto a iniciativas de DL, é sabido que não é o caso nem de implantá-las NA e nem de apenas levá-las ÀS comunidades-

localidades, vimos isto quando estudamos os *contra-conceitos* codificados pelas expressões D_nL (Desenvolvimento No Local) e D_pL (Desenvolvimento Para-O Local), às páginas 70-78 do livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*.

Por outra, o “núcleo conceitual” do que entendemos de fato significar Desenvolvimento Local (cf. p. 80 do citado livro) se refere essencialmente a que cada comunidade-localidade DESABROCHE –com a ajuda de agentes externos- capacidades, competências e habilidades no sentido de que ela mesma se torne apta tanto a agenciar (buscando e selecionando seus próprios rumos de desenvolvimento) quanto a gerenciar encaminhamentos de concretização desses rumos, começando por diagnoses de suas reais necessidades, aspirações, possibilidades, potencialidades, condições etc., e continuando por tomadas de decisões, elaboração de programações, deslançamento dos correspondentes fluxos operacionais, e assim por diante.

No fundo, não há outra estratégia para se iniciar a dinâmica do Desenvolvimento Local, em determinada comunidade-localidade, que não a do investimento, em perspectiva de perene continuidade, para que aos poucos ela mesma vá se tornando capaz e competente, como acima lembrado, de agenciar e gerenciar seu próprio desenvolvimento, em termos tanto de proposição de iniciativas emergidas de dentro-para-fora-dela-mesma quanto de análise, triagem e metabolização comunitária de propostas vindas de fora-para-dentro. Claro, sempre com despertadoras e indutoras ajudas externas, pois esse é processo que não se faz sozinho, ou seja, se todas as comunidades-localidades já soubessem só por elas mesmas dinamizá-lo, hoje não mais existiria localidade alguma não-desenvolvida, subdesenvolvida ou unilateralmente-desenvolvida no planeta. Até se ponderou iteradas vezes –em análises e debates no decorrer da disciplina– que inexistem comunidades-prontas para DL, valendo dizer que mesmo os agrupamentos humanos que se configurem como “comunidades”, em razão de determinados critérios e situações de reciprocidades interativas, só decolarão na rota do Desenvolvimento Local se movidas por processo de constante autocomunitarização para DL.

Todavia, no que respeita ao envolvimento do Agente de DL nesse processo (sempre de constante autocomunitarização para DL), o foco de importância NÃO RECAI no fato de o mesmo deter maior ou menor conhecimento, e muito menos no de ter que saber tudo antes de agir, sobre as necessidades quer “coletivas” quer até individuais da comunidade a que se referir, embora quanto mais se saiba tanto melhor: afinal, jamais se deve confundir Agente de DL com *receitador* ou *maceteiro* de DL. Esse foco diz respeito, sim, às MANEIRAS ESTRATÉGICAS DE O AGENTE DE DL SABER INFLUIR, APOIAR, MOTIVAR, DESAFIAR ETC., para que se implante e implemente, no seio da comunidade-localidade a que visar ou em que atuar, processo com estas três finalidades: autodesvelamento do conhecimento comunitário-local (para que tal comunidade aprenda a sempre e cada vez mais se conhecer); autocomunitarização para DL (formação e impregnação capilarizante da cultura associativo-cooperativa do DL em todas as suas dimensões, coletivas e individuadas); e emersão de propostas/iniciativas auto-assumidas de DL (no sentido das mais simples, fáceis e possíveis para as mais complexas, difíceis e desafiadoras).

Esse, sim, é PROCESSO que não só “pode” como de fato DEVE “durar gerações” a fio, da mesma forma que também o Agente de DL (jamais se furtando à condição de eterno aprendiz sobre comunidade-localidade e DL) tanto pode quanto deve nele se inserir por (ÁVILA, 2006, p. 86-94) MAIÊUTICAS MANEIRAS DESAFIADORAS, INDUTORAS, REATORAS, APOIADORAS, ALIMENTADORAS, REALIMENTADORAS ETC., como requer a dinâmica metodológica do DL.

É DESSAS MAIÊUTICAS MANEIRAS QUE O AGENTE DE DL PRECISA SABER ALGO DE BASE (EVIDENTEMENTE QUE NÃO TUDO) ANTES DE COMEÇAR A AGIR, JÁ DESDE O INÍCIO DE SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO PARA SE TORNAR DE FATO AGENTE DE DL, PRINCIPALMENTE NO QUE RESPEITA A BOA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PERSPECTIVAS DE EXERCITAÇÃO. MAS, UMA VEZ NELE INSERIDO (ENVOLVIDO), DESENCADEIA-SE INTERMINÁVEL PROCESSUALÍSTICA DO SEMPRE-APRENDER-A-APRENDER-CAMINHANDO, PELO PROCESSO QUE DONALD SCHÖN CHAMA “PRÁTICA REFLEXIVA” (SCHÖN, 1995, p. 77-91). Aliás, no que respeita especificamente a DL, esta questão é analisada às p. 86-97 do já referido livro *Cultura de sub/desenvolvimento*

e *desenvolvimento local*.

Então, nunca se conhece/diagnostica tudo antes de nada em DL, porque aí, como em todo o complexo e extremamente dinâmico panorama das interatividades humanas, sociais e ambientais, a DIAGNOSE-EM-PROCESSO-CONTÍNUO faz parte essencial da dinâmica de qualquer “caminhante” –portanto, inclusive de DL–, pela qual, no dizer do sempre lembrado poeta Antonio Machado, “[...] O caminho se faz ao caminhar”.

Nas décadas de 1960-70, em pleno auge de supervalorização da Economia como viés teórico-científico mantenedor das economias-desenvolvidas, assim como norteador, promotor, “salvador” etc., das subdesenvolvidas, tentou-se semiotizar cada ciclo do processo de planejamento interventivo em quatro partes modulares estanques, uma se iniciando após o término da outra, e nesta ordem: DIAGNOSE => DECISÃO-PROGRAMAÇÃO => EXECUÇÃO => AVALIAÇÃO/REALIMENTAÇÃO (daí a superveniente discussão sobre avaliação-terminal e avaliação-processual). Foi bem no rastro desse laivo de semiotização estanque que a população brasileira se transformou em *cobaia* dos seguintes e sucessivos sete “Planos Econômicos”, em virtude de os governos civis terem herdado -no início de 1985- total falência econômica e social da ditadura militar vigente de 1964 a 1984: **Plano Cruzado 1** (lançado em fevereiro de 1986), **Plano Cruzado 2** (novembro de 1986), **Plano Bresser** (junho de 1987), **Plano Verão** (janeiro de 1989), **Plano Collor 1** (março de 1990), **Plano Collor 2** (fevereiro de 1991) e **Plano Real** (julho de 1994). Os quatro primeiros no mandato presidencial de José Sarney (15/3/1985 a 15/3/1990), os dois seguintes no de Fernando Collor de Mello (15/3/1990 a 2/10/1992) e o último no de Itamar Franco (2/10/1992 a 1/1/1995), sob o comando do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que deu continuidade e consolidou o Plano Real também nos seus subseqüentes oito anos de mandato presidencial.

Achava-se que estatísticas e perspectivas diagnósticas de curto, médio e longo prazos poderiam dar suporte às duas fases medianas (as de DECISÃO-PROGRAMAÇÃO => EXECUÇÃO) no período visado pelo ciclo de planejamento adotado como referência oficial, inclu-

sive se dimensionado como plurianual: de médio (mais comumente trienal ou quinquenal) ou de longo prazo (sobretudo acima de cinco anos, portanto decenal ou quinzenal).

Depois, com subsídios teórico-metodológicos externos e muito mais por erros que acertos internos, ACABOU SE ADERINDO, TAMBÉM NO BRASIL, A QUE QUALQUER PROCESSO DE PLANEJAMENTO (compreendendo DIAGNOSE + DECISÃO-PROGRAMAÇÃO + EXECUÇÃO + SEMPRE COMACOMPANHAMENTO-CONTÍNUO E PROCESSUAL-CORREÇÃO-REALIMENTAÇÃO) SE INICIA, SIM, POR CONHECIMENTO DIAGNÓSTICO PRÉVIO, pois, obviamente, do nada, nunca se começa alguma coisa. Só que a busca de conhecimentos diagnósticos não pára por aí, exclusivamente nesse momento prévio. Pelo contrário, ela se perpetua ao longo de todos e cada ciclo de planejamento, transformando-se em DINÂMICA-DIAGNÓSTICA-PERMANENTE, QUE ACOMPANHA A DINÂMICA-OPERACIONAL, com ela se interagindo e fornecendo subsídios para EXAMES DECISÓRIO-PROGRAMÁTICOS EM PERCURSO. É por aí que se criam condições e de fato operacionalizam as CORREÇÕES-REALIMENTAÇÕES-PROCESSUAIS, necessárias ou convenientes ao ENCAMINHAMENTO EXECUTÓRIO de qualquer CICLO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E DO PRÓPRIO COMO UM TODO.

Hoje, portanto, não mais –ou melhor, de forma alguma- se cogita em planejamento por MÓDULOS ESTANQUES (isto é, PRIMEIRO, DIAGNOSE; DEPOIS, DECISÃO-PROGRAMAÇÃO; E, POR FIM, AÇÃO-EXECUÇÃO) como se mencionou anteriormente. O que se quer dizer é que, no início, a DIAGNOSE-BÁSICA –apenas para se saber por onde e quê começar- precede o processo decisório-programático-operacional do planejamento, ou seja, funciona como espécie de descarga elétrica da bateria de um automóvel para a partida através do motor-de-arranque, sem que se jogue fora, em seguida, toda bateria, aqui representando a DIMENSÃO DA DIAGNOSE PERMANENTE no curso de todo um processo de planejamento. Portanto, da mesma forma que a BATERIA, no automóvel, também a DIAGNOSE (tornada) PERMANENTE –em relação à totalidade das dinâmicas decisório-executórias do planejamento- continuam inteiramente CONECTADAS e CAMINHANTES, simultânea e ininterruptamente se carregando e ajudando a manter tanto a regularidade rotativa do motor quanto o funcionamento da iluminação (em ambientes

escurecidos, até do percurso a ser seguido) e da parafernália de conforto e praticidade movida a sempre renovadas energias: elétrica, no caso do automóvel, e diagnóstica, em se tratando das supramencionadas dinâmicas decisório-executórias do processo de planejamento.

As páginas 43-50 do livreto *Municipalização para o desenvolvimento* tratam do “Planejamento participativo” (ÁVILA, 1993, p. 43-50) nessa ótica e pode ser consultado sempre que houver dúvida. Mas, quanto à aplicação do que se referiu acima à dinâmica metodológica do DL, a releitura do item 4.5 do livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local* a todos lembrará que:

- Em termos lógicos, à medida que se for concretizando a dimensão de conscientização, mobilização e organização comunitária local [**aqui se situa a fase diagnóstica inicial**], vai-se passando [**portanto não se espera diagnosticar tudo para depois passar**] também à programação e operacionalização dos “ciclos de trabalho comunitário-cooperativo”, como sugerido abaixo (p. 96-97).
- Esses ciclos de trabalho cooperativo se organizam e funcionam: das iniciativas mais simples, mais fáceis e menos abrangentes para as mais complexas, mais difíceis e de maior amplitude [**a exemplo do que se dinamiza também por processo de aut capacitação-em-serviço**], tal como se constrói uma casa assentando tijolo por tijolo e não empilhando todos de uma só vez (p. 97).
- Todas as atividades do processo de *Desenvolvimento Local* não só devem orientar-se –mas sem receitualismos- pelo e para o rumo teórico básico, norteador da totalidade do processo, como também precisam ser cuidadosamente programadas, ordenadas, acompanhadas e constantemente avaliadas, de sorte que a reflexão analítico-avaliativo-realimentadora se faça presente ao longo de todas e quaisquer posturas de planejamento e operacionalização do mesmo (p. 98). [**Trata-se, pois, de permanente processo diagnóstico-alimentador/realimentador**].
- É pelas respectivas celebrações/comemorações comunitárias que os feitos e conquistas deixam de ser exclusivamente de fula-

no, beltrano e sicrano, estendendo seus raios e reflexos até as mentes e os corações de todos aqueles que nelas acabam se sentindo comunitariamente incluídos [DL é, pois, processo paulatinamente irradiante e não mero implante ou transplante desenvolvimentista]. Por elas, se amalgama o orgulho da pertença a esta ou àquela comunidade, a este ou àquele município, a este ou àquele país (p. 99).

Por último, mas ainda em relação a esta 1ª questão, também registro minha impressão de certo equívoco quanto ao objeto de referência da afirmativa “[...] pode demorar gerações [...]”, ou seja, refere-se, de fato: a “[...] compreender as necessidades coletivas [...]”?; ou ao processo de formação e capilarização da cultura de Desenvolvimento Local no seio de cada comunidade-localidade por ele optante?

Sem a mínima sombra de dúvida, é o **processo** apontado na segunda interrogação, supra, que DEVE (não apenas “pode”) SE ESTENDER E EVOLUIR POR SUCESSIVAS GERAÇÕES. Passagem do já mencionado livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local* dele se ocupa, ao tratar da dupla relação Desenvolvimento Local X educação escolar X educação comunitária, nos seguintes termos:

[...] a dupla relação acima mencionada funcionará, se convenientemente dinamizada, como sistema de capilarização, alimentação e oxigenação da evolução processual do *Desenvolvimento Local*, porque atingirá, conscientizará e orientará adultos e crianças que se sucederão, em termos de gerações, no sentido de que as respectivas comunidades se tornem paulatina e emancipadamente aptas, capazes e competentes de se tornarem *sujeito-agentes* de suas próprias trajetórias de desenvolvimento comunitário-local, da maneira como abordado neste trabalho (p. 111).

Aliás, praticamente todo o livro *Educação escolar e desenvolvimento local*: realidade e abstrações no currículo (ÁVILA, 2003), também estudado como texto-base da disciplina, é dedicado a esse fundamental e indispensável processo de formação e entranhamento da cultura de Desenvolvimento Local nas maneiras de pensar e agir das gerações que se sucederem em todas as comunidades-localidades visadas por essa filosofia/política de desenvolvimento.

2ª Questão: abrangendo capitalismo, socialismo e desenvolvimento local

“A LÓGICA CAPITALISTA SE SOBREPÕE AO COLETIVO E, PORTANTO, NÃO RESOLVE! NÃO PERCEBI UMA POSIÇÃO CLARA SOBRE TEORIA DO DL A RESPEITO DESTE ASSUNTO”

Começamos perguntando: será que “A lógica capitalista [APENAS] se sobrepõe ao coletivo [...]”? –Ao se opor diretamente à justiça, seu universo de sobreposição se estende a tudo, ao coletivo, ao individual, à dignidade, ao direito, à convivência, ao equilíbrio ambiental, à cidadania, e assim por diante.

Todavia, circunstancieemos um pouco mais, esta conversa, voltando àquela comparação –feita em sala– do CAPITALISMO GLOBALIZADO(R) CAINDO EM AVALANCHE –GRANDE CASCATAS– SOBRE OS CONTINGENTES POPULACIONAIS COMUNS LÁ DE BAIXO COMO QUE A SEMPRE INUNDÁ-LOS POR NÃO PODEREM GALGAR OS PICOS DAS MINORIAS QUE SE PRIVILEGIAM DOS IMPUXOS CAPITALISTAS, PRINCIPALMENTE SE TURBINADOS POR ESTRATÉGIAS, ENERGIAS E DINÂMICAS MODERNAMENTE CADA VEZ MAIS GLOBALIZANTES. Tais “CONTINGENTES POPULACIONAIS COMUNS LÁ DE BAIXO” são, principalmente, os constituídos tanto pelas bases-das-pirâmides-socioeconômicas de todos os países do planeta quanto pelos próprios-países-subdesenvolvidos em dimensões de hemisfério, continente e regiões estigmatizadas, a exemplo do Hemisfério Sul em geral, da África, da América Latina, do Oriente Médio, boa parte do Extremo Oriente e similares.

Que –conforme se aludiu acima– isso se configure injustiça, com reflexos em todas as direções da natureza cósmica (portanto: nas dimensões humana, social, econômica, interambiental etc.), não há a menor dúvida. Ao contrário, a percepção dessa injustiça é tão vasta e antiga quanto a própria noção de “pecado”, inclusive do bíblico “pecado original”.

Por um lado, as religiões positivas –voltadas a que o bem supere o mal– surgiram/surgem fundamentalmente em razão dos historicamente nefastos desequilíbrios decorrentes dos devastadores efeitos dessa injustiça, que sempre constituiu, constitui e constituirá a essência nuclear de qualquer tipo de mal.

Como também, por outro lado e de modo mais especificado, não deixa de se constituir a essência do que Karl Marx chamou *plus-valia*, significando *mais-valor* que o devido por justiça, pela combinação dos termos latinos *plus* (“mais”) + *valia* (“Valor intrínseco ou inerente à substância do objeto de que se trata”, sentido atribuído a esse verbete pelo *MICHAELIS* – moderno dicionário da língua portuguesa, 1998). Marx se referiu à distorcida e injusta sobrepujança do capital (ou burguesia capitalista) sobre o trabalho (ou classe trabalhadora): o primeiro subtraindo lucro indevido (*plus-valia*) à custa do segundo, ou até mesmo massacrando-o, como de rotina intensamente por ele vivenciada no curso do século XIX², auge da Segunda Revolução Industrial, ainda de cunho eminentemente mecânico.

Até aí, tudo bem. Mas a questão se complicou em termos de encaminhamento metodológico. Para a solução desse mal pela raiz, Marx vislumbrou a luta de classes (convergente para a “Ditadura do Proletariado”)³, da classe oprimida –em muito maior quantidade– contra a classe dominante, minoritária porém beneficiária das *plus-valias* capitalistas: esta detentora de enorme poder de jugo e opressão sobre aquela, mas –por outro lado– também sempre dependente daquela em razão de que sem o trabalho ou a mão-de-obra de uma o capital da outra se esteriliza e esvai.

Portanto, a luta de classes se assemelharia a *pacote-de-dinamite* que, uma vez aceso, *explodiria* o caudal capitalista antes de se despençar em cascata sobre as classes obreiras: à época, sobretudo a operária –decorrente do acelerado processo de industrialização– e a proletária, constituída desde os trabalhadores camponeses, em terras da nobreza romana antiga (cuja única posse, declarada nos censos imperiais, se limitava à *prole* de cada *pai de família* –*pater familiae*–, portanto sem posse alguma de terra ou de outro meio de subsistência), até “[...] a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir”⁴.

Em 1917, os bolchevistas (partido “bolchevique” ou da “maioria” –“bolche” em russo significa “de mais” ou “maioria”–, li-

derado por Vladimir Ilie Ulianov, este tendo se contraído para *LÊNIN*) venceram a revolução contra o regime imperial czarista e a burguesia capitalista, naturalmente também já incipiente na Rússia. Na ausência de idéias solucionadoras próprias, adotaram (sob o comando de Lênin e a ingerência direta de Leon Trotsky) a luta de classe para moldar o regime socialista adotado, primeiro, na Rússia e, em seguida, radicalizado por Stalin e estendido a todos os países que se anexaram ao então chamado bloco da União Soviética⁵. E o que aconteceu com o socialismo soviético ao final de seus 72 anos de história, se considerarmos 1917 (Revolução Bolchevista) e 1989 (queda do muro de Berlim) como marcos inicial e final?

A resposta, em termos da auto-implosão do regime socialista soviético –aqui me referindo ao seu prisma de concretude histórica– muitos de nós a vivenciamos no final da década de 1980. Aliás, da mesma forma que também estamos vivenciando aberturas até bem pouco impensáveis no regime socialista chinês (erigido por Mao Tsé-tung), assim como nos tutelados pela própria ex-União Soviética⁶, sobretudo o vietnamita e o norte-coreano já em acelerado processo de aproximação e interatividade com a reinante globalização capitalista: há poucos dias (em 04/10/07), os dirigentes das Coreias do Sul e do Norte assinaram e brindaram acordo de cooperação, logo depois de a Coreia do Norte ter cedido às pressões internacionais –principalmente dos USA, Japão e Coreia do Sul– para desativação de sua usina nuclear.

Quanto ao regime socialista cubano, até mais fortemente sustentado pela ex-União Soviética no auge da “Guerra Fria” entre Rússia e Estados Unidos da América (justamente pela estratégica vizinhança geográfica de Cuba com os EUA), continua a resistir, mas, sem que ainda se saiba por quanto tempo.

Portanto, a capacidade e a eficácia de a luta de classes realmente *dinamitar e explodir* a injustiça capitalista (pela *extirpação* dos próprios capitalistas ou burguesia capitalista, em linguagem marxista) não passou no teste histórico do mais importante regime socialista que a adotou como principal bandeira e estratégia para essa finalidade, o da ex-União Soviética.

Aliás, nos casos clássicos dos regimes socialistas só aconteceram dois cuja implantação se deu diretamente por luta de classes (em sentido marxista propriamente dito): o já visto da Revolução Bolchevista russa, em 1917, e o da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro⁷. Coréia do Norte⁸ e Vietnã do Norte (depois, todo o Vietnã reunificado em 1975⁹, após a vitória dos Vietcongs contra o Vietnã do Sul com massiva participação norte-americana) se configuraram socialistas em razão de lutas por independências de regimes coloniais, diretamente convergentes para espólio, no imediato contexto do pós-II Guerra Mundial e já em pleno início da “Guerra Fria”, entre as duas potências da época: USA e União Soviética.

E, na China, essa bandeira se constituiu muito mais processo de anulação de classes dominantes (isto é, tomada de poder via golpe-de-estado e imediata imposição do regime pela elite dirigente), que por real lutas internas de classes. Ademais, vimos, em relação a todos eles, que suas trajetórias históricas já se encontram em franca rota de apaziguamento com o capitalismo moderno, ainda se ressaltando certa exceção para o caso cubano.

Todavia, é nesse contexto –justo na década de 1980– que o Desenvolvimento Local emergiu e vem dando seus primeiros passos, como teoria e práxis de desenvolvimento, vimos isto no curso da mencionada disciplina (ÁVILA, 2006, p. 53-67: Cap. 3 – No contexto histórico-cultural surgido, a que veio do *Desenvolvimento Local*?).

Então, perguntará alguém: *O Desenvolvimento Local veio para substituir o socialismo histórico implodido?* –Já começando por enfático NÃO, é preciso ficar bem claro, aliás, que HÁ ASPECTOS TEÓRICOS COMUNS E RADICALMENTE DIFERENCIADOS ENTRE DESENVOLVIMENTO LOCAL (SEMPRE ENTENDIDO COMO ENDÓGENO) E O SOCIALISMO HISTÓRICO DE BASE MARXISTA. Os pontos comuns dizem respeito sobretudo às características da finalidade última de todo o processo: conquista de equilibrado bem-estar cultural e socioeconômico das populações envolvidas. Mas, as diferenciações concernem fundamentalmente:

a) **Às categorias sociais diretamente visadas.** No socialismo, são focadas as classes sociais antagônicas (proletariado de um lado

e burguesia capitalista do outro) e, no Desenvolvimento Local, cada comunidade-localidade envolvida, com tudo o que faça parte de suas vivências e relações territoriais (suas condições, peculiaridades, potencialidades, facilidades, dificuldades, estados de convergência e divergência e conflitos de toda ordem, inclusive os de classes sociais). Por isso, é que sempre se repete que DL é coisa de comunidade-localidade inteira (com todas as riquezas, pobreza e possibilidades nela existentes) e não só de localidades ou classes pobres, carentes, periféricas, operárias, proletárias, e congêneres.

b) **À metodologia processual.** No socialismo, “O verdadeiro resultado [das lutas dos operários] não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (MARX; ENGELS, s/d, p. 1), visando à guerra civil, à tomada do poder (“Ditadura do Proletariado”) e, por fim, “[...] à sociedade [perfeita] sem classes” (cf. 4ª nota de rodapé). Em DL, a união é buscada por constante processo de comunitarização associativo-cooperativa, objetivando a que cada comunidade-localidade conquiste e endogeneize capacidade, competência e habilidades de se desenvolver (em termos de se tornar *SUJEITO* de sua própria história, naquilo que diretamente lhe diga respeito e esteja ao seu alcance), assim como de aperfeiçoar constantemente seu estado de desenvolvimento.

Mas, como surgiu o DL? –Em realidade, o DL começou a ser cogitado e ativado, pelo Conselho Econômico e Social da então Comunidade Européia (estamos falando do contexto europeu no final da década de 1970 e durante a de 1980), como estratégia de içamento das periferias socioeconômicas (para efeito de mediano nivelamento, principalmente em termos de emprego e renda) dos países que viriam a compor o grande bloco da hoje União Européia. Portanto, de configuração inicial plasmada na concepção neoliberal européia, sua função se limitava, e ainda continua se limitando, na Europa e demais países ditos *desenvolvidos*, à correção de desequilíbrios periféricos. Ou seja, muitos desses desequilíbrios continuavam e ainda continuam decorrentes dos rescaldos da escravidão (por exemplo, nos Estados Unidos), da II Guerra Mundial (em todos os pa-

íses atingidos), da ruptura do tradicional sistema colonial europeu (repatriamentos e duplas cidadanias principalmente oriundas de ex-colônias africanas e asiáticas) e da própria derrocada do socialismo russo-soviético, pelo grande atraso socioeconômico de seus ex-países-membros, à época, se cotejados com os da Europa Ocidental.

No entanto (e reforçando que inicialmente de fato não veio para substituir o socialismo *dinamitador* do capitalismo pela luta de classes, como atrás referido), o DL DE CERTO MODO JÁ COMEÇA A OCUPAR O GRANDE VÁCUO DA PRINCIPAL E FRUSTRADA FUNÇÃO A ELE (SOCIALISMO) HISTORICAMENTE ATRIBUÍDA, A DE -PELO MENOS-REAL CONTRAPONTO À VORACIDADE DO CAPITALISMO. Isso quer dizer que o DL aqui no Programa de Mestrado da UCDB, da mesma forma que no ambiente latino-americano em geral (TIJOUX, 2007 e PINTOS, 2007), já superou completamente a concepção neoliberal européia (e dos países ditos *desenvolvidos*), que praticamente o reduz a distributiva localização de emprego e renda em comunidades periféricas.

É nessa perspectiva de CONTRAPONTO, como também de acordo com o que se referiu anteriormente às alíneas a e b, que o DL vem sendo tratado, na já várias vezes mencionada disciplina Teoria do Desenvolvimento Local (ÁVILA, 2006, p. 53-67), sob estas três óticas básicas:

- a de como os *países desenvolvidos* o pensam para suas próprias periferias geradoras de desequilíbrios internos;
- a de como os *países desenvolvidos* o pensam para todos os *países subdesenvolvidos*, visando principalmente as respectivas *periferias subdesenvolvidas*;
- a de que os *países subdesenvolvidos* podem e devem pensar o Desenvolvimento Local como filosofia e política de desenvolvimento endogenamente emancipatório¹⁰, tanto para eles mesmos quanto para todos os povos do mundo, inclusive os *desenvolvidos*, visto ainda preponderar a gravíssima distorção de se confundir detenção de riqueza, poder e hegemonia econômica, política, científica, tecnológica etc., com efetivo desenvolvimento humano-ambiental.

Pela luta de classes, de acordo com o socialismo marxista, se eliminariam (*dinamitarium*) os ricos e opressores capitalistas –es-

tes mesmos hoje se autodenominado *desenvolvidos* (ÁVILA, 2006, p. 37-52)– e, em tese, por um lado, o poder seria tomado pela classe trabalhadora (“Ditadura do Proletariado”) e, por outro, se vislumbraria a utopia máxima de que “[...] essa mesma Ditadura forma [formaria] apenas a transição rumo à abolição de todas as classes e à sociedade sem classes” (cf., atrás, a 4ª nota de rodapé).

Estes dois últimos estágios foram considerados de tamanha importância, no direcionamento da empreitada socialista historicamente emergente na Rússia, após a Revolução de 1917, que o próprio Lênin (apud KÖLN, s/d, já mencionado) a eles se referiu com as seguintes ênfases:

Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes significa truncar o marxismo, deformá-lo, reduzi-lo àquilo que é aceitável para a burguesia.

Um marxista é apenas aquele que **estende** o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da **Ditadura do Proletariado**.

Mas, infelizmente, não é bem isso que a história vem testemunhando. Em verdade, o estrangulamento dessa lógica revolucionária até agora sempre aconteceu já no segundo estágio, o da tomada do poder, portanto jamais em condições de se chegar à utopia máxima do terceiro, o da aspirada “sociedade sem classes”. E por quê? –Por dois motivos: 1º, uma coisa é tomar o poder e outra, ainda muito mais complexa, é a de se saber o que fazer dele ou com ele; 2º, o que sempre de fato tem acontecido é a tomada do poder pela elite dirigente do proletariado e não pelo próprio proletariado (ou classe trabalhadora). Ou seja, essa elite tanto lidera quanto usa, sim, as enormes capacidade e força de mobilização da classe trabalhadora para a tomada do poder. Entretanto, quando o poder é tomado, o que se estabelece não é a “Ditadura do Proletariado”, como pensavam Marx e Engels, mas, sim, a DITADURA DA ELITE DIRIGENTE DO PROLETARIADO, aí já se configurando duas classes visceralmente antagônicas (a da elite dirigente do proletariado e a da massa proletária dirigida), sem que os conflitos entre ambas sequer venham à tona pela própria repressão impiedosamente ditatorial da primeira sobre a segunda.

Aliás, por um lado, já vimos esses “filmes” pelo menos da Revolução Francesa (o

próprio *Manifesto* de Marx e Engels se refere a isto) ao socialismo histórico, atrás mencionado, e, por outro, isso materializa muito bem o sentido geral dos ditos populares, referentes a tiro que sai pela culatra ou participação de alguém na fabricação de guilhotina em que acabará sendo decapitado depois. Eis, pois, o fundamental dilema: SE A CLASSE TRABALHADORA “FICA” NO CAPITALISMO, O “BICHO” DA BURGUESIA CAPITALISTA A “COME”; SE “CORRE” PARA A DITADURA DO PROLETARIADO, O “BICHO” REALMENTE DITATORIAL DE SUA PRÓPRIA ELITE DIRIGENTE A “PEGA”.

Dessas experiências históricas, aprendem-se –sim– lições sociais, políticas e econômicas, mas à custa dos maiores sacrifícios justamente da própria classe trabalhadora, compreendida pelos segmentos baixos e médios da pirâmide social de cada país. Isso, em virtude de que, na contramão da teoria adotada para a tomada do poder, os dirigentes revolucionários se têm metamorfoseado em novos ricos e poderosos opressores de seus próprios dirigidos, inclusive conseguindo a contraditória transformação do socialismo em CAPITALISMO DE ESTADO, conclusão esta que me persegue de longa data.

E as grandes lições aplicáveis ao Desenvolvimento Local, da maneira abordada na mencionada disciplina Teoria do Desenvolvimento Local –aquele atrás qualificado como endogenamente emancipatório– são fundamentalmente, em minha opinião, estas:

Primeira – a luta contra as injustiças capitalistas se configura como processo abrangente e permanente, incluindo-se até mesmo a luta de classes (visando não à “Ditadura do Proletariado”, mas à equibração do exercício da justiça em todos os processos e aspectos da co-existência societária) desde que se constitua o último e inevitável recurso: jamais o primeiro.

Segunda – portanto, ao invés de se querer intempestivamente *explodir* o capitalismo pela luta de classes, O QUE SE PRECONIZA, EM TERMOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, É A GERAÇÃO DE CAPACIDADE, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE AUTOMACAQUEAMENTO (imagem apropriada dos macacos de elevação em oficinas mecânicas) DAS COMUNIDADES-LOCALIDADES VISADAS. E duas são as grandes finalidades desse automacaqueamento: por um lado, as comunidades-localidades SE ELEVEM DA SITUAÇÃO DE AFOGA-

MENTO, provocada pelas cascatas da globalização capitalista (como comentado no primeiro parágrafo desta segunda questão) e, de outro, COMECEM A CONQUISTAR – INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE- VISÃO, CORAGEM, INICIATIVAS E CONDIÇÕES TANTO DE SE LIBERTAREM DA ALUDIDA SITUAÇÃO DE AFOGAMENTO QUANTO DE LIDAR COM ESSAS CASCATAS, ATÉ MESMO DELAS TIRANDO ENERGIAS PARA O SEU PRÓPRIO E DIGNO DESENVOLVIMENTO. Afinal, não há como fugir do fato de que as cada vez maiores intensificação e sofisticação da globalização se constituem fenômenos irreversíveis (porque logicamente irreversível é a rápida evolução do seu mais importante fator causal, o conhecimento científico e tecnológico) e de que a própria tendência à voracidade capitalista (ou *plus-valia*) representa um lado do fio da navalha (porque o outro é também o de nossa tendência inata à justiça), em cujo corte nos equilibramos, pessoas individuadas e coletivizadas, desde que comecemos a assumir e gerenciar nossos rumos e atitudes de vida.

Terceira – a dinâmica operacional desse automacaqueamento integra o próprio “núcleo conceitual” do DL, sempre na ótica endogenamente emancipatória, conforme Ávila (2001, p. 68s; 2006, p. 69s), porque justamente focado como permanente conquista de capacidade, competências e habilidades locais de se desenvolver, no âmbito de cada comunidade visada, paulatina e persistentemente se desabrochando de seu próprio seio bem como aproveitando suas também próprias características e potencialidades, mas naturalmente com a *maieutica* ajuda de agências e agentes externos, vez que o DL não brota do interior de cada comunidade-localidade como bolhas de autoespontaneismo.

Tom de Conclusão

Nesse tom, considero que O MAIOR FENÔMENO ALIADO DO CAPITALISMO, DEPOIS DA PRÓPRIA POSSE DO CAPITAL, SEJA O REAL ESTADO DE IGNORÂNCIA (caracterizado por falta de formação, informação, mobilização, organização e autoconhecimento de potencialidades, coletivas e individuais, para efeito tanto de iniciativas próprias quanto de permanente equibração em interatividades externas) de todos que –ao longo do íngreme vale da vida-

caminham pela margem inversa à do capital: trabalhadores de qualquer classe ou denominação e populações localizadas, em geral, indistintamente se trabalhadora, consumidora, produtora, carente, ou não importa de que tipo.

Pois bem, o Desenvolvimento Local se propõe à reversão desse estado de ignorância. Implica, pois, luta permanente, mas não visando a “Ditadura do Proletariado” e, sim, a instalação e implementação de processo no sentido de que cada comunidade-localidade concreta se torne capaz, competente e hábil de se comunitarizar para de fato se tornar *sujeito* de seu próprio desenvolvimento: evidentemente –reiterando– naquilo que efetivamente lhe disser respeito e sabendo tanto *metabolizar* quanto tirar proveito das interatividades e ajudas externas.

Conseqüentemente, pois e re-enfatizando, só me resta considerar e ver o Desenvolvimento Local nesse prisma de CONTRAPONTO e CONTRAPÉ À AVALANCHE EXPLORATÓRIA QUE EMANA SOBRETUDO DO CAPITALISMO TURBINADO PELA CELERIDADE E SOFISTICAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO MODERNA, JÁ EM PLENA VORACIDADE NESTE INÍCIO DE SÉCULO XXI. E a forma processual para qualquer comunidade-localidade começar a se elevar (automacaquear-se), desse tipo de avalanche, pode ter muito a ver com o seguinte ditado, atribuído a Santo Tomás de Aquino: “Se o boi soubesse a força que tem, poria o carreiro a puxar o carro!”.

Ora, se apenas *um boi* soubesse a força que tem de fato poria o carreiro a puxar o carro, imagine-se, pois, o quanto mais se tornará possível pela sensibilização, mobilização e organização de *boiadas inteiras*, sempre a puxarem carreiras cotidianidades de contingentes humano-ambientais localizados, por aí, Brasil e mundo afora.

Notas:

¹ Na seqüência, as freqüentes referências a publicações deste autor se explicam por sua preocupação em produzir e publicar matérias diretamente relacionadas com a maior abrangência possível dos enfoques temáticos abordados na disciplina Teoria do Desenvolvimento Local, sob sua responsabilidade docente, como informado na 1ª nota.

² Ou (MARX, 1998, p. 231), “A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção de fios quanto no processo de produção de artigos de ourivesaria”, o primeiro

processo exemplificando o que Marx chamou de “trabalho simples” e o segundo de “trabalho complexo”. Em termos diferentes, mas com o mesmo sentido, na edição resumida de O Capital (MARX; BORCHARDT, 1973, p. 41), “[...] a plus-valia resulta de uma sobra quantitativa de trabalho na duração prolongada do mesmo processo de trabalho [...]. Resumindo a explicação de Marx: se o valor social do trabalho do operário (aquele necessário para sobreviver por um dia) corresponde ao valor de meio-dia de efetivo trabalho, o capitalista o contrata pelo valor desse meio-dia (de sobrevivência), mas o faz trabalhar o dia inteiro sem lhe compensar pela diferença. Aliás, os Capítulos V de ambas as edições são dedicados a essa questão e se intitulam, na primeira, Processo de trabalho e processo de produzir plus-valia (p. 220-231) e, na segunda, Como se forma a mais-valia (p. 34-41).

³ De acordo com o Manifesto do partido comunista (MARX; ENGELS, s/d), a luta de classes nunca foi novidade, sempre existiu: “Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (p. 4). No entanto, “Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que lavra na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia” (p.10). Aliás, Marx ditatiza sua idéia sobre luta de classes em famosa carta a Joseph Weydemeyer, datada de 5 de março de 1852 (apud KÖLN, s/d, p. 3):

No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem sua luta travada entre si.

Historiadores burgueses tinham, muito antes de mim, apresentado o desenvolvimento histórico dessa luta de classes e economistas burgueses, a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo foi:

1. provar que a existência das classes está vinculada apenas a fases históricas determinadas;
2. que a luta de classes conduz necessariamente à Ditadura do Proletariado (i.e. no original alemão: Diktatur des Proletariats);
3. que essa mesma Ditadura forma apenas a transição rumo à abolição de todas as classes e à sociedade sem classes.

⁴ Conceituação esta observada na 2ª nota de rodapé do Manifesto do partido comunista (MARX; ENGELS, s/d) como “(Nota de F. Engels à edição Inglesa de 1888)”, ao qual se declara também a autoria do significado de burguesia: “Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado.”.

⁵ Sobre essa revolução e o perfil do partido bolchevista, Trotski (s/d) assim se referiu:

Sob a bandeira bolchevique se realizou a primeira vitória do proletariado e se instaurou o primeiro estado operário. [...] o bolchevismo é apenas uma tendência política, estreitamente fundida com a classe operária, mas não idêntica à mesma. E na União Soviética, ademais da classe operária, existem cem milhões de camponeses, várias nacionalidades e uma herança

de opressão, miséria e ignorância. O estado construído pelos bolcheviques reflete não somente o pensamento e a vontade do bolchevismo, mas também o nível cultural do país, a composição social da população [...].

Tratava-se, pois, de partido: inspirado nas idéias de Marx e Engel; mas constituído por operários e proletários (estes em maioria); de cunho fortemente nacionalista; e de esquerda radical. Antes de 1917, se opunha tanto ao regime imperial czarista quanto ao partido menos radical denominado “Menchevike” (“menche” = “de menos”), portanto denominado pelos bolchevistas como “partido da minoria”.

⁶ Lembrando que, em 1924, a então União Soviética instalou também na Mongólia o regime socialista, mantendo-a anexada até 1946, quando se viu na contingência de reconhecer a independência desse país, daí em diante denominando-se República Popular da Mongólia.

⁷ “Em janeiro de 1959, quase dois anos depois de iniciada a guerrilha, Fidel e seus companheiros, entre os quais estava o médico argentino Ernesto ‘Che’ Guevara, conseguiram conquistar o poder, obrigando Batista [o então Ditador Batista] a fugir do país.” (BRASIL ESCOLA, s/d).

⁸ “Não cabe aqui resenhar os acontecimentos históricos que produziram a divisão da Coréia, mas os interesses políticos em jogo, que associaram as contradições internas do país à diplomacia das grandes potências. A divisão da Coréia resultou da confluência da clivagem sócio-política interna com a partilha geográfica da península coreana entre os Estados Unidos e a União Soviética, na altura do paralelo 38” (VIZENTINI, s/d).

⁹ De origem mongol (GEOCITIES, s/d), os viets migraram para a península da Indochina no séc. III a.C., mas: viveram sob domínio chinês de 111 a.C. a 934 d.C.; daí até 1859 intercalaram independência e domínio chinês; em 1859, a França dominou a região sul da Indochina (portanto incluído todo o Vietnam, Anam, Tonkin e Camboja) denominando-a Conchinchina; no início do séc. XX, levante anticolonial foi duramente debelado; em 1939, criou-se a “ [...] Liga pela Independência (Vietminh), liderada pelos comunistas [...]”; na IIª Guerra Mundial, os japoneses tomaram a Indochina, mas os vietnamitas desencadearam forte resistência por guerrilhas; no fim da IIª Guerra, a França retomou a Indochina; em 1946, o “[...] dirigente comunista Ho Chi Minh, forma um Estado no norte do Vietnam [...]”, mas:

Em 1949, a França impõe Bao Daï como imperador do Vietnam e, no ano seguinte, reconhece a independência do país, que se mantém na Comunidade Francesa de Nações. O Vietminh continua a luta pelo controle do território. Em 1954, os franceses retiram-se, derrotados na batalha de Diem Bien Phu. Um armistício consolida a divisão do Vietnam em dois Estados: Vietnam do Norte, sob o regime comunista de Ho Chi Minh, e Vietnam do Sul, monarquia encabeçada por Bao Daï. O monarca é deposto no ano seguinte por Ngo Dinh Diem, que proclama a República no sul e assume a Presidência.

A guerra pela reunificação foi travada entre os norte-vietnamitas (sob o regime comunista, que, apoiados

pela União Soviética, formaram a Frente de Libertação Nacional -conhecida como Vietcong- e mais uma vez usaram a tática de guerrilhas) contra o Vietnam do Sul, com participação e derrota direta também dos USA: essa guerra se iniciou em 1957 e terminou em 1975, com a vitória dos Vietcongs e a reunificação do país naturalmente sob o regime comunista.

¹⁰ Até em razão do paradoxal antagonismo, destacado por Tijoux (2007, p. 3), entre as lógicas do desenvolvimento (da maneira como é concebido e tratado no mundo capitalista) e as do local, em seu real dimensionamento: “[...] o desenvolvimento supõe a racionalidade como condição necessária para reproduzir-se por extensão e o local envolve bem mais organizado ‘sentimento’ alusivo a refúgio, à identidade do território, às redes de defesa, à conservação dos objetos, relatos, perfumes sabores, cores.”. Ademais, Pintos (2007, p. 44) enfatiza que “O local constitui uma realidade fenomenológica complexa, entremeada de relações de imediatez, construções simbólicas e sentimentos de pertença, pelos quais se constrói a identidade (e a diferença) de uma comunidade. Enfim, o local é uma construção para si antes que uma qualidade em si”.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Cultura de sub/ desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), 2006.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo*. Brasília: Plano Editora, 2003.

BRASIL ESCOLA. *Revolução cubana*. Edição digitalizada, s/d. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiag/revolucao-cubana.htm>. Acesso em: 25 set. 2007.

GEOCITIES. *Vietnam*. Edição digitalizada, s/d. Disponível em: http://www.geocities.com/centro_lotus/Vietnam.html. Acesso em: 8 out. 2000.

KÖLN, Portau Schmidt von. À guisa de conclusão. In: KÖLN, Portau Schmidt von. *A enfermidade gramsciana no movimento trotskysta contemporâneo e nas lutas de emancipação do proletariado*. Edição digitalizada, s/d. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/SUCapa.htm> (a obra toda) e <http://www.scientific-socialism.de/SUCONCL.htm> (a matéria citada). Acessos em: 21 set. 2007.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *A crise do século XX*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARX, Karl. *O capital - crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl; BORCHARDT, Julian. *O capital - edição resumida*. Trad. Ronaldo Alves Schmidt. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Edição digitalizada, s/d. (Redigido pelos autores em 1847). Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto.doc>. Acesso em: 14 set. 2007.

PINTOS, Fernando. El estado del desarrollo local en América Latina: obstáculos, facilitadores y liderazgos. In: CARRIZO, Luis (edit.). *Gestión local del desarrollo y lucha contra la pobreza*. Montevideo-Uruguay: CLAEH (Centro Latinoamericano de Economía Humana), 2007, p. 44-94.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote Ltda, 1995. p. 77-91.

TIJOUX, Maria Emilia. *Enfrentar el sufrimiento social y la tarea de la sociología: las paradojas del desarrollo local sustentable*. Campo Grande-MS: PMDL/UCDB-II Colóquio Internacional, 2007.

TROTSKY, Leon. *Estalinismo e bolchevismo - sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional*. Edição digitalizada, s/d. (Matéria redigida pelo autor em 1937). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1937/misc/stalinismo.htm>. Acesso em: 13 set. 2007.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A Coréia e as grandes potências: Estados Unidos, China, Rússia e Japão*. Edição digitalizada, s/d. Disponível em: <http://ftp.unb.br/pub/download/ipr/rel/ipri/2000/2626.PDF>. Acesso em: 8 out. 2007.

Outros textos, do autor, relacionados com a disciplina Teoria do Desenvolvimento Local:

Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande-MS: UCDB, v. 8, n.13, p. 133-140, set. 2006.

Municipalização para o desenvolvimento. Campo Grande: UFMS/PREG, 1993.

No município sempre a educação básica do Brasil. 2.ed. Campo Grande-MS: UCDB, 1999.

Repensando a relação estado/municípios: uma sugestão para o governo de Mato Grosso do Sul. *SÉRIE-ESTUDOS - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande-MS: UCDB, (4), nov. de 1996.

Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande-MS: UCDB, (1), p. 63-75, set. 2000.

Considerações sobre gestão integral de educação e outros serviços básicos no município. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre: Associação Brasileira de Administração da Educação-ANPAE, v. 5, n. 2, jul/dez. 1987.

(et al.). *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande-MS: UCDB, 2001.

**Exame de ressonância sobre “*paciência*” e
desenvolvimento local endógeno em subsolo teológico**
Considerations about “*patience*” and endogenous local development
and some theological underground
***Quelques considerations regardant la “patience”
et la resonance théologique sur le développement local endogène***
Resonancias sobre la “paciencia” y el desarrollo local endogeno en subsolo teologico

Josemar de Campos Maciel*

Recebido em 1/12/2007; revisado e aprovado em 4/2/2008; aceito em 20/2/2008.

Resumo: Este texto relaciona o conceito de “*paciência*” com aspectos do Desenvolvimento Local Endógeno, ressaltando atenção ao mundo metafórico oriundo da linguagem teológica, uma das primeiras articuladoras históricas do imaginário do desenvolvimento. A tese proposta é a do Agente de Desenvolvimento Local como mediador entre os tempos da comunidade (dimensão coletiva) e do indivíduo (dimensão particular). Essa idéia é precedida de um enunciado sobre tensão entre a teoria social e a dimensão teológica da cultura, seguido de dois exemplos da tarefa do Agente de Desenvolvimento Local: a noção de diagnóstico e a de pecado.

Palavras-chave: Teoria do Desenvolvimento Local. Desenvolvimento Local Endógeno. Paciência Histórica.

Abstract: This text joins the concept of “*patience*” with some aspects of Endogenous Local Development, with special attention to the metaphoric world originated in theological language, one of the first and main historical matrixes of the imaginary of development. The proposition advanced is that the Local Development Agent is a mediator between the times of the community (collective dimension) and that of the individual (private dimension). This idea is prepared by a previous reflection about the tension between social theory and the theological dimension of culture, and is followed by two illustrations of the task of the Local Development Agent: the notion of diagnostics and that of sin.

Key words: Local Development Theory. Endogenous Local Development. Historic Patience.

Résumé: Le but de ce texte est celui de rapporter le concept de “*patience*” avec des aspects du Développement Local Endogène, ayant attention spéciale sur le monde métaphorique issu du langage théologique, qui a été une des premières articulatrices de l’imaginaire du développement. On propose ici l’idée que l’Agent du Développement Local est un médiateur entre le temps de la communauté (la dimension collective) et celui de l’individu (dimension particulière). Cette idée vient précédée par quelques considerations sur la tension entre la théorie sociale et la dimension théologique de la culture. Deux exemples du travail de l’Agent de Développement Local sont présentés: la notion de diagnostique et celle de pêché.

Mots-clés: Théorie du Développement Local. Développement Local Endogène. Patience Historique.

Resumen: Este texto relaciona el concepto de “*paciencia*” con aspectos del Desarrollo Local Endógeno, resaltando la atención al mundo metafórico oriundo del lenguaje teológico, uno de los primeros articuladores históricos del imaginario del desarrollo. La tesis propuesta es la del Agente de Desarrollo Local como mediador entre los tiempos de la comunidad (dimensión colectiva) y del individuo (dimensión particular). Esa idea es precedida por un enunciado sobre la tensión entre la teoría social y la dimensión teológica de la cultura, seguida de dos ejemplos de la tarea social del Agente de Desarrollo Local: la noción de diagnóstico y la de pecado.

Palabras-clave: Teoría del Desarrollo Local. Desarrollo Local Endógeno. Paciencia Histórica.

Observações iniciais

Todos os erros humanos são fruto da impaciência, interrupção prematura de um processo ordenado, obstáculo artificial erguido ao redor de uma realidade artificial (KAFKA. *Considerações acerca do pecado.*)

Como veremos logo à frente, todo este texto guarda relação direta com o que aqui se convencionou denominar *ensaio-base*, sobre “**PACIÊNCIA**”, **CAPITALISMO, SOCIALISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO**, de autoria do Prof. Vicente Fideles de Ávila, disponibilizado pa-

* Licenciado em Filosofia pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT); Bacharel e Mestre em Teologia pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma; Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco-UCDB; Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUCAMP/SP. Atualmente, professor dos cursos de graduação (Psicologia e Filosofia) da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB e docente do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Desenvolvimento Local. E-mail: maciel50334@yahoo.com.br.

ra publicação em subsídio à disciplina *Teoria do Desenvolvimento Local*, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

Essa relação direta se configurou, em primeiro lugar, porque a motivação para a sistematização das reflexões aqui apresentadas aflorou da própria leitura analítica do mencionado ensaio, quando ainda recebendo contribuições aprimradoras. Em segundo lugar, por se ter entendido, já naquele momento, que este EXAME DE ESSONÂNCIA SOBRE "PACIÊNCIA" E DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO EM SUBSOLO TEOLÓGICO se constituiria uma dessas contribuições, até certo ponto inusitada por estender a compreensão de *Desenvolvimento* e "*Paciência*" a horizontes culturais mais abrangentes, como a exploração dos fatos religioso e teológico subjacentes às pontuações temáticas que se seguem.

Em verdade, todo este *ensaio-de-contribuição* ao mencionado *ensaio-base* acabou se concretizando em dois momentos sucessivos: o do primeiro esboço de colaboração, enviado por correio eletrônico ao Prof. Vicente Fideles de Ávila em 14 de outubro de 2007, e o que veio depois, justamente ampliando e aprofundando análises (as posicionadas a partir do próximo subtítulo) concernentes às principais referências já destacadas no primeiro esboço. Por conseguinte, esse primeiro esboço acabou se tornando espécie de *resumo-expandido* do detalhamento de abordagens que vieram depois. Assim sendo, parece lógico que conhecer previamente o teor de seus termos originais seja de alguma valia à compreensão das posteriormente ampliadas e aprofundadas análises. Eis, pois, a transcrição *ipsis litteris* dos seguintes comentários do mencionado esboço (destacados apenas por entrelinhamento simples), de fato tecendo considerações sobre o *ensaio-base*:

- Professor, eu penso que o *estilo* do seu texto merece um comentário. Não é um relato de experiência puro, mas passa perto, enquanto discute aspectos de experiências que aconteceram durante atividades da disciplina *Teoria do DL*. Não é um artigo científico do tipo *validação de hipótese*, porque a hipótese surge ao fim: *isso funciona!* Mas, na minha opinião, o seu texto é valoroso se for lido lado a lado com um outro estilo

consagrado na literatura "científica" – no sentido de ter sido literatura que ajudou a construir a auto-imagem do Ocidente sobre si mesmo, no Renascimento e um pouco além. São as famosas *Orationes*. Penso, por exemplo, na bela *De hominis dignitate oratio*, de Pico Della Mirandola (1480/2008), escrita como uma carta aos seus leitores/ouvintes. É uma meditação, espontânea e sem medo de errar. Dela nasceu, posteriormente, a versão moderna do gênero que hoje denominamos *ensaio*... Daí que, na minha opinião, o senhor escreveu uma carta, uma epístola (no sentido de um Sêneca, de um Cícero, ou seja, uma coisa séria e íntima ao mesmo tempo), e isso deve ser enfatizado, mesmo porque penso que o texto deve ser publicado, e já. Ele ajuda a "cercar" muito bem alguns temas da disciplina. Abaixo vou escrevendo mais algumas sugestões, na medida em que a leitura do seu texto me sugere.

- Sobre *Paciência*. *Pati, patio*, significa em latim "capacidade para sofrer", no sentido de capacidade ou aptidão para carregar, tomar sobre si, fazer-se responsável por... Daí que me parece que a palavra, apesar de ter uma conotação bastante interessante na pena de escritores socialistas e do próprio Marx (que defende a revolução, contra os pensamentos reformistas em geral), merece um pouco de atenção como uma condição de espera. Ou seja, como uma condição de aptidão, de capacidade de dilação, de adiamento da gratificação, ou do ataque, ou da resolução de algum problema. Na Bíblia se diz que o Salvador nasceu "Na plenitude dos tempos". Antes da plenitude dos tempos foi o tempo, exatamente, da paciência de Deus. Essa figura, de fortes ressonâncias semíticas, alia a idéia de sabedoria do Rei/Legislador/da Divindade à idéia de senso de oportunidade. Aliás, no *corpus* dos escritos sapienciais, da Bíblia, essa idéia é retomada à exaustão. O impaciente aborta processos históricos e perde a oportunidade, exatamente porque aqui trata-se de encontrar a sintonia entre dois tempos: o tempo do homem individual, do que critica ou avalia a situação, e o tempo da história, o tempo do acontecimento. Sintonia entre o tempo do indivíduo e o tempo mais amplo

do grupo, da natureza ou de Deus, é *Kairos*, instante de chegada da iluminação... Há um tempo para cada coisa debaixo do sol... (Sir. c.2.).

- Nesse contexto, acima, pode-se entender um pouco que a comunidade desabrocha enquanto ela encontra a própria sintonia, o próprio ritmo. E o pretense agente de DL deve ser um facilitador da sintonia dos tempos, não um impositor de idéias. Neste sentido, o que há a fazer é escutar, e escutar, sintetizar, ler e reler, fazer sentido..., implica uma profunda paciência, que será sempre um profundo sentido de oportunidade.
- Algumas figuras super tradicionais de *paciência* da nossa cultura: o pescador que tem que saber esperar os sinais do peixe; o caçador de onças antigo, que caçava numa rede chamada de *espera*. Se se apressasse, morria ele; o tocador de carros de bois. Se tocar os bois rápido demais, cansa a junta e perde a mercadoria.
- Uma observação etimológica sobre *diagnose* [focada na 1ª QUESTÃO: SOBRE “*PACIÊNCIA*” EM DESENVOLVIMENTO LOCAL do *ensaio-base*]. Em Hipócrates, pai da medicina e rei do diagnóstico (nos *Aforismos*, mas também nos *Lugares*), aparece um cuidado excessivo com o diagnóstico das doenças. Segundo ele, o médico (o cuidador, o *Therapeutés*) deverá escutar atentissimamente a todos os sinais, porque cada sinal (*semeion*) deve amadurecer até se encaixar numa experiência de conhecimento profundo do que é a doença em causa. Para ele, o estado natural dos organismos é o de equilíbrio (*Krásis*), e a doença corresponde a um estado de desequilíbrio (*diskrasía*) em um ou mais pontos do arranjo de que se compõe o organismo humano. Daí que *diagnóstico* é uma tarefa seríssima que também envolve paciência. O diagnosticador, o estudioso dos sinais, deve esperar até que eles se juntem numa figura que faça sentido, pois diagnóstico significa conhecer (*gnosis*) através (*diá*). Diagnóstico é um *conhecimento que atravessa*, que vai além, que permite fazer inferências e deitar projeções. Isso está bem longe da idéia de simulações estatísticas ou suposições recheadas de gráficos para esconder a falta de... paciência.
- Sobre a noção de pecado [terceiro parágrafo da 2ª QUESTÃO - ABRANGENDO CAPITALISMO, SOCIALISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL do *ensaio-base*]: é interessante notar como o Ocidente nem sempre é ignorante da importância dessa noção. Pecado é uma palavra até hoje muito usada pelos gregos com o sentido mais primitivo. Em grego a palavra é *amartía* e significa, simplesmente, algo próximo ao que os italianos denominam *disagio*. Não estar à vontade, não ir às vias de fato, não acertar na mosca ou, simplesmente, errar o alvo. Há uma cantora grega contemporânea, Eleutheria (Eleftheria) Arvanitaki, que canta um grande sucesso desde o final dos anos 1980, que pode ilustrar bem a idéia. O nome da música e o refrão contêm a expressão *Historía mou, amartía mou...* A moça canta para um homem amado ou ex-amado, e a canção fala de um grande amor que não se resolveu, que deixou traços de dor. Para coroar esse sofrimento, esse mal-estar ou má-consciência, a moça afirma que o seu homem é a sua história (positivo), mas também o seu erro (negativo).
- [Quinto parágrafo e seguintes da supra-referida 2ª Questão] Seus comentários sobre o comunismo estão brilhantes. É a parte mais documentada do texto.
- Sobre *Metodologia processual* [alínea **b** concernente a diferenciações entre Desenvolvimento Local e socialismo marxista, ainda no contexto da mencionada 2ª Questão]. Acredito que os processos revolucionários, como enfatizou bem Merleau-Ponty, se não me engano, têm o grande pecado (*hamartía!*) de serem exógenos, impostos a um grande número de pessoas em nome de idéias reguladoras por uma minoria que se legitima sempre a partir de metanarrativas utópicas, coletivas, mas com benefícios não tão coletivos. Daí que os processos começam animados e terminam recolhendo cadáveres e traindo os próprios princípios. Não se pode obrigar a massa a sonhar um sonho que já está pronto. Por outro lado, um processo de DL é um processo de potenciação de possibilidades efetivas, que podem ser encontradas e resgatadas – ou tematizadas – a partir da experiência real do que as pessoas ou comuni-

dades efetivamente pensam e fazem. No caso das revoluções, as massas nem sequer são ouvidas. Elas são mobilizadas para fazer justiça a uma causa, que lhes é mais ou menos violentamente imposta como uma narrativa soteriológica. No caso das iniciativas de DL, as comunidades não têm uma causa imposta a si; elas *são* a causa. O processo é maiêutico, e facilita o nascimento da comunidade enquanto essência de participação e de troca dinâmica.

- A parte final [logo após a supra-aludida alínea b] que contém a história do movimento ou da causa do DL e algumas aplicações... tentei, mas não tenho nada a retocar. [...]. Eu só comentaria, no primeiro e segundo corolários que, na verdade, entender a importância do que está acontecendo com as pequenas e pobres comunidades que estão se dando ao processo de DL, é entender um momento histórico fundamental: quem sabe não estamos diante de uma das maiores chances que a democracia está tendo para se tornar *um sistema realmente representativo*, enquanto estamos assistindo ao nascimento de um modelo de sociedade civil mais participativo e mais produtivo, em grande escala, a partir de modelos pluralistas e sempre comunitários, superando assim o individualismo (neo-)liberal ...

Agora, encerrando estas OBSERVAÇÕES INICIAIS, enfatiza-se que todas as pontuações e respectivas análises, tanto do *ensaio-base* como deste *ensaio-de-ressonância*, são frutos de colaboração acerca de preocupação comum ao corpo docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. E a essência dessa preocupação não poderia ser outra que a de constituir, na medida do possível, um corpo teórico próprio, em diálogo com tendências teóricas atuais e clássicas, na área das discussões sobre Desenvolvimento (em geral) e Desenvolvimento Local (com delimitação conceitual específica).

Isso esclarecido, passemos às anteriormente referidas análises ampliadas e aprofundadas, esmiuçando o preliminar esboço de contribuições acima reproduzido.

A dialética do teológico na análise da cultura

Na bibliografia sobre desenvolvimento enfatizou-se, nos anos 1980, o papel da cultura, até o ponto em que ele se tornou uma conquista aparentemente indisputada (CROLL, E.; PARKIN, 1992). Mas nem sempre o que é discutido em teoria pode ser posto em prática com facilidade. Cada vez mais é reafirmado em tese como lugar comum a importância da cultura, por um lado enquanto, por outro, vai ficando cada vez mais distante uma definição de cultura (ABRAM; WALDREN, 1998). Com isso, ou a partir disso, este texto começa com a ambição específica de identificar uma das matrizes que se liga ao imaginário para contribuir com a gênese da idéia de cultura no ocidente. Cultura de desenvolvimento, bem entendido.

A tese central que regulará estas considerações é a de que existe um elemento teológico imaginário subjacente à formação da idéia de cultura, imaginário este que precisa ser desencavado, para que a idéia de cultura possa fluir em seu amplo significado (MILBANK, 1989) e para que, também, e principalmente, o agente de desenvolvimento local tenha acesso à experiência real de seus pares, interlocutores, ou solicitantes, caso se trate ele de um prestador de serviços, de um membro em uma comunidade, como solidário, ou um teórico, estudioso de um fenômeno. Ou seja, as reflexões que aqui se propõem estão num nível formal, mas pretendem atingir um recorte da experiência humana de base que constitui a noção de cultura.

No entanto, afirmar que existe um elemento teológico imaginário subjacente à construção da noção de cultura não significa advogar a primazia dele. Significa apenas afirmar a sua existência, e apontar para a sua recuperação como tarefa necessária no campo das discussões sobre desenvolvimento em geral, e desenvolvimento local em particular – pelo potencial mobilizador que sabidamente subjaz às experiências ou retóricas que envolvam o teológico. Noutros termos, o teológico parte do que Ricoeur denomina dimensão simbólica da experiência subjetiva. E o simbólico não administrado, ou mal administrado, pode se tornar selvagem. Juntamente com o desejo de vida e de

morte, com a criatividade, com a experiência estética, isto é, da sensibilidade como categoria formadora de uma visão de mundo desejante (FISSETTE, 2007).

Existe, de princípio, um dilema, que encontra o seu campo de prova no efeito rebote que vem sendo apresentado em fenômenos como o fundamentalismo, a preocupação excessiva com poder em movimentos religiosos revolucionários, e ainda outros, que têm matriz original religiosa, mas que se descontextualizam dela e acabam apresentando grandes problemas de manejo, para a sociedade como um todo – podem mesmo tornar-se potencialmente destrutivos.

O dilema consiste na dificuldade de as ciências sociais manejarem adequadamente a complexidade de categorias teológicas que estão à base de experiências humanas, com as quais elas precisam trabalhar de forma pragmática. Se trabalham rápida e apressadamente, elas terminam fornecendo combustível legitimador para práticas extremamente perigosas; se penetram na experiência, como que empaticamente, em primeira pessoa, descobrem-se desaparelhadas para manipular categorias que vêm de um passado portador de uma visão de mundo, prática, ideais humanos etc., muito diferente do atual, ou do que se chama de atual. Em outras palavras, as ciências sociais estão sendo empurradas de volta a um diálogo com a teologia, para não cair no que estou denominando de postura criptoteológica, modificando um pouco a idéia de Milbank (1989) de paródia ou simulacro de posições teológicas (Conforme também LONG, 2000).

Uma breve explicação tentando dar conta do fenômeno

As ciências da sociedade são obrigadas a dialogar com a cultura. Para se poder falar em desenvolvimento, é necessário escutar a cultura, entendida aqui em sentido muito largo como os sistemas de gestão mais ou menos simbólica dos significados das relações entre o ser humano e o seu ambiente, para saber dela quais os seus padrões e expectativas de desenvolvimento. A cultura é a articulação do desejo humano convencional e socialmente aceito, como que a articulação do sonho, seja ele utópico, ou distópico. Sem o sonho do local, o próprio local não existe como experiência. Sem o local, ou seja, sem a sua articulação simbólica na forma de desejo discursado efetivamente, não é possível o desenvolvimento local, apenas a retórica do desenvolvimento – o desenvolvimento alheio, trazido de fora para o local – imposto; ou o desenvolvimento vicário: trazido de fora, e plantado no local. E aqui entra, justamente, a noção de cultura: na matriz geradora do sonho enquanto ele se articula como ideal, ou proposta de horizonte ou tarefa civilizatória. Como se verá, afirmo em seguida que, ainda mais no coração deste sonho, existe o fator, ou dimensão, teológica.

Uma chance de estabelecer um diálogo fecundo com a cultura é a importância do conhecimento imponderável na geração de matrizes culturais que, por sua vez, vão estar à base de grandes narrativas de progresso.

Tabela 1: Matrizes culturais e narrativas de progresso.

1. Matrizes culturais imponderáveis.	Geram conhecimentos imponderáveis.
2. Conhecimentos imponderáveis.	Geram narrativas , expectativas subjacentes.
3. Narrativas, expectativas subjacentes.	Geram um imaginário .
4. Um imaginário.	Gera um ideário ou matrizes de projetos.

A consideração séria das relações entre ideários de desenvolvimento ainda em andamento e suas respectivas situações genéticas pode ser fecunda para desconstruir a lógica desses projetos, gerando, talvez, ferra-

mentas para poder colocar em diálogo setores da sociedade que partem de matrizes diferentes. Neste sentido é que se propõe, nestas reflexões, como um dilema – desafio lógico do qual não se pode escapar se não se

apanhar o dilema “pelos cornos” - de diálogo entre as ciências sociais e o aspecto teológico presente na matriz geradora da cultura. Se é implantado um diálogo, então decompõe-se a matriz, e ela pode ser estudada, mas de forma a que se respeite a sua especificidade; se não é implantado, se não se leva em consideração, ou não se implementa uma metodologia de escuta dessas experiências, a ciência social corre o risco de cair num discurso que estou, aqui, denominando como *criptoteológico*, modificando algumas posições teóricas às quais já aludi logo acima.

Esse discurso é uma forma de paródia de um discurso teológico, mas sem a chancela do sagrado. Não se trata apenas de um discurso ideológico em sentido neutro, como que uma discussão de idéias diferentes, sustentadas por contendores, portadores ou defensores de visões de mundo opostas e conflitantes. Na base de opiniões conflitantes, compondo o peso que é a definição principal do *pender* que caracteriza a opinião, está o *explicandum*, sem resolução: a experiência do inenarrável, do desejo, que foi articulada em primeiro lugar na experiência mítica e que, sucessivamente, recebeu uma articulação sistemática nas teologias. Nem se trata, necessariamente, de uma volta ao ideológico como entendido na tradição marxista, como uso de legitimação econômica de uso de recursos alheios. Trata-se de um cinismo mais arrebatador. É o roubo do sonho. Uma lesão e um desvio das matrizes formadoras do material axiológico da cultura. Se ele se impõe, pode acabar forçando para baixo o nível de expectativa da população em relação a padrões morais de existência e de enraizamento. O que significa, no mínimo, fragilizar as instituições em relação a expectativas de contato.

Elementos subjacentes

Existem elementos religiosos na cultura. Se são levados em conta, implanta-se um diálogo com a teologia; se não, corre-se o risco de cair em um discurso criptoteológico, que fragiliza a própria matriz geradora da cultura, que é a experiência humana como tal. Naturalmente estas idéias são incoativas, merecem revisão e críticas, mas querem exemplificar uma relação genética que deve

dar a pensar, a respeito das raízes de uma questão aparentemente tão pragmática que nem mereceria uma atenção genética. Que isso é um engano crasso deverá ficar pelo menos inicialmente claro: como proposta, não como qualquer pretensão de conclusividade. A seguir, comentarei alguns casos muito importantes em que idéias do mundo econômico ou social podem ter um fundo religioso ou, neste caso, teológico, ou seja, podem ser ricamente exploradas para um diálogo mais explícito com matrizes da cultura.

A própria idéia de progresso é uma idéia criptoteológica. Isso significa, basicamente, uma idéia ou concepção teológica, aqui de base eminentemente cristã (na Índia ou no Japão far-se-ia naturalmente outro discurso) naturalizada e usada sem levar em consideração alguns dados relevantes de suas matrizes teológicas. O progresso é uma concepção soteriológica, ou seja, uma concepção de salvação da espécie humana (RIST, 1996), salvação da miséria, do isolamento, da ignorância, que implica a crença em diversas matrizes da relação entre Deus e um povo eleito, seja ele o de Israel, no caso do Ocidente cristão, ou outro povo.

Nos discursos sobre progresso, a conexão com doutrinas da salvação, no Centro-Oeste brasileiro, fica muito claro, se se assinala a conexão histórica importante entre D. Francisco de Aquino Corrêa e Getúlio Vargas, até a década de 1950. Dom Aquino, então Arcebispo de Cuiabá, em seus discursos, prolongava a tradição da parênese, ou seja, da exortação moral à conversão, que dentro do ideário salesiano da primeira metade do século XX significava, basicamente, extirpar os vícios que impediam um trabalho adequado, e meter as mãos à obra, em uma ocupação produtiva e relevante para o reino de Deus (CORRÊA, 1927). Ora, esse tipo de discurso, de mobilização para a ação, tem profundas raízes no pensamento ocidental, mas raras vezes se enfatiza a conexão dessas raízes com a experiência teológica. Não se trata de discursos científicos modernos (newtonianos, pode-se dizer) do tipo *validação de hipótese*, porque a hipótese surge ao fim do trabalho, quando este mostra que a postura ou atitude proposta e mobilizada a partir do discurso funciona na prática.

Na verdade, parte importante da literatura que ajudou a construir a auto-imagem do Ocidente sobre si mesmo, no Renascimento e um pouco além, atravessa as assim chamadas *Orationes*. Pense-se, por exemplo, no belo Discurso sobre a dignidade do homem, de Pico Della Mirandola (2006), escrita como uma carta aos seus leitores/ouvintes. É uma meditação, espontânea e sem medo de errar. Dela nasceu, posteriormente, a versão moderna do gênero que hoje denominamos *ensaio*... e que teve um papel importante na mobilização de agentes que propuseram ou que levaram adiante propostas de desenvolvimento na região. As articulações deste tipo de trabalho com a tecnologia e a propaganda posteriores, ficam ainda por explorar. Mas a ligação entre a mobilização de forças morais e o trabalho do desenvolvimento, que era o que se queria ressaltar, deve ter ficado clara a este ponto. Mas, um outro tema profundamente teológico, que articula outros campos de investigação, ainda merece ser destacado. Refiro-me à articulação entre o grande tema da **PACIÊNCIA**, com o do diagnóstico da realidade e o pecado.

Articulações entre “*paciência*”, diagnóstico e pecado

Três temas que possuem uma raiz profunda na história da experiência religiosa e na reflexão teológica do ocidente são o da **paciência, do diagnóstico e do pecado**. Se articulados, eles podem ajudar a mostrar um pouco mais a fecundidade das relações entre o agente de Desenvolvimento Local e as suas raízes, ou o enraizamento do seu trabalho. Obviamente que no espaço de um artigo esses temas podem ser apenas esboçados, de forma programática, que é apenas o que aqui pretendo fazer.

Sobre “*paciência*”, ou seja, sincronia

Sobre *Paciência*. *Pati, patio*, significa em latim “capacidade para sofrer”, no sentido de capacidade ou aptidão para carregar, tomar sobre si, fazer-se responsável por... Daí me parecer que a palavra, apesar de ter uma conotação bastante interessante na pena de escritores socialistas e do próprio Marx (que

defende a revolução, contra as reformas), merece um pouco de atenção como uma condição de espera.

Ou seja, a paciência aparece como uma condição de aptidão, de capacidade de dilatação, de adiamento da gratificação, ou do ataque, ou da resolução de algum problema. Nas Escrituras se diz que o Salvador nasceu “Na plenitude dos tempos”. Antes da plenitude dos tempos foi o tempo, exatamente, da paciência de Deus – tempo no qual os profetas, como Jonas, erram por impaciência, ou pregam a capacidade de ler os sinais para não apressar o curso de acontecimentos que estão além da capacidade humana comum, de analisar o universo, como é o caso de Jó.

A figura do servo que sofre, obediente, mas que termina recompensado, alia a idéia de sabedoria do Rei/Legislador/da Divindade à idéia de senso de oportunidade das pessoas empobrecidas. Aliás, no *corpus* dos escritos sapienciais, da Bíblia, essa idéia é retomada à exaustão. O impaciente aborta processos históricos e perde a oportunidade, exatamente porque aqui trata-se de encontrar a sintonia entre dois tempos: o tempo do homem individual, do que critica ou avalia a situação, e o tempo da história, o tempo do acontecimento. Sintonia entre o tempo do indivíduo e o tempo mais amplo do grupo, da natureza ou de Deus, é *Kairos*, instante de chegada da iluminação... Há um tempo para cada coisa debaixo do sol... (Ecle. 3, 1-15).

Nesse contexto, acima, pode-se entender um pouco que a comunidade desabrocha enquanto ela encontra a própria sintonia, o próprio ritmo. E o pretense agente de DL deve ser um facilitador da sintonia dos tempos, não um impositor de idéias. Neste sentido, o que há a fazer é escutar, e escutar, sintetizar, ler e reler, fazer sentido..., implica uma profunda paciência, que será sempre um profundo sentido de oportunidade.

Na cultura regional do pantanal – estendendo-se para além dele, algumas expressões mostram quanto esse imaginário ainda é recorrente e pode ser interessante, tanto no estudo, quanto no diálogo com a representação que o sujeito se faz e constrói da sua cultura e do seu ambiente. Assim, algumas figuras tradicionais de paciência da cultura local, são:

- O pescador que aprende a ler e a esperar os sinais do peixe. Um peixe é considerado diferente do outro. Nas narrativas locais, alguns “gostam” de enfrentar o pescador, disputam, precisam ser “cansados”, e assim por diante.
- Antigamente, no contexto da caça de extrativismo, o caçador de onças precisava fabricar uma espécie de armadilha para os felinos, e se postava numa rede chamada de *espera*. Se ele se apressasse e tentasse caçar as onças antes de elas terem comido alguma das iscas, antes de estarem em posição indefesa, ele corria o risco de morrer.
- Ainda, o antigo transporte da região, de todo o Centro-Oeste foi o carro de bois, por muito tempo. O tocador de carros de bois, se tocasse os bois de maneira excessivamente rápida, cansava os animais e perdia o passo, ou seja, eles podiam desistir. E ele perderia a mercadoria.
- Recentemente tem-se voltado a enfatizar, por via do *Tecnoforró*, a necessidade de “*paciência*” para preparar um carro de bois que seja adequado às necessidades da região, através da técnica de *bater o mancão*, ou seja, preparar bem as articulações entre as rodas e os eixos. Se a roda não for bem batida, não se fixa o suficiente e não sustenta o peso; se for batida com força excessiva, apertada demais e produz rachaduras (PESSOA, 2002).

Sobre a idéia de diagnóstico como superação dos sinais

Outra formulação que pode ilustrar incoativamente a relação entre conceitos e reflexões teológicas e o desenvolvimento é a idéia de diagnóstico. Esta idéia, usada no imaginário de quem pensa o Desenvolvimento Local, tem mesmo a prerrogativa de superar, em certa medida, aquela anterior, que evoca a sincronia entre dois tempos. Ali, na representação quase teológica do papel ou da vocação do agente de Desenvolvimento Local, para a sua ação bastaria que ele ou ela interpretasse adequadamente, tornando-se uma espécie de facilitador da vontade divina, ou do curso adequado da história, ou das melhores potencialidades de uma região/território, ou tempo.

Aqui, evocando a idéia de diagnósti-

co, pode-se chamar em causa a idéia de que Hipócrates, quando lê através dos sinais, quando faz um diagnóstico, na verdade está tentando criar uma configuração nova dos elementos de conhecimento que lhe aparecem diante dos olhos. Ou seja, o trabalhador na área do Desenvolvimento Local tem um pouco de intérprete (acima), mas também um pouco de criador, como aqui.

Uma observação etimológica sobre *diagnose* deve forçosamente conduzir o olhar do leitor a um dos textos que deram origem mesmo a essa palavra, em toda a história da medicina ocidental, a partir da qual a idéia é tomada de empréstimo para as ciências humanas, os seus *Lugares no Homem* (CRAIK, 1998; NUTTON, 2004). Em uma das suas definições da medicina ele assevera,

441. Medicina é questão de equilíbrio. Se a pessoa entende isto, então tem a posse de um princípio seguro, e poderá entender a presença ou ausência de qualidades inerentes, cujo conhecimento está equilibrado na medicina: isto é, que agentes de relaxamento podem se tornar adstringentes e que outras coisas são contrárias, de forma semelhantes; e que as coisas que mais parecem contrárias não são tão contrárias (ou seja, que coisas aparentemente semelhantes podem ser dessemelhantes, assim como coisas opostas podem ser semelhantes) (CRAIK, 1998, p. 81).

Em Hipócrates, pai da medicina e rei do diagnóstico, aparece um cuidado muito grande com o diagnóstico das doenças. Mas, pare ele, diagnosticar é também uma forma de equilibração e de criação de um outro estado. Segundo ele, o médico (o cuidador, o *Terapeutés*) deverá escutar atentissimamente a todos os sinais, porque cada sinal (*semeion*) deve amadurecer até se encaixar numa experiência de conhecimento profundo do que é a doença em causa. Para ele, o estado natural dos organismos é o de equilíbrio (*Krásis*), e a doença corresponde a um estado de desequilíbrio (*diskrasía*) em um ou mais pontos do arranjo de que se compõe o organismo humano. Daí que *diagnóstico* é uma tarefa seríssima que também envolve paciência, e que tem como tarefa a restituição de equilíbrio, de uma condição natural que foi perdida por algum motivo.

Aplicando brevemente o raciocínio ao trabalho do Agente de Desenvolvimento

Local, pode-se observar a ressonância da idéia na observação ideal de que o diagnosticador, o estudioso dos sinais, deve esperar até que eles se juntem numa figura que faça sentido, pois diagnóstico significa conhecer (*gnosis*) através (*diá*). Diagnóstico é um conhecimento que atravessa, que vai além, que permite fazer inferências e deitar projeções. Esta tarefa vai além e complementa aquela que vê o diagnóstico como uma leitura de sinais contidos em simulações estatísticas ou modelos matemáticos. Na verdade, a desarticulação entre estas duas formas de diagnóstico, a saber, a humanista (hipocrática) e a estatística esconderia uma verdadeira falta de paciência, que redundaria em desfavor da própria tarefa.

A relação entre esta noção de diagnóstico como algo entre totalização e criação, típica de Hipócrates, e o contexto da teologia, sobretudo medieval, vai ficar clara em Tomás de Aquino, por exemplo. Mas no reduzido espaço de um artigo não podemos desenvolvê-la. Resta ainda uma noção, mais claramente teológica.

Sobre a noção de pecado e sua fecundidade

O Ocidente é consciente da importância da noção de pecado. Pecado é uma palavra até hoje muito usada pelos gregos com o sentido mais primitivo. Em grego a palavra é *amartía* e significa, simplesmente, algo próximo ao que os italianos denominam *disagio*. Não estar à vontade, não ir às vias de fato, não acertar na mosca ou, simplesmente, errar o alvo. Há uma cantora grega contemporânea, Eleftheria Arvanitaki (2007), que canta um grande sucesso desde o final dos anos 1980, que pode ilustrar bem a idéia. O nome da música e o refrão contém a expressão *Historía mou, amartía mou...* (Tradução: *minha história, meu erro [desacerto]*).

A moça canta para um homem amado, e a canção fala de um grande amor que não se resolveu, que deixou traços de dor. Para coroar esse sofrimento, esse mal-estar ou má-consciência, a moça afirma que o seu homem é a sua história (positivo), mas também o seu erro (negativo). Uma cópula de termos que simboliza a possibilidade de instauração de uma situação de desequilíbrio. Por um lado, um produto construído; por

outro, a avaliação moral da consciência de um erro que se cometeu. Isso, voltando à categoria mais biologizante dos trabalhos hipocráticos, conduziria à noção de doença (exatamente, desequilíbrio, para Hipócrates). Aqui, ao invés, a situação ganha uma qualificação moral. O desequilíbrio instalado é assumido em primeira pessoa, ou seja, o agente assume responsabilidade por ele, e assim abre o flanco a toda a literatura sobre culpa e expiação que tanto fez fama na história do Ocidente, de Freud a Girard. Mas esta primeira relação com a qualidade moral do agente pode ser estendida ao problema da paciência.

Os processos revolucionários, como enfatizou bem Merleau-Ponty (1999), têm o grande pecado (*hamartía!*) de serem exógenos, impostos a um grande número de pessoas em nome de idéias reguladoras por uma minoria que se legitima sempre a partir de metanarrativas utópicas, coletivas, mas com benefícios que não são coletivos, ou que pelo menos não são vistos assim. Daí que os processos começam aparentemente com grande apoio da massa popular, mas terminam perdendo esse apoio, acusados de traição dos próprios princípios. Esta narrativa é própria de países nos quais o populismo promete e efetua revoluções e milagres econômicos que duram apenas duas ou três décadas, como aconteceu no Brasil e na América Latina (CONNIFF, 1999).

Para recolher brevemente a idéia de pecado de um ponto de vista de uma Teoria do Desenvolvimento Local de base endógena, pode-se dizer que, de um ponto de vista endógeno, não é possível obrigar a sociedade, como um todo, a assimilar um padrão cultural, o que equivale a sonhar um sonho que já está pronto. Não se impõe uma cultura, nem em nome de uma ideologia abertamente soteriológica, do ponto de vista coletivo, na forma de uma narrativa de salvação das massas, nem em nome de uma ideologia veladamente soteriológica, veiculada em nome de uma busca de salvação individual.

Por outro lado, um processo de Desenvolvimento Local é um processo de potencialização de possibilidades efetivas, que podem ser encontradas e resgatadas - ou tematizadas - a partir da experiência real do que as pessoas ou comunidades efetivamente pensam

e fazem. No caso das revoluções, as massas nem sequer são ouvidas. Elas são mobilizadas para fazer justiça a uma causa, que lhes é mais ou menos violentamente imposta como uma narrativa soteriológica. No caso das iniciativas de Desenvolvimento Local que nascem e se desenvolvem como um projeto endógeno, as comunidades não têm uma causa imposta a si; elas *são* a causa, enquanto o processo de desenvolvimento é também, simultaneamente, um processo identitário. O processo é maiêutico, e facilita o nascimento da comunidade enquanto essência de participação e de troca dinâmica (GAMMER, 2004; SHUTTE, 1995).

Na verdade, entender a importância do que está acontecendo com as comunidades que estão se dando ao processo de Desenvolvimento Local, como busca de alternativa diante de um processo histórico de exclusão, pode ser uma chance para dilucidar um momento histórico fundamental. Talvez equiva-lha à chance, para as ciências humanas, de instaurar um novo diálogo com uma outra forma de sociedade nascente. Um modelo de sociedade civil mais participativo e mais produtivo, em grande escala, a partir de modelos pluralistas e sempre comunitários, superando assim o individualismo (neo)liberal (VELTMEYER, H.; PETRAS, J., 2002).

Referências

- ABRAM, S.; WALDREN, J. *Anthropological perspectives on local development: knowledge and sentiments in conflict*. London: Routledge, 1998.
- ARVANITAKI, Eleftheria. Disponível no site pessoal da cantora e compositora: <http://www.arvanitaki.gr>. Acesso em: 11 nov. 2007.
- BÍBLIA SAGRADA. *Edição pastoral*. São Paulo: Paulus. BAZAGLIA, Paulo (responsável pela edição eletrônica). Disponível em: http://www.paulus.com.br/BP/_INDEX.HTM. Acesso em: 11 nov. 2007.
- CONNIFF, M.L. *Populism in Latin America*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1999.
- COWEN, M.P.; SHENTON, R.W. *Doctrines of development*. London: Routledge, 1996.
- CORRÊA, F.A. *Discursos*. Rio de Janeiro: Typ. do Anuario do Brasil, 1927.
- CRAIK, E.M. *Hippocrates: places in man*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- CROLL, E.; PARKIN, D. *Bush base: forest farm culture, environment, and development*. New York: Routledge, 1992.
- FISSETTE, J. A comunidade afetiva em relação à sociedade de direito nas Américas. In: MARINHO, M.; SOUZA, L.S.de; MACIEL, J.C. *Américas imaginadas: entrelugares mestiços, identidades híbridas*. Campo Grande: UCDB, 2007.
- GAMMER, M. *Community, identity and the state: comparing Africa, Eurasia, Latin America, and the Middle East*. London: Routledge, 2004.
- LONG, D. S. *Divine economy: theology and the market*. London: Routledge, 2000.
- MACIEL, J.C. O entrelugar da subjetividade nas Américas: a banalidade do mal em Leonard Cohen. In: MARINHO, M.; SOUZA, L.S.de; MACIEL, J.C. *Américas imaginadas: entrelugares mestiços, identidades híbridas*. Campo Grande: UCDB, 2007.
- MARCEL, G. *The philosophy of existentialism*. New York: Carol Publishing Group, 1995.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MILBANK, J. *Theology and social theory - beyond secular reason*. Oxford/Cambridge: Basil Blackwell, 1989. (Edição em português: MILBANK, J. *Teologia e teoria social*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1995).
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- NUTTON, V. *Ancient medicine*. New York: Routledge, 2004.
- PESSOA, S. *Bate o maná*. 2002. Vídeo disponível no site pessoal do cantor: <http://www.outrobrasil.com/videos.php>. Acesso em: 11 nov. 2007.
- PICO DELLA MIRANDOLA. *De hominis dignitate oratio* (1480/2008). Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Italian_Studies/pico/text/ov.html. Acesso em 18 nov. 2007.
- RIST, G. *Le développement: histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996.
- SCHIFFHORST, G.J. *The triumph of patience: medieval and renaissance studies*. Orlando: University Presses of Florida, 1978.
- SHUTTE, A. *Philosophy for Africa*. Milwaukee: Marquette University Press, 1995.
- VELTMEYER, H.; PETRAS, J. The social dynamics of Brazil's rural landless workers' movement: ten hypotheses on successful leadership. *The Canadian Review of Sociology and Anthropology*. Durham e Londres: Duke University, v. 39, ed. 1, 2002. Disponível em: www.colpos.mx/asyd/volumen1/numero1/asd-02-002.pdf. Acesso em: 19 nov. 2008.

Entrevista

M.A.de Castilho: ¿Cuáles son sus actividades en su Centro de Estudios en Chile?

F.T.Ríos: Mi trabajo como investigador y docente lo realizo en el Centro de Estudios del Desarrollo Local y Regional (CEDER) de la Universidad de Los Lagos (ULA), ubicado en la Ciudad de Osorno, Chile. Básicamente, el CEDER se trata de una unidad académica destinada a ofrecer docencia de postgrado y realizar investigación de carácter interdisciplinar en cuatro áreas de interés: cultura y desarrollo; gestión para el desarrollo; medioambiente y desarrollo; y economía regional.

Desde Agosto 2006, soy el Coordinador Académico del Programa de Magíster en Ciencias Sociales, Mención Estudio de Procesos y Desarrollo de las Sociedades Regionales, cuya malla curricular replica en gran parte las cuatro líneas de investigación del Centro. Este Postgrado es disciplinar o académico, cuestión que hace que sea en rigor un programa destinado a formar masa crítica dedicada a investigar y realizar docencia sobre los procesos territoriales. En su mayoría, pero no exclusivamente, los estudiantes provienen de las Ciencias Sociales (sociólogos, antropólogos, administradores públicos, geógrafos, trabajadores sociales, profesores de lenguaje, historiadores, agrónomos, periodistas). Hasta ahora hemos tenido estudiantes de Ecuador, Argentina y Chile. En marzo 2008 estamos iniciando la sexta generación de estudiantes.

Actualmente, también soy el Editor de LIDER, Revista Labor Interdisciplinar de Desarrollo Local y Regional. Esta Revista tiene 15 años de existencia; manteniendo las áreas de interés del Centro, se publica dos veces al

año, con un número regular y otro temático.

En general, nuestro Centro tiene como preocupación central los procesos territoriales, y ello se refleja tanto en la docencia de postgrado como en las áreas investigativas y proyecto editorial.

M.A.de Castilho: Comente sobre su trabajo en LIDER, Revista Labor Interdisciplinar de Desarrollo Local y Regional.

F.T.Ríos: El año 2005 LIDER, Revista Labor Interdisciplinaria de Labor Regional, inicio una nueva etapa que denominamos "Segunda Época". Me tocó impulsar esta nueva etapa: ampliamos el Comité Editorial, reforzamos el Comité Asesor Internacional, se estableció una política editorial y se optó por incluir el Sistema APA de citas y referencias bibliográficas. El objetivo era asegurar transparencia y calidad.

A partir de la "Segunda Época" la premisa de nuestra publicación considera que en tiempos de globalización, lo local-regional no debe ser sólo un importante objeto de estudio, sino que, y a su vez, es a partir justamente de lo local-regional que se debe generar conocimiento sobre temas globales, de manera constante y sistemática. En este sentido, los esfuerzos de LIDER se han orientado hacia tres objetivos interconectados: 1. mantener un espacio de reflexión interdisciplinaria en torno al desarrollo y el territorio; 2. fortalecer la divulgación del trabajo científico individual y colectivo; 3. ser un observatorio y puesta al día de las actuales y emergentes tendencias en Ciencias Sociales abocadas a tratar temas pertinentes al desarrollo local y regional.

Nuestra publicación está enfocada así a analizar y discutir en torno a las perspec-

* Antropólogo chileno. Profesor Jornada Completa, Universidad de Los Lagos. Coordinador Académico del Programa Magíster en Ciencias Sociales (programa acreditado por CNAP/CONICYT). Editor Revista Labor Interdisciplinaria de Desarrollo Local. Trabaja sobre interdisciplina y complejidad, territorio y sustentabilidad, y desarrollo local. Actualmente ejecuta un proyecto de investigación sobre sociedades litorales en la Región de Los Lagos. Dirección Postal: Calle Lord Cochrane 1225, Osorno, Chile. Fono: 56 - 64 - 33 35 86. Fax: 56 - 64 - 33 35 83. E-mail: fther@ulagos.cl, fther@hotmail.com

tivas teóricas y metodológicas más relevantes en las Ciencias Sociales y el Desarrollo Regional y Local; así también nuestra Revista está interesada en comunicar experiencias exitosas de innovación para el fortalecimiento y desarrollo de las sociedades regionales.

LIDER se publica en español y aparece dos veces al año, con un número regular y otro temático; incluyéndose manuscritos que demuestran originalidad, calidad y coherencia interna, siendo además aportes novedosos y relevantes al conocimiento del desarrollo y el territorio. Dada estas características, LIDER se destina principalmente a investigadores, docentes y estudiantes de postgrado interesados en la temática regional y local.

Por supuesto que el trabajo no ha sido fácil. Sobretudo yo diría que hemos ido aprendiendo en el trayecto. Principalmente, la estrategia para ello ha sido tomar como modelo el trabajo y desarrollo de otras publicaciones consagradas como EURE y Chungará, entre otras. Mantener un proyecto editorial tampoco es fácil en términos de los recursos financieros. No siempre esto convence. Poco a poco hemos ido conformando un equipo más o menos estable. Aún cuando hemos tenido logros en esta "Segunda Época", como es la inclusión en siete bases de datos e índices, por supuesto que queda aún mucho por hacer. Nuestra intención es lograr la plena internacionalización de la Revista.

M.A.de Castilho: ¿Qué proyectos de investigación realiza en este momento?

F.T.Ríos: Sin duda la cotidianeidad es uno de los temas que más interés me despierta. Actualmente, participo en dos proyectos donde estudiamos prácticas cotidianas, básicamente apoyándonos tanto en los trabajos del filósofo chileno Humberto Giannini como en los trabajos del antropólogo francés Michel De Certeau. Uno de estos proyectos, el cual dirijo, está dedicado a etnografiar el ambiente costero en dos asentamientos de pescadores artesanales. Considerando que en Chile la mayoría de los trabajos sobre pesca artesanal lo han venido realizando biólogos marinos o ecólogos, la sólo etnografía ya es valiosa pues

permite contar con información profunda respecto a los modos de vivir y habitar en sociedades litorales. Verdaderamente, esta especie de arqueología de la cotidianeidad entrega excelentes pistas sobre las transformaciones vividas en las caletas de pescadores.

En el segundo de los proyectos que participo, el cual es dirigido por mi amigo Nelson Vergara, filósofo, trabajamos cartografiando prácticas cotidianas en un contexto urbano. Específicamente, este proyecto, que se realiza en la propia Ciudad de Osorno (ciudad intermedia) investiga las apropiaciones culturales en espacios públicos. Es un proyecto que se apoya mucho en fotografías y esquemas espaciales de la ciudad, en estos últimos se sitúan las distintas prácticas desplegadas sobre la ciudad: la calle, los espacios de recreación, la plaza, espacios de intercambio comercial.

Junto a la cotidianeidad, o más bien como una forma de acceder a ella, me interesa mucho el estudio de lo que he denominado como "imaginarios territoriales". Se trata de matrices ideoafectivas que permiten conocer los territorios a partir de las prácticas (el hacer), los discursos (el decir), las percepciones de los habitantes y las intersubjetividades que se entretienen entre ellos. Por supuesto que esta noción es depositaria de una tradición geográfica importante, representada en este caso por Milton Santos y Paul Claval; pero también se apoya en la Ecología Política de Enrique Leff y Arturo Escobar, y en la concepción de Desarrollo Regional de Roberto Santana y Sergio Boisier. La interdisciplinariedad está en el gen de los "imaginarios territoriales", a partir de ellos, esa es la apuesta, creo que se puede hablar de un "otro desarrollo", algo así como la posibilidad de reconocer o evidenciar las posibilidades de sustentabilidad de los territorios a partir de sus propias condiciones y procesos, los cuales por definición, siempre son cambiantes.

Pero hay algo que está en el corazón de mis intereses y es elucidar (evidenciar) los territorios como acontecimientos, como entidades móviles cuyas temporalidades sin duda son lo más importante para promover ese "otro desarrollo". La complejidad territorial, no sólo significa para mí un área de

investigación, sino todo un programa de investigación que convierte la actividad investigativa en un continuo “estar atento”.

Mucho de lo anterior lo continuaré trabajando y profundizando a través de un nuevo Proyecto financiado por el Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDECYT), 2008-2010. Se trata de una investigación de carácter etnográfica y etnológica que aborda las complejidades y dinámicas de los ambientes costeros en el sur de Chile transformados cotidianamente por los conflictos existentes entre prácticas y racionalidades diferentes (culturales, económicas y tecnológicas). Se trata de un estudio que, abordando las dinámicas socioespaciales y socioambientales, trata de dilucidar cómo saberes de distinto origen, tradicional y científico, por un lado, y elementos abstractos y concretos del proceso cognoscitivo, por otro, se conjugan y articulan en la determinación de itinerarios y destinos de sociedades litorales específicas. Dicho de otro modo, interesa evidenciar y prospectar las complejidades que emergen de las interrelaciones entre prácticas materiales (económicas, tecnológicas) y esquemas cognitivos distintos (racionalidades). Una de las mayores potencias de esta investigación, y al mismo tiempo su desafío, apunta hacia el ejercicio de diálogo entre disciplinas articuladas en función a intereses comunes, lo que constituye un avance epistemológico respecto a

investigaciones monoespecíficas que tratan sobre el desarrollo en sociedades litorales.

M.A.de Castilho: Realice un comentario (como participante) sobre el II Coloquio Internacional de Desenvolvimento Local – Campo Grande / MS – Brasil (Agosto 2007)

F.T.Ríos: La temática del evento me sedujo mucho. La organización fue espléndida y de calidad los trabajos presentados. Me llamó la atención el fuerte compromiso y entusiasmo de profesores y estudiantes de la Maestría en Desarrollo Local de la UCDB. Eso sin duda es muy gratificante. En general, me sentí muy a gusto en el evento.

No siempre es fácil encontrarse con un grupo de colegas con los cuales se comparten enfoques e intereses, creo que esa “comunidad” lograda durante el evento es de significativa importancia.

También me sentí muy cercano con la orientación del Programa de Maestría. Recuerdo que antes de asistir al Coloquio revisé la web del Programa; fue increíble constatar la cercanía de intereses y enfoques con varios de los colegas profesores. Una ventaja que tiene el Programa, y que veo con buenos ojos, es el hecho de haber integrado en el cuerpo de profesores a colegas de distintas profesiones, no solo de las Ciencias Sociales, eso provoca una sinergia positiva que se evidenció claramente en la realización del Coloquio.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.

Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4º - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

§ 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

§ 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.

§ 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.

§ 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.

Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:

- título em português, inglês, espanhol e francês;
- nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
- resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
- texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
- referências bibliográficas.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:

- uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
- três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação, impressa e on-line, devidamente assinada pelo(s) autor(es);
- O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
- caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
- os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua e encaminhados em três vias, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.

IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7º - O autor deverá enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no site do periódico).

Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 10 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p.35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p.14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

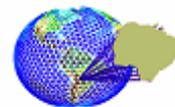
CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3594

e-mails: interacoes@ucdb.br / maugusta@ucdb.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

ASSINATURA ANUAL

NOME COMPLETO _____

CPF _____

ENDEREÇO _____ N. _____

BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE _____

TELEFONE _____ CELULAR _____

E-MAIL _____

DATA DA ASSINATURA ____/____/____

VALOR ANUAL VÁLIDO PARA 2008: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS).

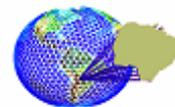
OBS.: PERIODICIDADE SEMESTRAL (MARÇO E SETEMBRO).

Assinatura

Procedimentos:

Fazer depósito bancário em favor da **Fundação Tuiuiú**, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), em uma das seguintes contas: **Banco do Brasil**, agência **2609-3**, conta corrente **5902-1**; ou **HSBC**, agência **0842**, conta corrente **11822-40**. Enviar comprovante do depósito com a ficha de assinatura via fax ou para Editora UCDB: Av. Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, CEP 79117 900 - Campo Grande-MS.

Para qualquer dúvida, entrar em contato pelo fone/fax: (67) 3312-3373; ou e-mail: editora@ucdb.br.



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____
_____,
bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar o
meu artigo.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração/autorização.

